

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ROBERTHA PEDROSO TRICHES

**OS SENTIDOS DO ATLÂNTICO: A REVISTA *LUSITANIA* E A COLÔNIA
PORTUGUESA DO RIO DE JANEIRO**

NITERÓI

2011

ROBERTHA PEDROSO TRICHES

**OS SENTIDOS DO ATLÂNTICO: A REVISTA *LUSITANIA* E A COLÔNIA
PORTUGUESA DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal Fluminense, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ângela de Castro Gomes

NITERÓI

2011

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

T823 Triches, Robertha Pedroso.

Os sentidos do Atlântico: a revista *LUSITANIA* e a colônia portuguesa do Rio de Janeiro / Robertha Pedroso Triches. – 2011. 249 f. ; il.

Orientador: Ângela de Castro Gomes.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

Bibliografia: f. 244-249.

1. Periódico português. 2. Imprensa. 3. Colônia portuguesa.
I. Gomes, Ângela de Castro. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 070

ROBERTHA PEDROSO TRICHES

**OS SENTIDOS DO ATLÂNTICO: A REVISTA *LUSITANIA* E A COLÔNIA
PORTUGUESA DO RIO DE JANEIRO**

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Ângela de Castro Gomes (orientadora)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Profª Drª Tânia Regina de Luca
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Profª Drª Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Profª Drª Martha Campos Abreu
Universidade Federal Fluminense (UFF)

NITERÓI

2011

À minha família, que acreditou em mim e esteve sempre ao meu lado nas minhas mais difíceis decisões.

Ao Pedro, pelo amor e a alegria dessa e de outras vidas.

AGRADECIMENTOS

Para que esse trabalho chegasse ao fim, contei com a ajuda e o apoio de pessoas muito especiais, às quais gostaria de agradecer nesse momento. Se, por ventura, algum nome for esquecido, peço desculpas pela minha distração, mas todos que fizeram parte da minha vida nesses últimos anos devem se considerar também responsáveis por esse sucesso.

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora Ângela, por ter me dado o privilégio de poder compartilhar os seus conhecimentos comigo. Agradeço a confiança depositada em mim, as palavras amigas, a delicadeza de suas críticas, a sua sensibilidade para pesquisa e a forma como me fez acreditar que esse projeto era possível, me presenteando sempre com a sua presença e leitura minuciosa.

Agradeço aos professores da UFF, que contribuíram muito para o amadurecimento dessa pesquisa através de suas aulas e críticas. Em especial à Martha Abreu e Laura Maciel, que acompanham esse trabalho desde a graduação, propondo questões e me fazendo duvidar sempre do que é confortável. Agradeço também aos professores do CPDOC, pelas disciplinas cursadas, e aos funcionários da Fundação Getúlio Vargas, pela disposição em me ajudar.

Aos pesquisadores do Setor de História da Fundação Casa de Rui Barbosa agradeço pela possibilidade do convívio e, em especial, à Isabel Lustosa, por ter me mostrado o caminho prazeroso e gratificante da pesquisa.

Agradeço ainda às professoras Tânia de Luca, Tânia Bessone e Martha Abreu, por aceitarem compor essa banca, e à Tânia, Martha e Carolina Dantas pelas contribuições já dadas para este trabalho.

Ao simpático casal Almira Sobral da Cruz e Vasconcelos e Joaquim Vasconcelos, muito obrigada. Agradeço pelo tempo que dispenderam comigo, lembrando, muitas vezes, de passagens dolorosas de suas vidas, e pelas delícias da culinária portuguesa, que me convenceram ainda mais a seguir com a pesquisa.

Aos funcionários da Casa de Trás os Montes e Alto Douro, e em especial à Cláudia, agradeço o carinho com que me receberam e abriram as portas da casa.

Por fim, agradeço à minha família por ter me apoiado, acreditado em mim e me mostrado o verdadeiro valor do estudo. E especialmente ao Pedro, com quem divido, diariamente, as minhas alegrias, incertezas e o meu amor.

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto a revista *Lusitania*, produzida por um grupo da colônia portuguesa do Rio de Janeiro que circulou no Brasil, em Portugal e na África entre 1929 e 1934. Intitulando-se “Revista Ilustrada de Aproximação Luso-Brasileira e de Propaganda de Portugal”, possuía um projeto de afirmação da identidade portuguesa no Brasil e dos laços com Portugal, mas, ao mesmo tempo, de inserção da colônia na sociedade brasileira. A partir da revista *Lusitania* busca-se caracterizar a imprensa como um importante espaço de sociabilidade da colônia portuguesa do Rio de Janeiro, destacando também o seu papel fundamental na construção de uma identidade portuguesa no Brasil, através da qual os imigrantes vão debater projetos, reforçar valores, além de desenvolver estratégias de intervenção no todo social.

Palavras-chave: *Lusitania*; Imprensa; Colônia portuguesa.

ABSTRACT

This paper focuses the *Lusitania* journal, produced by a group of the Portuguese colony of Rio de Janeiro, that circulated in Brazil, Portugal and Africa between 1929 and 1934. Calling themselves “Illustrated Review of Luso-Brazilian Approach and Propaganda de Portugal”, had a draft statement of Portuguese identity in Brazil and ties with Portugal, but at the same time, integration of the colony in Brazilian society. From *Lusitania* journal, we seek to characterize the media as an important social venue of the Portuguese colony of Rio de Janeiro, highlighting its role in the construction of a Portuguese identity in Brazil, through which immigrants will discuss projects, reinforce values, and develop intervention strategies in the social whole.

Keywords: *Lusitania*; Press; Portuguese colony.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Imigração Portuguesa no Brasil (1888-1943), p. 36.

Tabela 2 – Imigração portuguesa no Brasil (1913-1964), p. 37.

Tabela 3 – Emigração portuguesa por regiões (1866-1913), p. 48.

Tabela 4 – Periódicos publicados pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro (1906-1940), p. 138.

Tabela 5 – Valores de venda da revista *Lusitania* (1929-1934), p. 150.

Tabela 6 – Principais anunciantes da revista *Lusitania*, p. 164.

Tabela 7 – Principais seções da revista *Lusitania*, p. 168.

Tabela 8 – Trajetória dos autores mais assíduos da *Lusitania*, p. 190.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Mapa das Províncias de Portugal, institucionalizadas em 1936, p. 47.

Imagem 2 – População estrangeira do Rio de Janeiro segundo as nacionalidades. *Recenseamento Geral do Brasil de 1920*, p. 50.

Imagem 3 – Raul Pederneiras. *D. Quixote*, 3 de out. de 1918. In: *História da Caricatura no Brasil*, v.3, p. 53.

Imagem 4 – Autor não identificado. *O Malho*. Ano V, n. 191, 12 de maio de 1906, p. 53.

Imagem 5 – Raul Pederneiras. *Cenas da Vida Carioca*, 1935, p. 57.

Imagem 6 – Storni. *O Malho*, Ano VIII, n. 337, 27 de fev. de 1909, p. 58.

Imagem 7 – *Revista Feminina*, Ano XI, n. 119, p. 88.

Imagem 8 – *Tico-Tico*, Ano I, n.1, outubro de 1905, p. 89.

Imagem 9 – *Klaxon*, Ano I, n.1, maio de 1922, p. 95.

Imagem 10 – *Revista Portuguesa*, ano I, n. 2, março de 1938, p. 109.

Imagem 11 – Linha do tempo: jornais publicados pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro (1906-1940), p. 112.

Imagem 12 – Linha do tempo: revistas e almanaques publicados pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro (1910-1940), p. 113.

Imagem 13 – *Almanaque Português*, ano VIII, 1939, p. 116.

Imagem 14 – *Portugal Republicano*, ano I, n. 1, 5 de outubro de 1932, p. 117.

Imagem 15 – *Pátria Portuguesa*, ano IV, n.160, 1º de janeiro de 1928, p. 121.

Imagem 16 – *Lusitania*, ano I. n. 3. 17 de junho de 1916, p. 123.

Imagem 17 – *Colônia Portuguesa*, ano I, n. 1, janeiro de 1925, p. 124.

Imagem 18 – *Portugal*, ano I, n. 3, 20 de maio de 1926, p. 125.

Imagem 19 – *Portugal*, ano I, n. 1, 22 de abril de 1926, p. 126.

Imagem 20 – *Alma Nova*, 3ª Série, n. 2, maio-junho de 1922 p. 129.

Imagem 21 – *Alma Nova*, 3ª Série, n. 2, maio-junho de 1922, p. 130.

Imagem 22 – *Portugal Ilustrado*, ano I, n. 1, setembro de 1928, p. 132.

Imagem 23 – *Revista Biográfica Portuguesa*, ano II, n. 18, outubro de 1938, p. 135.

Imagem 24 – *Alma Lusitana*, ano I, n. 3, 1 de março de 1919, p. 136.

Imagem 25 – *Lusitania*, ano II, n.45, 1º de dezembro de 1930, p.153.

Imagem 26 – *Lusitania*, ano III, n.52, 16 de março de 1931, p.154.

Imagem 27 – *Lusitania*, ano VI, n. 110, 15 de Maio de 1934, p. 157.

Imagem 28 – *Lusitania*, ano V, n.92, 31 de janeiro de 1933, p.159.

Imagem 29 – *Lusitania*, ano II, n.43, 1º de novembro de 1930, p.162.

Imagem 30 – *Lusitania*, ano I, n.1, 1º de fevereiro de 1929, p. 163.

Imagem 31 – João Chrysóstomo Cruz. Fotografia cedida por Almira Sobral da Cruz e Vasconcelos, p. 176.

Imagem 32 – João Chrysóstomo Cruz com a família, na escada da casa onde nasceu em Portugal. Fotografia cedida por Almira Sobral da Cruz e Vasconcelos, p. 177.

Imagem 33 – João Chrysóstomo Cruz e Almira Mota Cruz. Rio de Janeiro, 1949. Fotografia cedida por Almira Sobral da Cruz e Vasconcelos, p. 178.

Imagem 34 – O casal João Chrysóstomo Cruz e Almira Mota Cruz com a afilhada no colo, Almira Sobral da Cruz, uma homenagem à esposa de Chrysóstomo. Fotografia cedida por Almira Sobral da Cruz e Vasconcelos, p. 178.

Imagem 35 – Grupo responsável pela revista *Lusitania*. *Álbum da colônia portuguesa do Rio de Janeiro*, 1929, p. 180.

Imagem 36 – João Chrysóstomo Cruz e o General Antonio Oscar de Fragozo Carmona. Fotografia cedida por Almira Sobral da Cruz e Vasconcelos, p. 184.

Imagem 37 – *Lusitania*, ano IV, n. 71, 1 de janeiro de 1932, p. 198.

Imagem 38 – *Lusitania*, ano V, n.94, 30 de março de 1933, p. 208.

Imagem 39 – *Lusitania*, ano V, n.96, 31 de maio de 1933, p. 209.

Imagem 40 – *Lusitania*, ano II, n.32, 16 de maio de 1930, p. 218.

Imagem 41 – *Lusitania*, ano IV, n.81, 1º de junho de 1932, p. 222.

Imagem 42 – *Lusitania*, ano I, n.1, 1º de fevereiro de 1929, p. 224.

Imagem 43 – *Lusitania*, ano V, n.98, 31 de julho de 1933, p. 240.

Imagem 44 – *Lusitania*, ano V, n.98, 31 de julho de 1933, p. 226.

Imagem 45 – *Lusitania*, ano IV, n. 75, 1º de março de 1932, p. 228.

Imagem 46 – *Lusitania*, ano I, n.21, 1º de dezembro de 1929, p. 230.

Imagem 47 – *Lusitania*, ano III, n.62, 16 de agosto de 1931, p. 230.

Imagem 48 – *Lusitania*, ano IV, n.90, 30 de novembro de 1932, p. 231.

Imagem 49 – *Lusitania*, ano IV, n.83, 1º de julho de 1932, p. 231.

Imagem 50 – *Lusitania*, ano I, n.13, 1º de agosto de 1929, p. 231.

Imagem 51 – *Lusitania*, ano I, n.17, 1º de outubro de 1929, p. 231.

Imagem 52 – *Lusitania*, ano I, n.3, 1º de março de 1929, p. 237.

Imagem 53 – *Lusitania*, ano II, n.31, 1º de maio de 1930, p. 237.

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo 1: A experiência imigratória portuguesa no Brasil	28
1.1 - Estudos sobre a imigração portuguesa, novas abordagens	31
1.2 - Estudos demográficos e sociais sobre a imigração portuguesa	34
1.3 - A colônia portuguesa no Rio de Janeiro e suas estratégias de inserção	46
Capítulo 2: A imprensa carioca na Primeira República: modernização e ação político-cultural	67
2.1 - A imprensa e os impressos nos primórdios do século XX no Rio de Janeiro	69
2.2 - As revistas no universo da produção periodística	78
2.3 - A produção de periódicos nos anos 1930	91
Capítulo 3: O periodismo português no cenário da imprensa carioca	96
3.1 - A imprensa imigrantista no Brasil	96
3.2 - A imprensa portuguesa no Rio de Janeiro: um breve mapeamento	105
3.3 - <i>Lusitania</i> : uma revista entre revistas portuguesas	118
Anexo	138
Capítulo 4: Por trás da <i>Lusitania</i> : produtores, colaboradores e distribuidores	147
4.1 - Impressão e iconografia	152
4.2 - Organização interna da revista: seções e colunas	167
4.3 - A empresa C. Cruz e Cia.	175
4.4 - Espaços de circulação e estratégias de venda	195
Capítulo 5: Projetos de identidade luso-brasileira e a construção de uma memória histórica pela <i>Lusitania</i>	201
5.1 - A instauração da Ditadura Militar em Portugal	202
5.2 - A propaganda da “Revolução Nacional”	206
5.3 - O projeto político-cultural da <i>Lusitania</i>	211
5.4 - A construção do Império e dos laços Brasil-Portugal	232
Considerações finais	240
Bibliografia	244

Introdução

A temática das relações luso-brasileiras sempre me despertou interesse enquanto historiadora, a ponto de passar a acompanhar a minha trajetória acadêmica. O primeiro contato que tive com uma pesquisa empírica que envolvesse essa discussão foi quando me tornei bolsista de iniciação científica da Fundação Casa de Rui Barbosa, contribuindo para o projeto intitulado “O Português da Anedota”, da historiadora Isabel Lustosa. Tal projeto procurava analisar a forma como surge e se difunde no Brasil a imagem estereotipada do português, das famosas e numerosas piadas, caracterizado principalmente por sua falta de inteligência.

Nessa pesquisa tive também o meu primeiro contato mais “íntimo” com a imprensa, pois as nossas principais fontes eram as revistas ilustradas cariocas das primeiras décadas republicanas, em especial *O Malho* (1902-1954) e a *Revista da Semana* (1900-1958). Ao longo do trabalho fui percebendo que a ridicularização do português por parte dos intelectuais, incluindo aí literatos e caricaturistas, não era uma simples brincadeira para fazer rir, mas parte de seus projetos de nação e povo, em que muitas vezes o português era utilizado como um contraponto a ser combatido e vencido, para se poder pensar em uma identidade “verdadeiramente” nacional.

Levei então essa investigação para minha monografia de graduação, realizada na Universidade Federal Fluminense, em 2008, sob a orientação da professora Martha Abreu, debruçando-me sobre as representações feitas pela imprensa sobre “os portugueses” por ocasião da Festa da Penha¹, e concentrando minha atenção nos discursos negativos que procuravam apontá-los como símbolos da barbárie, ou seja, como um elemento que estaria em descompasso com o período de grande modernização vivido pela cidade do Rio de Janeiro no início do século XX.²

Contudo, mesmo os intelectuais que rejeitavam “os portugueses” na construção da “nova nação”, como é o caso de Olavo Bilac, por exemplo, não o faziam em bloco. A

¹ Festa originalmente portuguesa, existente desde 1728, que ocorria todos os anos no mês de outubro na Igreja da Penha, localizada no subúrbio do Rio de Janeiro. Com o passar dos anos, a festa deixou de ser predominantemente portuguesa, e passou a incorporar a população negra e mestiça da cidade. A respeito da Festa da Penha ver, entre outros: SOIHET, Rachel. “Festa da Penha: Resistência e Interpenetração Cultural (1890-1920)”. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *Carnavais e outras f(r)estas*. Campinas: Editora UNICAMP, CECULT, 2002; CARVALHO, Ana Lucia. *Cultura e história na Festa da Penha*. Os primeiros anos da República na vivência festiva popular. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2005. (MIMEO)

² TRICHES, Robertha. *Entre tradições e modernidades: o elemento português na cultura histórica da belle époque carioca*. Monografia. Niterói: UFF, 2008. (MIMEO)

recusa a Portugal e aos imigrantes portugueses se dava em alguns aspectos específicos e por meio de determinados critérios e seleções. Nesse sentido, passei a investigar uma questão maior: qual seria o lugar de Portugal e dos portugueses nos projetos de nação e de povo desenvolvidos pelos intelectuais brasileiros nos primórdios do século XX?

Foi com essa problemática que dei início ao mestrado na UFF, apresentando um projeto de pesquisa que originalmente se intitulava “Narrando histórias e repensando laços: o lugar de Portugal no debate intelectual sobre a nação (1900-1906)”, e que procurava discutir como alguns intelectuais brasileiros estavam pensando as relações Brasil-Portugal nos primórdios do regime republicano. Minhas fontes eram os periódicos *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *Kosmos* e *Revista da Semana*, a partir dos quais eu buscava investigar o debate travado pelos intelectuais na imprensa a respeito do papel de Portugal na formação do povo brasileiro e na construção da história da nação. Para isso, elegia alguns momentos importantes, que colocavam a imagem de Portugal à prova, como o das comemorações do 4º Centenário do Descobrimento do Brasil.

Com o início da pesquisa, deparei-me com um material muito extenso e comecei a refletir mais profundamente a respeito da viabilidade desse projeto em um curso de mestrado de dois anos. Essa inquietação ficou ainda maior quando comecei a investigar o lado inverso, ou seja, as reflexões dos portugueses a respeito das relações luso-brasileiras nesse mesmo período, pois percebi a variedade de periódicos produzidos pelos portugueses aqui no Rio de Janeiro. Nesse momento, entrei em contato, através das mãos da minha orientadora, a professora Ângela de Castro Gomes, com uma revista produzida por um grupo empresarial da colônia portuguesa do Rio de Janeiro chamada *Lusitania*, revista essa que circulou, simultaneamente no Brasil, em Portugal e em alguns países da América e no continente africano, entre 1929 e 1934.

A revista, que se apresentava como “Revista Ilustrada de Aproximação Luso-Brasileira e de Propaganda de Portugal”, era feita por portugueses, mas não só para portugueses, possuindo um claro projeto de afirmação da identidade portuguesa no Brasil, bem como de estreitamento dos laços que uniam os dois países. Ao mesmo tempo, ela buscava demonstrar a inserção da colônia portuguesa na sociedade carioca e brasileira, promovendo a “aproximação” entre os dois povos. Após um primeiro investimento de sondagem da revista, percebi a sua riqueza, pois nos oferece um material muito variado, falando dos feitos realizados pela colônia portuguesa, como a inauguração de bares, torneios de futebol, peças de teatro; dando notícias sobre o que

acontecia em Portugal e na África; abrindo espaço para a literatura, a arte, a moda, a fotografia; discutindo política e relações luso-brasileiras; e, por fim, mas não em último lugar, investindo maciçamente na história de Portugal e nas suas relações com o Brasil.

Em conversa com minha orientadora, refletimos então sobre as possibilidades de investigação que a revista me oferecia e sobre a viabilidade da pesquisa, pois seu período de produção é diferente daquele que eu estava abordando. Além disso, a perspectiva adotada seria outra, uma vez que se estaria trabalhando com as reflexões dos próprios portugueses a respeito das relações Brasil-Portugal. Mas percebemos que as questões de fundo que me inquietavam permaneciam muito semelhantes, ou seja, o objetivo da pesquisa ainda era discutir como estavam sendo pensadas as relações entre dois países que, não há muito tempo, caracterizavam-se como colônia e metrópole um do outro, e que, nas primeiras décadas do século XX, ainda mantinham uma relação muito próxima e também muito tensa.

A partir daí, a revista *Lusitania* se transformou em meu objeto de pesquisa, pois entendi que através dela poderia acompanhar o movimento de idéias e os embates em torno de projetos políticos e culturais dos imigrantes portugueses no Brasil, que dialogam diretamente com as questões do seu tempo. Ao mesmo tempo, ela se apresenta nesse trabalho como a minha principal fonte, uma vez que, a partir das temáticas colocadas pela própria revista, realizei uma seleção de questões que entendi serem fundamentais para a pesquisa, com destaque para a discussão sobre o papel da história no periódico. Isso porque o que me chamou a atenção, logo no início do trabalho, foi a grande preocupação da *Lusitania* em narrar a história de Portugal, quer a do seu passado remoto e grandioso, através da comemoração das datas fundadoras e de seus heróis; quer a do presente, que pode ser chamada também, nesse caso, de “história imediata”, e na qual a colônia portuguesa é pensada como um agente construtor.

Como veremos ao longo da dissertação, a revista era uma publicação quinzenal, podendo ser caracterizada como uma “revista de variedades”³, dada a sua diversidade temática, tanto no que diz respeito às matérias avulsas como às seções fixas, com temas como moda, esporte, teatro, culinária, política, música, literatura infantil, história, cinema e pintura. Ela era produzida por um grupo de imigrantes portugueses que chegou

³ Seguimos aqui o modelo de classificação de revistas apresentado por Ana Luisa Martins. Cf. MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e práticas culturais em Tempos de República*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2008.

ao Brasil na primeira década do século XX, indo encontrar na imprensa uma forma de sobrevivência e uma estratégia de progressão social.

O principal responsável pela publicação da *Lusitania* era o português João Chrysóstomo Cruz, o qual também fora responsável pela criação dos jornais *Pátria Portuguesa* (1925-1934), *Diário Português* (1932-1936) e *Voz de Portugal* (1936-2010), através da sua editora, a Chrysóstomo Cruz & Cia. A seu lado estava também toda uma equipe de redatores, revisores, fotógrafos, ilustradores e colaboradores que muito contribuíram para o sucesso do periódico, a ponto da revista ser publicada, ininterruptamente, ainda que com oscilações de periodicidade, durante seis anos, o que não é pouco, considerando-se a duração média dos periódicos então existentes.

Esse período de publicação da revista *Lusitânia* – entre 1929 e 1934 –, é também extremamente importante para a pesquisa, pois abarca um contexto de grandes agitações políticas, em Portugal e no Brasil. Naquele país, viveu-se o regime de Ditadura Militar, que havia sido instaurado em 28 de maio de 1926, através de um golpe militar. Em 1929, além da crise econômica, os portugueses também já haviam assistido à aparição de Oliveira Salazar no cenário político do país, pois ele se fortaleceu, em 1928, quando foi empossado no cargo de ministro das Finanças. Ao longo dos anos 1930, presenciariam a instauração de um novo regime político, o Estado Novo português, tendo então à frente a figura de Salazar.

No Brasil, os imigrantes portugueses também seriam testemunhas de um grande movimento político, conhecido como a Revolução de 1930, que concluiu o período da Primeira República e possibilitou a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Vivenciariam assim a instauração de um Governo Provisório e todas as suas implicações políticas e sociais; uma sangrenta guerra civil; chegando a acompanhar, em 1933/34, a instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte e a aprovação de uma nova Constituição para o país. É nesse contexto também que se assiste no país a uma brusca queda dos números da imigração portuguesa, um reflexo direto da crise econômica que se instaurou, a partir de 1929, e das consequentes políticas de emigração/imigração adotadas por Portugal e Brasil.

Como se vê, a revista surge em um momento onde as relações (políticas, econômicas e culturais) entre as duas nações estão sendo postas em causa por grandes acontecimentos, devendo ser constantemente discutidas, inclusive em razão do caráter nacionalista dos dois governos, como veremos. A *Lusitania*, nesse sentido, além de outras possibilidades, poderia funcionar como um veículo precioso, através do qual

parte da colônia portuguesa do Rio de Janeiro poderia fazer-se ouvir no que tange a essas discussões sobre as relações entre Brasil e Portugal.

A análise da *Lusitania*, longe de me possibilitar a percepção de como toda a colônia estava pensando as relações luso-brasileiras, me aponta para a diversidade de estratégias usadas pelos portugueses para reforçarem tanto a sua identidade lusa, quanto a sua boa inserção na sociedade brasileira. A revista, compreendida aqui como um importante vetor cultural, nos abre assim uma janela para começarmos a compreender a organização e a atuação da imprensa portuguesa no Rio de Janeiro e da imprensa imigrantista no Brasil. Como analisaremos no capítulo III, existem pouquíssimos estudos sobre imprensa imigrantista, e principalmente sobre imprensa portuguesa, e o contato com a revista *Lusitania* nos encaminha para uma área que ainda merece uma pesquisa minuciosa, sobretudo dada à riqueza do que se apresenta. Daí o nosso empenho em fazer um levantamento dos periódicos produzidos pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro, nessas primeiras décadas do século XX, além de dar um enfoque especial em alguns periódicos produzidos por outros grupos de imigrantes.

Dessa forma, a presente dissertação pretende contribuir tanto para os estudos sobre a imigração portuguesa no Brasil e as relações entre Brasil e Portugal, na primeira metade do século XX, como para as novas pesquisas que vêm sendo desenvolvidas a respeito da utilização de periódicos como objeto de estudo, especialmente a imprensa imigrantista, pensada aqui a partir de sua organização e intervenção na sociedade carioca. Busca-se perceber, portanto, a importância desses periódicos para o dia a dia da colônia portuguesa e sua articulação com o restante da sociedade.

Para trabalhar com essa imprensa imigrantista, estaremos utilizando um aparato teórico-metológico que caracteriza os jornalistas como intelectuais, mais especificamente como “intelectuais mediadores”. Essa categoria “intelectual” mereceu, ao longo dos tempos, diversas interpretações, algumas complementares e outras opostas, principalmente no que diz respeito às responsabilidades dos intelectuais para com a sociedade e suas delicadas relações com o poder. Uma análise rápida dessas interpretações revela que, por muito tempo, as discussões sobre esse tema orientaram-se pelo que podemos chamar, weberianamente, de dois tipos ideais de intelectual: o “intelectual sábio” ou “filósofo”, e o “intelectual engajado”. Chamo-os aqui de tipos ideais, pois entendo que essas classificações, caso não sejam entendidas nessa chave analítica, denotam, na verdade, uma postura prescritiva daquele que define o que é (ou deve ser) um intelectual; assim, melhor tratá-los como tipos ideais, na medida em que

eles se constituem em modelos abstratos, “puros”, que nos ajudam a pensar e a trabalhar em nossos estudos.

O autor francês Julien Benda destacou-se como um dos maiores defensores da categoria de “intelectual filósofo”. Sua obra *La Trahison des clercs*, lançada em 1927, ainda hoje é tida como uma referência para se pensar a relação entre os intelectuais e a política. Na concepção de Benda, o intelectual é o *clerc*, ou seja, é um homem “que não se propõe como objetivo imediato um resultado prático, que conserva o culto da arte e do pensamento puro, que tira sua felicidade de um gozo espiritual”.⁴ Definindo-se como um “racionalista absoluto”, o autor caracteriza a missão intelectual como sendo eminentemente espiritual, isto é, uma defesa dos valores supremos da civilização, que seriam racionais e desinteressados. Possuidor da verdade universal, o *clerc* deveria se desprender de todos os tipos de paixões que animam os indivíduos comuns, tais como a política, o nacionalismo e o amor familiar, posto que elas não se orientam pela razão. O intelectual, nessa concepção, se concentra somente na sua tarefa maior, que é a defesa dos princípios universais do espírito, como a verdade, a justiça e a liberdade. Seu papel na sociedade, portanto, não teria nenhum objetivo prático e estaria desligado das preocupações políticas e, mais ainda, financeiras.

Analisando o panorama político e cultural europeu de sua época, o autor vai diagnosticar o que chamou de “a traição dos *clercs*”, ou seja, a tendência dos intelectuais seus contemporâneos de traírem a sua “missão”, uma vez que estariam se deixando envolver pelas paixões políticas, principalmente pelos nacionalismos, entregando-se aos poderes irracionais do instinto e da intuição. Sua definição de intelectual, portanto, parte de um ideal; daquilo que Benda acredita como o certo e lhe permite dividir os intelectuais em verdadeiros e falsos, estando, de um lado, a “cultura do espírito”, e, de outro, a “cultura serviçal”.

O intelectual defendido por Benda tem, portanto, aversão a toda forma de ação prática/política, não tendo interesse em transformar o mundo, apenas, o que era muito, em compreendê-lo. Sua obra vai ser duramente criticada, principalmente devido a seu idealismo e à sua incapacidade de perceber que, com as constantes mudanças sofridas pela sociedade moderna, urbana e industrializada, passava-se a exigir, cada vez mais, um posicionamento dessa intelectualidade. Ainda assim, seu texto é de referência para

⁴ BOMENY, Helena. “Infidelidades eletivas: intelectuais e política”. In: BOMENY, Helena. (org.) *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 12.

muitos autores que buscam pensar a relação entre cultura e política e que, assim como ele, contribuem para consolidar certa imagem do intelectual como um ser “contemplativo”, para quem não haveria correspondência entre as indagações próprias do exercício do espírito e a intervenção no mundo das ações. Um modelo que, mesmo sem essa ênfase, permanece muito presente no senso comum e na literatura acadêmica.

Outro autor que se destacou nas discussões a respeito do papel dos intelectuais, e que poderia ser incluído nessa primeira matriz de “intelectual filósofo”, apesar de várias diferenças, é Karl Mannheim. Para ele, a intelectualidade teria uma missão fundamentalmente teórica, um papel de propor interpretações sobre a realidade social. Porém, diferentemente de Benda, admite a possibilidade dessas interpretações intelectuais, a longo prazo, estimularem e orientarem ações políticas, logo, com elas dialogarem. Para Mannheim, a vida política de uma nação estaria caracterizada pelo fato de nela coexistirem várias ideologias, cada uma representativa de um ponto de vista particular, e, a fim de evitar que essas ideologias contrastem entre si eternamente, deve-se buscar a síntese entre os vários pontos de vista em conflito, o que deveria ser feito por uma categoria que estivesse desancorada da sociedade, ou seja, que não compusesse uma classe. No caso, os intelectuais, chamados pelo autor de *intelligentsia*.⁵ A promoção dessa síntese entre as várias ideologias, feita através da interação social, e que poderia dar passagem ou não a novas orientações políticas, constituiria para Mannheim a grande missão do intelectual.⁶

Mannheim caracteriza a *intelligentsia* como um agregado frouxo e polarizado, tendo como principal atributo comum o contato com a cultura, embora em graus diferentes, introduzindo na opinião pública todos os pontos de vista inerentes à sua heterogeneidade. Enquanto um grupo nada coeso, a única preocupação comum a esse estrato seria o que ele chama de “processo intelectual”, ou seja, o esforço de avaliar, diagnosticar e prognosticar, descobrir alternativas, compreender e localizar os diferentes pontos de vista antes de rejeitá-los ou assimilá-los. Sua aparente falta de identidade social, portanto, seria uma oportunidade única, pois não teria que ficar preso a posições de classe, nem renunciar à sua mobilidade e independência.

⁵ A “ideologia”, para Mannheim, não é vista enquanto uma “falsa consciência”, como postulam algumas teorias marxistas, mas como um conjunto de idéias, visões de mundo que guiam as interpretações e propostas de ação dos grupos sociais. A respeito do conceito de ideologia ver: MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

⁶ MANNHEIM, Karl. *Sociologia da Cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

Portanto, Mannheim, assim como Benda, encontra-se entre aqueles autores que não estabelecem uma relação necessária e direta entre o engajamento intelectual e o engajamento político, ainda que os intelectuais possam ter interesses pelas questões políticas e nelas influam indiretamente. Mas, diferentemente de Benda, que denunciava o “desmoronamento” dos intelectuais diante do poder, Mannheim acreditava estar nos intelectuais a solução para os problemas sociais, uma vez que, enquanto uma “não-classe”, a intelectualidade seria responsável por organizar a cultura, propondo diálogos entre as ideologias existentes, ou seja, criando e mediando o mundo.

Outro grupo de autores destacou-se também nesse debate a partir da defesa de outra matriz ou outro tipo ideal, a do “intelectual engajado”. Ou seja, a categoria de intelectual, nessa perspectiva, teria como missão exatamente a participação direta na luta política, influenciando sistematicamente nos rumos da nação. O maior representante desse grupo, que compreende a atuação política e cultural dos intelectuais como algo indissociável, foi Antonio Gramsci. Em seu livro *Os intelectuais e a organização da cultura*, produzido ao longo dos anos 1930 e publicado à primeira vez em 1949, Gramsci caracterizou os intelectuais não a partir da posse de um “saber superior” ou por aquilo que haveria de “intrínseco” à atividade intelectual, mas pelas funções que assumiria nas relações sociais.⁷ Por intelectuais, portanto, se deveria entender não só os grupos comumente e até então entendidos com esta denominação (escritores, filósofos, literatos, sábios, etc.), mas também todos aqueles que exerceriam funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção econômica, seja no campo da cultura ou no campo político-administrativo. Apesar das atividades sociais serem distintas, todos os homens participariam como (re)produtores de idéias, contribuindo para manter ou para modificar uma concepção do mundo, atuando no sentido de promover novas maneiras de pensar.

A grande contribuição do autor para o debate sobre o papel dos intelectuais, além da amplitude que o conceito ganha, é a diferenciação que estabelece entre o que chama de “intelectual orgânico” e de “intelectual tradicional”. O intelectual orgânico seria aquele vinculado a um determinado grupo social em seu desenvolvimento histórico, cuja função seria conferir homogeneidade a esse grupo e lhe dar consciência da sua própria função. Essas camadas intelectuais não surgiriam, assim, de forma abstrata, mas através de relações concretas dentro de um processo histórico, sendo

⁷GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

possuidores de uma capacidade técnica e dirigente, e se tornando especialistas e organizadores dos grupos que lhes deram origem.

Já o intelectual tradicional seria um tipo não vinculado a qualquer grupo/classe social, permanecendo nessa posição, mesmo com as mudanças econômicas, sociais e políticas, criando um “espírito de grupo” e considerando a si mesmo independente, pois dotado de características próprias. Na sociedade contemporânea, o intelectual tradicional seria o humanista, o literato, o filósofo, enquanto o intelectual orgânico seria um “especialista” que encontra, principalmente no partido político, um lugar onde pode promover a síntese entre teoria e prática.⁸ Para o autor, os intelectuais orgânicos formam-se e atuam em conexão com os grupos sociais dominantes. Dessa forma, defende que a autonomia intelectual é uma ilusão, mas não reduz a compreensão do conceito de intelectual orgânico a um mero reproduzidor da ordem do seu meio social, podendo assim, e sem perder a sua organicidade, assumir uma postura crítica e não-dogmática. Gramsci também procura estabelecer uma diferenciação qualitativa, uma hierarquia na atividade intelectual, residindo aí um dos pontos em que é bastante criticado. Para ele, estão no mais alto grau da atividade intelectual os criadores das ciências, da filosofia e da arte, e no mais baixo os “administradores” e divulgadores “mais modestos” da riqueza intelectual já existente, acumulada. Mas seria possível a existência de um intelectual, ainda que um divulgador, simplesmente como um “repetidor” de cultura?

Os dois tipos ideais de intelectual, o “filósofo” e o “engajado”, e as derivações que foram surgindo a partir dessas primeiras categorias, acabaram, portanto, caracterizando os intelectuais como um grupo autônomo, deslocado ou aprisionado de grupos sociais, quando na verdade são fruto deles. Os autores, de uma forma geral, “elevam” os intelectuais acima dos demais grupos ou pela primazia dos valores que representam ou pela superioridade intrínseca à sua vocação/missão. Além disso, tendem a caracterizar como “falso intelectual” aquele que não se encaixa em seu tipo ideal. As reflexões mais contemporâneas dentro do campo das Ciências Humanas têm procurado mostrar as insuficiências dessas formulações, partindo para pensar a heterogeneidade

⁸ Gramsci também estabelece uma diferenciação entre intelectual urbano e rural. O primeiro teria nascido junto com a indústria e ascendido socialmente, e, como técnicos de fábricas, não exerceriam influência política na “massa”, ao contrário, sofreriam influência destas pelos seus intelectuais orgânicos. Os intelectuais rurais, em sua maioria tradicionais, estariam ligados à “massa” campesina e pequeno-burguesa, posta em movimento pelo sistema capitalista, exercendo ainda uma forte influência nas camadas operárias, na medida em que se apresentam como modelo de ascensão social. Também cumpririam um papel político-social, ao mediar a relação entre massa e o espaço político local.

dessa intelectualidade e a sua complexa relação com a política a partir de outros prismas.

Em *Intelectuais e Poder*, obra dos anos 1990, Norberto Bobbio faz um balanço sobre essas diferentes abordagens criadas para caracterizar a atuação dos intelectuais e se coloca a pensar sobre a complicada relação entre cultura e política. De antemão detecta que esse debate esteve marcado por uma antinomia que conduz a um dilema: se o homem da cultura participa da luta política com tanta intensidade, acabando por se colocar a serviço desta ou daquela ideologia, diz-se que ele traiu sua missão de intelectual; mas, se por outro lado, o homem de cultura afasta-se do combate para não “trair”, diz-se que faz obra estéril. “Em suma, na medida em que se faz político, o intelectual trai a cultura; na medida em que se recusa a fazer-se político, a inutiliza”.⁹

Para dar conta do debate entre intelectualidade e política, ou, de uma forma mais ampla, da relação entre teoria e *práxis*, Bobbio também faz uma divisão dos intelectuais em dois tipos: ideólogos e experts, ainda que alguns possam ser, ao mesmo tempo, as duas coisas. De acordo com o autor, essa divisão não corresponde à distinção gramsciana entre intelectuais orgânicos e tradicionais, ou intelectuais humanistas e técnicos, pois seu critério não é a dependência ou independência em relação às classes sociais, mas as diversas funções que eles desempenham em um contexto político, como criadores e transmissores de idéias politicamente relevantes. Por ideólogos, ele entende aqueles que fornecem “princípios-guia” à sociedade, e por experts aqueles que fornecem “conhecimentos-meio”. Assim, o autor chama a atenção para o fato de toda ação política, como qualquer ação social, ter necessidade, de um lado, de idéias gerais sobre os objetivos a perseguir, que podem ser chamados de valores, princípios ou concepções de mundo; e, de outro, de conhecimentos técnicos específicos para a resolução de problemas e implementação de soluções, que só podem ser fornecidos por pessoas competentes nos diversos campos do saber. Dessa forma, os dois tipos são indissociáveis e complementares, não havendo espaço para a idéia da divulgação/mediação cultural como mera repetição, como se isso fosse possível.

Para Bobbio, portanto, deve-se falar de uma autonomia relativa da cultura em relação à política, pois aquela não poderia ser reduzida integralmente à esfera do político. E mais, o autor só reconhece a existência dos intelectuais, como um grupo com papel específico na sociedade, enquanto este não se identifica completamente com a

⁹ BOBBIO, Norberto. *Intelectuais e Poder*: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: UNESP, 1997, p. 22.

classe política. Dessa forma, não os caracteriza como uma classe, mas sim como um conjunto de pessoas que se reconhecem entre si pelas características da própria atividade e do meio intelectual.

A relação entre cultura e política, portanto, é delicada e continua a inquietar alguns autores que se colocam a pensar sobre esse tema. O problema está naquelas interpretações radicais, que, ou entendem cultura e política como esferas completamente distintas, em que não haveria nenhum ponto de contato entre elas; ou entendem cultura e política como uma coisa única, indissociável, transformando o trabalho intelectual numa ação política puramente instrumental. Essa relação tensa entre política e cultura se constituiria, segundo Jean François Sirinelli, num dos fatores que explicariam um longo desinteresse da historiografia pelos intelectuais enquanto objeto de estudo, e o fato da “história dos intelectuais” ter somente recentemente se constituído num campo de investigação relevante.¹⁰ Foi somente com as mudanças sofridas pela disciplina da história, a partir da segunda metade década de 1970, como, por exemplo, a reabilitação da história do tempo presente e a valorização da média duração, que, segundo Sirinelli, a “história dos intelectuais” começaria a ganhar legitimidade. Mais do que isso, pois o que marcaria, de acordo com o autor, a ascensão da história dos intelectuais é a própria mudança de *status* do objeto dessa história nas representações coletivas: de uma definição estreita, a categoria intelectual ganha uma acepção mais ampla. Por isso, Sirinelli propõe duas definições para os intelectuais: uma sociocultural, que englobaria os criadores e mediadores culturais – jornalistas, escritores, professores, além dos eruditos, etc. –, e uma política, fundada sobre a noção de engajamento, direto ou indireto, no contexto político-social. Para o autor, as duas definições são complementares e podem ser articuladas, uma vez que ambas remetem à notoriedade do grupo dos intelectuais, assim como à sua capacidade de especialistas que podem estar a serviço de causas que defendem.

Como consequência dessa concepção mais ampla de intelectual, Sirinelli vai defender a impossibilidade da “neutralidade” de seu trabalho ou da chamada “arte pela arte”, pois, segundo o autor, a dimensão política seria inerente à atividade intelectual. Dessa forma, o artista plástico, o literato, assim como o jornalista e o professor, fazem política. Contudo, fazer política, nessa acepção, não significa, necessariamente, ser político, isto é, estar vinculado a um partido político, ainda que muitos intelectuais

¹⁰ SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

possam se transformar em políticos. O que ele está destacando é a existência de uma dimensão política intrínseca às propostas construídas pelos intelectuais, na medida em que,

como produtores de bens simbólicos eles estão sempre elaborando interpretações da realidade social que têm uma dimensão de diagnóstico e outra de prognóstico com significativo poder de comunicação social.¹¹

Seguindo a inspiração de Sirinelli, Ângela de Castro Gomes também busca pensar o intelectual a partir de sua dupla inserção na sociedade, cultural e política, destacando, para isso, a centralidade da categoria de intelectual mediador.¹² Nessa acepção, o intelectual teria como papel fundamental tanto a organização da cultura quanto a elaboração de interpretações sobre a realidade social, pois na medida em que ele estabelece a mediação cultural está, ao mesmo tempo, participando ativamente do processo de construção e divulgação de conhecimento, de valores e de visões de mundo.

Essa é uma discussão muito importante, pois nessa dissertação trabalhamos com um grupo especial de intelectuais, os jornalistas e editores de jornais, que durante muito tempo foram julgados enquanto “intelectuais de segunda categoria”, uma vez que se enquadrariam no que ficou conhecido por “transmissor” ou “divulgador” da cultura, entendidos simplesmente como aqueles que faziam a ligação direta entre o autor/produtor de idéias, portanto, o “verdadeiro intelectual”, e o receptor, aí pensado como um ator passivo, que poderíamos intitular de público. Esse trabalho, portanto, rompe com essa abordagem e se filia ao conceito de “intelectual mediador”, ao apontar, através da análise da revista *Lusitania*, que os seus produtores, ao longo do processo de divulgação das ideias, estão, ao mesmo tempo, desenvolvendo novas propostas estéticas, realizando intervenções na sociedade, produzindo novos sentidos para os acontecimentos, e fazendo política, porque a política é constitutiva do trabalho desses intelectuais, como a trajetória da revista *Lusitania* nos evidencia.

Partindo então dessas ideias, e dos objetivos que foram primeiramente expostos, cabe apresentarmos a estrutura dessa dissertação, que é dividida em cinco capítulos.

O capítulo I trata do processo de imigração portuguesa no Brasil, no final do século XIX e início do século XX, começando pelo debate de duas questões: a primeira trabalha com as razões da emigração/imigração portuguesa, quer numa perspectiva

¹¹ Ibid. p. 242.

¹² GOMES, Ângela de Castro. *Essa Gente do Rio...* Modernismo e Nacionalismo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 19.

macro (das razões de expulsão e de atração dos imigrantes), quer numa perspectiva micro (das “redes” que envolvem a vinda desses imigrantes e suas relações sociais); a segunda trata da política imigratória do Brasil no período abordado, contemplando, ao mesmo tempo, o contexto político brasileiro e o português. Essa abordagem se justifica uma vez que os produtores da revista *Lusitania* não chegam ao Brasil somente na década de 1920, quando a revista começa a ser publicada. Eles entram bem antes no país, alguns no final do século XIX e outros na primeira década do século XX. Portanto, analisar esse movimento de emigração/imigração nos permite compreender melhor a trajetória desses imigrantes jornalistas, chegando um pouco mais perto das razões de sua vinda para o Brasil.

Em seguida, realizamos uma reflexão sobre a produção historiográfica a respeito desse deslocamento, procurando perceber quais são as principais questões que têm mobilizado os pesquisadores e os debates que são travados no interior do tema da imigração portuguesa no Brasil. Ao recuperar esses trabalhos, produzidos ao longo dos últimos 30 anos, demos especial ênfase às novas abordagens que, utilizando-se de uma variedade de fontes e recorrendo principalmente ao método de história oral, tendem a romper com as análises estritamente estruturais ou conjunturais, resgatando histórias de vida, de indivíduos e grupos, e recuperando o cotidiano dos portugueses no Brasil, bem como suas motivações pessoais.

Por fim, caracterizamos as diferentes formas de organização e atuação da colônia portuguesa do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX, estabelecendo seus espaços de sociabilidade e suas estratégias de inserção na sociedade carioca. Nesse sentido, atenção especial foi dada às associações portuguesas, pensadas aqui como uma importante estratégia de criação de uma identidade portuguesa no Brasil e de manutenção dos laços com Portugal. Essa questão é extremamente importante para a pesquisa, uma vez que nos possibilita compreender os espaços por onde circularam os criadores da revista *Lusitania* e o ambiente sociocultural que permitiu e mesmo estimulou a criação de uma revista com as características da *Lusitania*.

No capítulo II, caracterizamos primeiramente o processo de modernização da imprensa carioca nos primeiros anos do século XX, período em que os pequenos jornais, chamados pela bibliografia de “imprensa artesanal”, começam a dar lugar à formação de verdadeiras empresas jornalísticas. Nosso objetivo foi identificar as condições que possibilitaram a formação de um mercado mais sólido para a produção e consumo de periódicos na capital federal, atestado pelo grande número de jornais,

revistas e almanaques produzidos nesse período, assim como pelo enorme sucesso alcançado por alguns deles. A revista *Lusitania* deve ser então pensada como um exemplo desse verdadeiro *boom* editorial que se verificou no país, principalmente nos anos 1920. Isso porque, o que nós vamos ver é que a imprensa imigrantista acompanha as mudanças e o desenvolvimento da imprensa carioca, daí a necessidade de atentarmos melhor para a imprensa do período e suas transformações.

Nesse sentido, identificamos nesse capítulo as principais mudanças técnicas sofridas pela imprensa – como o desenvolvimento da linotipia e rotogravura, a introdução das máquinas rotativas, dos métodos fotoquímicos de impressão e reprodução da imagem –; as mudanças materiais – como o aumento do número de páginas, o uso de cores, o aumento da qualidade do papel, o uso de fotografias e ilustrações –, e de conteúdo – crescendo o espaço para as reportagens, as entrevistas, os inquéritos, as crônicas, as anedotas, o noticiário policial, além do surgimento de seções especializadas em determinados temas, como a de esportes, crítica literária e moda feminina.

Por fim, defendemos que as revistas no início do século XX funcionaram, para os intelectuais, como um dos principais instrumentos de divulgação de seus projetos político-culturais, bem como de intervenção social, sendo pensadas e legitimadas como lugares de sociabilidade estratégicos. A partir da análise de algumas revistas produzidas nesse período, mostramos como, através delas, eram travadas disputas em torno de interpretações sobre o presente, o passado e o futuro, sobre formas de agir e orientar a população, e sobre mecanismos de transformação social. Dialogando com essas revistas e beneficiando-se das inovações técnicas do período, a imprensa imigrantista no Brasil também funcionou como um espaço de discussão e de construção de projetos étnicos, auxiliando na reelaboração de sentidos das várias comunidades de imigrantes no país.

O capítulo III trata, inicialmente, da imprensa imigrantista brasileira nas primeiras décadas do século XX, identificando as condições que tornaram viável a consolidação de projetos de periódicos étnicos, bem como as motivações que levaram esses grupos a investirem na publicação de impressos, em geral. Em seguida, investimos especificamente na produção de periódicos feita pela colônia portuguesa, fazendo primeiramente um levantamento e depois caracterizando os periódicos publicados pela colônia do Rio de Janeiro.

A primeira hipótese que levantamos nesse capítulo é a de que os periódicos tiveram, entre outras, duas funções principais para a colônia portuguesa: a de construir

uma identidade portuguesa no Brasil, reafirmando os laços com Portugal e resgatando os valores, as tradições e a cultura portuguesa; e a de garantir a inserção dos imigrantes na sociedade brasileira. Nesse sentido, apontamos para um outro ponto: o de que os periódicos portugueses não buscavam falar somente aos seus pares, mas tinham também um interesse muito especial em serem ouvidos pela população local. A comprovação dessas hipóteses foi feita a partir da análise dos próprios periódicos, e, em especial, do conjunto de revistas produzidas pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro, entre 1910 e 1940. A partir do mapeamento dessa produção, conseguimos identificar os diferentes grupos da colônia que estavam envolvidos na publicação desses periódicos, mostrando que essa colônia portuguesa estava longe de ser homogênea. Dentre os diversos grupos existentes, está aquele que foi responsável pela criação da revista *Lusitania*, cuja trajetória será analisada no capítulo IV.

Um trabalho como esse, que toma uma revista como objeto de estudo, não poderia deixar de fazer uma descrição densa da mesma. A própria literatura especializada nos estudos de imprensa nos mostra isso.¹³ Dessa feita, o capítulo IV é uma espécie de etnografia da revista *Lusitania*, onde buscamos caracterizar o seu suporte material bem como o seu projeto gráfico. Nesse sentido, de início identificamos o seu formato, tipo de papel, periodicidade, tipo e qualidade de impressão, uso de cores, usos e tipos de iconografia, presença e formas de publicidade, características das capas, entre outros. Em seguida, descrevemos a organização interna do periódico, identificando as principais seções, as primeiras páginas, as colunas fixas assinadas, os principais anunciantes e seus espaços, os cabeçalhos, as manchetes e legendas, as “chamadas” das matérias, a localização das imagens, o uso de diferentes linguagens e as mudanças de padrão. Tudo isso por entendermos que a materialidade do periódico não está dissociada de seu projeto editorial.

Além disso, a partir do conceito de “circuitos de comunicação”, desenvolvido por Robert Darnton, buscamos caracterizar as formas de produção e distribuição da

¹³ Cf. LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006; MARTINS, Ana Luíza & LUCA, Tânia Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008; CRUZ, Heloísa de Faria & PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. *Projeto História*: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC, n.35, 2007, p. 255-272; MARTINS, Ana Luíza. *Revistas em Revista: Imprensa e práticas culturais em Tempos de República*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2008.

revista, pensadas aqui como um processo social.¹⁴ Assim, identificamos os proprietários, diretores, redatores e colaboradores da *Lusitania*, buscando caracterizar as suas trajetórias de vida e, com destaque, as profissionais. Em seguida, analisamos as condições técnicas de produção da revista, bem como as suas formas de distribuição, buscando caracterizar os espaços sociais de circulação do periódico e o seu provável público leitor.

Por fim, o capítulo V dessa dissertação faz uma análise mais profunda do projeto editorial da revista *Lusitania*, atentando para as diferentes conjunturas durante o período em que ela foi publicada (1929-1934). Esse capítulo, na verdade, foi fruto de uma série de escolhas que tivemos que fazer ao longo da pesquisa, pois a revista nos possibilitaria uma série de entradas. Através dela, por exemplo, nós poderíamos fazer um mapeamento de muitas das associações portuguesas existentes no Rio de Janeiro naquele período; poderíamos também recompor os laços e características da parte mais enriquecida da colônia portuguesa, a partir das pessoas e dos grupos que são noticiados na própria revista; poderíamos ainda falar sobre as formas de sociabilidade da colônia, através das festas de casamento, eventos religiosos, bailes de carnaval, entre outros.

Mas optamos por discutir as estratégias usadas pela revista para aproximar o Brasil de Portugal. Nessa perspectiva, desenvolvemos a hipótese de que há uma retomada da ideia de Império Português, procurando-se comprová-la a partir de uma série de artigos e seções da revista que tratam do “ultramar”, ou seja, do Brasil e da África. Além disso, procuramos caracterizar a forma como história e política foram acionadas pela revista, discutindo, portanto, o papel das narrativas históricas na legitimação dos projetos político-culturais do grupo produtor da *Lusitania*. É nossa hipótese que, a fim de encontrarem um espaço na sociedade carioca e, ao mesmo tempo, garantirem a manutenção de uma identidade portuguesa no Brasil, o grupo faz o que se chama de usos políticos do passado, acionando a história de Portugal de uma dupla maneira: resgatando o passado heróico do país - exemplificado pelo movimento das Cruzadas, das grandes navegações, do descobrimento do Brasil etc. -, e enfatizando a história imediata do país – tanto através da exaltação da política portuguesa, identificada com a figura de Oliveira Salazar, como por meio da atuação dos imigrantes portugueses no Brasil, em especial, os bem sucedidos. A história, nesse sentido, será para a revista

¹⁴DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Lusitania um dos principais e mais rendosos meios de ligação entre as duas nações e os dois povos. Para mostrar isso, selecionamos um conjunto de capas, editoriais e artigos que tratam explicitamente desse projeto de reconstrução dos laços históricos entre Brasil e Portugal.

Para a realização dessa pesquisa, foram consultados os acervos de periódicos da Biblioteca Nacional, do Real Gabinete Português de Leitura, da Casa de Trás os Montes e Alto Douro (associação portuguesa criada pelo responsável pela *Lusitania*, João Chrysóstomo Cruz), além de algumas obras de referência presentes na Fundação Casa de Rui Barbosa. Fica aqui a nossa dica para quem trabalha ou venha a pesquisar a respeito dessas temáticas desenvolvidas nessa dissertação: os acervos das associações portuguesas do Rio de Janeiro são fantásticos, alguns estão extremamente desorganizados, mas outros, como o da Casa de Trás os Montes, estão intactos e possuem coleções completas desses periódicos portugueses, merecendo, portanto, um olhar mais carinhoso por parte dos pesquisadores, inclusive como estímulo para a preservação desses acervos.

Capítulo I – A experiência imigratória portuguesa no Brasil

Os portugueses adaptam-se ao Brasil como se aqui tivessem nascido. Mesma língua, mesmos costumes, mesmo sangue, quase a mesma família, a adaptação é fácil, natural. Trabalham, enriquecem - a terra é boa e generosa - e a fortuna que conseguem construir fica invertida aqui, em casas e negócios. A própria família fica sendo portuguesa e brasileira. Mas apesar dessa ligação profunda à terra que adotaram para viver, não se esquecem da outra, da linda e querida terra em que nasceram. Passam a ter como que duas pátrias, o Brasil, a que se deixam prender pela gratidão, pelos filhos que são brasileiros, pelas relações e pelo hábito, e Portugal a que estão ligados pela infância, pelas recordações, pelo sangue que lhes palpita nas veias, e pelo amor que lhes arde no coração.

(*Lusitania*, ano I, n.1, fev. 1929, p.27)

Portugal é, sem dúvida alguma, um dos países do continente europeu que mais “exporta pessoas”, sendo o Brasil um dos grandes espaços de refúgio para esses emigrantes. Fugindo de perseguições políticas ou na esperança de *fazer a América*, esses portugueses, em fins do século XIX e início do século XX, vão protagonizar um dos maiores movimentos de imigração já observados na história do Brasil, sendo responsáveis por formar uma das colônias de imigrantes mais numerosas e bem integradas da cidade do Rio de Janeiro.

Neste capítulo pretende-se caracterizar o movimento de imigração portuguesa que ficou conhecido pela bibliografia como imigração em massa, pelo qual milhares de portugueses entraram pelos portos brasileiros na expectativa de alcançar um futuro melhor. É nosso objetivo também refletir sobre a produção historiográfica a respeito desse deslocamento, procurando perceber quais são as principais questões que têm mobilizado os pesquisadores e os debates que são travados no interior do tema da imigração portuguesa no Brasil.

Como se sabe, a historiografia sempre esteve marcada por disputas e transformações que dão conta, de um lado, do próprio movimento da pesquisa histórica, ou seja, do olhar do historiador para o seu objeto de estudo, e, de outro, das mudanças verificadas no contexto no qual ela se insere. Como afirmou René Rémond, a história tem também sua própria história.¹⁵ Nessa perspectiva, a década de 1970 se destaca como um período de grandes transformações para a disciplina, momento em que começam a ser questionados os grandes paradigmas estruturalistas vigentes, como o funcionalismo e o determinismo econômico marxista, levando a história a rever seus

¹⁵ RÉMOND, René. “Uma história presente”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: EdUfrj / Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 13-36.

métodos, seus conceitos e a buscar novas abordagens. Dentre essas, ganham destaque o surgimento da micro-história italiana, a renovação da história política e a afirmação da história cultural, bem como a aproximação entre elas.

Esse processo vai ser marcado também pelo intenso contato com outras disciplinas, como a antropologia, a sociologia e a psicologia, e por um alargamento da concepção de fonte histórica, abrindo espaço para os registros orais e para as imagens, entre outros tantos que contribuíram para quebrar o monopólio das fontes escritas e oficiais, entendidas por muito tempo como únicas fontes a partir das quais se podia alcançar a tão desejada “verdade histórica”. Na historiografia essas mudanças vão sendo absorvidas paulatinamente, e alguns trabalhos que são produzidos na década de 1980 guardam características das grandes teorias que predominaram até então, sendo influenciados, principalmente, pelo estruturalismo e pela concepção marxista da história.

A história estrutural, que prevaleceu principalmente nos anos 1960/70 no Brasil, era basicamente quantitativa. Através dela o historiador buscava estruturas que incidissem na sociedade de maneira geral e lhe imprimissem um padrão, passando a identificar esses padrões em um conjunto de fatos. Isso porque quando a abordagem é estrutural, não se está pensando em um único fato isolado, mas em um conjunto de fatos que vão sendo analisados através de suas semelhanças e repetição. A partir desse tratamento, sustentava-se a idéia de que os números espelhavam a realidade, e que a história poderia ser pensada em uma perspectiva universal, sem se dar conta de que os números eram criados em resposta a uma pergunta específica do historiador e que, portanto, nunca poderiam ser totalmente objetivos.¹⁶

Além disso, tinha-se como premissa que as variáveis econômicas prevaleciam sobre as demais, como as políticas e as culturais. Predominava assim o determinismo econômico, que em “última instância” explicava todos os fenômenos sociais. Dessa forma, os trabalhos sobre imigração feitos ainda sob influência dessas concepções de história possuem abordagens fortemente econômicas e/ou demográficas. Isso se verifica tanto na produção brasileira quanto na portuguesa, com estudos que privilegiam os fatores de expulsão e atração dos imigrantes, e que se utilizam de análises macro-sociais a fim de encontrar um padrão de (e)imigração, como a origem dos emigrados, sexo, faixa etária, nível sócio-econômico, grau de instrução, profissão, entre outros aspectos.

¹⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Por isso, na maioria dos casos, as razões da emigração eram quase que exclusivamente econômicas, como a falta de empregos e de terras, a baixa dos produtos agrícolas, entre outras.

Tais trabalhos se baseavam praticamente na análise de números, estando repletos de tabelas e gráficos, como se esses fossem responsáveis por garantir a veracidade da pesquisa. O movimento imigratório era estudado em bloco, através de uma análise macro, dando a impressão de que era uno. Eram abordagens que se baseavam praticamente em fontes oficiais, principalmente de órgãos do governo (brasileiro e português), e acreditavam que dessa forma estavam dando conta da complexidade do processo imigratório.

As mudanças verificadas na disciplina a partir dos anos 1980, a renovação da história social e o desenvolvimento mais recente da história cultural, possibilitaram que novos métodos e novas abordagens enriquecessem em muito os estudos sobre (e)imigração. Dessa feita, os indivíduos são recolocados no centro das preocupações, sendo tomados enquanto atores privilegiados nesse processo. As análises macro-sociais sobre os fatores de expulsão e atração deixam de ser preponderantes, abrindo espaço para trabalhos que buscam acompanhar as trajetórias dos imigrantes, percebidos dentro de suas especificidades. Utilizando-se de uma variedade de fontes e recorrendo ao método de história oral, esses novos trabalhos vêm procurando recuperar as expectativas, os sonhos, as decepções e principalmente o cotidiano desses imigrantes, que se aventuram no desconhecido a fim de encontrar, do outro lado do Atlântico, dias melhores.

Ao recuperar histórias de vida, de indivíduos e grupos, os trabalhos mais recentes vêm se baseando em análises micro-sociais, privilegiando aspectos mais circunscritos às redes de relações estabelecidas entre os imigrantes, seus vínculos sociais e seus espaços de sociabilidade.¹⁷ O resgate dessas trajetórias, por exemplo, vêm mostrando como foram decisivas as redes de informação e solidariedade que serviram

¹⁷Entendo sociabilidade a partir da definição de Ângela de Castro Gomes, para quem o conceito possuiria uma dupla dimensão: de um lado, aquela presente na ideia de redes, aludindo às estruturas organizacionais que se constituiriam em lugares de aprendizagem e de trocas entre os sujeitos, apontando para a dinâmica de circulação de ideias. De outro, aquela contida na ideia de “microclimas”, que estariam presentes nessas redes de sociabilidade e envolveriam as relações pessoais e profissionais de seus integrantes. Ou seja, se os espaços de sociabilidade são “geográficos”, são também afetivos, agrupando vínculos de amizade, de amor, de competição, ao mesmo tempo que projetos, ideais e ilusões. Cf. GOMES, Ângela de Castro. *Essa Gente do Rio...* Modernismo e Nacionalismo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

de suporte aos processos migratórios, tornando os lugares de chegada mais conhecidos e menos inseguros para esses imigrantes.

1.1 – Estudos sobre a imigração portuguesa, novas abordagens

Uma análise mais apurada sobre a bibliografia existente no Brasil, a respeito do tema da imigração portuguesa, mostra que é só com o avançar da década de 1980 que tal abordagem passa a ser privilegiada pela historiografia. Na verdade, até o início da década de 1990, o número de trabalhos existentes sobre os portugueses no Brasil era muito inferior ao dos estudos sobre imigrantes italianos, japoneses e espanhóis. Além disso, a produção existente se concentrava nos movimentos migratórios do período colonial, sendo muito poucos os trabalhos que versavam sobre esse fenômeno já no período republicano.

Essa é uma crítica feita constantemente pelos autores que atualmente se dedicam a estudar a presença dos portugueses no Brasil. Para Ana Silvia Scott, uma das razões para essa parca bibliografia sobre os portugueses é que esses imigrantes possuíam uma rede informal de solidariedade e amizade, que garantia aos que estavam chegando ao Brasil uma maior segurança quanto às acomodações e, principalmente, à primeira oportunidade de emprego no Brasil. Dessa forma, grande parte dos recém-chegados não passava pelos canais normais de recepção e encaminhamento destinados aos imigrantes estrangeiros, como, por exemplo, a Hospedaria dos Imigrantes, no caso de se dirigirem para São Paulo.¹⁸ Dessa forma, segundo a autora, os registros sobre a entrada desses portugueses eram escassos, se comparados aos dos imigrantes japoneses e italianos.

Além disso, uma vez no Brasil, praticamente não deixavam rastros fáceis de serem recuperados, pois tornava-se quase impossível distingui-los da população brasileira em geral e identificá-los individualmente como portugueses, devido à semelhança dos nomes próprios e de família que compartilhavam. Esse é um forte argumento para a “invisibilidade” desse processo, pois a falta de fontes, sobretudo de registros oficiais, não inviabiliza a pesquisa histórica. Na verdade, essa é a tese de Carlos Lessa, que aponta a razoável diluição dos imigrantes portugueses, principalmente entre a população carioca, como razão para os poucos estudos sobre a presença portuguesa no Brasil. Parece que, justamente por conta da antiga relação existente entre Brasil e Portugal e da identidade existente entre os dois povos, que os historiadores não

¹⁸ SCOTT, Ana Silvia Volpi. “As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930)”. Congresso de História Econômica de Zaragoza, Universidad San Pablo-CEU, 2001, p.3.

se mobilizavam muito. Afinal a presença do português no Brasil era, supostamente, óbvia.

Apesar disso, nas últimas duas décadas, as pesquisas sobre a imigração portuguesa no Brasil avançaram bastante, enfatizando questões que antes eram negadas pelos estudos sobre esse tema. É o caso, por exemplo, de trabalhos que vêm quebrando a idéia já consagrada de que o imigrante português não se envolvia com organizações de trabalhadores e com o movimento operário, sendo considerado como o exemplo de “fura-greve”, sempre caracterizado em oposição aos italianos, modelo de trabalhadores engajados. Destaco, nesse aspecto, o trabalho de Francisco Carlos Palomanes Martinho, que vai apontar os portugueses como o segundo grupo de estrangeiros mais envolvidos com as lutas operárias nos primórdios do regime republicano.¹⁹

O autor chega a essa conclusão a partir da análise dos vários processos de expulsão dos trabalhadores portugueses e dos documentos encontrados nos arquivos públicos do Rio de Janeiro referentes à participação dos portugueses em atividades sindicais. Na verdade, o que Martinho mostra é que apesar de se afirmar a “passividade” dos trabalhadores portugueses que migraram para o Brasil durante a Primeira República, a pesquisa das fontes revela que havia tanto aqueles que tendiam a uma maior proximidade com o patronato, negando-se à luta operária, pois não se consideravam operários, desejando para si a condição de patrão; como havia aqueles que escolheram a militância política como forma de se expressar frente a um mundo do trabalho que lhes era hostil. Mas o autor também enfatiza que essa dupla postura era comum às demais nacionalidades e mesmo ao trabalhador nacional, sendo, portanto, infundado o estereótipo do português como apolítico ou “reprodutor da ordem”.

Sobre os processos de expulsão dos portugueses do Rio de Janeiro também é bem inovador o trabalho de Lená Menezes, que, não se restringindo aos imigrantes portugueses, mostrou como os estrangeiros pobres no Rio de Janeiro sofreram com as políticas desenvolvidas pelo regime republicano, como a de perseguir aqueles considerados vadios e sem trabalho, que facilmente eram alvos da repressão policial e de processos de expulsão.²⁰ Seu estudo também mostrou o distanciamento existente entre a fantasia e a realidade do sucesso da imigração, pois a maioria dos imigrantes

¹⁹ MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. “O Imigrantes português no mundo do trabalho, nos movimentos sociais e nas organizações do Rio”. In: LESSA, Carlos (org.). *Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 199-239.

²⁰ MENEZES, Lena Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1996.

pobres que chegaram ao Rio de Janeiro tenderam a permanecer assim. Por isso, inclusive, eram uma preocupação constante das elites políticas e das forças policiais da cidade. Outra autora muito importante para essas discussões é Gladys Sabina Ribeiro, que vem desenvolvendo pesquisas a respeito das relações entre brasileiros e portugueses. O destaque é para sua dissertação de mestrado em que, a partir de processos judiciais envolvendo brasileiros e portugueses, vai trabalhar com os conflitos interétnicos, além de recuperar o cotidiano do trabalhador português no Rio de Janeiro.²¹

Ganham expressão também, nesse conjunto, os trabalhos que vêm apontando a importância dos imigrantes portugueses na composição industrial da cidade do Rio de Janeiro. Eles se integram às pesquisas que já foram feitas dando conta da participação dos italianos na indústria paulista, como os grandes nomes dos Matarazzo e Crespi, mas poucos até agora tinham dado o devido destaque, por exemplo, aos nomes de Souza Cruz, Sotto Maior, Domingos Bebiano, Mota Mesquita, grandes industriais portugueses na cidade do Rio de Janeiro. Trata-se da parcela mais afortunada dos imigrantes portugueses, constituída por industriais dedicados à fabricação de tecidos, bebidas, mobiliário, construção civil e que exerceram um papel fundamental na formação e dinamização destas atividades.

Esses trabalhos vêm mostrando que na origem da indústria carioca o capital de nacionalidade portuguesa, proveniente das atividades comerciais, teve uma importante participação, principalmente no ramo de fabricação têxtil, a mais importante na época. Concentrando-se, preferencialmente, no comércio atacadista, uma parcela representativa da comunidade lusa buscou diversificar seus investimentos, transferindo sua experiência para o ramo industrial. Dessa forma, encontravam-se portugueses nas funções de dirigente, administrador e fundador de várias empresas do setor industrial do Rio de Janeiro. Essa minoria de portugueses bem sucedidos contribuía para renovar o imaginário sobre a imigração, sobre o mito da fortuna.²²

O que percebemos é que os novos estudos sobre esse tema vêm enfatizando justamente as motivações pessoais dos imigrantes portugueses, as relações sociais tecidas por eles e seu cotidiano na cidade do Rio de Janeiro. Revelando estratégias

²¹ RIBEIRO, Gladys Sabina. *“Cabras” e “pés-de-chumbo”*: os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930). Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1987. (MIMEO)

²² Cf. FILHO, Almir Pita Freitas. “A colônia portuguesa na composição empresarial da cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX”. In: LESSA, Carlos. (org.) *Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p.163-197.

individuais e de grupos, essa nova historiografia sobre imigração procura re-significar questões, complexificando antigas hipóteses e conclusões de análise. Estudando os movimentos migratórios em outra escala de análise, os historiadores estão, ao mesmo tempo, humanizando-os e quebrando a superficialidade dos trabalhos que antes se baseavam em conjuntos de números, mesmo que não os neguem ou minimizem sua importância.

1.2 – Estudos demográficos e sociais sobre a imigração portuguesa

Segundo Manolo Florentino e Cacilda Machado, a imigração lusitana em direção ao Brasil nunca cessou. “Confundiu-se com a conquista e colonização, intensificou-se após a independência e adentrou o século XX”.²³ De fato, os números das entradas de portugueses no Brasil são uma constante, não tendo ficado, durante o período de 1880 a 1930, nunca abaixo de 6.500 portugueses anuais. Porém, através da análise das fontes que documentam a entrada desses imigrantes no Brasil, podemos perceber que esse movimento foi mais intenso na última década do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Em um trabalho sobre imigração portuguesa e os padrões de miscigenação no Brasil, Florentino e Machado apontaram a emigração como algo estrutural da história demográfica portuguesa, justificando essa afirmativa a partir da constatação de um padrão de emigração. Esse padrão estaria refletido na origem desses imigrantes, vindos da região mais pobre de Portugal, o Norte, em sua faixa etária, a maioria formada por homens jovens e solteiros, e nas razões da fuga de Portugal: altas taxas de fecundidade, predomínio de pequenas propriedades no norte do país e heranças com partilhas estritas. Na verdade, nas próprias palavras dos autores, “emigração e sistemas agrários locais manteriam uma relação estreita, surgindo um como possibilidade dialética para a emergência do outro”.²⁴ Para os autores, o aumento da emigração portuguesa em direção ao Brasil, em fins do século XIX, não dependeu tanto da política de imigração do Estado brasileiro, mas das condições econômicas e sociais existentes em Portugal.

²³ FLORENTINO, Manolo & MACHADO, Cacilda. “Imigração portuguesa e miscigenação no Brasil nos séculos XIX e XX”. In: LESSA, Carlos (org.). *Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p.93.

²⁴ Ibid. p. 106.

O trabalho clássico de Eulália Lobo sobre a imigração portuguesa no Brasil estabelece uma cronologia para o estudo desse tema.²⁵ De acordo com a autora, a imigração portuguesa no Brasil poderia ser dividida em três grandes movimentos. O primeiro estaria compreendido entre 1888-1930, e seria o período de ascensão dessa imigração. Nele milhares de portugueses estariam fugindo do processo de proletarização instaurado em Portugal, a partir da introdução das máquinas no campo e da grave crise vinícola no Norte de Portugal, ao que se associou o estímulo do governo brasileiro para a vinda de trabalhadores livres, após a abolição da escravidão, em 1888.

O segundo período seria entre 1930-1950, estando marcado pelo declínio da imigração portuguesa, em consequência da grave crise econômica de 1929, da eclosão da Segunda Guerra Mundial e, no contexto brasileiro, da adoção de uma política antimigrante do presidente Getúlio Vargas. Esta última, embora não tivesse como alvo os imigrantes portugueses, acabou afetando-os por conta de uma série de restrições, como a redução do envio de remessas financeiras para Portugal, a proibição da existência de escolas de imigrantes no Brasil, bem como as leis que restringiam a contratação, pelos empresários nacionais, de mão-de-obra estrangeira.²⁶ Além disso, esse período seria marcado pela ascensão de Oliveira Salazar em Portugal que, em decorrência da Segunda Guerra Mundial, começaria a sofrer pressão em direção à emancipação de suas colônias na África, passando a estimular a emigração para as possessões africanas como uma forma de assegurá-las. Talvez, pela primeira vez na história das relações entre Portugal e o Brasil, este país tenha deixado de ser o destino preferencial dos emigrantes lusos.

O último período, que se inicia a partir de 1950, e, portanto, após o fim da 2ª Guerra, seria marcado pela retomada do movimento emigratório português em direção ao Brasil. Ele é caracterizado, segundo a autora, pela vinda de grandes empresários portugueses e suas famílias, que conseguiam se estabelecer de forma mais eficaz na sociedade brasileira. A análise das tabelas abaixo exemplifica essas oscilações no movimento de imigração portuguesa. Note-se que para alguns anos os números não são os mesmos, uma vez que as fontes são diferentes. Enquanto a primeira tabela é baseada em estatísticas brasileiras, a segunda é produzida por um órgão português que,

²⁵ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001. Essa é a primeira edição publicada em português, pois a obra foi originalmente publicada em Madrid, em 1994, com o título *Portugueses en Brasil en el siglo XX*.

²⁶ Como, por exemplo, a lei que ficou conhecida como a “Lei dos 2/3”, ou “lei da nacionalização do trabalho”, instaurada em 1930 no Brasil por Getúlio Vargas, prevendo que 2/3 dos empregos em empresas nacionais fossem reservados ao trabalhador brasileiro.

possivelmente, adotou um método diferente para contabilizar os emigrados.²⁷ Entretanto, mesmo com essas diferenças, percebemos que as mudanças bruscas nos períodos mencionados são representadas em ambas as tabelas, o que, portanto, embasa os argumentos de Eulália Lobo, que adotamos.

Tabela 1 - Imigração Portuguesa no Brasil (1888-1943)

Anos	Imigração Portuguesa	Anos	Imigração Portuguesa
1880	12.101	1913	76.701
1883	12.509	1916	11.981
1886	6.287	1919	17.068
1889	15.240	1922	28.622
1892	17.797	1925	21.508
1895	36.055	1928	33.882
1898	15.105	1931	8.152
1901	11.261	1934	8.732
1904	17.318	1937	11.417
1907	29.681	1940	11.737
1910	30.857	1943	146

Fonte: CARNEIRO, J. Fernando. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, Faculdade Nacional de Filosofia, Publicação Avulsa, n.2,1,1950. Apud: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001, p.142.

²⁷ Não se deve perder de vista as margens de erro dos números apresentados, principalmente por não levarem em conta o grande número de imigrantes que entravam no Brasil ilegalmente.

Tabela 2 - Imigração portuguesa no Brasil (1913-1964)

Anos	Imigração Portuguesa	Anos	Imigração Portuguesa
1913	64.407	1940	12.260
1916	10.002	1943	502
1919	21.228	1946	6.955
1922	25.630	1949	11.974
1925	13.288	1952	41.518
1928	27.728	1955	18.486
1931	2.541	1958	19.829
1934	5.517	1961	16.073
1937	11.613	1964	4.929

Fonte: “Os portugueses no Brasil”. *Migrações Cadernos*. Secretaria de Estado de Emigração das Comunidades Portuguesas, 1987, p. 27-42. Apud: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001, p.278-279.

O primeiro dado que nos chama a atenção é a profunda queda da imigração portuguesa no Brasil entre 1930 e 1940, revelada por ambas as tabelas. Essa realidade, como já mencionamos, é fruto tanto das conseqüências da Crise de 1929 quanto da política antimigrante de Getúlio Vargas, que vai desestimular a entrada de imigrantes no país. Essa informação é importante pois foi justamente nesse período que a revista *Lusitania*, objeto dessa pesquisa, circulou no Brasil. Além disso, outra observação que nos interessa, nos limites desse trabalho, é a grande leva de imigrantes portugueses que vêm para o Brasil em fins do século XIX e início do século XX. Quais seriam as razões desse aumento vertiginoso da entrada de portugueses no país? Seria um fenômeno relacionado somente ao contexto português ou também ao brasileiro? Seria esse um caso isolado ou estaria dentro de um movimento migratório envolvendo outras nacionalidades?

De acordo com uma das maiores especialistas em emigração portuguesa, Miriam Halpern Pereira, a intensificação da corrente emigratória portuguesa no período destacado é resultado da não absorção, pelos mercados de trabalho portugueses, da massa de camponeses libertada pelo desenvolvimento das relações capitalistas no campo, fenômeno semelhante ao que teria ocorrido na Espanha e na Itália em fins do século XIX, em que a imigração vai ser vista como saída para esse problema.²⁸ Segundo Pereira, a política de emigração do Estado Português fora um fator importante nesse

²⁸ PEREIRA, Miriam Halpern. *A Política portuguesa de emigração (1850-1930)*. São Paulo: EDUSC; Portugal: Instituto Camões, 2002.

movimento de emigração, porém sempre de forma ambígua, oscilando entre a proibição e a permissão controlada.

A proibição dessa emigração, que existiu, principalmente, até as últimas décadas do século XIX, estaria relacionada com a forte influência da burguesia agrária e da “classe senhorial” na estrutura econômica e política portuguesa, uma vez que a mão de obra barata do camponês interessava diretamente a esses grupos. Além disso, de acordo com a autora, o deslocamento da população na direção norte-sul de Portugal era cíclico, uma consequência das insuficiências da estrutura fundiária do centro e do norte. Assim, uma excessiva emigração poderia desarticular essa interdependência entre as regiões.²⁹

A fim de conter a saída de portugueses do país, o Estado adotava medidas como: o condicionamento da emissão de passaportes à prévia existência de contratos de trabalho ou ao pagamento da viagem; a necessidade de homens entre 14 e 25 anos pagarem uma fiança para saírem do país, o que levava muitos a emigrarem antes dessa idade; a necessidade das mulheres casadas apresentarem autorização dos maridos para irem se juntar a eles. Apesar das restrições, grande parte dos portugueses conseguia burlar essas regras, sendo alta a porcentagem dos que saíam do país de forma clandestina. Isso se dava através de uma rede de engajamento muito bem organizada, que conseguia bloquear a aplicação dessa legislação.³⁰ Segundo Miriam Pereira, essa rede de engajamento constituía-se em:

Um acordo tácito que, principiando no pároco e no regedor se estendia aos governos civis e tinha colaboração ativa das autoridades consulares brasileiras instaladas no Porto, em Lisboa e em Vigo, possibilitava a aquisição da documentação falsificada que encobria a ilegalidade da emigração.³¹

Existiriam dois tipos de emigração ilegal: uma sem passaporte, partindo geralmente de Lisboa, e outra com passaporte, efetuada geralmente por Vigo. A obtenção da documentação falsa era feita como um verdadeiro negócio, de forma individual ou organizada em sociedades comerciais, desdobrando-se em outras ações como o transporte para um porto brasileiro e, às vezes, através de agentes no Brasil, resolvendo inclusive o problema do destino do imigrante após o seu desembarque. Em outros momentos, porém, especialmente nas primeiras décadas do século XX, o Estado português não só tolerou como também estimulou esse movimento emigratório,

²⁹ Ibid. p.83.

³⁰ Ibid. p.34.

³¹ Ibid. p.23.

principalmente por reconhecer a importância do envio de remessas de divisas por parte dos emigrantes, que se tornariam rapidamente em um dos grandes suportes financeiros do Estado.

As três preocupações que orientariam essa política de emigração do Estado Português, no período de 1877 a 1930, seriam, portanto, a manutenção da corrente de divisas, vinda do Brasil, a necessidade de mão de obra da burguesia agrária e industrial de Portugal e o deslocamento para a África de parte do contingente emigratório. Esses três objetivos coexistentes e contraditórios é que explicariam a oscilação dessa política emigratória. O estímulo à emigração para a África seria acompanhado de medidas como a gratuidade dos passaportes, seguida de sua supressão. Mas, embora essa emigração tenha sofrido um grande aumento no início do século XX, nunca ultrapassaria a corrente emigratória para o Brasil, pois, segundo Pereira, não haveria nas colônias portuguesas uma necessidade de mão-de-obra que possibilitasse a implantação de emigrantes em grande quantidade.³²

No final do século XIX, com o avançar da mecanização no campo, o aumento da concentração fundiária e a diminuição da oferta de emprego em Portugal, a emigração, em especial para o Brasil, transformou-se em uma válvula de escape para o trabalhador português fugir do empobrecimento. Nesse sentido, a política de emigração portuguesa sofreu grande transformação, o que se refletiu na entrada de milhares de portugueses no Brasil. A maioria dos autores que estudam o tema da imigração portuguesa destacam a proximidade cultural, a língua e religião em comum, e a história existente entre as duas nações, como os fatores responsáveis pela escolha do Brasil como a principal área de destino.³³ Essas ideias parecem ser compartilhadas também pelos próprios imigrantes, como podemos ver na epígrafe que abre o capítulo, em que a revista *Lusitania*, nosso objeto de estudo, ressalta a facilidade de adaptação do imigrante português no Brasil, principalmente em razão das semelhanças culturais.

Em um documento trabalhado por Miriam Halpern Pereira, por exemplo, o cônsul geral de Portugal no Rio de Janeiro, Sr. Antonio de Almeida Campos, em 1872,

³² Ibid. p.84.

³³ Cf. LOBO, op. cit; PEREIRA, op. cit; OLIVEIRA, Carla Mary da Silva. *Saudades D'Além Mar*: Um estudo sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro através da revista *Lusitânia*. Tese de Doutorado. João Pessoa: UFPB/CCHLA, 2003; NOGUEIRA, Ana Maria de Moura. *Como nossos pais*: uma História da Memória da Imigração Portuguesa em Niterói (1900-1950). Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1998. (MIMEO); RIBEIRO. op. cit.; PAULO, Heloisa. *Aqui também é Portugal*: a colônia portuguesa do Brasil e o Salazarismo. Coimbra: Quarteto, 2000; MENEZES, Lena Medeiros de. *Os indesejáveis*: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930). Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1996.

respondendo a um inquérito consular sobre a emigração portuguesa, efetuado a pedido da Câmara dos Deputados, assinala, já nesse momento, a preferência das autoridades brasileiras pelos imigrantes portugueses. Reafirmando essa questão, o cônsul vai enfatizar que essa preferência se dá em razão da identidade da língua, das crenças religiosas, dos costumes e, principalmente, pela sobriedade e amor ao trabalho cultivado pelos portugueses.³⁴ Dessa forma, a adaptação no Brasil, para os imigrantes portugueses, é vista, de ambos os lados, como muito mais fácil do que em qualquer outro país da América, principalmente por conta das semelhanças entre as duas nações.

Mas um fator que também teve ampla influência na escolha do Brasil como região de destino, e que alguns trabalhos não deram a devida importância, foi a diferença salarial existente entre as duas nações. Segundo Joaquim da Costa Leite, foi justamente essa diferença salarial, aliada ao trabalho exaustivo a que os portugueses se dedicaram no Brasil, sem direito a grandes luxos e gastos, que possibilitaram a realização de poupanças e o envio de dinheiro para Portugal.³⁵ Miriam Pereira também salienta que os portugueses que tiveram êxito em sua empreitada no Brasil alcançaram essa faceta não tanto em razão do acúmulo de capital, mas principalmente pela diferença de salários entre Brasil e Portugal, que a situação cambial acentuava favoravelmente.

Ao lado da política de emigração portuguesa e dos fatores que acabamos de destacar acima, referentes à escolha do Brasil como nova morada, devemos salientar a política de imigração do Estado brasileiro que, até a década de 1930, vai estimular a entrada de imigrantes. O objetivo era alargar a área agrícola do país, povoando zonas incultas e suprimindo a necessidade de mão de obra, decorrente da abolição da escravidão. O recrutamento desses imigrantes era objeto de uma atividade organizada sob forma empresarial, sendo que várias companhias e empregadores empenhados no negócio recebiam subsídios do governo brasileiro ou trabalhavam diretamente para os governos federais.

Associado a isso estaria a intensa propaganda feita pelos jornais brasileiros, que ajudavam a construir a imagem do Brasil como um verdadeiro “El Dorado”, país das riquezas fáceis e rápidas. Nesse contexto, a propaganda do enriquecimento rápido era mais um fator a estimular a vinda desses homens, que encaravam a saída de Portugal como temporária e um instrumento de ascensão social, articulando, portanto, a idéia de

³⁴ PEREIRA, op. cit. p.178.

³⁵ LEITE, Joaquim da Costa. “O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)”. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 177-200.

retorno à “santa terrinha” com o “mito da fortuna”. Em razão disso é que a maioria desses emigrantes tentava a sorte na cidade e não na compra de terras, o que implicaria a sua permanência no país, além de enviarem constantemente remessas de dinheiro para Portugal, mantendo os laços e compromissos familiares. Ainda assim, são muito poucos os portugueses que conseguem voltar bem sucedidos para sua terra natal.

Essa imagem do Brasil como o “país do futuro” não era só compartilhada pelos portugueses. Ângela de Castro Gomes, por exemplo, ao trabalhar com algumas famílias de imigrantes italianos estabelecidas na cidade de Niterói, que vêm para o Brasil após o período da Segunda Guerra Mundial, também identifica essa imagem do Brasil como um fator importante para a opção dos emigrantes pelo país. Em uma das entrevistas realizadas pela autora, o italiano Vicente Figlino fala sobre como o seu avô exaltava as suas diversas vindas para o Brasil, todas percebidas como bem sucedidas em termos econômicos, terminando com o retorno à Itália, onde usava o dinheiro ganho no Brasil na compra de mais um pedaço de terra.

O Brasil era para o avô e de uma certa forma ainda é para o Sr. Vicente, uma “terra santa”. A imagem bíblica e a duração do mito da América parecem ter atravessado os meados do século XX, sendo razoavelmente recorrente no universo de expectativas dos que decidem então imigrar.³⁶

Apesar de histórias como essas, contadas pelo avô do entrevistado, a maioria dos imigrantes, quando chegava ao Brasil, percebia uma realidade muito diferente, de muito trabalho e pouco dinheiro. Isso acontecia tanto no caso do imigrante que se dirigia para a zona rural do país, substituindo o braço escravo nas fazendas, quanto no caso daqueles que iam buscar a sorte na cidade, tendo que suportar as piores privações a fim de sobreviver no novo país.

Todo esse movimento migratório de fins do século XIX vai ser acompanhado por um intenso debate a respeito do futuro do Brasil. Nesse momento, tornar-se cada vez mais moderna e civilizada era o desafio principal imposto às nações consideradas atrasadas, como no caso do Brasil, marcado por um passado escravista e colonial. Aqui, a difusão de projetos como o do branqueamento racial, enquanto estratégia de inserção do país na modernidade, vai acompanhar o processo de remodelação das cidades, com destaque para o Rio de Janeiro, de políticas de higienização e adoção da mão-de-obra

³⁶ GOMES, Ângela de Castro. “A pequena Itália de Niterói: uma cidade, muitas famílias”. In: GOMES, Ângela de Castro. (org.) *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000, p.76.

européia.³⁷ Era o Brasil buscando se inserir no concerto das nações modernas. Como afirma Lená Menezes,

as cidades portuárias periféricas – caso do Rio de Janeiro – tornaram-se portas de entrada do moderno, parâmetros de comparação com realidades vividas pela Europa industrial e burguesa. A aproximação ou distanciamento com as crenças, usos e práticas européias representavam termômetros da modernidade ou do atraso nos espaços periféricos.³⁸

Mas dessa Europa tão desejada Portugal não fazia parte. Parado no tempo, não teria acompanhado o processo de transformação sofrido pelos outros países europeus, crítica que era estendida à Península Ibérica como um todo. No Brasil, inclusive, o processo de construção de um presente e futuro modernos ficaria marcado, em muitos momentos, pela repulsa ao passado colonial, a alguns valores portugueses e à própria participação dos lusitanos na construção da história nacional. No embate entre o novo e o velho, portanto, Portugal foi, por um longo tempo, um passado que se desejava apagar, pois representava o atraso, a tradição, o imobilismo.

Mas, embora o imigrante português não representasse, nesse contexto, o europeu civilizado por excelência, ele era, de acordo com Gladys Ribeiro, o portador do elemento ordenador da sociedade: o trabalho.³⁹ Considerado como modelo de bom trabalhador - sujeito pacato e esforçado, verdadeiro burro-de-carga -, o imigrante português, segundo a autora, buscava se valer dessa imagem como estratégia para sobreviver e se inserir na sociedade. Dessa forma, o programa de incentivo à entrada de europeus no país, por parte do governo brasileiro, com o objetivo de substituir a mão de obra escrava e branquear a sociedade, incluiu o estímulo à entrada de portugueses, dando ensejo a um dos maiores movimentos migratórios da história do Brasil, como já foi assinalado.

Sobre os debates a respeito desse movimento migratório, o que se assinalou até aqui é que as discussões sobre imigração portuguesa ficaram muito presas aos fatores de

³⁷ A respeito das discussões sobre branqueamento e miscigenação no Brasil ver, entre outros: SCHWARCZ, Lília. “Dando nome às diferenças”. *Cursos e Eventos*. Nova série, n. 21, 2001, p. 9-43; SCHWARCZ, Lília. “Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX”. *Afro-Ásia*. n. 18, 1996, p. 77-101; LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas*. Sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002. LEITE, Dante Moreira. *O preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

³⁸ MENEZES, Lená Medeiros de. “Atraso x Modernidade: representações em contraste. Portugueses e franceses na cidade do Rio de Janeiro”. Comunicação apresentada durante o XII Encontro regional de História: Usos do Passado (Anpuh), Niterói, 2006, p.4.

³⁹ RIBEIRO. op. cit.

expulsão e de atração de imigrantes. Essa postura acabou por levar a uma análise estrutural dos processos migratórios, desconsiderando assim as motivações pessoais daqueles que decidiam por emigrar. No caso da literatura portuguesa, um exemplo é o autor Joel Serrão, que vai identificar algumas questões que seriam constituintes da sociedade portuguesa e que, portanto, seriam responsáveis pelo processo migratório. Dentre os problemas entendidos como estruturais estariam o aumento das pressões demográficas sobre a terra, as alterações na estrutura fundiária em Portugal, o fim dos privilégios na transmissão de bens, que levaram a uma fragmentação excessiva, e a divisão das terras comunais.⁴⁰

Contrapondo-se a essa posição, Miriam Halpern Pereira vai se negar a pensar a emigração como um fenômeno estrutural da sociedade portuguesa. Para ela, cada movimento migratório seria específico e resultado de um determinado contexto: com grupos diferentes, com diferentes origens e destinos. Em suas palavras “somente quando considerado de um ângulo estritamente demográfico se encontra no movimento migratório permanência de identidade através dos tempos, do resto não”.⁴¹ A grande travessia do Atlântico estaria intimamente ligada ao desenvolvimento econômico de novos continentes, um fenômeno que adquire características próprias no final do século XIX e início do XX. Para a autora, é com o fim do tráfico e a abolição da escravatura que tem início a emigração, em grande escala, da Europa para a América, corrente que se manteria até a Segunda Guerra Mundial.

Pereira, portanto, identifica tanto fatores internos em Portugal quanto uma conjuntura internacional específica como sendo decisivos na configuração do fenômeno migratório português. A autora também leva em conta as motivações dos emigrantes, pois os processos decisórios da emigração, individuais ou coletivos, inserem-se numa teia em que se refletem as estratégias familiares em sintonia com a estrutura patrimonial local e a conjuntura econômica, havendo uma relação íntima entre emigração e desejo de ascensão social.⁴²

Assim como ela, Eulália Lobo também conjuga diferentes fatores a fim de compreender o fenômeno migratório português, afastando-se daqueles autores que compreendem a emigração como algo quase inevitável. Sua análise do processo migratório português, entre os anos de 1888 e 1970, estabelece uma íntima relação

⁴⁰ SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977, p.27.

⁴¹ PEREIRA, Miriam Halpern. op. cit. p. 14.

⁴² Ibid. p. 101.

entre as etapas de ascensão e de declínio desse movimento com as políticas implementadas a partir da maior aproximação e/ou distanciamento entre os governos do Brasil e de Portugal. A autora também se baseia em uma análise conjuntural do movimento emigratório, destacando, para esse período, fatores como: 1) a crise agrícola enfrentada por Portugal em fins do século XIX; 2) a diferença salarial vigente entre Brasil e Portugal; 3) a tentativa de fuga do serviço militar obrigatório, a concentração fundiária, a falta de empregos urbanos em Portugal; 4) a baixa nos preços dos bilhetes de navios a vapor, na primeira década do século XX, e 5) as políticas de subsídio à imigração do governo brasileiro por conta das necessidades da economia cafeeira.⁴³

Outra autora que se colocou a pensar mais especificamente sobre as razões que explicam esse movimento imigratório foi Ana Silvia Volpi Scott.⁴⁴ Em um trabalho sobre a imigração portuguesa em São Paulo, a autora afirma que os números de imigrantes são um reflexo da conjuntura de cada período, estando ligados ao contexto específico da sociedade de origem e a suas políticas de restrição ou incentivo à emigração. Além disso, enfatiza um fator importante que são os custos e as facilidades referentes ao transporte marítimo para o deslocamento desses emigrantes.

Na verdade, os custos da viagem eram altos e o transporte até o Brasil bem arriscado. De acordo com alguns documentos trabalhados por Heloísa Paulo, em sua obra sobre a colônia portuguesa do Rio de Janeiro, o custo da passagem mais barata, em moeda portuguesa, entre Lisboa e Rio de Janeiro nos primórdios do século XX, em terceira classe e sem camarote, era de 1300\$00 numa companhia brasileira, o Lloyd Brasileiro. Isso fora uma taxa de embarque de 5\$00 e um imposto de 5% do valor da passagem.⁴⁵ E ainda havia os agentes de viagem que cobravam taxas que variavam de 80\$00 a 160\$00 por pessoa, o que, junto com o preço da documentação, elevava muito o preço da passagem.⁴⁶ Além do passaporte, cujo preço variava, era exigido também

⁴³ A autora descreve a crise agrícola em Portugal da seguinte forma: “a partir de 1890, caem as exportações lusas de vinho, de frutas, azeite, cortiça, gado e minério, em consequência da deterioração dos termos de troca entre Portugal e Inglaterra, do fechamento do mercado francês, da filoxera que atacou as videiras, da concorrência interna ao vinho do norte, e da concorrência espanhola e italiana aos frutos e azeite no mercado britânico. Além disso, o preço do trigo importado norte-americano sofre uma baixa, prejudicando a cerealicultura do sul, já afetada pela emigração, pela alta dos impostos e pela desvalorização dos aluguéis de terrenos”. LOBO, op. cit. p.17.

⁴⁴ SCOTT. op. cit.

⁴⁵ Num navio português, da Companhia Nacional de Navegação, o camarote na terceira classe atingia o preço máximo de 1685\$00, sendo o salário de um professor mais ou menos de 1500\$00. PAULO, Heloísa. *Aqui também é Portugal: a colônia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto, 2000, p.76.

⁴⁶ Neste mesmo período, segundo Heloísa Paulo, o salário médio agrícola rondava os 7\$70 diários para os trabalhadores masculinos. Ibid. p. 88.

certificado de vacina e saúde, pelo qual o emigrante deveria pagar 20\$00, mais 1\$50 do selo fiscal. Ou seja, os custos eram muito altos, o que, portanto, exigia um amparo familiar de grandes proporções ou os subsídios, que podiam resultar em endividamento.

O que percebemos é que as obras mais recentes tendem a romper com as análises estritamente só estruturais ou só conjunturais, buscando perceber os termos emigração/imigração como faces de uma mesma moeda. Este é o caso da tese de doutorado de Maria Manuela Alves Maia, *Imigração e identidade: um estudo sobre famílias portuguesas no Rio de Janeiro*, defendida em 2008 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nesse trabalho a autora busca apresentar as causas sociais, econômicas e políticas da emigração/imigração como constituintes de um mesmo fenômeno, apesar do par ser compreendido tradicionalmente como antagônico, já que um representaria a ausência (saída) e o outro a presença (chegada).⁴⁷

Recuperando os autores já consagrados, que enfatizam a densidade demográfica, a pobreza, a baixa fertilidade do solo e a miséria no campo como as razões do processo emigratório português, Maria Manuela Maia vai enfatizar que distritos como o de Bragança, por exemplo, com baixa densidade demográfica e terras ricas, também apresentaram grandes índices de emigração nesse período.⁴⁸ Ou seja, ela está chamando atenção para o fato de que os fatores econômicos não são os únicos responsáveis pelos movimentos de imigração, havendo também os fatores políticos e culturais a serem considerados.

De qualquer forma, o que vem predominando na historiografia mais recente sobre os movimentos imigratórios, incluindo o de espanhóis, japoneses e italianos, é uma ruptura com as análises macro-sociais e econômicas, privilegiando-se as motivações pessoais desses indivíduos que optam por sair de seus países de origem e tentar a vida em uma terra estranha. Ainda que esses novos estudos não abandonem os fatores econômicos, e nem o poderiam, dado o impacto que eles tiveram tanto em Portugal quanto no Brasil, vêm buscando registrar a trajetória desses imigrantes, mostrando algumas histórias de fracasso e outras de sucesso, destacando as peculiaridades desses processos e a diversidades dos contextos políticos e sociais nos quais se inserem.

⁴⁷ MAIA, Maria Manuela Alves. *Imigração e Identidade: um estudo sobre famílias portuguesas no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2008.

⁴⁸ Ibid. p. 22.

1.3 – A colônia portuguesa no Rio de Janeiro e suas estratégias de inserção

A maioria dos imigrantes portugueses que entraram pelos portos brasileiros, em fins do século XIX e início do século XX, vinha da região Norte de Portugal: das províncias do Minho, Trás-os-Montes, Beira Alta, Beira Litoral e Douro, com destaque para os distritos de Viseu, Porto e Bragança (ver Tabela 3). O Porto, entre 1866 e 1898, ocupava o primeiro lugar na origem dos emigrantes; de 1911 a 1913 este lugar coube a Viseu, seguido de Bragança. Essas são as regiões rurais de Portugal mais constantemente afetadas pelas crises agrícolas do século XIX.

De acordo com Eulália Lobo, esses imigrantes eram camponeses que já estavam semiproletarizados, trabalhando em atividades artesanais, manufatureiras e industriais em cidades próximas ou em oficinas rústicas do campo que entraram em declínio com a emigração. Uma parcela desses imigrantes era, portanto, composta de artesãos, caixeiros e operários já desligados do campo, sendo inexpressiva a quantidade de profissionais liberais e artistas presentes no total desses migrantes.⁴⁹

⁴⁹ LOBO. op. cit. p. 21.



Imagem 1 - Mapa das Províncias de Portugal, institucionalizadas em 1936.

Tabela 3 – Emigração portuguesa por regiões (1866-1913)

Localidades	1866-1871	1880-1882	1896-1899	1911-1913
Porto	2.741	2.867	3.845	6.198
Aveiro	1.027	959	2.509	5.992
Braga	974	1.128	1.497	4.123
Viana	390	693	947	2.560
Viseu	390	1.474	2.699	10.156
Vila Real	344	791	1.936	6.658
Coimbra	189	1.162	2.172	6.213
Bragança	—	—	939	8.675
Faro	—	—	—	1.087
Guarda	—	—	1.194	6.190
Leiria	—	—	799	4.229

Fonte: SILVA. *Emigração portuguesa*, p.392 e *Boletim da Junta de Emigração*, Rio de Janeiro, 1954.
 Apud: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001, p.140.

Nesse período, a maioria dos imigrantes era formada por homens jovens e sem família, que vão buscar se fixar principalmente nos grandes centros urbanos brasileiros, com destaque para o Rio de Janeiro e São Paulo, onde exerceriam uma série de atividades econômicas, principalmente ligadas ao comércio e ao sistema de transportes. Diferentemente do imigrante que era contratado para as fazendas, o português que ia para a cidade, geralmente depois de um período de adaptação inicial, alcançava uma melhoria de vida, ainda que não tivesse feito fortuna. Como já salientamos anteriormente, isso se explica não tanto pela acumulação de capital, ainda que isso acontecesse em alguns casos, mas pela diferença de salários existente entre Brasil e Portugal, que tornava a experiência de vida no Brasil mais confortável objetiva e subjetivamente para os imigrantes. Estes vinham muito jovens, principalmente para fugir do serviço militar obrigatório, tornando-se um instrumento de ascensão social para sua família. Os que tinham mulher, optavam por deixá-las em Portugal e trazê-las somente quando estivessem estabilizados na nova cidade. Ao contrário da imigração italiana, em que o Estado italiano estabeleceu acordos com o Estado brasileiro, a emigração familiar portuguesa era desestimulada pelo Estado português e desencorajada

pelos entraves administrativos, permanecendo sempre minoritária, pois dessa forma garantiam-se as remessas de dinheiro dos emigrantes às suas famílias em Portugal.⁵⁰

A cidade do Rio de Janeiro foi o grande centro de emigração portuguesa, desde o fim do século XIX até meados dos anos 1950, quando chega a possuir cerca de 196 mil portugueses. De acordo com o censo de 1890, a presença de estrangeiros no Rio de Janeiro era muito significativa, contribuindo para elevar o número total da população, que passou de 271.972 habitantes, em 1872, para 522.651, em 1890. Em 1890 havia 106.461 portugueses no Rio, sendo que 77.954 eram homens e 28.507 mulheres. Os homens correspondiam a 50% da população estrangeira e as mulheres 18%, dados que corroboram as teses do desestímulo à emigração familiar. Homens e mulheres portuguesas somavam um total de 68% dos estrangeiros e, se considerarmos o número total de habitantes portugueses na cidade, em 1890, estes constituíam 1/5 da população carioca.⁵¹ Os portugueses vinham para o Rio de Janeiro atraídos pelas ofertas de emprego e pelos índices de crescimento econômico da cidade.

Com o avançar da República esses números de entrada de portugueses na cidade só aumentaram. De acordo com o Censo Demográfico brasileiro de 1920, que identifica um número de 433.577 portugueses residentes no Brasil, a maioria deles se distribuía pelo Distrito Federal, sendo 117.604 homens e 54.734 mulheres, num total de 172.338 portugueses. Em seguida vinha o estado de São Paulo, com um total de 167.198 imigrantes portugueses.⁵² O número de mulheres era, na maioria dos estados, inferior à metade do número de imigrantes homens, sendo em sua maior parte de mulheres casadas. Apesar de reconhecermos todos os problemas que envolvem um recenseamento demográfico, o Censo de 1920 nos fornece um dado representativo que mostra a expressividade da colônia portuguesa do Rio de Janeiro: em um grupo de 10.000 habitantes estrangeiros no Rio de Janeiro, 7.581 eram de portugueses, ou seja, quase 76% da população estrangeira era composta de portugueses. Entre esses, a maioria estava na faixa dos 15 e 49 anos, a idade produtiva para o trabalho. Essa superioridade numérica dos portugueses, em relação a outros grupos de imigrantes, foi também representada pelo Censo de 1920 através da ilustração reproduzida abaixo:

⁵⁰ Cf. MARTINS, Ismênia de Lima & SOUZA, Fernando. (orgs) *Portugueses no Brasil: Migrantes em Dois Atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2006; SCOTT. op. cit; FLORENTINO & MACHADO. op. cit; LOBO. op. cit;

⁵¹ *Recenseamento Geral do Brasil de 1890*. Disponível em: www.biblioteca.ibge.gov.br. Acessado em: 13/12/2009 às 14h.

⁵² *Recenseamento Geral do Brasil de 1920*. Disponível em: www.biblioteca.ibge.gov.br. Acessado em: 14/12/2009 às 16h.

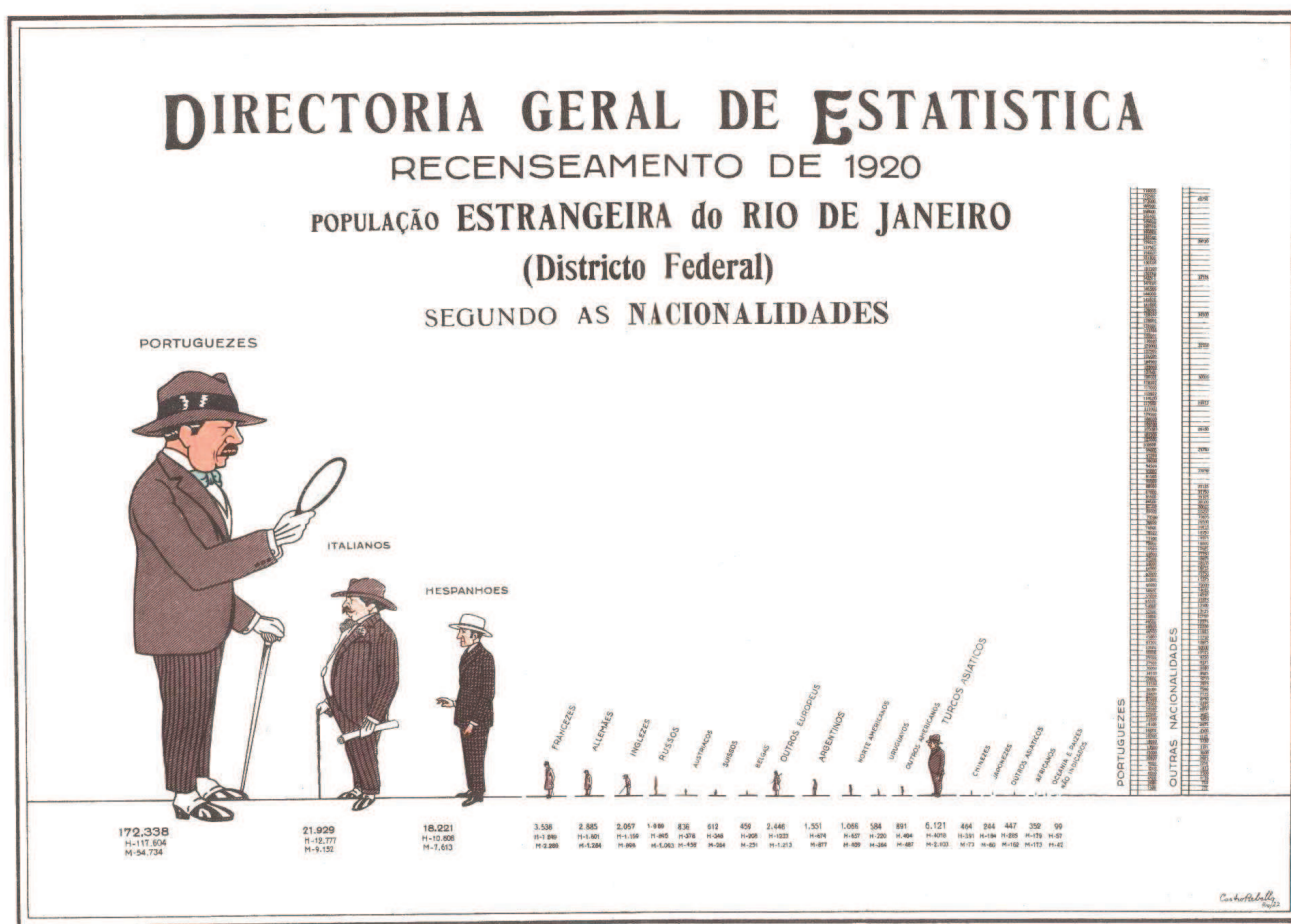


Imagem 2 – População estrangeira do Rio de Janeiro segundo as nacionalidades. *Recenseamento Geral do Brasil de 1920.*

No Censo de 1940, o primeiro feito com metodologia internacional, a cidade do Rio de Janeiro aparece abrigando mais de 40% do total de portugueses no país, cerca de 154.662, enquanto São Paulo, o segundo maior núcleo de imigração portuguesa, possuía 78.949 imigrantes portugueses, ou seja, quase a metade. A colônia portuguesa, no entanto, também estava presente, de forma significativa, em outros estados como Mato Grosso, Paraná, Pernambuco e Bahia.⁵³

Como a maioria dos imigrantes portugueses possuía pouca ou nenhuma qualificação profissional, principalmente por vir das regiões agrícolas e mais pobres de Portugal, sujeitavam-se a serviços mais pesados e de menor remuneração. Os que

⁵³ *Recenseamento Geral do Brasil de 1940*. Disponível em: www.biblioteca.ibge.gov.br. Acessado em: 16/12/2009 às 14h.

tinham um pouco mais de sorte começavam como caixeiros. Trabalhavam duro, sob as ordens de um patrão português que também fora caixeiro um dia, e, quando conseguiam, juntavam algum dinheiro e abriam seu próprio negócio, ou tornavam-se sócios do patrão.⁵⁴ Verdadeiros “burros de carga”, envolveram-se na luta árdua pela sobrevivência na capital, vivendo, nas palavras de Lena Menezes, num “teatro de luzes e sombras”.⁵⁵

As principais atividades desenvolvidas pelos portugueses no Rio de Janeiro estavam relacionadas ao comércio, à indústria e ao setor de serviços. Empregavam-se como ferreiros, cocheiros, pedreiros, leiteiros, pescadores, padeiros, cozinheiros, motoristas, carvoeiros, jardineiros, sapateiros, além de participarem da construção civil e da metalurgia.⁵⁶ Gladys Ribeiro mostrou que essa presença nas ruas da capital foi interpretada de maneiras distintas. Da perspectiva da implantação de uma nova ordem urbano-industrial, o imigrante português foi visto, aos olhos das elites políticas e econômicas, como um representante da ordem, sendo considerado um modelo do bom trabalhador, sujeito pacato e morigerado. Mas, na perspectiva de grande parte daqueles que circulavam pelas ruas do Rio de Janeiro, os portugueses eram um bando de exploradores da população nacional, sobretudo em sua versão do comerciante que, vendendo a preços altos, era responsabilizado pela carestia de vida.⁵⁷

É a partir dessa realidade que, segundo a autora, o sentimento antilusitano, muito recorrente no período da Independência do Brasil, é recriado na virada do século XIX para o XX. Ele se constituiu em uma espécie de resistência por parte da população carioca ao assalariamento e à exploração econômica. Ao assalariamento, porque ao aceitar condições de trabalho que o brasileiro recusaria, praticava uma concorrência desleal no mercado de trabalho. À exploração por monopolizarem o comércio varejista em geral e serem donos da maioria das casas de aluguel da cidade, questões que, como se observa, estavam relacionadas à sobrevivência da população local.

Algumas dessas questões vão ser discutidas pela produção artística e intelectual da época, uma vez que os portugueses vão ser presença marcante nos textos e caricaturas de intelectuais que se dedicaram, de alguma forma, a retratar o cotidiano

⁵⁴ A respeito da experiência dos caixeiros no comércio do Rio de Janeiro, nos primórdios do regime republicano, ver: POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*. Campinas: UNICAMP, 2007.

⁵⁵ MENEZES. op. cit. p.13.

⁵⁶ A respeito das atividades desenvolvidas pelos portugueses no Rio de Janeiro ver: LOBO. op. cit; MARTINS & SOUZA. op. cit; RIBEIRO. op. cit; OLIVEIRA. op. cit.

⁵⁷ RIBEIRO. op. cit. p.10.

carioca nos primeiros anos da República. Representado através dos seus conhecidos estereótipos, o português é sempre aquele que está atrás do balcão de um armazém ou de uma loja de secos e molhados, com sua camiseta branca, seu vasto bigode em forma de arame e seus indefectíveis tamancos. Ele fala “errado”, trocando o v pelo b; é rude, grita com os empregados, explora os pobres caixeiros, maltrata a mulher, que na maioria das vezes é uma mulata brasileira. É também acusado de “errar” nas contas dos fregueses (para mais, é claro), dar troco a menos e adulterar alimentos. Cultiva com carinho a pança conquistada ao longo dos anos, assim como os cobres, conseguidos com muito suor e às vezes com pouca honestidade. Assim, é recorrentemente retratado como um ser suarento, piegas, ignorante, em contraste com a esperteza e malandragem carioca. Enfim, um “outro” do trabalhador e do homem brasileiro, para o bem e para o mal.



Imagem 3 - Raul Pederneiras. *D. Quixote*, 3 de out. de 1918. In: *História da Caricatura no Brasil*, v.3, p. 997.



Imagem 4 - Autor não identificado. *O Malho*. Ano V, n. 191, 12 de maio de 1906.

Entre os nossos cronistas, Luiz Edmundo se destacou na representação desses estereótipos de portugueses e em seu sentimento antilusitano. Em seu livro de memórias, *O Rio de Janeiro do meu tempo*, cuja primeira edição é de 1938, o autor utiliza-se de uma linguagem peculiar ao descrever a figura do português, imitando de forma irônica o modo de falar desses imigrantes, além de sempre narrar com muito desprezo a forma como um português consegue fazer fortuna na cidade do Rio de Janeiro. Veja-se, por exemplo, a exemplar descrição de um dono de armazém feita pelo autor:

O Guimarães é o que acolá está no fundo do balcão, em mangas de camisa e de tamancas, como num pedestal, dessorando autoridade e importância, a barba por fazer, a cara por lavar, debaixo de uma sobancelha que é um caramanchão, atento, policiando a caxeirada ativa, uns três simpáticos e ágeis rapazolas de 12 e 16 anos e que ele explora como veios de ouro.⁵⁸

Em outra passagem, ao comentar os mecanismos que possibilitam o português acumular as tão almejadas *libritas*, o autor complementa o quadro com uma dupla ironia à falta de inteligência do português e a seu eterno apego ao dinheiro, afirmando que

nem aos bancos para as guardar eles mandam, uns porque não sabem da existência dos mesmos, outros, por falta de confiança em homens que dão, em troca do ouro que entregam, um pedacinho de papel cheio de números e rabiscos. (...) Pois sim! O seguro é a canastra de corcunda com fechadura de ferro, com campainha de aviso e sobre a qual eles dormem, muita vez de bôrco, para maior comodidade e segurança.⁵⁹

Ao descrever os tipos que circulam pelo Rio de Janeiro àquela época, o autor sempre destaca os portugueses como aqueles que andam pelas ruas aos berros, fazendo estardalhaço, “bebericando copinhos da branca [cachaça]”. Derrubam-se uns aos outros, aos empurrões, aos socos, falam palavrões escabrosos, cospem no chão, são atrapalhados, mas nada disso espanta quem está passando, pois, segundo o autor, “tudo aquilo é piada”, é para gozar, para rir.

Esses estereótipos foram reforçados ainda mais pelo movimento jacobino, que se tornou extremamente forte no final do século XIX durante o governo de Marechal Floriano, com conseqüências para as duas primeiras décadas do século XX. Segundo Luiz Antônio Simas, os jacobinos se entendiam como os republicanos puros e

⁵⁸ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1957, p.357.

⁵⁹ Ibid. p. 119.

históricos, sentindo-se imbuídos do dever de salvaguardar a República dos possíveis inimigos: todos que não compartilhavam de seus princípios. Odiavam os monarquistas e desconfiavam profundamente dos adesistas, pois

se os primeiros eram vistos como viúvas ardilosas do trono real dispostas a lutar pela ressurreição do marido, os outros eram encarados como o lobo da fábula, que traja sorrateiramente a sua pele de cordeiro.⁶⁰

Com um discurso agressivo, acusavam os portugueses pelos males que afligiam a população da Capital Federal, denunciando que o enriquecimento dos imigrantes portugueses era proporcional ao agravamento da situação dos brasileiros.⁶¹

As idéias jacobinas foram difundidas principalmente através da imprensa, encontrando nos jornais *O Jacobino*, de Deocleciano Martyr, e *A Bomba* (que depois passa a se chamar *O Nacional*), de Aníbal Mascarenhas, um importante instrumento de ação jacobina. *O Jacobino*, que circulou entre 1894 e 1897, com algumas interrupções, era extremamente agressivo e panfletário, chegando a ser listado por Luís Edmundo como uma das excentricidades do Rio de Janeiro do seu tempo.⁶² A imagem que os jacobinos criaram e divulgaram do imigrante português estava próximo do que consideravam ser a *barbárie*. Eram brancos, avarentos, inescrupulosos nos negócios, permissivos moralmente, imundos, mentirosos, transmissores de doenças, estimulavam a prostituição, não tinham higiene, enfim, representavam o atraso e o imobilismo de que o Brasil tanto queria se afastar nos primórdios do regime republicano.

O jornal caracterizava os portugueses como “exploradores miseráveis”, depravadores, conspiradores, comparando-os à figura de Judas. Denunciavam a maciça ocupação de cargos públicos por esses imigrantes e exigiam, como providência imediata, a demissão de todos eles. Culpavam os portugueses de serem os inventores do boato, da fofoca, da difamação, além de terem sido responsáveis por introduzir a escravidão no Brasil. Zombavam da “linguagem atamancada” dos portugueses, que não conseguiriam ditar uma frase sequer sem trocar o v pelo b, insistindo em sua imagem de ignorante.

⁶⁰ SIMAS, Luiz Antônio. *O Evangelho segundo os jacobinos*: Floriano Peixoto e o mito do Salvador da República Brasileira. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, UFRJ, 1994, (MIMEO), p. 13.

⁶¹ A respeito do movimento jacobino ver: QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. Jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897). São Paulo: Brasiliense, 1986; RIBEIRO. op. cit; PENNA, Lincoln de Abreu. *O Progresso da Ordem*: o Florianismo e a construção da República. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

⁶² EDMUNDO. op. cit.

Como se pode ver, as acusações de ladrões, monopolizadores e usurpadores ligavam-se ao fato de alguns estabelecimentos comerciais, como padarias, botequins e armazéns, além de casas de aluguel, pertencerem aos imigrantes portugueses no Rio de Janeiro. Porém, alguns dos estereótipos propalados nesse período têm pouca correspondência com a realidade. Esse é o caso das acusações que são feitas aos portugueses de serem, digamos, especialmente ignorantes e sem educação. Isso porque as estatísticas mostram que as taxas de analfabetismo entre os cariocas, no início do século XX, eram até mais elevadas do que entre os lusos que também moravam na capital. De acordo com o Recenseamento Municipal de 1906, a porcentagem de analfabetos brasileiros no Rio de Janeiro era de 48,67%, enquanto a dos portugueses era de 44,30%, de espanhóis 38,10% e italianos 52,90%.⁶³

Outra imagem muito difundida a respeito do imigrante português no Rio de Janeiro é a sua paixão pela mulata. Representado principalmente nas caricaturas, no teatro de revista e na música popular brasileira, esse se torna um dos aspectos mais marcantes do estereótipo do português no Brasil.⁶⁴ Isso se deve, em grande medida, à diferença numérica entre imigrantes homens e mulheres, pois, como vimos através das estatísticas brasileiras, o número de portugueses que entravam no Rio de Janeiro era praticamente quase todo do sexo masculino, dando ensejo para que os cariocas acusassem os portugueses de estarem roubando as suas mulheres.

⁶³ Recenseamento do Rio de Janeiro, 20 de Setembro de 1906. Apud: LOBO. op. cit. p.141.

⁶⁴ Esse estereótipo foi muito difundido através da literatura naturalista e realista desse período, como nos romances de Aluísio de Azevedo e nas peças teatrais de seu irmão, Artur Azevedo, em que o português sempre aparece ao lado de uma mulata sensual.



Imagem 5 - Raul Pederneiras. *Cenas da Vida Carioca*, 1935.



Imagem 6 - Storni. *O Malho*, ano VIII, n. 337, 27 de fev. de 1909.

Mas, na verdade, de acordo com Manolo Florentino e Cacilda Machado, o que vai predominar entre os imigrantes portugueses no Rio de Janeiro, em termos numéricos, é a endogamia.⁶⁵ Segundo os autores, haveria uma ordenação na procura da esposa no Brasil: primeiro buscavam as portuguesas, depois partiam para as brasileiras brancas descendentes de lusos recentes e, por fim, para as brasileiras brancas de longínqua ascendência lusitana. Mas eles também se casavam com pardas e negras, como os demais imigrantes. Geralmente, quando chegava à época do casamento, os portugueses mandavam vir de Portugal uma esposa ou, o que acontecia com muita frequência, casavam-se com a filha do patrão, uma ótima estratégia de ascensão profissional e social.

De acordo com os autores, a miscigenação com brasileiras, e mesmo com mulheres negras, ocorreu principalmente entre os imigrantes

que por ausência, afrouxamento ou rompimento dos laços com a parentela e com o país de origem, não puderam concretizar os objetivos que os impulsionaram para a aventura emigratória. E, muito provavelmente, isso

⁶⁵ Essa era uma prática muito mais comum entre os portugueses do que entre os imigrantes italianos e espanhóis. Ver: FLORENTINO & MACHADO. op. cit. p.108.

ocorreu com mais frequência entre aqueles sem recursos para visitar os parentes de além-mar, sem propriedades a gerir ou heranças a receber na terra natal, e sem empregos, propriedades ou relações no Brasil que pudessem servir de atrativo para a vinda dos seus.⁶⁶

O que podemos perceber, através dos números e de alguns trabalhos específicos sobre a colônia portuguesa do Rio de Janeiro, é que apesar dos portugueses terem sido considerados um dos grupos de imigrantes mais facilmente assimiláveis pela sociedade brasileira, devido à alegada proximidade cultural, identidade lingüística e religiosa, eles constituíam um dos grupos mais fechados no Brasil.⁶⁷ Além do baixo número de naturalizações, - que eram desestimuladas pelos órgãos internos da colônia, bem como pelas autoridades portuguesas -, e das altas taxas de endogamia, como já exposto acima, no mercado de trabalho, os padrões portugueses também davam preferência a empregados lusos, o que muitas vezes gerava indignação na população carioca e reforçava a repulsa a esse imigrante.⁶⁸

A distribuição da colônia portuguesa pela cidade do Rio de Janeiro, apesar de não demonstrar, segundo Heloísa Paulo, a formação de guetos, comuns, por exemplo, entre outros imigrantes, aponta para uma certa tendência de sua concentração em determinados bairros, escolhidos, na maioria das vezes, pela proximidade com a região do trabalho.⁶⁹ Na verdade, esse fato aponta para diferentes tipos de sociabilidade. Enquanto alguns grupos de imigrantes, como os japoneses, tendiam a estabelecer sua sociabilidade através da proximidade do lugar de moradia - é só pensarmos no bairro da Liberdade, na cidade de São Paulo, chamado e conhecido por “bairro japonês” -, a sociabilidade espacial entre os portugueses se dava pelas atividades econômicas/profissionais desenvolvidas pelos mesmos.

Segundo Hiran Roedel, é a partir da Independência do Brasil que os portugueses passaram a adotar como estratégia de afirmação a formação de territórios simbólicos. Em seu estudo a respeito da territorialização dos portugueses na cidade do Rio de Janeiro, o autor parte do mapeamento das instituições de caráter assistencial, desportivo e cultural para identificar a localização dos portugueses na cidade. Segundo ele, a localização dessas associações é um indício da influência lusitana na organização

⁶⁶ Ibid. p.112.

⁶⁷ Segundo Heloísa Paulo, entre os grupos de estrangeiros fixados no Brasil somente os japoneses são considerados mais fechados que os portugueses. PAULO. p. 158.

⁶⁸ A respeito dos conflitos entre brasileiros e portugueses no mercado de trabalho ver: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, 2001; RIBEIRO. op. cit.

⁶⁹ PAULO. op. cit. p.165.

espacial e na configuração simbólica dos bairros, permitindo assim que acompanhem o deslocamento desses imigrantes pelo espaço urbano.⁷⁰

Seguindo essa nossa lógica, e nos beneficiando do trabalhado desse autor, percebemos que a região da cidade onde há a maior aglomeração de portugueses é o Centro do Rio de Janeiro, onde estão concentradas as principais atividades comerciais e onde se localizam algumas das mais importantes associações portuguesas, como o Real Gabinete Português de Leitura e o Liceu Literário Português. A zona portuária, principalmente os bairros da Gamboa e de Santo Cristo, também concentrava grande número de portugueses desde o século XIX, compostos, em sua maioria, por estivadores que trabalhavam no Porto do Rio de Janeiro. No bairro da Cidade Nova e nos seus arredores, na área dos bairros Estácio de Sá e Catumbi, próximos ao centro comercial da cidade, há um outro ponto de concentração da colônia, onde até hoje se localizam algumas associações, como a Casa de Portugal.

Para Roedel, a reforma Pereira Passos, que interveio significativamente na organização espacial do Centro do Rio e de seu Porto, alterou algumas áreas de concentração portuguesa. Isso porque a remodelação do Centro do Rio afetou diretamente os estabelecimentos, inclusive os cortiços que eram moradia dos portugueses, que foram obrigados a se deslocar. Esse deslocamento se deu, principalmente, em direção à Zona Norte da cidade, que passou a se constituir em um espaço importante de afirmação lusitana. Dentre os bairros da Zona Norte onde há um núcleo muito significativo de portugueses está a Tijuca. Lá foram fundadas várias associações, como a Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, além de escolas e clubes portugueses. São Cristóvão também é destacado como um bairro de moradia de portugueses, destacando-se pela presença do estádio de São Januário do Vasco da Gama, construído em 1926.⁷¹

Para além destes, há também uma pequena concentração nos bairros periféricos da cidade, como Jacarepaguá; nos subúrbios, como o Méier e Engenho Novo; e em alguns bairros da Zona Sul, como Botafogo e Copacabana. É também muito expressiva, nas décadas de 1920 e 1930, a colônia de portugueses localizada na cidade de Niterói,

⁷⁰ ROEDEL, Hiran. “Comunidade portuguesa na cidade do Rio de Janeiro: mobilidade e formação de territórios”. In: LESSA, Carlos (org.). *Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p.117-143.

⁷¹ Na verdade, para Roedel, São Cristóvão é hoje o bairro que melhor representa a presença portuguesa na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com o autor, apesar das mudanças que o bairro vem sofrendo, como a criação de grandes supermercados, verifica-se que os proprietários continuam sendo portugueses, e que, portanto, ainda é forte a tendência dos lusitanos nessa região em se manterem ligados às atividades terciárias. Ibid. p.138.

como demonstrou Ana Maria de Moura Nogueira.⁷² Segundo a autora, para Niterói iam os portugueses menos favorecidos, ficando no Rio de Janeiro aqueles que tinham um pouco mais de posses. Por conta disso, era extremamente importante o papel das entidades e associações beneficentes, que substituíam a ação do Estado no processo de integração e proteção desses imigrantes recém-chegados. Os portugueses vinham para o Brasil geralmente impulsionados por algum laço social, sendo amparados, na maioria das vezes, por parentes e imigrantes mais antigos. Havia verdadeiras redes de proteção formadas pelas famílias de imigrantes. Os parentes ou amigos já estabelecidos no Brasil cuidavam dos procedimentos necessários para a vinda dos outros, como local de trabalho, transporte, primeiras acomodações e pagamento de taxas.

Para o período com o qual estamos trabalhando, que se inicia nos primeiros anos do século XX, percebe-se a entrada de alguns portugueses com um nível econômico um pouco mais elevado do que o que predominou entre os imigrantes que entraram no país ao longo do século XIX. Muitos vinham fugindo das disputas políticas entre republicanos e monarquistas, que passaram a agitar Portugal na virada do século XIX para o XX. Com o objetivo de se fixarem no Brasil e de se tornarem empreendedores ou profissionais liberais, traziam um pequeno capital financeiro e/ou cultural, e se envolveram com a fundação de instituições beneficentes, culturais e educacionais, no Rio de Janeiro.

Alda Mourão, em seu estudo sobre a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, mostra que a maioria dos sócios fundadores da Câmara, e mesmo os que foram se associando à instituição após a sua fundação, em 1911, eram homens que tinham vindo para o Brasil de posse de um capital inicial e que possuíam um nível de escolaridade razoável, diferenciando-se, portanto, do grosso dos imigrantes que entraram no país no mesmo período.⁷³ Essas associações portuguesas são tão antigas no país quanto as levas de imigrantes, dada a necessidade de auxílio e preservação da identidade de grupo, distribuindo-se em áreas de maior concentração de imigrantes, como Rio de Janeiro e São Paulo, e congregando um grande número de patricios.

Um dos exemplos dessas associações são as Beneficências, instituições com fins assistenciais que remontam ao século XVII, podendo ser encontradas nos principais

⁷² NOGUEIRA. op. cit.

⁷³ FILIPE, Alda Mourão. “A Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro: um empresariado entre dois continentes”. Texto apresentado no VIII Congresso Brasileiro de História Econômica da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE); Campinas, 2009.

núcleos urbanos do Brasil. Fundadas por beneméritos e sustentadas por sócios, elas mantinham, além do núcleo hospitalar, um sistema de auxílio à repatriação para doentes, ajudando também no custeio de funerais e auxílio a viúvas e órfãos. No Rio de Janeiro, as mais importantes eram a Caixa de Socorros D. Pedro V, criada em 1863, e a Real Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência, fundada em 1840. Apesar das dificuldades, tais associações, em troca de uma contribuição mensal, garantiam aos seus sócios e familiares o amparo que a legislação brasileira só vai garantir aos imigrantes legalizados a partir de 1940, quando é posta em prática a Consolidação das Leis do Trabalho.⁷⁴

Algumas associações de assistência, que eram abertas a todos os portugueses, sem distinções sociais, excluíam as mulheres dos seus quadros, mas buscavam incorporá-las de forma indireta, como potenciais beneficiárias dos parentes masculinos mais próximos. Inicialmente restritas aos portugueses, segundo seus estatutos de criação, após a legislação brasileira dos anos trinta, que vai nacionalizar os órgãos de imprensa, as instituições educacionais, entre outros, vemos a sua “abertura” a participantes de todas as nacionalidades, sem distinção de sexo, tornando-se, assim, instituições luso-brasileiras.

Para além do caráter assistencial, essas associações atuavam como espaço de convívio social e como “lugar de memória” e, apesar da efemeridade de grande parte delas, algumas sobrevivem até os dias de hoje. É o caso da Obra de Assistência aos Portugueses Desamparados, no Rio de Janeiro, fundada a 14 de Outubro de 1921, pelo então Cônsul de Portugal, Dr. Joaquim Ferreira da Silva. Criada para ser uma associação de socorros mútuos para os sócios e de filantropia e caridade para os portugueses desamparados, acabou contemplando uma grande maioria de brasileiros, filhos dos seus sócios, o que contribuiu para receber o título de “Utilidade Pública Municipal”, pelo então Prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto, em 1933, mudando seu nome, em 1958, para Obra Portuguesa de Assistência.

Outro exemplo é o Gabinete Português de Leitura, uma instituição de caráter cultural importantíssima, fundada no Rio de Janeiro em 1837 com o objetivo de promover a leitura e o convívio entre os portugueses. Em 1906, foi agraciado com o

⁷⁴ Era comum também a doação de donativos aos emigrantes mais carentes, em especial no mês de Dezembro por ocasião das festas natalícias, como fica patente em alguns periódicos portugueses do período. Cf. MULLER, Elisa. “A organização sociocomunitária portuguesa no Rio de Janeiro”. In: LESSA, Carlos. (org.). *Os Lusíadas na Aventura do Rio Moderno*. Rio de Janeiro: Record/FAPERJ, 2002.

título de “Real” por decreto do Rei D. Carlos. Além deste, existiam outros espaços de leitura disponíveis para os emigrantes espalhados pelas associações, além de pequenos núcleos de empréstimo de livros, como o presente na Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, que vai funcionar na década de 1930.⁷⁵

O Liceu Literário Português, fundado no Rio de Janeiro em 1868, também tinha um papel educativo importante, destinado ao ensino básico e técnico dos que emigravam, sendo mantido pelos sócios e pelas doações da colônia. Privilegiava a criação de cursos técnicos e a alfabetização em aulas noturnas. Na década de 1930, a sua função como entidade educativa para adultos cresce e seus cursos técnicos ganham popularidade, abertos também à população brasileira. Em contrapartida, cada vez mais, vai perdendo influência em relação aos filhos dos emigrantes em idade escolar, voltados, na maioria dos casos, para uma formação “convencional brasileira” e mais valorizada.⁷⁶

No ano de 1921, sob os auspícios do Centro D. Nun’Alvares Pereira, é fundada também no Rio de Janeiro, a Escola Portuguesa, com o objetivo de instruir os sócios e seus filhos de acordo com o programa de instrução adotado em Portugal, acrescido da História do Brasil, harmonizando-o sempre com as disposições das leis brasileiras. Além desta, havia também a Escola Portuguesa Dr. Nuno Simões, mantida pela Casa do Minho, que, para além do currículo normal do sistema brasileiro de ensino, mantinha o ensino obrigatório de história, língua e coreografia portuguesas, chegando a possuir um contingente razoável de alunos na década de quarenta e na seguinte, ainda que a origem de seus alunos não seja exclusivamente portuguesa e se limite a ministrar o curso primário.⁷⁷

Na década de 1920 também vai se iniciar um movimento de criação de Casas Regionais no Rio de Janeiro, que se distinguem das associações puramente assistenciais pela proposta de defesa dos ideais regionalistas entre os imigrantes. São locais de sociabilidade, de enaltecimento das tradições populares de suas aldeias. Elas promovem a realização de concursos de “Quadras Populares”, de festas típicas, de bailes, entre

⁷⁵ A respeito dos espaços de leitura disponíveis para o imigrante português no Rio de Janeiro ver: PAULO, Heloísa. “O Emigrante e a leitura. A colônia portuguesa do Brasil e as suas publicações”. In: *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Faculdade de Letras, vol.20, 1999, pp. 421-444.

⁷⁶ “Na verdade, no quadro de matrículas do Liceu Literário Português o número de alunos é, a partir de 1929, cada vez menor, sendo que, a grande maioria dos alunos, são brasileiros, do sexo masculino, trabalhadores, maiores de 13 anos, portanto, fora da idade escolar normal, matriculados nos cursos noturnos, nos primeiros três anos do Curso Básico, correspondente ao Curso Primário, ou no Curso Técnico Comercial”. Ibid. p.176.

⁷⁷ Ibid. p.178.

outros. Entre as mais importantes no Rio de Janeiro estão a Casa do Minho e a Casa dos Trás-os-Montes e Alto Douro, surgindo muitas outras ao longo da década de 1940.

Aliás, de acordo com Elisa Muller, a grande mudança no século XX, em relação à organização das associações portuguesas, foi a extinção de um número significativo de beneficências e de sociedades de socorros mútuos e a criação de um número expressivo de entidades que cultivavam as tradições regionais dos imigrantes portugueses. Segundo a autora,

[...] o desaparecimento das associações beneficentes e o surgimento das casas regionais e recreativas são a dupla face de um mesmo fenômeno. À medida que o Estado passou a atuar na área de previdência, os portugueses liberados das contribuições mensais dessas associações puderam voltar às suas origens e reavivar as tradições das aldeias de sua terra natal.⁷⁸

Entretanto, é aconselhável relativizar um pouco essa afirmação da autora, uma vez que a legislação sobre previdência só abrangia os imigrantes naturalizados brasileiros, e o número de naturalizações entre a colônia portuguesa não era grande. De acordo com um dado fornecido por Manolo Florentino e Cacilda Machado, em 1940, o percentual de naturalizados brasileiros entre os imigrantes portugueses era de 7% no Brasil e 6% no Rio de Janeiro, sendo esta decisão desestimulada pela colônia e seus órgãos, como já salientamos.⁷⁹ Entendo o surgimento das Casas Regionais no Brasil mais como resultado de uma intensa propaganda realizada pelo governo português, principalmente a partir do Estado Novo de Portugal, período em que Salazar vai investir nas relações com as colônias portuguesas, procurando difundir uma imagem ideal do emigrante português, arraigado em sua origem rural e suas tradições.

De fato, o regime de Salazar vai dispensar uma preocupação constante com a colônia portuguesa radicada no Rio de Janeiro, possuindo inclusive contatos pessoais com membros desta comunidade. Isso se dá, principalmente, através da ação diplomática dos cônsules, que atuavam junto às colônias e associações. O Estado Novo português vai, assim, procurar difundir o salazarismo no Brasil bem como formar uma “rede de policiamento” da atividade dos emigrantes, coibindo as oposições e enaltecendo as manifestações de apoio ao regime, como fica patente pela concessão de comendas para os portugueses “fiéis” e influentes da colônia. Tais associações sofriam interferência direta das autoridades portuguesas, a começar pelo fato de que os

⁷⁸ MULLER. op. cit. p. 324.

⁷⁹ FLORENTINO & MACHADO. op. cit. p. 109.

principais postos e cargos de chefia eram ocupados por personalidades ligadas ao regime. Entre as várias associações portuguesas no Rio de Janeiro, aquelas mais visadas pelo governo de Salazar eram, sem dúvida, as de caráter político. Monárquicas, republicanas ou de apoio ao regime, essas associações expressavam as preferências políticas dos emigrantes, alguns, inclusive, exilados devido às perseguições sofridas em Portugal. Entre as mais conhecidas, estavam o Grêmio Republicano Português, fundado em 1908, a Liga Monárquica D. Manuel II, a Sociedade Luso-Africana, fundada em 1930 com a propaganda do pan-lusitanismo (mas que se vincula à oposição republicana no Brasil) e a Legião Portuguesa 28 de Maio, fundada em 1936.⁸⁰

Além das associações políticas existiam as de cunho comercial, voltadas principalmente para o setor de importação-exportação, demonstrando a importância dos portugueses no comércio dos grandes centros urbanos. Elas surgem ainda na década de 1910, com destaque para a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, atual Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria. Como vimos, ela foi fundada em 1911, com a participação de nomes importantes, como Manuel José Lebrão, fundador da Confeitaria Colombo. Entre as associações portuguesas que, com o passar dos anos, alcançaram maior popularidade e se abriram completamente à sociedade brasileira, estão as sociedades recreativas e desportivas, como o Clube de Regatas Vasco da Gama, fundado em 1898.

Naturalmente, entre outros grupos de imigrantes, a prática associativa também esteve presente. Segundo Giralda Seyferth, os imigrantes alemães vão se organizar em associações culturais, esportivas, beneficentes, bem como em outros tipos de instituições de pertencimento étnico, comuns, principalmente, em regiões densamente ocupadas por imigrantes alemães, não predominando, portanto, no Rio de Janeiro. Isso porque a colônia alemã no Rio de Janeiro era bem pequena, sendo formada, em 1920, por apenas 5.000 imigrantes.⁸¹ São conhecidas também as associações formadas por imigrantes italianos, principalmente em São Paulo, onde foi muito expressiva a entrada de trabalhadores dessa nacionalidade.

Criadas pelos imigrantes mais bem sucedidos, as associações portuguesas serviam principalmente para aliviar o sofrimento daqueles menos afortunados e criar um espaço de sociabilidade para os lusos. O convívio nessas inúmeras associações, portanto,

⁸⁰ PAULO, Heloisa. *Aqui também é Portugal: a colônia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto, 2000, p. 181.

⁸¹ SEYFERTH, Giralda. "A Imigração alemã no Rio de Janeiro". In: GOMES, Ângela de Castro. (org.) *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000, p. 11-43.

auxiliava os recém-chegados e amenizava um pouco a saudade da “terrinha”, ao se tomar contato com as novidades de Portugal. Também criava laços de identificação comum com os outros imigrantes, oriundos das mais diversas regiões de Portugal, servindo para marcar a identidade social da colônia portuguesa no Rio de Janeiro. Através de eventos comemorativos, festas religiosas, campeonatos, concursos, entre outras manifestações, tais associações conseguiam mobilizar um contingente significativo de portugueses, que manifestavam a sua ligação com a terra natal, sem, contudo, deixar de exteriorizar sua vinculação à terra de acolhimento. Portanto, essas associações podem ser pensadas como uma importante estratégia de inserção da colônia portuguesa na sociedade carioca e lugares de sociabilidade fundamentais para os imigrantes.

Além delas, e em relação com elas, um outro canal de sociabilidade e de re-significação da experiência imigratória era a imprensa, tanto a falada quanto a escrita. No Rio de Janeiro, a produção de periódicos pela colônia portuguesa era muito intensa e tinha um papel estratégico para a afirmação social desses imigrantes. Mantidos pelos portugueses mais abastados, os periódicos, além de se constituírem em fonte de atualização das notícias de Portugal, e de divulgação da vida social local, eram responsáveis pela difusão dos valores, da cultura e da história portuguesa, ajudando a criar um sentimento de coesão e identidade na colônia, mais difuso de localizar, mas não menos significativo por tal razão.

Entre esses periódicos está a revista *Lusitania*, produzida por um grupo de portugueses que vem para o Brasil no início do século XX e que, no Rio de Janeiro, vai ser responsável pela publicação de três jornais: *Pátria Portuguesa*, *Diário Português* e *Voz de Portugal*. Esse periódico, criado em 1929, é, ao mesmo tempo, meu objeto e fonte de pesquisa. Através dele deseja-se analisar como um grupo de intelectuais portugueses debatia e propagava suas visões de mundo, principalmente no que diz respeito às relações luso-brasileiras, à experiência política do Estado Novo em Portugal e à forma como a história portuguesa é resgatada.

Capítulo II – A imprensa carioca na Primeira República: modernização e ação político-cultural

A Imprensa! Que quadrilha! Fiquem vocês sabendo que, se o Barba-Roxa ressuscitasse, agora com os nossos velozes cruzadores e formidáveis couraçados, só poderia dar plena expansão à sua atividade se se fizesse jornalista. Nada há tão parecido como o pirata antigo e o jornalista moderno: a mesma fraqueza de meios, servida por uma coragem de salteador; conhecimentos elementares do instrumento de que lançam mão e um olhar seguro, uma adivinhação, um faro para achar a presa e uma insensibilidade, uma ausência de senso moral a toda a prova... E assim dominam tudo, aterram, fazem que todas as manifestações de nossa vida coletiva dependam do assentimento e da sua aprovação... [...]

- Você exagera, objetou Leiva. O jornal já prestou serviços.

- Decerto... não nego... mas quando era manifestação individual, quando não era coisa que desse lucro; hoje, é a mais tirânica manifestação do capitalismo e a mais terrível também... [...] São grandes empresas, propriedade de venturosos donos destinadas a lhes dar o mínimo sobre as massas, em cuja linguagem falam, e a cuja inferioridade mental vão ao encontro, conduzindo os governos, os caracteres para os seus desejos inferiores... Não é fácil a um indivíduo qualquer, pobre, cheio de grandes ideias, fundar um que os combata... [...] Vocês vejam: antigamente, entre nós, o jornal era de Ferreira de Araújo, de José do Patrocínio, de Fulano, de Beltrano... Hoje de quem são? A *Gazeta* é do Gaffrée, o *País* é do Visconde de Morais ou do Sampaio e assim por diante. E por detrás dela estão os estrangeiros, senão inimigos nossos, mas quase sempre indiferentes às nossas aspirações...

(*Recordações do Escrivão Isaías Caminha* – Lima Barreto)

Abrimos esse capítulo com um diálogo entre Plínio de Andrade e Abelardo Leiva, dois personagens do romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, de Lima Barreto, publicado pela primeira vez em 1909, em Portugal.⁸² A obra, que inaugura a atividade de Lima Barreto como literato, é objeto de disputa entre estudiosos, que se dividem entre a sua caracterização enquanto ficção ou trabalho autobiográfico. Francisco de Assis Barbosa, por exemplo, biógrafo de Lima Barreto, afirma ser o romance uma crítica direta ao jornal carioca *Correio da Manhã*, onde participavam os literatos de prestígio da época, como Coelho Neto e João do Rio.⁸³ Além disso, relaciona os personagens do livro a pessoas reais da sociedade carioca do período, como donos de grandes jornais, literatos, jornalistas, comerciantes, entre outros. O próprio Plínio de Andrade, que no livro profere essas duras críticas à imprensa, é identificado pelo biógrafo como sendo o próprio Lima Barreto. Seja como for, não cabe aqui

⁸² BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. 3ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968.

⁸³ BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1981.

fazermos a análise da obra nem chegar a conclusões a respeito de seu caráter biográfico ou não. Até porque uma das propriedades presentes em inúmeros escritos de tipo autobiográfico é, justamente, os deslizamentos entre gêneros literários, entre os quais a combinatória entre romance e memórias, presente nas *Recordações* de Lima Barreto.

O trecho acima nos interessa pois é revelador da sensibilidade do autor para as mudanças que vinha sofrendo a imprensa brasileira no início do século XX. A importância da figura do jornalista e de sua ação investigativa, que se consubstanciará mais tarde na figura do repórter; a formação de grandes jornais com interesses especialmente econômicos; a relação entre grupos jornalísticos e os governos; a transição dos pequenos jornais do século XIX, de cunho político-social, para as grandes empresas jornalísticas do século XX, que não deixavam margem de concorrência para as pequenas folhas; o reconhecimento garantido pelo público a esses grandes jornais; a participação do capital estrangeiro no ramo de editoração. Enfim, todas essas características, que são destacadas na epígrafe, em forma de denúncia e crítica, por parte de um jornalista e poeta “irritado”, como o caracterizou o narrador Isaías Caminha, remontam a um momento peculiar da imprensa brasileira e, principalmente, da carioca.

Mas Lima Barreto não foi o único a se preocupar em discutir a nova realidade da imprensa e a relação dos literatos com a mesma. Essa era uma questão que inquietava a muitos, principalmente àqueles que tinham vivido a passagem do século XIX para o XX e que tinham a imprensa como a sua maior, ou às vezes única, fonte de renda. É bastante conhecido, por exemplo, o questionário de João do Rio (Paulo Barreto), de 1905, sobre o *Momento Literário* no Brasil, em que uma gama de autores, como Olavo Bilac, Luiz Edmundo, Sílvio Romero, Medeiros e Albuquerque, entre outros tantos, foram entrevistados a fim de responderem a questões relativas ao trabalho do literato e, principalmente, à visão sobre a ligação entre os literatos e a imprensa, seus aspectos positivos e negativos. Ou seja, sobre se a atuação do literato, enquanto jornalista em grandes periódicos, descaracterizaria sua atividade intelectual.⁸⁴

Para João do Rio, esse “inquérito literário” iria suprir uma necessidade, pois, segundo o escritor, a imprensa falava de todos, só ainda não tinha dado a devida atenção

⁸⁴ Os autores entrevistados por João do Rio foram, na ordem em que aparecem no livro: Olavo Bilac, João Ribeiro, Sílvio Romero, Coelho Neto, Medeiros e Albuquerque, Lima Campos, Afonso Celso, Luiz Edmundo, Clóvis Bevilacqua, Nestor Victor, Pedro Couto, Artur Orlando, Padre Severiano de Rezende, Guimarães Passos, Curvello de Mendonça, Félix Pacheco, Silva Ramos, Garcia Redondo, Frota Pessoa, Osório Duque Estrada, Fábio Luz, João Luso, Mário Pederneiras, Rodrigo Otávio, Inglês de Souza, Rocha Pombo, Laudelino Freire, Magnus Sondheim, Elísio de Carvalho, Sousa Bandeira, Gustavo Santiago, Júlio Afrânio, Augusto Franco, Alberto Ramos, Raimundo Correia. RIO, João do. *O Momento Literário*. Rio de Janeiro: Garnier, 1907.

aos literatos. As questões que eram feitas aos autores iriam, dessa forma, acabar com as curiosidades do público, que haviam sido estimuladas pelo próprio desenvolvimento do jornalismo. As opiniões, colhidas no inquérito, eram as mais diversas possíveis. Havia os que apontavam o novo jornalismo como um mal, e enfatizavam a massificação e as mudanças na atividade literária, que se tornara burocrática, mercantil, “industrial”. Além disso, enfatizavam que a criatividade do literato ficava limitada, tendo que se submeter a uma produção maciça e baseada em notícias. Havia ainda aqueles que apontavam para a prejudicial dependência do literato em relação aos grandes jornais e ao arbítrio de seus dirigentes, como o fez Guimarães Passos, afirmando que “O jornalismo é o balcão. Não pode haver artes onde há trocos”.⁸⁵

Mas também havia os que identificavam a imprensa como um fator positivo, pois seria o principal instrumento de propulsão da literatura, dado o restrito mercado de livros existente no Brasil, como o fez Olavo Bilac, para quem, “O jornalismo é para todo o escritor brasileiro um grande bem. É mesmo o único meio do escritor se fazer ler. O meio de ação nos falharia absolutamente se não fosse o jornal”.⁸⁶ Independente das divergências, o que fica claro é que a profissionalização do jornalismo já era então um fato, que iria se aprofundar ao longo das três primeiras décadas do século XX. Nesse processo, os periódicos eram e continuariam a ser o principal vetor cultural: por meio deles os “homens de letras” davam a ver/ler suas ideias, apresentando-se a um amplo público de leitores.

2.1 – A imprensa e os impressos nos primórdios do século XX no Rio de Janeiro

Os trabalhos relativos ao tema da imprensa brasileira costumam apontar para o início do século XX como o de uma “grande virada”; um momento em que os pequenos jornais, que caracterizariam a chamada “imprensa artesanal”, dariam lugar a verdadeiras empresas jornalísticas.⁸⁷ Segundo Ana Luiza Martins, nesse período,

⁸⁵ Ibid. p. 48.

⁸⁶ Ibid. p. 6.

⁸⁷ A esse respeito ver, entre outros: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999; SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; CRUZ, Heloísa de Faria & PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: EDUC, n.35, 2007, p. 255-272; BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 1996; LUCA, Tânia de. “A grande imprensa na primeira metade do século XX”. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tânia Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 149-175.

observa-se a passagem da *República das Confeitarias* para a *República das Letras*.⁸⁸ Aquela seria característica do final do Império e primórdios do regime republicano, em que poetas e romancistas traçavam os rumos de suas obras nas mesas de bares e cafés das grandes cidades, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo. O jornalismo, fruto da generalização das relações capitalistas, teria sido responsável por restringir essa boemia, uma vez que ela não era adequada às novas necessidades de produção de um mercado cada vez mais competitivo.

Como falamos no capítulo anterior, esse início do século XX no Brasil é marcado por grandes transformações, - como o expressivo crescimento das cidades, o vertiginoso aumento populacional, a entrada de capital estrangeiro nos centros urbanos, acompanhada por projetos de modernização, o crescimento e a diversificação das fábricas -, processo que ficou consagrado pela bibliografia como o da inserção do Brasil na ordem burguesa e capitalista. Nesse contexto, e beneficiando-se desse crescimento econômico, destaca-se também o desenvolvimento de novas técnicas de impressão no país, que estão diretamente relacionadas a esse “novo jornalismo” que surgia. São exemplos: o desenvolvimento da linotipia, a introdução das máquinas rotativas, os novos métodos fotoquímicos de impressão e reprodução da imagem, a rotogravura, entre outros.

As novas técnicas conferiam maior agilidade na produção dos impressos, possibilitando uma maior tiragem, um aumento do número de páginas e uma considerável redução dos custos de impressão, em momento em que as novidades se faziam urgentes. Além disso, permitiram um grande apuro dos mesmos, exemplificado, principalmente, através do uso das cores, na reprodução de imagens, fossem elas charges, caricaturas ou desenhos, e, especialmente, na larga utilização da fotografia, estratégias que passaram a seduzir cada vez mais os leitores.

Acompanhando esse processo, os setores que davam suporte à imprensa e à atividade editorial no país conheceram também relativo avanço, como o estímulo à produção interna de papel, matéria-prima fundamental para o desenvolvimento do ramo. Isso muito em razão da dependência do Brasil em relação a outros países, pois quase a totalidade das matérias-primas necessárias provinha do mercado externo, estando sujeitas a taxas onerosas da alfândega e à burocracia complexa de importação. Além disso, em momentos de crise, como ocorrera durante a Primeira Guerra Mundial, os

⁸⁸ MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e práticas culturais em Tempos de República*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2008, p. 136.

produtos encareciam demasiadamente, e o fornecimento, por vezes, era interrompido, impedindo assim o amplo desenvolvimento do setor. Dessa forma é que esse período vai ser marcado também por uma tentativa de busca de autosuficiência do mercado em relação, principalmente, à produção de papel, ainda que não alcançada plenamente.⁸⁹

Ganham espaço, nesse contexto, os periódicos de publicação variada - diários, semanários, quinzenários, anuários – e de tipos diversos, com destaque para os jornais e revistas. Com uma estrutura cada vez mais complexa, e atendendo à aceleração do ritmo de vida nas cidades, eles iam substituindo as pequenas folhas, que haviam circulado de mão em mão ao longo do século XIX no Brasil, chegando a formar verdadeiros grupos empresariais. Esse foi o caso do grupo proprietário do *Jornal do Brasil*, periódico carioca responsável por criar, no Rio de Janeiro, o maior parque gráfico da imprensa brasileira da época. Segundo Nelson Werneck Sodré, o ano de 1895 teria sido marcante para a história da imprensa brasileira, uma vez que foi utilizado, pelo *Jornal do Brasil*, o primeiro *Derriev* italiano, uma máquina de impressão e dobragem, que produzia 5000 exemplares por hora, além dos primeiros clichês obtidos através da zincogravura: “O jornal vira uma verdadeira produção industrial, com matriz, moldes, placas de chumbo, máquinas rotativas, impressão, montagem e dobragem artificiais”.⁹⁰

Além das mudanças técnicas, são patentes também as que dizem respeito à organização e estrutura interna das redações. No século XIX, em que predominavam os pequenos jornais, geralmente propriedade de um só dono, era comum que as funções se concentrassem em uma única pessoa. O proprietário do jornal era quem escolhia os temas a serem abordados, convidava os colaboradores, cuidava da diagramação e impressão do jornal, revisava os textos, responsabilizava-se pela compra de matérias-primas, pelo sistema de vendagem e propaganda, enfim, quase não havia divisão de tarefas. Com o avançar do século XX, esse cenário vai desaparecendo, tendo início um processo de especialização e autonomização das funções, resultando na separação definitiva entre o trabalho das redações e o das oficinas gráficas.

Assim, surgem, por exemplo, vários profissionais especializados: os que cuidam da parte iconográfica dos periódicos, como ilustradores, chargistas e fotógrafos; os da diagramação do jornal; os gerentes comerciais, encarregados da venda e da publicidade dos periódicos; os redatores, articulistas, críticos, revisores. Enfim, uma gama de funcionários que davam vida e movimento às oficinas gráficas e às redações, além de

⁸⁹ Ibid. p. 220.

⁹⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p.271.

atribuírem um ar mais profissional às empresas jornalísticas. Além disso, o conteúdo desses impressos também passava por um processo de transformação, ganhando espaço as reportagens, as entrevistas, os inquéritos, as crônicas ligeiras, as anedotas, os contos de humor, o noticiário policial, além do surgimento de seções especializadas em determinados temas, como a de esportes, crítica literária, notícias internacionais, e as que se destinavam ao público feminino e infantil, extremamente populares no início do século. Tudo isso, buscando-se uma linguagem coloquial e clara, indo ao encontro da agilidade exigida por essa nova imprensa periódica.

Dentre as funções que passaram a ser valorizadas, as que mais se destacaram foram, com toda a certeza, a de ilustradores e repórteres. Para Ana Luiza Martins, naquele universo gráfico, o ilustrador subsidiou a produção periódica, por vezes em atuação mais importante que o próprio redator.⁹¹ Profissional a serviço da imagem, sua participação era imprescindível, fosse por reproduzir as novas técnicas ou por qualificar a publicação com seu traço, garantindo a colocação do periódico no mercado, voltado para um amplo público. Como os periódicos haviam se transformado em um negócio, era necessário que seus proprietários utilizassem métodos racionais de produção e gerenciamento, buscando estratégias de vendagem e formas de atrair o público, através de uma mercadoria de qualidade, acessível e sedutora. Nesse aspecto, a reprodução de imagens era fundamental, principalmente para um país onde o número de analfabetos era ainda muito alto, mesmo nas então grandes cidades. Chargistas, ilustradores, caricaturistas e fotógrafos encantavam o público, ao mesmo tempo em que o divertiam e, principalmente, o educavam. Como afirmou Martins:

Naquela produção [periódica], a imagem resultou mais eficaz que a letra. A fotografia, com seu poder multiplicador, potencializava a informação, levando aos mais diversos públicos a informação até então subtraída ao analfabeto e às camadas desfavorecidas. Sua mensagem atingia indistintamente o letrado, o semi-alfabetizado e até o analfabeto. O alcance foi imenso, levando-se em conta a força da imagem, sempre procedente, no conjunto, da esfera do simbólico.⁹²

Cabia ao periódico, portanto, uma função pedagógica, introduzindo os grupos que antes estavam alijados de certos tipos de discussões ao debate a respeito dos problemas da cidade, do novo regime político, enfim, dos novos tempos. É conhecido, por exemplo, o sucesso que nomes como o de Julião Machado, Raul Pederneiras e

⁹¹ MARTINS. op. cit. p. 184.

⁹² Ibid. p.193.

Calixto Cordeiro faziam entre a população do Rio de Janeiro no início do século. Trabalhando para alguns jornais diários e, principalmente, para as principais revistas ilustradas da cidade, esses caricaturistas eram ansiosamente aguardados pelo público leitor da cidade do Rio de Janeiro.⁹³ Ainda que grande parte dessa população não dispusesse de recursos para comprar o periódico, já era prática usual, no início do século XX, expor os jornais e as revistas em quiosques e estabelecimentos comerciais que serviam como ponto de venda, lembrando que as bancas de jornal, nesse momento, ainda estavam sendo implantadas nas principais cidades do país. Nesses pontos, as pessoas “liam”, riam e debatiam a respeito das imagens que comentavam e, muitas vezes, criticavam os últimos acontecimentos da cidade e do país, trocando impressões e formando suas opiniões, para além de serem alfabetizados ou não.

Ressalte-se que, nesse período, a forma de noticiar os fatos também passou por mudanças, caracterizando-se pelo declínio da doutrinação política e pela valorização da informação “neutra”. Esse passou a ser o principal discurso dos grandes jornais, que divulgavam a ideia de que os impressos tinham a função e o dever de informar o leitor sobre o que havia acontecido de forma objetiva, garantindo a “verdade dos fatos”, e fugindo, dessa forma, de análises comprometidas/parciais da realidade. Nesse sentido, a figura do repórter se torna o grande símbolo da imprensa moderna, percorrendo cidades, apurando os fatos, entrevistando pessoas, e transmitindo, de forma clara, as novidades desejadas pelos leitores.

Tal processo era beneficiado, sobremaneira, pela criação das agências internacionais de notícias, como a *Havas*, *Reuters*, *Associated Press* e pelo surgimento dos chamados correspondentes, que existiam no interior e no exterior do país, responsáveis por coletar notícias e informações e transmiti-las à capital. O desenvolvimento dos meios de transporte (como trens, vapores e automóveis) e dos meios de comunicação (como telégrafos e telefones) tornavam a transmissão das informações e a circulação dos periódicos ainda maior e mais rápida, auxiliando o processo de desenvolvimento da imprensa no país. Marialva Barbosa, falando sobre os grandes periódicos do Rio de Janeiro, registra bem essa nova imprensa que se firmava com o avançar do século XX:

⁹³ Julião Machado fundou o *Mercúrio*, onde se lançaram Raul Pederneiras e Calixto Cordeiro. Além disso, colaborou para uma série de periódicos como *A Bruxa*, *A Cigarra* e *Gazeta de Notícias*. Raul e Calixto, além de publicarem seus desenhos em diversos jornais e revistas cariocas, foram diretores artísticos de importantes periódicos como *O Malho*, *Tagarela* e *Fon-Fon*.

A criação da figura do repórter, um produto direto dessa divisão realizada por essas “fábricas de notícias”, mostra claramente que agora não era mais possível a existência apenas dos redatores de banca, que escreviam sobre todos os assuntos. O público queria notícias inéditas, de última hora, saber o que se passava não só no mundo mas na sua cidade e no seu país em profusão. Criam-se divisões na redação, com variados setores de reportagens, chefiados por um secretário, auxiliado por paginadores, elementos de ligação das oficinas com as redações. [...] Todos os grandes jornais da cidade inauguram a nova fórmula de fazer jornal: jornal barato, jornal com notícias informativas de última hora, jornal que valorizava as ilustrações, jornal com menos textos e mais recursos que prendiam a atenção do leitor.⁹⁴

Outra característica importante da imprensa nesse período é o papel exercido pelas propagandas e a publicidade, que se tornam a principal fonte de renda dos periódicos, chegando, muitas vezes, a serem responsáveis pela própria existência e perenidade dos mesmos, ao contrário dos periódicos do século XIX, característicos por sua curta duração. Os anunciantes eram diversificados: casas de móveis, lojas de roupas, produtos de beleza, firmas de importação, hotéis, casas comissárias, cinematógrafos, entre outros que se destacavam nas grandes cidades. Não havia uma padronização; cada periódico, dependendo de suas características, do seu público leitor, oferecia um determinado conjunto de anúncios. Simultaneamente a essa prática, apareciam os primeiros estudos sobre padrões de consumo do público, orientando os dirigentes de periódicos e, principalmente, os anunciantes.

A modernização, que havia barateado expressivamente o custo do impresso, tornara possível o lançamento de uma grande quantidade deles, o que se fez acompanhar de novas oportunidades para os que desejassem sobreviver do trabalho da escrita. Os “homens de letras”, que, como vimos, muitas vezes enxergavam de forma negativa sua participação nessa “grande imprensa”, conseguiam, através dela, divulgar sua obra e, algumas vezes, conciliar o seu “dom” com atividades estritamente comerciais, como acontecia, por exemplo, na produção de pequenas peças publicitárias. Bastos Tigres, por exemplo, ficou célebre pelas quadrinhas publicitárias, chegando a criar o primeiro escritório especializado em anúncios, prestando seus serviços às confeitarias, magazines de modas, sabonetes, cigarros, restaurantes, e assinando *slogans* que se tornaram extremamente populares e que atravessaram os tempos. De qualquer forma, diante do aumento do número de leitores no país, escrever na imprensa tornou-se não apenas uma

⁹⁴ BARBOSA, Marialva. op. cit.

fonte de renda, mas também um instrumento de legitimação, distinção e mesmo de poder político.⁹⁵

Marialva Barbosa, ao estudar os grandes jornais do Rio de Janeiro do início do século XX, a saber *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *O Paiz*, *Jornal do Comércio* e *Correio da Manhã*, aponta para uma característica fundamental desses periódicos: a sua íntima relação com o poder.⁹⁶ Vasculhando as redações dos jornais, os grupos de jornalistas envolvidos, os principais colaboradores, os grupos de repórteres e redatores e, principalmente, o grupo dos dirigentes, a autora consegue destrinchar as redes de sociabilidade que ligavam esses grupos a pessoas importantes do governo no Brasil. A partir dessa pesquisa, a autora revela um sistema muito comum, que consistia na troca de favores e nos favorecimentos, enfatizando que se a imprensa muitas vezes pendeu para determinando grupo político no poder - publicando matérias elogiosas, pesquisas de opinião e difamando grupos rivais -, ela também foi beneficiada pelos governos (federais e/ou estaduais), através de gordos financiamentos. Barbosa inclusive reproduz uma tabela onde são representadas as principais denúncias feitas por esses jornais, entre 1900 a 1915, atacando uns aos outros por serem favorecidos pelo dinheiro público.⁹⁷ Não é demais enfatizar que, muitas vezes, a imprensa servia também como um trampolim para homens que queriam ascender na carreira política. Para Nelson Werneck Sodré, por exemplo, João Lage, que fora dirigente do jornal carioca *O Paiz*, intitulado por Marialva Barbosa como “O amigo de todos os governos”, seria o retrato fiel dessa imprensa, “de opinião alugada”, que só se mantinha por estar constantemente conluiada com o poder.⁹⁸

De qualquer forma, pode-se perceber que os periódicos produzidos no século XX possuíam uma estrutura bem organizada de produção, gerenciamento e distribuição, que mais tarde vai dar origem aos grandes conglomerados jornalísticos. Como o próprio trecho citado de Lima Barreto já indicava, não havia mais espaço para os pequenos jornais, pois esses não conseguiam concorrer com o esquema montado pelas grandes

⁹⁵ Cf. MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tânia Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

⁹⁶ BARBOSA. op. cit.

⁹⁷ Na tabela reproduzida pela autora os jornais cariocas *Correio da Manhã* e *O Paiz* são os principais denunciadores, atacando, inclusive, um ao outro. O *Correio da Manhã* também se destaca por ser o jornal que mais recebeu denúncias no período, sendo que a maioria delas apontam para o recebimento de dinheiro de empresas, como a Cia. Loterias Nacionais, a Light e o London Bank, e de subvenções vindas de homens públicos, como Pereira Passos e Afonso Pena. O *Jornal do Comércio* é também alvo constante de denúncias no Rio de Janeiro, incluindo acusações de suborno e de recebimento de dinheiro público. Ibid. 254.

⁹⁸ SODRE. op. cit.

empresas jornalísticas. Ainda assim, esses pasquins buscavam, através de algumas estratégias, como a distribuição gratuita e a venda nos bairros e cidades do interior, se fazerem presentes, representando dessa forma, no universo da grande imprensa, uma voz dissonante e alternativa.

Além disso, o Rio de Janeiro, na condição de centro da vida política e intelectual da recém proclamada República, concentrava, no início do século XX, não só parte expressiva da produção literária nacional, mas boa parte do movimento editorial, ao mesmo tempo em que estimulava o comércio de edições do país. Segundo Eliana Dutra, desde o século XIX, impressores, editores e livreiros estrangeiros se instalaram na cidade e, a partir daí, tornaram-se presença fundamental no comércio e edição de livros, além de um importante ponto de referência e de dinamização da sua paisagem cultural.⁹⁹ Nos primeiros anos do século XX, segundo Sérgio Miceli, a maioria das obras de escritores brasileiros ainda era impressa na França e em Portugal.¹⁰⁰ Não obstante, a crescente relevância do mercado sul-americano motivara a instalação de filiais de editoras francesas no Brasil e na Argentina, como a Garnier.

Entre 1900 e 1910, os principais editores no Rio de Janeiro eram Laemerts, Garnier, Francisco Alves, Jacinto e Quaresma. Segundo Miceli, com exceção da Livraria Quaresma, precursora das edições populares e pioneira na produção de literatura infantil, os grandes *best-sellers* do início do século tiveram o selo da Garnier, editor de Machado de Assis e de Graça Aranha, da Laemmert & Cia, que publicou *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, e da Francisco Alves. De acordo com Eliana Dutra, a Livraria Garnier, desde sua instalação, em 1884, até os anos 1920, além de monopolizar o melhor comércio de livros da capital, desempenhou um papel de centro catalisador de publicação das obras dos homens de letras e, ao mesmo tempo, da reunião desses homens, uma vez que se transformou em espaço físico de encontro e de convivência da intelectualidade da época.¹⁰¹

Miceli também chama a atenção para o fato de que muitos dos empresários do setor editorial eram imigrantes que estavam ligados aos negócios de importação. Alguns deles começaram investindo no comércio de livros estrangeiros, outros se lançaram à montagem de oficinas gráficas para imprimir as revistas mundanas e literárias que então se multiplicavam. Além disso, inúmeros comerciantes especializados na importação de

⁹⁹ DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes Literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

¹⁰⁰ MICELI, Sérgio. *Intelectuais e a Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1979.

¹⁰¹ DUTRA. op. cit. p. 24.

livros resolveram, nesse período, ampliar suas atividades no ramo com a abertura de um departamento editorial, passando a traduzir para o mercado interno as obras que antes eles mesmos importavam.

Como podemos ver, essas mudanças não ficaram restritas à imprensa de periódicos, fosse de revistas ou jornais. Com o desenrolar dos anos 1920 e 1930 no Brasil, e beneficiando-se de todas as inovações técnicas mencionadas, do processo de urbanização e modernização das cidades, do desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, observa-se uma ampliação da produção cultural em diversos setores: artístico, literário, no mercado de livros, e nos estudos históricos e sociais. Segundo Antonio Cândido, nesse período há também um processo de ampliação dos cursos superiores e das escolas médias no Brasil, além de ganharem maior expressão algumas políticas de alfabetização, que vão interferir diretamente no aumento do número de pessoas alfabetizadas, ampliando, dessa forma, o grupo dos leitores.¹⁰²

Antonio Candido também constata um expressivo desenvolvimento do mercado de livros, assim como o crescimento de outras editoras como a Editora Globo, de Porto Alegre (traduzindo obras e publicando literatura nacional); a Companhia Editora Nacional, de São Paulo (publicando principalmente livros escolares); além das editoras menores, como a Andersen, Schmidt e Ariel, todas no Rio de Janeiro. Ainda de acordo com o autor, todas essas editoras, principalmente as menores, tinham um papel importante na publicação de escritores brasileiros jovens e desconhecidos, ao lado da José Olympio, que se destacava como a principal editora da capital federal.

Um reflexo desse crescimento dos circuitos de comercialização do livro no país, em especial no Rio de Janeiro e em São Paulo, é, segundo Miceli, a diminuição significativa de livros financiados pelos próprios autores ou por instituições dotadas de redes próprias de distribuição. Entre os livros de maior vendagem estavam os romances sociais e as histórias policiais, resultado, de acordo com o autor, da expansão da parcela de leitores recrutada entre as camadas médias urbanas. Por outro lado, as mudanças por que passava o sistema de ensino, principalmente nos anos 1930, como a abertura das primeiras faculdades de educação, de filosofia e letras, o impulso ao ensino técnico e

¹⁰² CANDIDO, Antonio. “A Revolução de 1930 e a cultura”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.2, n. 4, p. 27-36, 1984.

secundário, moldaram o ritmo e as feições desse crescimento editorial no país, estimulando a produção de obras pedagógicas e de gêneros eruditos.¹⁰³

Dessa forma, o período em questão é marcado por uma grande efervescência cultural. Nesse sentido, Ângela de Castro Gomes vai apontar o campo artístico-cultural desse momento como um terreno estratégico para a construção de projetos de intervenção social, sendo os intelectuais vistos e se representando como atores pioneiros e privilegiados para a condução do futuro do país.¹⁰⁴ Ainda que os projetos político-culturais desenvolvidos nesse período fossem vários e às vezes dissonantes, de acordo com a autora, todos concordavam com relação ao potencial e ao poder das atividades político-pedagógicas, podendo ser essas encabeçadas por professores, médicos, literatos, jornalistas, artistas plásticos, entre outros.¹⁰⁵

Dentre os diversos instrumentos pedagógicos que ganham importância nesse momento estão as revistas, gênero que, aos poucos, foi se individualizando e se descolando dos outros impressos, ganhando um espaço muito especial no mercado editorial do país. Entender a produção e organização dessas revistas, os grupos responsáveis por sua publicação, as ideias vinculadas pelas mesmas e o público a que se destinam, auxilia-nos sobremaneira a compreender os projetos político-culturais de alguns grupos da sociedade em questão.

2.2 – As revistas no universo da produção periodística

Tão profusa, e complicada, e tumultuária, e rápida se tem tornado a vida moderna que, se os fatos dominantes não fossem flagrantemente apanhados em imagens concretas, e fixados em resumos límpidos, nós teríamos sempre a aflitiva sensação de irmos levados num confuso e pardacento redemoinho de ruído e poeira. A *Revista* é essa dedicada amiga que destaca da massa

¹⁰³ Sérgio Miceli vai reproduzir em seu livro uma série de números que apontam para a desigualdade na distribuição do mercado editorial no país, havendo uma considerável concentração na região sudeste. Em 1937, por exemplo, os Estado de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro detinham 59% das gráficas, sendo que o Estado de São Paulo dispunha sozinho de 32%. Em relação ao setor editorial, RJ, SP e RS reuniam 61% das editoras. Em 1929, seis em cada dez livros editados no país provinham da capital federal, dois de São Paulo e um do Rio Grande do Sul. Em relação às tiragens, RJ, SP e RS detinham 94% do total de exemplares. O conjunto das editoras publicava aproximadamente 4.500.000 exemplares em 1929, quantidade que menos de dez anos depois corresponderia apenas às tiragens das três maiores editoras. A respeito dos números das tiragens de cada editora ver ainda: MICELI, Sérgio. op. cit. p. 84-85.

¹⁰⁴ GOMES, Ângela de Castro. *Essa Gente do Rio...* Modernismo e Nacionalismo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

¹⁰⁵ Ibid. p.22.

sombriamente movediças cenas e os atores que, por um momento, merecem risos e lágrimas.¹⁰⁶

(“Prefácio”, *Revista Moderna*, Eça de Queirós)

Condensadora, de leitura ligeira, “multi-temática”, ilustrada, crítica, panorâmica, humorística, polêmica, literária, verdadeira “obra em movimento”¹⁰⁷, essas são algumas das características mais comuns atribuídas pelos contemporâneos e também pelos pesquisadores ao gênero revista para explicar o fato desse impresso ter se transformado num dos mais populares no início do século XX no Brasil. Na Europa, esse tipo de periódico já havia consolidado um mercado próprio desde o século XIX, com destaque para a França, onde eram produzidas as revistas mais belas e bem acabadas do período, disputadas por intelectuais de grande prestígio. A partir daí, a revista passou a ser considerada uma publicação característica dos “novos tempos” – tumultuados, incertos, em constante transformação -, que expressava as mudanças e necessidades da vida moderna, como deixara transparecer Eça de Queirós nas palavras reproduzidas anteriormente.

Como já afirmamos, é somente no início do século XX que a revista vai se autonomizando enquanto tipo de impresso e ganhando características específicas. No século XIX, as revistas produzidas no Brasil ainda se aproximavam muito do modelo de jornal, com folhas soltas, reduzido número de páginas, conteúdo e seções que se assemelhavam aos dos diários. Dotado de um parque gráfico precário, poucas livrarias, raras bibliotecas públicas e alta taxa de analfabetismo, o que o Brasil produzia em termos de revista ficava muito aquém do que já estava sendo feito na Europa, principalmente em termos de técnicas e de qualidade de impressão, nos inícios dos novecentos.

Para Ana Luiza Martins, o que o país possuía de mais atraente nesse momento era a *Revista Ilustrada*, de Ângelo Agostini.¹⁰⁸ Criada em 1876, a revista serviu, ao longo das últimas décadas do século XIX, como importante instrumento de luta política de seu criador. Através dela, Agostini empreendeu intensa campanha a favor da abolição da escravidão e se bateu contra a figura de D. Pedro II, além de tecer críticas ferozes a alguns homens públicos. A revista, se comparada com as demais estrangeiras em circulação naquele momento, era muito inferior, graficamente, feita de papel-jornal,

¹⁰⁶ QUEIRÓS, Eça de. “Prefácio”, *Revista Moderna*, Paris, M. Botelho, 1897, ano I, s/p. Apud: MARTINS, Ana Luiza. op. cit. p. 42.

¹⁰⁷ Caracterizada dessa forma por Monica Velloso em *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

¹⁰⁸ MARTINS, Ana Luiza. op. cit. p.43.

com poucas páginas e péssima qualidade de impressão, apesar de se espelhar constantemente nas suas congêneres européias, muitas vezes se utilizando de suas notícias e vinhetas. Ainda assim, Herman Lima afirmou que o lançamento da *Revista Ilustrada* ultrapassou todas as expectativas então existentes, tornando possível, inclusive, que os artistas que faziam parte de seu projeto vivessem das assinaturas da mesma, algo ainda raro no contexto brasileiro.¹⁰⁹

O novo cenário do início do século XX, no Brasil, contava com a existência de uma grande diversidade de publicações periódicas, como almanaques, folhetos publicitários, jornais de associações, folhas editadas por grupos comerciais, entre outros. Nesse tempo, ainda era complicado diferenciar e mesmo classificar determinados tipos de impresso, dada a semelhança entre eles. De qualquer forma, e independente das variações que vão se dar ao longo dos tempos e dos lugares, o que vai singularizar o impresso revista é seu caráter fragmentado e o fato de ser um empreendimento datado. Essa é uma das grandes características que diferencia, por exemplo, a revista do livro, pois esse, independente do momento de sua feitura e publicação, tem caráter de obra durável, podendo ser lido a *posteriori*, sem perder valor e credibilidade. A revista, ao contrário, é uma obra do momento, está articulada ao cotidiano, sendo efêmera e tornando-se “ultrapassada” com o desenrolar de novos acontecimentos. Além disso, divididas em seções específicas - como esporte, literatura, moda, artes e política -, as revistas não obrigavam o leitor a uma leitura contínua e total, pois ele poderia selecionar o que achava de mais interessante, estabelecendo suas próprias estratégias de leitura.

Em relação aos jornais, podemos dizer que a revista se diferenciava, primeiramente, por possuir um cuidado maior com seu acabamento. Além disso, as revistas geralmente possuíam uma capa bem elaborada e um programa que era exposto ao leitor, onde este tomava conhecimento do projeto e dos objetivos da mesma. Os próprios criadores de revistas buscavam enfatizar essas diferenças para valorizá-las, caracterizando-as, por exemplo, como um estágio intermediário entre o livro e o jornal: não tão demorada e longa em suas apreciações como o livro, mas também não tão curta e ligeira como o jornal. A revista, assim, contemplaria vários assuntos que seriam explorados satisfatoriamente, de forma a que o leitor pudesse não só tomar deles conhecimento, como ler opiniões e interpretações a seu respeito. Assim:

¹⁰⁹ LIMA, Herman. *História da Caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

A *Revista*, transição racional do jornal para o livro, ou antes laço que prende esses dois gêneros de publicação, afigura-se-nos por isso a forma natural de dar ao nosso povo conhecimentos que lhe são necessários para ascender à superior esfera no vasto sistema das luzes humanas. Na *Revista* dão-se a ler, sem risco de cansaço, artigos sobre todos os conhecidos assuntos por onde anda o pensamento, a imaginação, a análise, o ensino do homem. Não se trata ali de uma só matéria, como de ordinário no livro singular, ou de muitas matérias em rápido percurso como no jornal, mas de todas com a conveniente demora, em forma de extensão, proporcionadas aos espíritos [...], qualquer que seja o grau da instrução de cada um, a intensidade de sua convicção, as tendências de seu gosto, a ordem de seu interesse.¹¹⁰

De acordo com Tânia de Luca, a fórmula clássica que vigorou no Brasil, principalmente no momento em que o gênero revista ainda estava se afirmando, foi a criação de revistas a partir do próprio jornal.¹¹¹ Dessa feita, o jornal passaria a guardar, principalmente, suas características de informação política, e a revista um cunho mais literário e cultural. O que vamos ver, ao longo dos capítulos, é que essa prática dos proprietários de jornais diversificarem os seus investimentos, apostando na criação de revistas literárias e culturais, se deu também na imprensa organizada pelas colônias de imigrantes no país, responsáveis por contribuir para o processo de disseminação do gênero revista no Brasil.

É dentro desse processo, por exemplo, que surge a *Revista do Brasil*, objeto de estudo de Tânia de Luca: o jornal *O Estado de São Paulo* lança, inicialmente, a publicação quinzenal *São Paulo Ilustrado*, com informações sobre esporte, vida social e questões mundanas, e, em seguida, em 1916, lança a *Revista do Brasil*, de caráter literário, contando com a contribuição de grandes nomes da intelectualidade brasileira. A *Revista do Brasil*, segundo Ana Luiza Martins, teria sido o primeiro grande empreendimento em termos de revista no país, pois ela fora cuidadosamente planejada, possuindo uma linha editorial muito bem pensada.¹¹²

Classificada por Tânia de Luca como uma revista cultural, a *Revista do Brasil* passou por diversas fases e possuiu diferentes editores, o que refletiu em significativas mudanças ao longo do tempo em que foi publicada, sem descaracterizar, contudo, o seu projeto inicial. De acordo com a autora, a revista nasceu no bojo de um projeto nacionalista e engajado com as transformações por que passava o Brasil, ganhando

¹¹⁰ *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: N. Midosi Editor, 1879, n.1, p.19. Apud: MARTINS, Ana Luiza. op. cit. p.63.

¹¹¹ LUCA, Tania Regina de. *Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Assis-UNESP, Tese de Livre Docência, 2009.

¹¹² MARTINS, Ana Luiza. op. cit, p. 67.

enorme popularidade no universo de publicações do período, discutindo questões como: a configuração étnica do país, a identidade nacional e a língua portuguesa.¹¹³

Sem dúvida alguma, um dos fatores que conferiram solidez e qualidade à revista foi a direção, a partir de 1918, do literato Monteiro Lobato. À frente da revista, Lobato empreendeu uma série de mudanças, inclusive aumentando o espaço destinado à literatura e ampliando o número de colaboradores, dando significativo espaço aos novos escritores. Além disso, investiu na sua parte gráfica, apostando no uso de cores e ilustrações, e criou uma nova forma de distribuição do periódico, com vendedores autônomos e distribuidores espalhados pelo país, o que levou a um aumento muito significativo do número de leitores. Reflexo desse sucesso foi a criação, em 1920, da editora Monteiro Lobato & Cia, através da qual ele deu início à sua atividade editorial ao mesmo tempo em que pôde desenvolver a sua atividade literária. A direção da *Revista do Brasil*, portanto, havia proporcionado a Monteiro Lobato os meios financeiros e o capital simbólico necessários para o seu lançamento no mundo editorial.

Valorizadas na Europa, onde eram cobiçadas por literatos importantes, as revistas começaram a se popularizar no Brasil. Como ainda não possuíamos tradição na publicação de revistas, e não havia uma política direcionada para esse ramo com uma legislação específica, ficava fácil, em fins do século XIX e início do XX, fundar uma revista no país. Não é a toa que um sem número delas vão ser criadas em vários estados nesse momento, principalmente nas duas primeiras décadas do século. Mas o difícil era mantê-las, pois, em sua maioria, não vão conseguir número suficiente de assinantes para arcar com os gastos de manutenção das mesmas, nem mesmo vender grandes espaços publicitários, o que vai garantir a esse primeiro grande conjunto de revistas que são criadas um caráter efêmero, de curtíssima duração.

Dessa forma, era comum que as revistas surgissem, originalmente, em formato de jornal, com folhas soltas e custo bem baixo de produção, para, em seguida, irem se transformando em revistas periódicas, incorporando capas, ilustrações e textos literários. Algumas, porém, já surgiam com a nomenclatura “revista”, embora se assemelhassem muito mais a um jornal. Seja como for, o que de fato vai diferenciar um tipo de impresso do outro são suas características físicas, sua organização interna, sua materialidade e a proposta editorial do mesmo.

¹¹³ LUCA. op. cit.

As mudanças sofridas pela imprensa, como seria de esperar, também interferiram na organização e produção das revistas. Em suas páginas, o conto substituiria os romances e as crônicas o folhetim. Também são incorporadas entrevistas e reportagens e a poesia passa a ser usada constantemente, inclusive em reclames publicitários, servindo, como já falamos, como uma importante fonte de renda para os literatos. Além disso, na virada do século XIX para o XX, as revistas geralmente pertenciam a um determinado literato ou a um grupo específico, que buscava fazer dela um canal direto para a divulgação de seus projetos culturais, como fora o caso das chamadas “revistas de vanguarda”. Mas à medida que a imprensa foi ganhando um caráter mais “profissional”, passando por processos de segmentação e especialização, o impresso revista foi cada vez mais se afastando da imagem de um empreendimento individual, para se transformar em um negócio, com métodos racionais de organização, criando estratégias para conquistar os leitores, como o investimento em ilustrações, notícias recentes e mesmo internacionais, e, muitas vezes, usando um discurso “neutro”. Isso não quer dizer que a revista (e também o jornal) tenha perdido sua característica de projeto político-cultural, mas ela deixa de ser depositária de um discurso único, explícito e específico, comportando, como afirmou Ângela de Castro Gomes, dimensões várias, vozes múltiplas e, inclusive, dissonantes, como estratégia de afirmação no mercado aliada à conquista de leitores.

Assim, o que predominou nas revistas publicadas no Brasil no início do século XX foi a diversidade temática. Ainda que algumas tivessem propósitos bem definidos, ou representassem determinados segmentos da sociedade, o que se destacou foi a pluralidade de assuntos e temas abordados em uma única revista. Dessa forma, fica até difícil classificarmos determinadas revistas, pois, muitas vezes abordavam, com o mesmo destaque, questões literárias, notícias, reportagens, debates políticos, notícias mundanas, teatro, cinema, entre outras que garantiam ao periodismo no Brasil sucesso de público e aumento da vendagem.

Em contraste com as publicações de cunho doutrinário e de filiação política explícita, como a imprensa operária, encontramos nessa época revistas que se declaravam fundamentalmente apolíticas. Informar e formar a opinião pública, oferecendo uma variedade de abordagens e temas, foi o objetivo dessas revistas, ainda que isso, obviamente, não garantisse a isenção e a neutralidade. Nesses casos, abria-se espaço para a crítica literária, para o desenvolvimento de temas como arqueologia, história, ciências etc. E, na medida em que as revistas iam se diferenciando, o mesmo ia

acontecendo com o seu público leitor, cada vez mais segmentado. O principal investimento dos empreendimentos jornalísticos relativos ao público era em relação às camadas médias, como comerciantes, funcionários públicos e profissionais liberais, grupos que contribuíram sobremaneira para o surgimento de novas revistas e para ampliação do público leitor das mesmas.

De acordo com o levantamento realizado por Ana Luiza Martins sobre as revistas produzidas durante a Primeira República no Brasil, o subtítulo *variedades* e *ilustradas* encontrava-se na maioria delas, como um apelo conotativo de sua atualidade e “modernidade”, garantindo assim o interesse do público, desejoso de matérias ligeiras, diversificadas e, acima de tudo, ilustradas.¹¹⁴ Esses atributos caracterizariam aquele periodismo, tão afinado com o espírito da época. Para muitos intelectuais e artistas, mesmo os que se sentiam incomodados e mesmo feridos com a “mercantilização” da imprensa, como vimos no inquérito realizado por João do Rio, as revistas serviram como um importante espaço de liberdade para desenvolver sua arte e tecer críticas, além de meio de remuneração crescente.

As revistas ilustradas, com seu caráter de fácil comunicação, de condensação de formas e de ilustração do cotidiano, vão se apresentar como uma linguagem amplamente identificada com as demandas dos novos tempos, marcados por uma maior velocidade de informações. Tendendo a assumir importância crescente como fonte de informação, atualização e polêmica, as revistas ilustradas vão ocupar um espaço específico e crescente no campo intelectual. Contrastando com o livro, a revista, por meio de seus artigos e seções, passava a ter uma capacidade de intervenção mais densa e eficaz. Devem ser vistas, portanto, enquanto veículos de informação e intervenção sociopolítica no cotidiano da sociedade. Tornando-se, talvez, as mais populares entre os periódicos, principalmente no que diz respeito ao Rio de Janeiro, as revistas ilustradas iriam fazer o nome de grandes intelectuais, contribuiriam para a conformação de um mercado editorial específico.

Dentre as várias revistas ilustradas que surgem no início do século XX, podemos destacar a *Revista da Semana*, fundada por Álvaro de Teffé, que começou a circular no Rio de Janeiro em 1901, contando com o apoio de Raul Pederneiras e Medeiros de Albuquerque. Revista “alegre e elegante”, ela teria um papel pioneiro na conformação de um mercado para as revistas ilustradas. Em 1902 é lançado *O Malho*, fundado por

¹¹⁴ MARTINS. op. cit. p. 276.

Luís Bartolomeu, de caráter humorístico e de crítica social/política, que contou com a colaboração de grandes nomes da literatura e da caricatura como Olavo Bilac, Guimarães Passos, Emílio de Menezes, Calixto, J. Carlos, Alfredo Storni, entre outros. Sendo uma das revistas ilustradas mais populares e duradouras, *O Malho* vai circular até 1954, demonstrando, portanto, que no Brasil já havia um mercado frutífero para empreendimentos desse tipo.

Em 1907 é criada a *Fon-Fon*, dirigida inicialmente por Mário Pederneiras, Gonzaga Duque e Lima Campos, uma revista totalmente imersa nas transformações experimentadas pelo país naquele tempo, como o próprio título já denunciava, sendo considerada uma das mais representativas da *belle époque* carioca. Mais “luxuosa” que o *Malho*, a *Fon-Fon* também investiu maciçamente nas ilustrações e nos novos gêneros, como a crônica social. Mas talvez a revista mais característica dessa nova fase do jornalismo seja a *Careta*, fundada em 1908 por Jorge Schmidt. Contando, principalmente, com a preciosa colaboração de J. Carlos, a revista tornou-se popular como nenhuma outra, circulando pelos mais diferentes espaços, e fazendo conhecidos seus literatos e caricaturistas.

As mudanças e incertezas quanto ao futuro da cidade e do país, seus problemas e principais acontecimentos, ganhavam concretude através do registro realizado por essas revistas, enfatizando sempre o cotidiano da cidade. Vistas em conjunto, com suas crônicas, caricaturas, contos, fotografias, reportagens, entre outros, vê-se que elas enfatizavam a ideia de que autores e leitores viviam um momento único, de grandes transformações. Segundo Ângela de Castro Gomes, o esforço de inovação por parte dos artistas-intelectuais e a consciência explicitada desse esforço eram muito grandes nesse início de século.¹¹⁵ Suas relações com o aparecimento de um público e de meios de comunicação de “massa” eram evidentes, sendo fundamental, portanto, ações que estreitassem esses vínculos, como o uso de novas linguagens, a exemplo da propaganda, cinema e rádio.

Com apresentação cuidadosa, de leitura fácil e agradável, diagramação que reservava amplo espaço para as imagens e conteúdo diversificado, que poderia incluir eventos sociais, esportes, crônicas, poesias, curiosidades, instantâneos da vida urbana, humor, conselhos médicos, moda, regras de etiqueta, notas policiais, jogos, charadas e literatura infantil, tais publicações forneciam um amplo leque de opções que procurava

¹¹⁵ GOMES, Ângela de Castro. op. cit. p.15.

agradar a diferentes leitores, justificando o título que muitas vezes se atribuíam: variedades. Mas de acordo com Martins, de variedades praticamente todas as revistas eram, ainda que agrícolas, esportivas ou femininas, pois em seu interior os assuntos e as seções se diversificavam para agradar ao respectivo público-alvo e àquele que ainda poderia conquistar.¹¹⁶

De qualquer forma, o uso da imagem foi quase uma regra para as revistas surgidas nesse contexto, principalmente como forma de atrair um maior número de leitores. A literatura também foi utilizada constantemente por essas publicações, fazendo com que muitas revistas se auto-denominassem *literárias*. Porém, a existência e a continuidade de revistas estritamente literárias no Brasil foi muito difícil, tanto por não haver um público especializado numeroso, quanto por não conseguirem angariar patrocinadores. Em razão disso, muitas revistas se apoiavam em outras linguagens, como ilustrações, crônicas, notas sociais, entre outras estratégias que serviam para angariar leitores e garantir a existência das mesmas. Um exemplo dessa ausência de mercado para revistas puramente literárias é o da revista *Floreal*, fundada em 1907, no Rio de Janeiro, por Lima Barreto. Vendendo pouquíssimos exemplares e sendo sustentada, basicamente, pelo dinheiro dos seus próprios redatores, a revista não passou do quarto número. Como ela, houve outras, sendo a efemeridade uma constante nesse segmento do periodismo em várias partes do país.

Assim, apesar da estreita relação entre jornalismo e literatura no Brasil, no início do século, as revistas literárias padeciam com a ausência de uma estrutura comercial que as sustentasse, além da falta de público.¹¹⁷ Esse não era o caso das chamadas revistas de variedades, que encontraram amplo mercado e difusão entre a sociedade do período, especialmente nas grandes cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Além dessas, podemos citar as revistas pedagógicas, de humor, institucionais, carnavalescas, religiosas, científicas, operárias, teatrais, cinematográficas, pornográficas e étnicas, sendo que essa última tipologia abordaremos mais a frente, ao caracterizarmos a produção da imprensa imigrante no Brasil, com destaque para a portuguesa.

Essa diversidade de tipos e temas indicava, já no início do século XX, a segmentação do gênero revista e de seu público, revelando assim as práticas e comportamentos – com destaque o associativismo – de grupos sociais, religiosos,

¹¹⁶ MARTINS, Ana Luiza. op. cit. p.276.

¹¹⁷ MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tânia Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

econômicos, ideológicos, sindicais, profissionais, femininos, pedagógicos, étnicos e infantis. Por isso, ao analisar as revistas produzidas em São Paulo, Ana Luiza Martins estabelece uma tipologia das mesmas a partir das suas principais temáticas, a saber: *agrícolas, pedagógicas, institucionais, esportivas, religiosas, femininas, teatrais, infantis, étnicas e operárias*.

Não obstante muitos desses segmentos representarem-se por edições de efêmera duração, sua emergência, por si só, prenunciava a existência de grupo social, profissional ou cultural de relevo no mercado. Mais do que apontar as tendências do impresso periódico, as tipologias das revistas acabaram por enunciar as múltiplas dimensões da sociedade paulistana.¹¹⁸

Embora se referindo a São Paulo, tal tipologia pode ser estendida a outras cidades, como é o caso do Rio de Janeiro que estamos examinando. As revistas, portanto, foram fundamentais para a criação de comunidades leitoras, pois a diversidade temática conseguia atingir a sociedade como um todo, incluindo-se também grupos não letrados, como já se sabe. Havia temas para todos os gostos, gerando-se demandas específicas, com a construção de públicos especializados. Nesse caso, um destaque é o das revistas femininas, que foram responsáveis por inserir a mulher nesse mercado, tanto como consumidora quanto como produtora de bens culturais, escrevendo nessas publicações e contribuindo para a realização das mesmas de diversas formas.

Foi através das revistas – algumas femininas e feministas – que a mulher começou a se inserir no mercado editorial e, a partir daí, foi ganhando espaço em outros tipos de publicação, até mesmo em jornais diários. Além disso, de acordo com Maria Martha Freire, nas primeiras décadas do século XX, as revistas configuraram-se como veículo ideal para a difusão de um novo papel social feminino, o de mãe moderna.¹¹⁹ Analisando duas revistas femininas de grande circulação no Rio de Janeiro na década de 1920, *Revista Feminina* (1914-1936) e *Vida Doméstica* (1920-1963), a autora vai mostrar que uma série de agentes – médicos, juristas, políticos, feministas etc – atuaram, nesse período, na tentativa de transformar a maternidade em uma prática científica, em conformidade com os novos padrões de modernidade, divulgando, portanto, o que a autora intitulou de discurso da “maternidade científica”. Nesse sentido,

¹¹⁸ MARTINS, Ana Luiza. op. cit. p.281.

¹¹⁹ FREIRE, Maria Martha de Luna. “Ser mãe é uma ciência: mulheres, médicos e a construção da maternidade”. In: *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, v.15, suplemento, jun. 2008, p. 153-171.

a maioria dos artigos publicados nas revistas insistiam na responsabilidade da mulher em zelar pela boa alimentação das crianças, na necessidade de amamentação e de hábitos de higiene, evocando constantemente o argumento da superioridade da ciência.



Imagem 7 - *Revista Feminina*, ano XI, n, 119.

Podemos caracterizar as revistas femininas, portanto, como um importante instrumento de ação. Através delas as mulheres não só demarcaram sua posição na sociedade, enquanto intelectuais e “mães modernas”, como também defenderam seu direito de trabalhar e votar. Para Freire:

Comprovando sua função de mediação cultural e política, de difusão de discursos voltados à construção de identidades e de papéis sociais, as revistas femininas refletiram e simultaneamente conformaram as transformações da própria inserção das mulheres na sociedade.¹²⁰

Destaque também foi a conquista do público infantil, através da criação de uma série de revistas especializadas, além de seções e colunas que se tornaram muito comuns na produção periodística do período. Um dos maiores exemplos foi a revista *Tico-Tico*, semanário ilustrado fundado em 1905 por Luís Bartolomeu e Renato de Castro, que circulou no país por mais de meio século, resultado direto de seu sucesso entre o

¹²⁰ Ibid. p. 157.

público infantil. *Tico-Tico* contava com a colaboração dos melhores artistas da época, como J. Carlos, que criou os personagens Juquinha, Lamparina, Jurujuba e Carrapicho; Ângelo Agostini, responsável pelo cabeçalho e pelas histórias em quadrinhos; Loureiro, responsável pelas famosas histórias de Chiquinho; Storni, responsável pelo personagem Zé Macaco e Fustino; entre muitos outros. Como *O Malho*, *Tico-Tico*, pela qualidade, popularidade e duração, estabeleceu um modelo a ser seguido, marcando a memória de gerações de crianças e adultos.¹²¹



Imagem 8 - *Tico-Tico*, ano I, n.1, outubro de 1905.

Além dessas, algumas revistas também se destacaram pela divulgação de informações de vanguarda, condensadas em matérias especializadas. Segundo Tânia de Luca, os movimentos de vanguarda do período foram particularmente eficientes na utilização das revistas como instrumento de luta e veículo de difusão de novos princípios e manifestos.¹²² Um dos maiores exemplos foi a publicação de uma série de

¹²¹ Para saber mais a respeito da revista *Tico-Tico* ver: ROSA, Zita de Paula. *O Tico Tico: meio século de ação recreativa e pedagógica*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

¹²² LUCA, Tânia Regina de. op. cit. p. 13.

revistas modernistas ao longo dos anos 1920 e 1930 no Brasil, sendo a maioria delas produzidas em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Para São Paulo, podemos citar como exemplo a pioneira *Klaxon*, revista mensal fundada em 1922 para ser a porta voz do movimento modernista. Proclamando-se como um “manifesto”, a revista contou com a colaboração de grandes nomes, como Mário de Andrade, Menotti del Picchia, Manuel Bandeira, Oswald de Andrade, Anita Malfatti, entre outros. Seu projeto de defesa do “moderno” e de ruptura com o tradicional ficou marcado inclusive pelas suas famosas capas, onde um enorme “A” era reproduzido, ocupando quase todo comprimento vertical da página, rompendo assim com os padrões estéticos de harmonia. Inteiramente financiada pelos seus redatores, a *Klaxon* circulou somente até 1923, mas se transformou em um marco do movimento modernista.



Imagem 9 - *Klaxon*, ano I, n.1, maio de 1922.

Ainda em São Paulo, outro exemplo importante de revista modernista foi a *Revista de Antropofagia*, que circulou entre maio de 1928 e agosto de 1929. Idealizada por Oswald de Andrade, a revista serviu como veículo de divulgação do Movimento Antropofágico no Brasil. No Rio de Janeiro, podemos citar a revista *Estética*, fundada em 1924 e dirigida por Prudente de Moraes Neto e Sérgio Buarque de Holanda, e a

revista *Festa*¹²³, que circulou de 1927 a 1929 e de 1934 a 1935, intitulando-se “modernista espiritualista”, propagando o espiritualismo e o universalismo na arte, e ilustrando outras vertentes do movimento. Além de Rio de Janeiro e São Paulo, foram publicadas revistas modernistas também em outras cidades, como Fortaleza e Porto Alegre. Dessa forma, além de dar publicidade aos novos ideais, essas revistas contribuíram também para transformar a novidade em cânone, habituando seus leitores às transformações.

Ao longo do século XX, portanto, as revistas tornaram-se moda e ditaram moda. Procuravam suprir as lacunas do mercado editorial e atender às expectativas dos diferentes públicos, garantindo assim a maior circulação de impressos. Intermediárias do jornal e do livro, as revistas aproximaram o público leitor do noticiário ligeiro e seriado, diversificando-lhe a informação. Além disso, também foram importantes na conformação de ideários, como disseminadoras de ideias políticas e artísticas, além de modeladoras da sociedade. Através de suas páginas foram divulgados gostos, hábitos, visões de mundo, comportamentos e verdadeiros projetos estéticos e políticos.

2.3 – A produção de periódicos nos anos 1930

A partir dos anos 1930, já sob o governo de Getúlio Vargas, a produção de periódicos no país iria se expandir ainda mais, beneficiada por uma série de iniciativas no campo da produção cultural e da educação. Como afirmou Tânia de Luca:

Não se pode subestimar a presença de um Estado que se relacionava intensamente com as elites letradas e interferia de forma incisiva nos campos da cultura e da educação, ampliava em muito a máquina burocrática e absorvia crescente contingente de servidores públicos qualificados em diversos escalões. De outra parte registre-se a vigorosa expansão do mercado editorial, favorecida tanto pelo aumento do letramento, reformas no ensino secundário e ampliação do segmento superior quanto pela própria conjuntura econômica internacional, pouco propícia à importação de livros.¹²⁴

As políticas implementadas pelo governo Vargas, no sentido de ampliar a educação básica no Brasil e estimular a produção de bens culturais, associadas a um contexto de crise internacional, favoreciam o crescimento e fortalecimento de uma indústria editorial no país. O próprio governo, como demonstrou a autora, por intermédio do Instituto Nacional do Livro (INL), criado em 1937, constituiu-se em um

¹²³ Cf. GOMES, Ângela de Castro. op. cit.

¹²⁴ LUCA, Tânia Regina de. op. cit. p. 113.

importante comprador das obras produzidas no país. Formado por três seções - a responsável pela publicação da *Enciclopédia Brasileira* e do *Dicionário de Língua Nacional*; a de publicações, que deveria editar obras raras e preciosas e adotar medidas que melhorassem e barateassem o livro no país, e a de bibliotecas, que visava incentivar a organização e manutenção de bibliotecas públicas em todo o país -, esse órgão foi fundamental para o crescimento do número de autores nacionais, para a afirmação de diferentes gêneros literários, em especial o romance, para a multiplicação de editoras e publicação de livros.

Dessa feita, as revistas também passaram a interessar mais diretamente aos órgãos do governo e suas várias instituições, através das quais poderiam difundir seus projetos e as realizações oficiais. Um exemplo disso foi a publicação da *Revista do SPHAN*, a revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão criado em 1937 pelo presidente Getúlio Vargas. O primeiro número da revista foi lançado no próprio ano de criação da instituição, em 1937, tendo como diretor Rodrigo Mello Franco de Andrade, que ficaria à frente do SPHAN até 1967. Com a colaboração de funcionários do próprio SPHAN, além de pessoas ligadas a outros órgãos, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Museu Nacional, a revista ao mesmo tempo em que auxiliou na divulgação das discussões travadas dentro do SPHAN, contribui para o processo de estruturação de uma política de preservação no Brasil.

Ainda no início dos anos 1930, uma das grandes dificuldades era, sem dúvida, a colocação da revista no mercado. A começar pela assinatura, que, em muitos casos, representava a garantia da existência da publicação, pelo menos em seus primeiros anos de vida. Aos poucos, porém, algumas estratégias de venda foram sendo desenvolvidas, garantindo maiores possibilidades de sobrevivência desses periódicos. Assim, muitas vezes, exemplares das revistas eram enviados às casas e estabelecimentos comerciais como forma de apreciação, sem compromisso; caso não fosse devolvido, significava que a pessoa tinha aceitado a assinatura do periódico. Em seguida, uma série de estratégias eram usadas para garantir a manutenção das mesmas, como a oferta de brindes, concursos literários e de música, suplementos infantis com jogos e charadas, além de preços especiais para os anunciantes.

O valor da assinatura anual e/ou semestral variava de acordo com o acabamento gráfico da revista, sua periodicidade, número de anunciantes, custo com a matéria-

prima, entre outros fatores. Geralmente eram distribuídas em pontos comerciais estratégicos, como hotéis, teatros, charutarias, cafés, estações ferroviárias, associações culturais, clubes e livrarias, locais por onde circulava seu potencial público leitor. As revistas mais sólidas, como foi o caso da revista *Lusitania*, anunciavam inclusive a existência de agentes espalhados pelo país e, às vezes, pelo mundo, demonstrando, portanto, um organizado sistema de circulação.

Somado a isso, uma série de mecanismos eram criados a fim de garantir uma certa “dependência” do público em relação à revista, garantindo assim a renovação das assinaturas e a conquista definitiva do leitor. Nesse sentido, por exemplo, muitas vezes o encarte para a realização da assinatura vinha com a própria revista, facilitando o pedido de renovação; outro recurso era a publicação de fotografias e textos enviados pelos próprios leitores, aproximando-os do periódico; ou mesmo a exaltação de grandes figuras da indústria e do comércio, garantindo a contribuição financeira dos mesmos aos periódicos ou angariando futuros investimentos. Da mesma forma, o recurso a autovalorização foi uma constante, geralmente através da divulgação de altos números de tiragens, ainda que muitas vezes fantasiosos. Descontos em livros e coleções, anunciados ao longo dos periódicos, também funcionavam como estratégia de venda, estimulando assim o consumo das mesmas. Além disso, as próprias editoras passam a ter suas revistas e, através delas, anunciam seus livros.

Nas redações desses periódicos observa-se a formação de grupos, ligados por amizades, relações comerciais, afinidades ideológicas e mesmo políticas. Convivendo lado a lado, discutindo visões de mundo, produzindo diagnósticos sobre a sociedade e projetando ideias para o futuro, essas redações funcionavam como um importante lugar de sociabilidade, onde projetos político-culturais eram construídos e compartilhados. Inúmeras revistas foram concebidas e fundadas nesse ambiente, sendo, portanto, parte desses projetos político-culturais. Nesse sentido, como demonstrou Ângela de Castro Gomes, as revistas devem ser pensadas como pólos em torno dos quais se articulavam pessoas que precisavam de suportes materiais e simbólicos para fazer circular seus projetos.¹²⁵

Legitimadas pelos próprios intelectuais como lugares de sociabilidade, onde se debatiam e se propagavam ideias, as revistas representavam eficientes instrumentos de combate e intervenção social. Nelas eram travadas disputas em torno de interpretações

¹²⁵ GOMES. op. cit. p.58.

sobre o presente o passado e o futuro, sobre formas de agir e orientar a população, sobre mecanismos de transformação social, e tudo isso articulado às relações pessoais e cotidianas do grupo, marcadas por afetos, desentendimentos, aproximações e ressentimentos. Dessa forma, como afirmou Tânia de Luca:

Detalhes acerca dessas configurações [...] informam sobre a constituição de diferentes leituras em disputa e o processo de demarcação de posições, algumas suficientemente hegemônicas para se impor por longo tempo e até mesmo obter legitimidade científica, porque incorporadas ao discurso competente dos especialistas que, por vezes, não fazem mais do que atuar como ventríloquos de contendas alheias.¹²⁶

Através da configuração dessas redes pessoais/profissionais podemos observar, portanto, não só projetos sendo debatidos e compartilhados, como também o desenvolvimento de estratégias de legitimação desses projetos e de intervenção no espaço público, questões indissociáveis e que dialogam diretamente com os dilemas de seu tempo. Entendemos que as revistas não são portadoras de um discurso unívoco, já que é um lugar onde transitam diversos atores, cada qual defendendo seus interesses. Mas, como afirmou Ângela de Castro Gomes, mesmo sendo polissêmicas, as revistas devem ser pensadas como portadoras de projetos.

Nos últimos 20 anos, vem se observando no país um crescimento muito significativo no número de estudos que tomam as revistas como objeto de análise, o que aponta para um processo de valorização dos periódicos enquanto instrumentos de intervenção político-social, superando-se aos poucos as perspectivas que os tomavam enquanto meros veículos de informação. Porém, a maioria deles versam sobre revistas femininas, operárias, literárias, de saúde etc, sendo pouquíssimos os trabalhos sobre a imprensa imigrantista no Brasil, e, especialmente, a imprensa portuguesa. Sendo assim, e buscando contribuir para o desenvolvimento de novas discussões sobre o tema, o que vamos procurar mostrar, a partir de agora, é como a imprensa imigrantista no Brasil funcionou, também, como um espaço importante de discussão e de elaboração de projetos de presente e futuro, auxiliando no processo de adaptação e de reelaboração de sentidos das comunidades de imigrantes no novo país.

Trabalhando especialmente com a produção de periódicos da colônia portuguesa do Rio de Janeiro, e tendo como objeto de análise a revista *Lusitania*, procuraremos perceber como um determinado grupo da colônia estava pensando as relações luso-

¹²⁶ LUCA, Tania Regina de. op. cit. p.56.

brasileiras no final dos anos 1920 e início dos anos 1930 no Brasil; a forma como se apropriavam do passado para legitimar o presente e planejar o futuro e, por entendermos a imprensa como uma prática social, a forma como esse grupo buscava interferir no cotidiano e na realidade da colônia portuguesa do Rio de Janeiro. Além disso, e parafraseando Eça de Queirós, estaremos sempre em busca dos atores e das cenas que mereceram, por parte desse grupo, risos e lágrimas, pois este é um bom início para tentarmos chegar, pelo menos perto, do projeto político-cultural da revista *Lusitania*.

Capítulo 3 – O periodismo português no cenário da imprensa carioca

3.1 – A imprensa imigrantista no Brasil

Não fizemos este jornal para nós, não o fundamos com a visão de lucros materiais. Fizemo-lo para a colônia, fundamo-lo para elevar o quanto possível e cada vez mais o nome português, o nome legendário e Augusto da Pátria. [...] Não queremos nada por nós. A própria vitória da *Pátria Portuguesa* pertence mais à colônia do que a nós mesmos. Mas, temos orgulho do que fizemos, da idéia que transformamos em realidade, de ver a colônia portuguesa possuir um jornal que é o porta-voz do seu pensamento e das suas aspirações. Jornal impessoal, sem partidarismo, que é de todos os portugueses e vela por todas as coisas que interessam à vida e ao progresso de Portugal.

(*Pátria Portuguesa*, ano IV, jan. de 1928, p.20)

A comunidade portuguesa no Brasil (mas não só ela) buscou através de várias estratégias, recriar sua identidade e estabelecer marcos de sua presença no novo país. Dentre esses, demos grande destaque à formação de diversas associações, que atuaram, e ainda atuam, como importantes espaços de convívio e de guarda de memória, sejam elas de caráter recreativo, assistencial, literário, desportivo ou comercial. Mas a partir de agora, falaremos de um outro instrumento que, assim como as associações, mostrou-se fundamental para a construção de uma identidade portuguesa no Brasil, bem como do estreitamento dos laços da colônia com Portugal: a imprensa.

Através de jornais, revistas, folhetos e almanaques, as comunidades de imigrantes presentes no Brasil conseguiram se comunicar não só com os diversos imigrantes espalhados pelo território brasileiro, mas também com os seus conterrâneos, que haviam permanecido em sua terra natal, e, em muitos casos, com a própria sociedade brasileira. A criação de jornais e outros tipos de periódicos foi uma prática muito comum entre as principais comunidades de imigrantes do país, sendo que muitas chegam mesmo a nos surpreender pela quantidade de periódicos publicados e pela estrutura montada. Apesar disso, essa vasta produção é muito pouco estudada por historiadores e pesquisadores de áreas afins, que, dessa forma, deixam de perceber o quanto ela é importante para se compreender as formas de organização e de atuação dessas colônias de imigrantes no Brasil.¹²⁷ Afinal:

¹²⁷ Dentre alguns trabalhos que se dedicaram a discutir a imprensa imigrantista no Brasil podemos citar: OLIVEIRA, Carla Mary da Silva. *Saudades d'além mar*: um estudo sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro através da Revista Lusitânia (1929-1934). Tese de Doutorado. João Pessoa: UFPB, 2003; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. "Imigração e educação: os portugueses em São Paulo no início do século XX" (paper apresentado no XV World Congress of Sociology, Brisbane, Australia, July 2002);

Através da imprensa imigrante os habitantes do grande mundo externo podem ter uma particular visão sobre o pequeno mundo do imigrante. Ler alguns desses jornais estrangeiros é como olhar pelo buraco da fechadura numa sala iluminada.¹²⁸

Os periódicos produzidos por imigrantes, também conhecidos como “de colônia”, “étnicos” ou “estrangeiros”, são resultado do processo migratório internacional, como trabalhado por nós, no caso do movimento migratório português, no primeiro capítulo dessa dissertação. Isso não quer dizer que a simples existência de imigrantes em uma dada região do país garantisse a criação desses periódicos. Para que isso ocorresse era necessário organização e a montagem de uma estrutura específica, que contasse com meios físicos e técnicos de impressão e circulação, característicos de qualquer tipo de imprensa, como o acesso ao papel e à tinta, matérias-primas indispensáveis nesse tipo de atividade, máquinas de impressão, formas de divulgação e distribuição, meios financeiros de manutenção do empreendimento, além de público leitor para o mesmo.

Um bom exemplo disso é levantado pela autora Camila Escudeiro, que mostra que, apesar da imigração japonesa ter sido oficialmente iniciada em 1908, os primeiros jornais produzidos pela colônia japonesa de São Paulo só começaram a ser publicados anos depois, quando os imigrantes já tinham efetivamente se estabelecido na cidade e criado seus espaços de pertencimento no novo território. O surgimento e, ainda, a continuidade de periódicos de imigrantes, portanto, dependiam da capacidade de organização desses grupos, além de fatores econômicos, técnicos, políticos, culturais e sociais que variavam de região para região. Ainda assim, o que podemos perceber é que especialmente em regiões que receberam grandes fluxos migratórios existem registros deste tipo de imprensa.

Quais seriam então os motivos que levariam à criação desses periódicos? Primeiramente é importante dizer que entendemos o periódico como resultado de um

TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel/ Instituto Italiano di Cultura di San Paolo/Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1989; LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora da UNESP, 2001; PAULO, Heloísa. “O Emigrante e a leitura. A colônia portuguesa do Brasil e as suas publicações”. In: *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Faculdade de Letras, vol.20, 1999, p. 421-444; ESCUDEIRO, Camila. *Imprensa de comunidades imigrantes de São Paulo e Identidade: estudo dos jornais ibéricos Mundo Lusíada e Alborada*. Dissertação de Mestrado. São Bernardo do Campo: UMESP, 2007; SERPA, Hélio. “Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos”. In: *Revista Brasileira de História*. Vol. 20, n. 39, associação Nacional de História, São Paulo, 2000.

¹²⁸ PARK, Robert. *The immigrant press and its control*. New York: Harper & Brothers, 1922, p.13. Apud: ESCUDEIRO, Camila. op. cit. p. 75.

projeto¹²⁹ de um grupo, envolvendo aspirações, realizações, objetivos e sonhos que dizem respeito ao próprio grupo e à sua história. Dessa forma, existem questões que só podem ser compreendidas a partir do próprio periódico, pois são inerentes ao projeto do grupo que lhe deu origem. Ainda que muitos jornais e revistas se auto-intitulassem os “porta-vozes” de determinada comunidade, nenhum periódico representava a totalidade dos imigrantes. A colônia, seja qual for a sua nacionalidade, é toda ela formada por contradições, e cada periódico, portanto, possui seus interesses específicos, buscando falar a um público determinado.

Entretanto, após o contato com alguns desses periódicos de imigrantes e da leitura da bibliografia específica, percebemos que determinadas motivações são muitas vezes as mesmas, principalmente por esses grupos estarem vivendo realidades e situações muito parecidas, em especial, a de serem estrangeiros em uma terra desconhecida. Nesse sentido, os periódicos surgiam pela necessidade dos imigrantes de se comunicarem com “toda” a colônia, com os outros imigrantes de mesma nacionalidade espalhados pelo país, e pelo desejo de divulgarem informações sobre a terra natal. Especialmente, investiam na manutenção de suas identidades, tradições e laços culturais e afetivos com a terra de origem, atuando para que a sociedade de adoção não os “engolissem”. Em 1897, por exemplo, o jornal *L’Indipendente*, voltado para a colônia italiana de São Paulo, já afirmava esse caráter dos periódicos imigrantistas:

Resta ver se é tarefa dos jornais coloniais, a 5 ou 6 mil milhas de distância, seguir a política de Roma ou Viena, quando uma tarefa maior, mais lógica e mais humanitária, nos impõe trilhar outro caminho. O jornal colonial tem que ser o fio condutor do espírito vivo da nacionalidade, deve ser o porta-voz do amor da pátria por seus filhos distantes [...], deve ser o único meio para invocar ajuda, transmitir as boas e as más notícias; deve tomar a palavra, quando de direito, pela respeitabilidade coletiva; deve ser o exemplo de sabedoria e de sadio pensar no meio das suscetibilidades vaidosas que costumam nascer nas Colônias [...]. Nossos esforços [...] deveriam convergir para o sagrado objetivo de melhorar a educação e as faculdades intelectuais de dois terços de nossa colônia.¹³⁰

Segundo o jornal italiano, além de manter vivas a identidade e as raízes culturais dos imigrantes no país de acolhimento, os periódicos deveriam funcionar como um ponto de apoio e ajuda, como um órgão assistencialista, além de divulgador da cultura e

¹²⁹ Adotamos aqui a categoria de “projeto” desenvolvida por Gilberto Velho, ou seja, uma “conduta organizada para atingir finalidades específicas”, a partir de escolhas realizadas subjetivamente dentro um “campo de possibilidades”, configurado pelos paradigmas culturais compartilhados. Cf. VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

¹³⁰ *L’Indipendente*. Apud: TRENTO, op. cit. p.186-187.

promotor da formação moral das comunidades, revelando assim o caráter didático desses periódicos. Dessa forma, eram escritos na língua materna, compostos por seções que versavam, geralmente, sobre a cultura popular de seus países, sobre suas regiões mais belas, davam notícias atualizadas sobre sua terra, lembravam a história do país, as festas mais conhecidas, os costumes religiosos, o tipo de música e a literatura, além de dar conta da vida social da colônia. Nesse caso, exaltavam os imigrantes mais bem sucedidos, as formas de assistencialismo, noticiando os empreendimentos comerciais, o funcionamento das associações e os acontecimentos sociais, como casamentos, aniversários, nascimentos, festas religiosas, entre outros.

Como dependiam da existência de condições técnicas e econômicas para a sua sobrevivência, a produção desses periódicos acabou se configurando como um fenômeno tipicamente urbano, predominando nas grandes cidades, espaço que lhes proporcionava a infraestrutura e o ambiente propício para a sua produção, como, por exemplo, a concentração de grande número de pessoas, que poderiam representar futuros leitores. Isso não quer dizer que pequenas cidades do interior do país ou mesmo zonas mais rurais do Brasil não tomassem contato com esses periódicos. Com o desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, um número cada vez maior de pessoas passou a fazer parte do grupo que tinha acesso à imprensa, beneficiando-se, por exemplo, dos trens, dos automóveis, do telégrafo, entre outras tecnologias da época.

Além dos fatores mencionados acima, interesses econômicos, políticos e mesmo ideológicos também poderiam levar à criação de um periódico por parte de um grupo de imigrantes. Mas, alguns jornais, especialmente os que foram criados a partir da terceira década do século XX, eram empreendimentos comerciais que exploravam a temática imigrantista como um nicho de mercado rentável para os seus criadores. Além disso, entre algumas colônias de imigrantes existentes no Brasil, como o caso da colônia italiana, foram representativos os casos de periódicos criados para fazerem oposição à política predominante em seu país de origem e/ou para funcionar como uma proposta política/social alternativa. Isso, é claro, em momentos de relativa liberdade no país, como ocorrera nas primeiras décadas do século XX, pois a partir dos anos 1930, por exemplo, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e sua política de nacionalização, veremos que os jornais vão ter que seguir as orientações do governo, levando muitos ao desaparecimento. Assim, foram poucos os grupos de imigrantes que se arriscavam a fundar jornais de cunho político/ideológico, pois uma das questões de maior urgência era garantir a adaptação e a sobrevivência no novo país.

Em geral, a maioria dessa produção apresentava-se no formato jornal, pois era um investimento mais barato, que exigia um volume de capital bem menor do que a publicação de uma revista. Além disso, a própria publicação em formato jornal era vendida a preços bem menores, possibilitando assim o acesso a um público mais amplo. É importante observarmos que a evolução dessa produção imigrantista acompanhou os estágios de desenvolvimento da própria imprensa brasileira:

De fato, os primeiros periódicos deste tipo, obviamente por questões técnicas e econômicas, [...] apresentavam estas características (eram manuscritos, mimeografados, datilógrafos, etc.). [...] Por outro lado, com o desenvolvimento e a popularização das técnicas de impressão, a mobilidade social de alguns imigrantes e as próprias necessidades dos grupos envolvidos, a imprensa de língua estrangeira registrou periódicos de alta qualidade editorial e de impressão, chegando até a ser responsável pela introdução de maquinários.¹³¹

Dessa forma, vamos encontrar entre a produção das colônias de imigrantes uma grande variedade de periódicos, desde folhas avulsas, circulares, jornais preto e branco, em formato tablóide, boletins em formato A4, até revistas e almanaques ilustrados, a cores e de alta qualidade de impressão. Com relação à periodicidade e tempo de vida dessas publicações, dependia muito das condições econômicas do grupo, da realidade política do local onde a colônia estava localizada, do conteúdo mais específico do periódico, da participação e interesse dos leitores, da presença de anúncios publicitários, entre outros fatores que explicam o fato de alguns jornais não terem passado do primeiro número enquanto outros chegaram a durar mais de 10 anos.

Quando um grupo de imigrantes se decidia pela criação de um periódico, um duplo movimento acontecia: o mais comum era que se reproduzisse o modelo já conhecido nos seus países de origem, quanto ao formato, técnicas de impressão e divulgação e organização interna dos periódicos, mas, ao mesmo tempo, se espelhavam no que estava sendo produzido no Brasil naquele contexto. Dessa forma, no caso das revistas publicadas pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro, vamos ver mais à frente que a maioria delas se assemelhava em muito às produzidas por brasileiros, especialmente no que diz respeito ao *design*, aos tipos de seções presentes e ao uso de ilustrações e fotografias.

Também era comum na imprensa imigrante a propriedade única e, entre os periódicos de pequena circulação, ou recém-criados, a concentração das funções sobre a

¹³¹ ESCUDEIRO, Camila. op. cit. p. 94-95.

figura do proprietário, que funcionava como editor, escolhia os temas a serem abordados, apurava as notícias, escrevia os textos, diagramava o jornal, imprimia e, algumas vezes, até distribuía o periódico. As dificuldades financeiras com que a imprensa lutava e o reduzido número de leitores fazia com que grande parte dessas publicações durassem pouco tempo e que seu dono se empenhasse, logo em seguida, na fundação de um novo periódico. Dessa forma, era muito comum encontrar os mesmos nomes chefiando várias publicações em épocas sucessivas.

Mas periódicos de grande circulação, principalmente entre as colônias portuguesas e italianas, possuíam uma estrutura muito mais bem organizada, com um corpo editorial, redação e oficinas próprias, seções jornalísticas, diagramadores, fotógrafos, ilustradores, colaboradores, e até correspondentes internacionais, mais especificamente no país de origem da colônia, configurando uma equipe e chegando a formar verdadeiros grupos jornalísticos, donos ao mesmo tempo de jornais, revistas e suplementos. Essa diferenciação, em termos de estrutura, por parte dos periódicos imigrantistas era a mesma que se verificava na imprensa brasileira. Da mesma forma que existiam os periódicos de circulação restrita à colônia, com tiragens muito baixas, alguns inclusive distribuídos gratuitamente entre a população imigrante, havia aqueles que circulavam em outros estados brasileiros e até mesmo em outros países, em especial nos países de origem e da América Latina, com uma tiragem bem alta, como é o caso da revista *Lusitania*, nosso objeto de pesquisa.

Outra característica importante é que muitas notícias a respeito de sua terra natal eram retiradas de outros jornais vindos de lá, sendo que na maioria das vezes a fonte da notícia era reproduzida no periódico, demonstrando, portanto, a existência de uma rede de relações entre esses veículos de informação. Outra forma de se obter informações sobre o país de origem era através das cartas trocadas entre os imigrantes e seus parentes, as quais, muitas vezes, eram publicadas, na íntegra ou em partes, nos próprios periódicos. Já as informações sobre acontecimentos e as novidades no Brasil eram escritas a partir de notícias dos próprios periódicos brasileiros, num processo constante de interpretação, a partir da ótica do grupo étnico.

Além disso, assim como ocorria com a imprensa brasileira, os anúncios de publicidade eram uma das principais fontes de renda para os periódicos de imigrantes, muito mais do que as próprias assinaturas, que algumas vezes eram inexpressivas. Os anunciantes eram, principalmente, firmas e lojas de imigrantes bem sucedidos, bem como companhias de navegação, serviços de médicos e advogados, e empresas onde os

periódicos eram vendidos, como hotéis e lojas comerciais, por exemplo. Dependendo da circulação, do volume das tiragens e do público a que se destinava, era comum também que casas comerciais brasileiras apostassem nesse tipo de publicidade, como lojas de roupas e móveis, entre outros.

Outra forma de manutenção desses periódicos eram as associações de imigrantes, muitas das quais chegaram a possuir sua própria publicação, fosse ela um jornal, revista ou boletim. Através delas muitos empreendimentos conseguiam o suporte financeiro que não alcançavam com a vendagem dos periódicos, possibilitando assim colocar em prática o sonho de editar um jornal. Além disso, muitos periódicos também recebiam apoio de beneméritos das colônias e de homens públicos de prestígio, que financiavam publicações com projetos afins aos seus, além de se utilizarem dos próprios periódicos como uma forma de promoção social e política dentro da própria colônia.

Como dissemos anteriormente, a produção imigrantista acompanhou o desenvolvimento da imprensa brasileira. Dessa forma, o maior volume de publicação dos periódicos de imigrantes se deu no início do século XX. Ainda assim, Nelson Werneck Sodré, em seu clássico *História da imprensa no Brasil*, registra o surgimento de periódicos importantes das comunidades imigrantes no Brasil já no final do século XIX. Esse é o caso, por exemplo, do semanário *Fanfulla*, um órgão da colônia italiana de São Paulo, criado em 1893. Dirigido por Viatlino Rotellini, o jornal, que inicialmente saía aos domingos, alcança expressiva tiragem, transformando-se, em seguida, em jornal diário, sendo o periódico mais duradouro em língua italiana publicado no Brasil, ficando conhecido por utilizar as máquinas mais modernas que existiam em termos de impressão, como a veloz Marinori.

Além da colônia italiana, a pequena colônia alemã do Rio de Janeiro também produzia seus periódicos no século XIX, continuando a fazê-lo com o avançar do século XX. Segundo Giralda Seyferth, os primeiros jornais editados em alemão, destinados à colônia alemã do Rio de Janeiro, foram o *Der Deutsche Einwanderer*, um bissemanário, e o *Der Deutsche Beobachter*, ambos criados em 1853 e com curtíssima duração.¹³² De acordo com a autora, em 1875 começou a ser editado o semanário *Allgemeine Deutsche Zeitung für Brasilien*, com uma estrutura mais sólida, circulando no Brasil até 1889. A colônia alemã do Rio de Janeiro ainda publicaria, em 1897, o *Deutscher Zeitung*, semanário dirigido por W. Lehfeld que a partir de 1900 se transformaria em diário; em

¹³² SEYFERTH, Giralda. “A imigração alemã no Rio de Janeiro”. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p.11-43.

1915, o *Deutsches Tageblatt*, jornal diário que duraria até 1917, quando da crise resultante da declaração do estado de guerra com a Alemanha; e o *Deutsche Rio Zeitung*, criado após o fim da Primeira Guerra, em 1921, perdurando até a campanha de nacionalização do Presidente Getúlio Vargas.

Para além da colônia alemã e italiana, Jeffrey Lesser, em *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*, vai apontar para uma vasta produção de periódicos entre as colônias de imigrantes não-europeus, como a nipônica, chinesa e sírio-libanesa.¹³³ Em relação à colônia japonesa, o autor vai mostrar que a partir da segunda década do século XX começam a ser publicados, tanto em português quanto em japonês, periódicos voltados para os imigrantes residentes principalmente nos estados de São Paulo e Paraná. Um dos exemplos levantados pelo autor é o do jornal *Gakusei*, que em japonês significa “estudante”, publicado em São Paulo, na década de 1930, pela Liga Estudantina Nipo-Brasileira. De acordo com Lesser, o periódico tinha como objetivo a integração dos imigrantes e seus descendentes no Brasil através da criação de uma nova identidade japonesa. Seus editores eram estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e, segundo o autor, tinham a percepção da larga diferença existente entre “eticidade” e “nacionalidade”, propondo, dado o contexto em que se inseriam - um período de campanhas nacionalistas e nacionalizantes - a construção de uma identidade nipo-brasileira, mantendo as raízes com as tradições japonesas, mas se inserindo na sociedade brasileira. Além desse periódico, o autor cita outros jornais destinados à colônia japonesa no Brasil, que tiveram significativa importância, como o *Shukan Nambei* e o *Nippak Shinbun*, ambos fundados em 1916; o *Brasil Jiho*, fundado em 1924; e o *Gakuyu*, contemporâneo do *Gakusei*.

Jeffrey Lesser também aponta para uma expressiva produção de periódicos no Brasil entre as comunidades de imigrantes do Oriente Médio. Na década de 1910, por exemplo, segundo o autor, chegaram a circular no país 14 diferentes periódicos editados em árabe. Na maioria das vezes, esses periódicos tinham um papel ambivalente, mas complementar: ao mesmo tempo em que eram escritos na língua materna e evocavam a manutenção dos laços culturais com o país de origem, dedicavam-se a facilitar a adaptação do recém-chegado no país, ensinando como o imigrante deveria se comportar no Brasil e estimulando a manutenção de boas relações com os brasileiros. Essa é uma

¹³³ LESSER, Jeffrey. op. cit.

característica que não era exclusiva das comunidades árabes, pois todos os imigrantes precisavam encontrar uma forma de serem aceitos no novo país e, dessa forma, de nele permanecerem. O primeiro jornal em língua árabe publicado no Brasil, segundo o autor, foi o *Al-Faiáh*, fundado em 1895 na cidade de Campinas, interior do Estado de São Paulo. Até 1933, o número de periódicos árabes publicados no Brasil teria chegado a um total de 95, entre jornais e revistas, número muito significativo.

Expressivos também foram os números apresentados por Ângelo Trento a respeito da produção de periódicos pela colônia italiana no Brasil.¹³⁴ Através de um levantamento de fôlego, o autor vai mostrar que, entre 1870 e 1940, existiram 500 publicações, entre diários, semanários, folhas quinzenais, mensais, além de revistas e almanaques, distribuídos da seguinte forma: 295 na cidade de São Paulo e outras 40 no interior desse Estado; 64 no Rio de Janeiro; 53 no Rio Grande do Sul, 4 em Santa Catarina, em Minas Gerais e no Pará; 10 no Paraná; 3 no Espírito Santo e na Bahia; e 1 em Pernambuco. O autor chama a nossa atenção para a presença de iniciativas jornalísticas em regiões onde a colônia italiana era pequena, como Pará, Bahia e Pernambuco, e em cidades do interior, como as do estado de São Paulo.

De acordo com Trento, em 1907, só nas bancas de São Paulo, encontravam-se cinco diários – *Fanfulla*, *La Tribuna Italiana*, *Il Secolo*, *Avanti!* e *Corriere d'Italia* -, além de uma dezena de semanários. Levando em consideração a colônia italiana em todo o Brasil, o autor registrou a presença de 43 publicações em 1909, 30 em 1925 e 1927 e 31 em 1941, sendo que a maior concentração desses periódicos sempre esteve, sem dúvida, em São Paulo. Em relação às temáticas trabalhadas pelos periódicos italianos, elas foram variadas e muito parecidas com as exploradas na produção de outras colônias, como, por exemplo, a história da Itália, os eventos sociais da colônia, textos literários, a trajetória de sucesso de alguns imigrantes em terras brasileiras, moda, teatro, futebol, entre outros.

Porém, se compararmos a produção italiana com a de outras colônias, como a portuguesa e a espanhola, perceberemos uma diferença fundamental: entre os periódicos publicados pelos imigrantes italianos foi expressivo o número de jornais que se caracterizou como “jornal de classe”, ou seja, que possuía um forte caráter reivindicatório e era embasado em ideologias, como o anarquismo e o socialismo. Esse foi o caso do *Avanti!*, defensor dos ideais socialistas em São Paulo. Esse jornal chegou a

¹³⁴ TRENTO, Ângelo. op. cit.

alcançar relativo êxito, tendo sido publicado à primeira vez em 1900, e durando até 1909. Teria ainda uma segunda fase, de 1914-1915, e uma terceira, em 1919, sempre guardando seu caráter crítico e de denúncia.

Essa não foi uma postura verificada na maioria das outras colônias de imigrantes presentes no Brasil, que geralmente preferiam não se envolver em questões de política, capazes de comprometer o bem estar da colônia e sua permanência no país. Nesse sentido, na maioria das vezes, esses periódicos buscavam se afirmar como apolíticos, como fez o jornal *Pátria Portuguesa* na epígrafe que abre o capítulo, ainda que a política estivesse presente a todo tempo nessas publicações e na atuação das colônias no país. Afinal, os periódicos são parte integrante dos conflitos das colônias, cuja atuação pode influir e até alterar os rumos dos acontecimentos. Temos que ter sempre em mente que a imprensa é uma prática social; ela não simplesmente relata as notícias, ela é um ator político e interfere diretamente na dinâmica social. É com esse olhar que vamos, a partir de agora, analisar a produção de periódicos realizada pela colônia portuguesa no país, e, em especial, pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro.

3.2 – A imprensa portuguesa no Rio de Janeiro: um breve mapeamento

Assim como ocorrera com as outras colônias de imigrantes presentes no território brasileiro, a colônia portuguesa se utilizou da produção de periódicos como uma estratégia de manutenção dos laços com a terra natal e de recriação de uma identidade portuguesa no Brasil. Podemos afirmar que em quase todos os estados brasileiros houve iniciativas no sentido de se editar periódicos direcionados aos imigrantes portugueses, já que encontramos diversas referências nos acervos pesquisados. A produção era diversificada, pois publicavam-se boletins, relatórios, revistas, jornais, almanaques, anuários e suplementos.

Através de um levantamento que realizamos sobre os periódicos produzidos por imigrantes portugueses no Brasil, encontramos registros até em estados onde a colônia portuguesa era reduzida em termos numéricos, como, por exemplo, no Pará e no Amazonas. No primeiro caso, nos deparamos com a referência da existência de dois periódicos, um almanaque publicado em 1918, intitulado *Almanaque do Portugal Luzo-Brazileiro*, e um jornal diário, que circulou entre 1908 e 1912, chamado *Echo Lusitano*. No caso do estado do Amazonas a referência é de um jornal que circulou entre 1899 e 1908 intitulado *União Portuguesa*. Essas informações são fruto de referências encontradas nos arquivos da cidade do Rio de Janeiro e nos acervos *on-line* de algumas

instituições espalhadas pelo país. Reconhecemos aqui a superficialidade dessa pesquisa, uma vez que alguns periódicos foram consultados muito rapidamente e outros nem chegaram a ser consultados. Além disso, a pesquisa se limitou aos acervos cariocas, perdendo, dessa forma, a referência de uma série de outros impressos produzidos ao longo do território brasileiro e cujas informações não se encontram disponíveis na internet para consulta. Como a bibliografia a respeito dessa produção é muito pequena e nossa pesquisa concentrou esforços especificamente na produção de periódicos da colônia portuguesa do Rio de Janeiro, fica aqui o registro da necessidade e da importância de se estudar essas publicações realizadas pelas colônias portuguesas de outros estados do Brasil, fundamental até mesmo para se compreender como elas se articulavam e em que pontos se aproximavam e se distanciavam.

De qualquer forma, apesar de superficial, a pesquisa que realizamos sobre os periódicos produzidos nos vários estados brasileiros revelaram uma produção muito diversificada. Chama a nossa atenção o expressivo número de periódicos editados pelas associações portuguesas. Quase todas, fossem elas beneficentes, recreativas, esportivas e/ou comerciais, possuíam seus boletins e relatórios. Nessas publicações as associações não só divulgavam notícias sobre a colônia portuguesa de determinado estado do Brasil, como também publicavam as atividades realizadas pelas próprias associações, valorizando dessa forma sua atuação dentro da colônia e na sociedade brasileira como um todo, angariando assim o apoio e o patrocínio de figuras públicas importantes.

Além disso, outra característica que conseguimos observar nesse levantamento é que, a partir do final dos anos 1930, a maioria dos periódicos portugueses passa a fazer referência ao Brasil nos seus títulos e subtítulos, perdendo, dessa forma, a referência exclusiva a Portugal. Nesse sentido, muitos passam a se intitular como luso-brasileiros, além de enfatizarem a participação de brasileiros nos quadros administrativos do periódico. Isso ocorre muito em função das leis implementadas pelo governo de Getúlio Vargas, durante os anos 1930, que impuseram uma série de restrições com relação à participação de estrangeiros no controle das instituições políticas, econômicas e culturais do país (a chamada lei dos 2/3) e, a partir de 1938, já no contexto da guerra que se anunciava, ao movimento de nacionalização, que se voltava, com destaque, para as áreas de educação e cultura.

Um dos grandes exemplos dessa política nacionalista de Vargas é o Decreto Nº. 383, de abril de 1938. Através dele os estrangeiros ficavam proibidos de exercerem a direção de jornais, bem como a sua orientação intelectual, política e administrativa,

acarretando mudanças nos quadros dos periódicos, ainda que fosse só de fachada. Além disso, o decreto proibia estrangeiros de “organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes ou quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre seus compatriotas, de ideias, programas ou normas de ação de partidos políticos de origem”.¹³⁵ Ficava proibida também a participação de brasileiros em associações de fundo cultural e beneficente mantidas por estrangeiros, o que levou à reformulação dos estatutos de associações diversas, que passaram a se assumir como associações luso-brasileiras. Dessa forma, abrem suas portas aos sócios de todas as nacionalidades, como ocorre com a Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro, já que esta abrigava um grande número de brasileiros, filhos dos seus associados portugueses. Nesse sentido, os periódicos também vão precisar se adaptar às novas condições impostas pelo governo brasileiro a fim de continuarem existindo. O nome “luso-brasileiro” vai funcionar como uma boa estratégia, verificada tanto nos periódicos produzidos pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro, como na de outros estados do país.

A maior produção de periódicos realizada pelas colônias portuguesas no Brasil estava, primeiramente, no Rio de Janeiro, e, em seguida, em São Paulo. Isso se deve não só ao fato dessas cidades abrigarem, em termos numéricos, as principais colônias portuguesas do país, mas também por possuírem diferentes opções de tecnologia de impressão, bem como facilidades no que diz respeito à compra de matérias primas e distribuição dos periódicos.

Para a produção de periódicos feita pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro, buscou-se fazer um mapeamento através de dois procedimentos: 1) a construção de um quadro, que se encontra em anexo, entre as páginas 139 e 146, onde são caracterizadas as revistas e os jornais publicados pela colônia no período de 1906 e 1940; 2) a construção de duas linhas do tempo, uma representando a produção de jornais pela colônia portuguesa, entre 1906 e 1940, e a outra, a produção de revistas e almanaques publicados entre 1910 e 1940, que se encontram, respectivamente, nas páginas 112 e 113 desse capítulo. Observando-se o Anexo, pode-se ver que conseguimos identificar, para o período de 1906 a 1940, 25 periódicos produzidos pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro, sendo 12 jornais, 11 revistas e 2 Almanagues, além de uma série de boletins e relatórios publicados pelas associações portuguesas presentes na capital, que

¹³⁵ Decreto Nº. 383 de 18 de Abril de 1938. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

não foram computados no espaço dessa pesquisa. É importante ressaltar que, possivelmente, esses não sejam os números reais, uma vez que muitos periódicos, especialmente os do início do século XX, se perdiam entre essa vasta produção, principalmente aqueles que não passaram do primeiro e do segundo número, dificultando, portanto, o processo de preservação e arquivamento.

O interessante foi perceber, ao longo da pesquisa com os periódicos produzidos pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro, as ligações que existiam entre os grupos donos desses periódicos e a formação de verdadeiras empresas jornalísticas, que apesar de não produzirem periódicos muito duradouros estavam sempre envolvidas em algum projeto e, algumas vezes, em vários projetos ao mesmo tempo. Essas ligações podem ser reveladas a partir da própria análise aprofundada desses periódicos: seus editoriais, artigos de fundo, colaboradores, matérias pagas, publicidade, entre outros. Às vezes, facilitando o trabalho do pesquisador, os próprios periódicos fazem referência uns aos outros, explicitando assim suas afinidades político-ideológicas e suas redes de sociabilidade. Isso acontecia muito entre os periódicos da colônia, que geralmente indicavam aos seus leitores a compra e leitura de algum periódico que entendiam se aproximar de seus propósitos. A *Revista Biográfica Portuguesa*, por exemplo, fora indicada por uma série de periódicos como sendo a única do gênero a circular no Brasil.

Já a *Revista Portuguesa*, intitulada “Mensário de crítica, sociologia, arte, literatura e atualidades”, era uma revista que poderíamos caracterizar como de “alta cultura”, dirigida por um importante escritor e intelectual português, Simão de Laboreiro. Fazia referência a uma série de obras e periódicos que seriam recomendados aos integrantes da colônia portuguesa, como no caso da *Revista Biográfica Portuguesa*, dada a sua “alta qualidade” e seus “belos propósitos”. A *Revista Portuguesa* destoava um pouco das outras publicadas pela colônia, pois tinha como objetivo maior a divulgação das artes e ciências portuguesas, não abrindo espaço, portanto, para seções que versassem sobre temas como futebol, carnaval ou eventos sociais. A maior parte desse periódico era destinada à temática literária, através da publicação de folhetins, poemas e artigos sobre os grandes escritores portugueses, além da divulgação das artes em geral, como a pintura, o cinema e o teatro português. Seu segundo número, por exemplo, é dedicado ao Real Gabinete Português de Leitura, como sendo uma das principais instituições promotoras e divulgadoras da arte e ciência portuguesa.

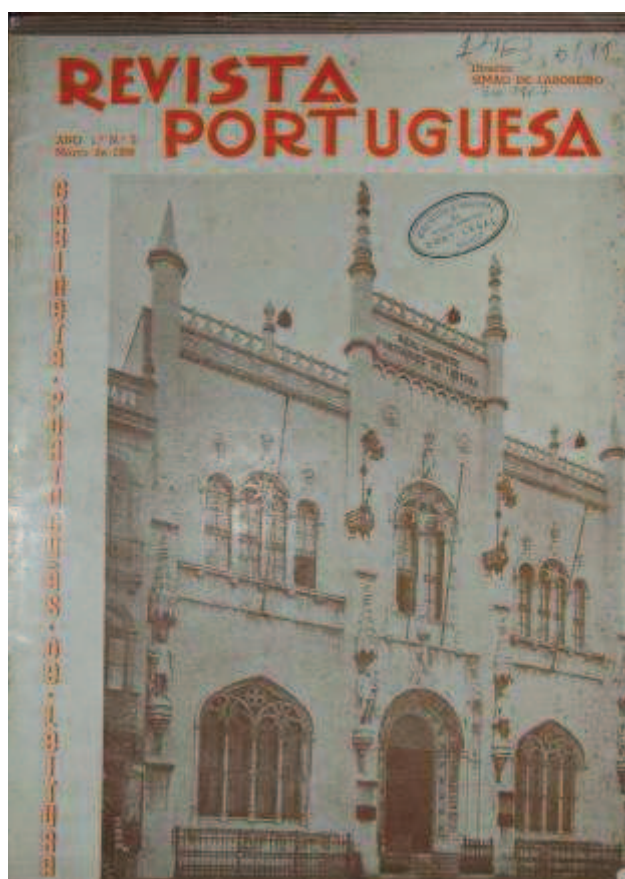


Imagem 10 - *Revista Portuguesa*, ano I, n. 2, março de 1938.

Observando o Anexo ao capítulo, produzido a partir do levantamento e da análise dos periódicos, podemos identificar a formação de alguns grupos jornalísticos dentro da colônia e a importância de alguns jornalistas no universo da imprensa portuguesa na capital. Seguindo o quadro, o primeiro nome que merece destaque é o do jornalista português José Augusto Corrêa Varella, que chegou ao Brasil no início do século XX e, em 1918, fundou o *Jornal Português*, periódico que circulou até 1934 na capital, ainda que não mais sob a sua direção. Em 1925 fez parte do grupo que fundou o jornal *Pátria Portuguesa*, ocupando o cargo de redator-chefe; em 1929 tornou-se diretor da *Revista Lusitania*, e em 1932, participou da fundação do *Diário Português*, sendo que os dois periódicos foram fundados pelo mesmo grupo dono do jornal *Pátria Portuguesa*.

Outra figura importante foi Theóphilo Carinhas, jornalista português que esteve envolvido em uma série de projetos. Em 1919 fundou, juntamente com J. J. Alves Hipólito a revista *Alma Lusitana*, ocupando o cargo de diretor administrativo; em 1928, juntamente com outra personalidade da colônia, Rui Chianca, funda a revista *Portugal Ilustrado*, periódico que dá continuidade à revista *Portugal*, que havia sido fundada em

1923 por Rui Chianca e chegou ao fim em 1928. Theóphilo Carinhas também foi responsável pela criação de uma obra entendida como de referência pelos imigrantes portugueses do período, o chamado *Álbum da Colônia Portuguesa*, editado em 1927 pelo jornalista com o propósito de narrar a trajetória da colônia desde os fins do século XIX até o contexto de publicação do álbum, contando a história das principais associações portuguesas e de personalidades da colônia portuguesa do Rio de Janeiro. Francisco Lemos e Leôncio Correia também aparecem encabeçando diferentes projetos de publicação, sendo os mais significativos a edição do *Almanaque Português*, fundado em 1932, e da *Revista Biográfica Portuguesa*, fundada em 1937.

Mas o grupo que mais nos interessa, em razão do nosso objeto de pesquisa, é aquele liderado pelo jornalista português João Chrysóstomo Cruz. Esse grupo fora responsável pela edição de vários periódicos, os quais vão conseguir ter grande apelo entre os integrantes da colônia portuguesa, o que atesta o sucesso da empresa editora Chrysóstomo Cruz & Cia. Era composto, para além do Chrysóstomo Cruz, dos jornalistas portugueses Corrêa Varella, Joaquim Campos e Vaz de Almada. O primeiro grande periódico fundado pelo grupo foi o jornal *Pátria Portuguesa*, que contou com o financiamento inicial do comerciante português Lourenço Teixeira. O jornal circulou entre 1925 e 1934 e foi do sucesso alcançado entre os seus leitores que o grupo, em 1929, resolveu diversificar sua produção apostando na criação de uma revista, a *Lusitania*, que vai circular até 1934.

Ainda durante o período de publicação da *Pátria Portuguesa* e da revista *Lusitania*, o grupo decide por criar um jornal diário, o chamado *Diário Português*. Esse jornal duraria até o ano de 1936, quando ocorre uma cisão entre seus diretores, Chrysóstomo Cruz e Henrique Ferreira Lopes e Mário Moreira Fabião. Da briga resulta o fim do *Diário Português* e a fundação de dois novos periódicos, a *Voz de Portugal*, por Chrysóstomo Cruz, e o *Correio Português*, por Henrique Ferreira Lopes e Mário Moreira Fabião. Em 1938, diante das leis de nacionalização da imprensa, Chrysóstomo Cruz foi afastado da direção do jornal *Voz de Portugal*, mas continuou a dar orientações ao periódico, que continua sendo publicado até os dias de hoje. Depois disso, o jornalista vai se lançar em outros negócios, sendo responsável por criar a Agência Cruz, uma agência de turismo que também tinha a função de distribuir filmes portugueses no Brasil.

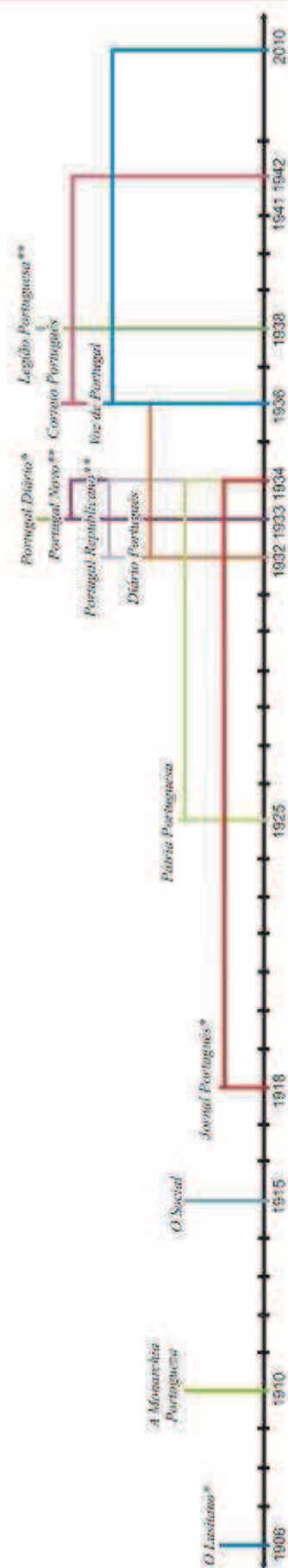
Como podemos ver, é grande o número de periódicos produzidos pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro, o que demonstra a consolidação de um mercado desse

gênero na capital. Analisando as duas linhas do tempo reproduzidas a seguir, podemos identificar algumas características dessa produção. Primeiramente, e comparando a linha dos jornais com a das revistas e almanaques, podemos perceber que a produção de jornais esteve muito mais concentrada nos anos 1930, enquanto a de revistas e almanaques foi maior nos anos 1920. Além disso, dentro do conjunto de jornais publicados, chama-nos a atenção dois periódicos que tiveram grande duração no Rio de Janeiro, um deles, inclusive, produzido antes mesmo dos anos 1920: *Jornal Português*, que circulou entre 1918 e 1934, e *Pátria Portuguesa*, que circulou entre 1925 a 1934.

No caso das revistas e almanaques, podemos destacar a revista *Portugal*, que circulou entre 1923 e 1928, a *Lusitania*, que circulou entre 1929 e 1934, e os almanaques *Brasil-Portugal*, que circulou entre 1930 e 1939, e *Almanaque Português*, publicado entre 1932 e 1941. Esses periódicos se destacam pois, ao contrário da maioria dos impressos desse gênero, tiveram uma duração relativamente longa. Assim, analisando o quadro em anexo e as linhas do tempo, e não levando em consideração as publicações em formato de boletins, que geralmente eram publicados mensalmente, nem de relatórios, geralmente publicados no final ou início de ano, podemos estabelecer a seguinte estimativa: na primeira década do século XX foi criado apenas 1 periódico, na segunda 5, na terceira década 7 e nos anos 1930 foram 12 periódicos.

Essa progressão aponta para duas características do contexto de publicação dos mesmos: a primeira é em relação aos meios materiais e técnicos disponíveis na capital para a produção e desenvolvimento da imprensa, que, como vimos, vão ser ampliados e melhorados ao longo das primeiras décadas do século XX, possibilitando o surgimento de projetos mais bem elaborados e mesmo mais duradouros, como começa a ocorrer no final dos anos 1920 e início dos anos 1930. Como já afirmamos anteriormente, os anos 1930 vão ser marcados por um impulso aos projetos culturais de diversos gêneros, inclusive estimulados pelo crescimento do número de pessoas alfabetizadas e de projetos educacionais. A presença do Estado nesse ramo também vai ser muito significativa, apoiando projetos culturais, estimulando o mercado editorial no país e facilitando o desenvolvimento de empresas jornalísticas, ainda que se restringindo às iniciativas que estivessem coadunadas com a política do governo.

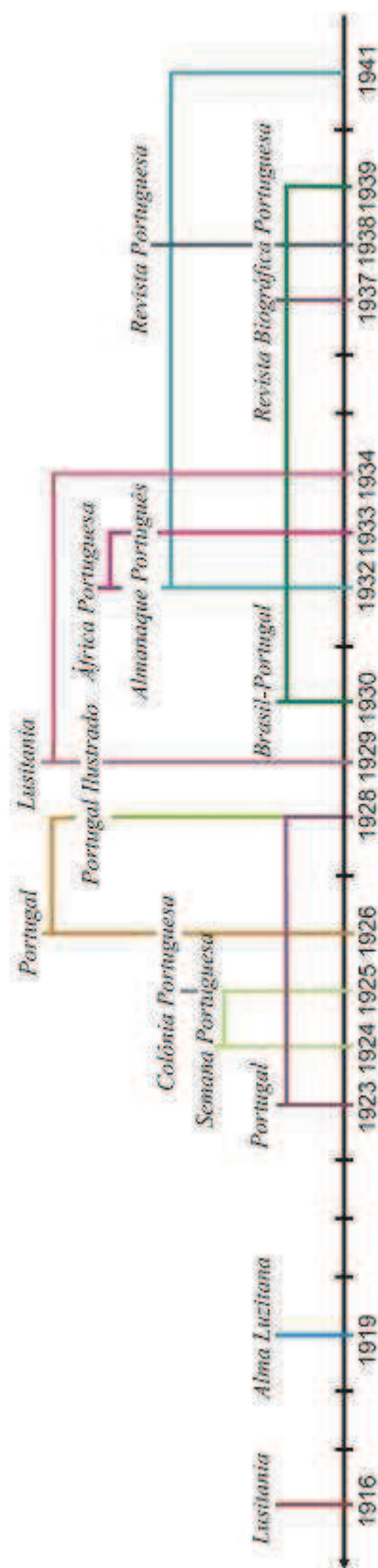
Jornais publicados pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro (1906-1940)



*Esses periódicos, apesar de constarem nos acervos pesquisados, estão incluídos para consulta.

**Esses periódicos não foram encontrados nos acervos pesquisados; portanto, foram mencionados pela bibliografia consultada.

Revistas e Almanques publicados pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro (1910-1940)



Além disso, não podemos perder de vista que, nos anos 1930, Portugal já estava sob o governo de Oliveira Salazar, o qual, como falamos no capítulo anterior, possuía como um de seus projetos a integração dos emigrantes portugueses à “grande nação portuguesa”. Segundo Heloísa Paulo, o emigrante era visto por Salazar como o “guardião dos atributos da nacionalidade”, devendo, portanto, exteriorizar, a todo tempo, o seu sentimento de pertencimento à Nação.¹³⁶ Através, principalmente, da atuação de seus cônsules e dos diretores das associações portuguesas no Brasil, muitos dos quais escolhidos pelo próprio Salazar, o líder português vai buscar difundir o ideário salazarista e reprimir movimentos de oposição ao regime. “Assim, os consulados são verdadeiras ‘agências de controle e de propaganda’, e a sua rede de informação e ‘policiamento’ tem a sua ‘sede’ representada pela Embaixada de Portugal no Rio”.¹³⁷ Essa propaganda muitas vezes era feita de forma sutil, beneficiando os grupos que se colocavam ao lado do governo português, concedendo comendas a homens influentes da colônia que prestavam apoio ao regime, como foi o caso do diretor da revista *Lusitania*, João Chrysóstomo Cruz.

A propaganda do regime salazarista no Brasil também ficaria marcada pelo financiamento dado pelo governo português à publicação de obras e periódicos que faziam elogio ao regime. Assim, eram publicados todos os discursos do governante, sendo vendidos aos integrantes da colônia, principalmente através da Livraria H. Antunes, responsável também pela publicação de obras favoráveis ao regime. Órgãos como a Federação das Associações Portuguesas e o Real Gabinete Português de Leitura também patrocinavam a produção de jornais e livros elogiosos a Salazar. Nesse sentido, os anos 1930, tanto no Brasil como em Portugal, vão ser marcados pelo incentivo do governo português à produção de periódicos, inclusive incentivo financeiro. Dessa forma, podemos compreender as razões para o grande aumento do número de periódicos produzidos pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro, pois este projeto estava inclusive dentro do programa de governo de Oliveira Salazar.

Nesse sentido, e a partir da análise detalhada desses impressos, podemos perceber que a maioria dos periódicos surgidos durante os anos 1930 no Brasil assumia uma posição de apoio ao regime português. Não chegaríamos a essa conclusão caso

¹³⁶ PAULO, Heloísa. *Aqui também é Portugal: a colônia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto, 2000, p.51.

¹³⁷ PAULO, Heloísa. “Os insubmissos da colônia. A recusa da imagem oficial do regime pela oposição no Brasil (1928-1945). In: *Penélope; fazer e desfazer a história. Portugal no Exílio (século XX)*. Lisboa, n.16, p.13, 1995.

fizéssemos uma análise do periódico que tomasse seu discurso “oficial” como indicador básico de seu projeto político-cultural, pois a maioria deles procurava, logo no primeiro número, enfatizar seu caráter apolítico, exaltando os seus objetivos mais nobres que eram a “elevação da Pátria” e a defesa do “Portugal Maior”. Isso se dava principalmente com as revistas, que geralmente não são consideradas como portadoras de projetos políticos, mas de projetos culturais. Mas, na medida em que nos aprofundamos na análise do periódico – localizando quem são seus colaboradores e proprietários e dando atenção ao projeto editorial como um todo -, conseguimos identificar as demonstrações de apoio ao salazarismo, ainda que de forma sutil.

Esse foi o caso, por exemplo, dos periódicos *Almanaque Português*, *Diário Português*, *Portugal Diário*, *Portugal Novo*, *Voz de Portugal*, *Correio Português* e *Legião Portuguesa*. Todos esses periódicos, de alguma forma, deixaram transparecer o seu apoio a Salazar, fosse através de artigos elogiosos à sua política econômica, da reprodução de trechos dos discursos do governante português, da propaganda positiva sobre obras que difundiam o regime ou mesmo através da reprodução de fotografias, desenhos e biografias do estadista. Em 1933, por exemplo, o *Diário Português*, jornal diário fundado pelo mesmo grupo da *Pátria Portuguesa* e da revista *Lusitania*, que caracterizaremos mais à frente, ligado à Federação das Associações Portuguesas, vai apresentar uma série de depoimentos feitos pelos portugueses da colônia a partir de um inquérito que visava saber o que os portugueses do Brasil gostariam de dizer a Salazar, sendo que a maioria deles parabenizava o estadista português por sua política econômica.¹³⁸ O inquérito, iniciativa muito praticada à época, era, no caso, uma estratégia bem montada de propaganda salazarista no Brasil.

Outro exemplo é o do *Almanaque Português*, que publica uma série de fotografias de Salazar e do general Carmona, presidente da República portuguesa, principalmente em eventos oficiais e solenidades públicas, fazendo a legenda das fotos através de palavras de apoio, geralmente no superlativo, ou reproduzindo as próprias palavras dos governantes, exaltando a atuação de ambos. Esse periódico fora criado em 1932 por Francisco Lemos e dirigido por Leôncio Correia. Pertencia ao grupo dono do *Jornal Português*, fundado em 1918 por Corrêa Varella, o mais antigo periódico português em circulação no Brasil nos anos 1930. Em 1932, o grupo lança o *Almanaque Português*, anuário repleto de fotografias e propagandas que acompanhava, mês a mês,

¹³⁸ Ibid. p.9.

os principais acontecimentos do ano em Portugal e na colônia portuguesa do Brasil, reservando um lugar muito especial a Oliveira Salazar.



Imagem 13 - *Almanaque Português*, ano VIII, 1939.

Dos 15 periódicos que encontramos produzidos pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro, no período de 1928 a 1940, apenas um representava a oposição ao governo salazarista em Portugal. Era o jornal *Portugal Republicano*, fundado em 1932 por Eugênio Martins. O periódico era um veículo de transmissão das mensagens dos exilados políticos, em decorrência ao movimento de 28 de Maio em Portugal, e dos republicanos presentes em terras brasileiras. Com o lema “Ser pela República é ser pela Pátria”, o periódico existiu entre outubro de 1932 e fevereiro de 1933, quando foi retirado de circulação pela censura brasileira. Ele reapareceria em maio de 1934, quando o Brasil estava às vésperas de ganhar uma nova constituição, voltando a um Estado de direito, mas, mesmo assim, de forma esporádica. Sua sobrevivência vinha da publicidade e das cotas pagas pelos imigrantes da colônia adeptos ao republicanismo.

Segundo Heloísa Paulo, o jornal fazia ataques constantes aos monarquistas, aos integralistas, aos católicos e à Federação das Associações Portuguesas no Brasil, na sua

pretensão de representatividade da colônia e nas suas posições de apoio ao regime salazarista.¹³⁹ Permitia, assim, um outro olhar sobre Portugal, apontando seus problemas sociais, como a falta de escolas, denunciando a censura e o regime ditatorial de Salazar e publicando entrevistas com os exilados políticos no Brasil. Na capa de seu primeiro número, podemos identificar a referência aos dois maiores símbolos do republicanismo: a representação da “República Mulher” e o uso do barrete frígio, alegorias da Revolução Francesa que ficaram associadas à ideia de liberdade em todo mundo.



Imagem 14 - *Portugal Republicano*, ano I, n. 1, 5 de outubro de 1932.

A existência de periódicos como *Portugal Republicano* revelava a heterogeneidade da colônia portuguesa no Brasil, uma realidade distinta da imagem que a Federação das Associações Portuguesas e o Consulado Português no Brasil procuravam passar, como a de uma colônia unida e coesa em torno de um único ideal: a defesa da Pátria portuguesa. Além disso, contradizia a maioria dos periódicos que se afirmavam como os “porta-vozes” de uma unidade da colônia, pois mostrava que esta era constituída por distintas “vozes”, vivendo conflitos internos. Mas, como dissemos,

¹³⁹ Ibid. p.9.

esses periódicos de oposição foram uma exceção. Na maioria das vezes, o que prevaleceu foi o discurso de apoio ao regime político de Portugal ou a afirmação, por parte dos periódicos, de seu caráter apolítico, pois estariam empenhados somente no bem estar da colônia. Essa era inclusive uma estratégia para que continuassem existindo, a fim de não serem acusados de estar fazendo campanha contra o governo brasileiro ou de serem responsáveis pela instauração da discórdia no seio da colônia portuguesa.

3.3 – *Lusitania*: uma revista entre revistas portuguesas

Abrimos o capítulo com um trecho de um artigo publicado no jornal *Pátria Portuguesa*. Esse periódico, que tinha como subtítulo “Pela Pátria, Pela Tradição, Pela Raça”, fora fundado em janeiro de 1925 pelos jornalistas portugueses João Chrysóstomo Cruz e José Augusto Corrêa Varella, a partir do capital fornecido pelo comerciante português Lourenço Júlio Teixeira, que se torna então dono da “Empresa Editora Teixeira e Companhia”, a mesma que dará início à publicação da revista *Lusitania* em 1929. A amizade entre esses três imigrantes, oriundos da região de Trás os Montes, e que vêm para o Brasil no início do século XX, já era antiga, tendo sido responsáveis pela fundação de uma associação importante no Rio de Janeiro, o Centro Transmontano, que a partir de 1958 passou a se chamar Casa de Trás os Montes e Alto Douro. De acordo com as informações fornecidas pela própria associação, através de seu site e de sua ata de fundação, a ideia de se fundar um Centro Transmontano, a fim de reunir os imigrantes oriundos daquela região, surgira de uma conversa entre o jornalista Chrysóstomo Cruz, o escritor republicano João de Barros e o comerciante Antonio Emílio Gonçalves Silvano. Em seguida, realizou-se uma convocação de todos os transmontanos interessados para uma reunião na Associação Beneficente Memória a Luiz Camões, no dia 28 de julho de 1923. Nesse encontro foi fundado então o Centro Transmontano, tendo como patrono o poeta e jornalista português Guerra Junqueiro.

Consultando o livro de sócios do Centro Transmontano, que tem início, portanto, no dia 28 de julho de 1923, encontramos João Chrysóstomo Cruz como sendo o sócio iniciador benemérito número 1, além de algumas informações importantes sobre esse imigrante. Na ficha dos sócios constam informações como: nome, estado civil, idade, profissão, Freguesia, Concelho e Distrito de origem, data de admissão no Centro e o local onde era feita a cobrança das cotas mensais. Através delas descobrimos que Chrysóstomo Cruz nascera em 1890, pois contava 33 anos em 1923, sendo oriundo da

Freguesia de Avidagos, do Concelho de Mirandella, no Distrito de Bragança; era casado e afirmava ser jornalista, ainda que não tivesse formação específica, tendo sido Presidente do Centro entre 1954 e 1955. Lourenço Teixeira era o sócio iniciador número 5, nascera em 1886 na Freguesia de Loureiro, Concelho de Régua, no Distrito de Vila Real; era casado e atuava no comércio da cidade do Rio de Janeiro. Corrêa Varela, sócio iniciador de número 8, nascera em 1890, oriundo da Freguesia de São Domingos, Concelho de Vila Real, no Distrito de Vila Real; era solteiro e trabalhava como jornalista na cidade, tendo ocupado o cargo de secretário do Centro Transmontano entre 1925 e 1929.

Não podemos afirmar que a amizade dos três tenha se iniciado a partir da fundação dessa associação, pois ela poderia ser mais antiga, já que não conseguimos encontrar elementos para desvendar essa etapa anterior à criação do Centro. Mas, com certeza, podemos inferir que a convivência no Centro Transmontano forneceu o ambiente propício para a construção e o amadurecimento do projeto de fundação de um jornal com as características da *Pátria Portuguesa*, que possuía como programa a defesa dos interesses portugueses no Brasil e a união entre Brasil e Portugal, elaborado, como vimos, para ser o “porta voz” da colônia portuguesa do Rio de Janeiro. A associação deve ser pensada, portanto, como um espaço de sociabilidade, onde os imigrantes trocaram experiências, reafirmaram laços de amizade, aproximações/distanciamentos político-ideológicos, e também como um espaço de fermentação intelectual, onde projetos foram debatidos bem como suas estratégias de implementação.

O fato de um comerciante estar participando diretamente da criação de um periódico, portanto, uma pessoa que teoricamente estaria afastada desse mundo da produção cultural, não é surpreendente, existindo uma série de outros projetos que nascem exatamente como o jornal *Pátria Portuguesa*, ou seja, através do financiamento de um comerciante ou industrial. Nesse caso específico, segundo o próprio jornal, teria sido de 20 contos o capital inicial empregado por Lourenço Teixeira, estimado em 1928, três anos após a fundação do jornal, em mais de 300 contos.

De acordo com Sérgio Miceli, é principalmente no final dos anos 1920 no Brasil que vamos presenciar o crescimento de histórias parecidas com a de Júlio Lourenço Teixeira, ou seja, a conversão de grandes comerciantes e industriais em empresários de bens culturais.¹⁴⁰ A própria posição social desses homens, acostumados com os

¹⁴⁰ MICELI. op. cit. p.86.

mecanismos de importação, tendo acesso ao crédito, conhecimento do mercado e canais para a distribuição do produto acabado, teria facilitado um processo de migração para o ramo de edição de livros e periódicos. Isso não quer dizer que abandonassem o antigo ofício; eles estariam somente buscando formas de diversificar seus investimentos e ganhar maior prestígio social, pois, de certa forma, editar um jornal ou uma revista garantia reconhecimento e status dentro da sociedade. Além disso, muitos se utilizavam do próprio periódico para promover seus negócios, principalmente através do uso da propaganda. Essa articulação entre as elites empresariais e intelectuais revela, portanto, o papel estratégico exercido pelos periódicos como lugares de formação de redes de sociabilidade, levando à construção de um espaço específico de organização e de atuação tanto das elites empresariais quanto das elites intelectuais.

O jornal *Pátria Portuguesa*, portanto, nasce da articulação entre dois jornalistas e um comerciante. Era um jornal semanal, de conteúdo variado, voltado para a colônia portuguesa, mas não somente para ela. Isso fica patente através das cartas recebidas e publicadas no periódico por brasileiros, exaltando e parabenizando o grupo pela iniciativa de fundação do jornal e pela qualidade do mesmo. Possuía seções variadas como esportes, notas sociais sobre a colônia do Rio de Janeiro, crônicas, notícias sobre Portugal, informações sobre as colônias portuguesas na África e Ásia, dados sobre o comércio entre Brasil e Portugal, além de belas ilustrações assinadas pelo artista português Abílio Guimarães. Em suas páginas, *Pátria Portuguesa* apelava para discursos de exaltação da nação e de seu povo, dos valores portugueses, da tradição católica, e para o valor da história de Portugal, pensada como um testemunho da eterna grandeza da Pátria, fazendo, portanto, diferentes usos do passado. Apesar de se afirmar como apartidária e representante de toda a colônia portuguesa, independente de credos políticos/ideológicos, como vimos na epígrafe, esse periódico vai se transformar num dos maiores difusores do ideário salazarista no Brasil.



Imagem 15 - *Pátria Portuguesa*, ano IV, n.160, 1º de janeiro de 1928

Antes mesmo do movimento de 1926 em Portugal, os periódicos publicados pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro já buscavam se distanciar, pelo menos no discurso, das questões político-partidárias. Esse foi o caso da revista *Lusitania*, criada em 1916 com o mesmo nome do nosso objeto de pesquisa, intitulando-se “Semanário Ilustrado Luso-Brasileiro”. No seu primeiro editorial afirmava:

[...] Estudaremos assim todos os costumes, lendas e tradições, evocaremos também como elemento vivificante, os heróis, os santos, os gênios, além dos grandes acontecimentos históricos, mantendo-nos em contato com o passado glorioso, visto que, na sua maior parte, o patrimônio histórico é comum às duas nacionalidades. Uma restrição apenas faremos: a política. Neste campo limitarmo-nos-hemos à reportagem, quer grafada, quer fotografada, porque todo o comentário será banido por não nos querermos envolver na luta e nas intrigas das facções. Evocar o passado, focar o presente e visionar o futuro dos dois povos semanalmente numa publicação de tons leves e risonhos é, em resumo, o nosso programa, porque a despeito de todos os jacobinismos, de todos os bairrismos, dum e d’outro lado, o Brasil será sempre o maior orgulho de Portugal como a sua mais bela obra e a mais perdurável, e Portugal será sempre o maior orgulho do Brasil, mercê de seu maravilhoso patrimônio histórico.¹⁴¹

¹⁴¹ *Lusitania*, ano I, n. 1, 3 de junho de 1916, p.3.

A revista, de publicação semanal, possuía como diretor Antonio Joaquim Maciel. Em formato de livro, composta por aproximadamente 70 páginas, era repleta de fotografias e ilustrações a cores, contando com a contribuição do ilustrador Madeira de Freitas. Era uma revista de variedades, reunindo poemas, crônicas, contos, charges, curiosidades, comentários sobre livros publicados pela colônia, notícias sobre futebol, histórias de grandes nomes portugueses, de grandes comerciantes e industriais da colônia. Além disso, fazia um balanço dos principais acontecimentos da semana na Europa, como fica patente na capa reproduzida abaixo. Circulava em quase todos os estados do país e se afirmava enquanto informativa e noticiosa. A *Lusitania* anunciava a seus leitores que as questões políticas não seriam debatidas em suas páginas, tanto as relativas a Portugal quanto ao Brasil, limitando-se a registrar os fatos, principalmente através do uso da fotografia.

Como afirmamos, essa é uma característica do periodismo do início do século, ou seja, a demarcação de um discurso da neutralidade e da verdade, em detrimento das posturas políticas e ideológicas. E que instrumento mais confiável para assegurar essa representação da realidade do que a fotografia, registro do momento? Nesse sentido, desconsiderando qualquer intencionalidade ou mesmo interferência do fotógrafo na produção de imagens e sentidos, a revista afirmava estar sendo fiel aos fatos e eventos. Dessa forma, não se perderia de seu verdadeiro ideal, que era a promoção dos dois povos, nem causaria qualquer problema diplomático entre os dois países, dando ensejo a intrigas. O objetivo do periódico seria reforçar os laços entre os dois povos, apelando para o patrimônio histórico das nações. Além disso, procurava difundir os costumes e tradições portuguesas, como uma forma de preservá-las, possuindo para isso uma seção específica onde eram narradas essas tradições, como as lavadeiras portuguesas e as festas religiosas, acompanhadas de belas ilustrações.



Imagem 16 - *Lusitania*, ano I. n. 3. 17 de junho de 1916.

O apelo à imagem de um Portugal do passado, de tradições milenares, com um pantheon de heróis, foi o pano de fundo de quase todos os periódicos produzidos pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro, principalmente no que diz respeito às revistas. Na verdade, a forma encontrada pelos periódicos para enaltecer sua terra natal não passava fundamentalmente por eventos do presente (como grandes artistas contemporâneos e a cultura moderna portuguesa), mas sim pelas glórias do passado, tendo como temas principais a saga da formação de Portugal; o movimento das Cruzadas e seus bravos guerreiros; as grandes navegações e o maior símbolo dessa grandeza, o poeta Luís Vaz de Camões.

A referência a Camões era algo quase que obrigatório no processo de exaltação da nação portuguesa. O grande poeta, que cantou a saga das navegações, aparecia nos periódicos de distintas formas, principalmente ilustrando as capas ou por meio de seus textos famosos mais famosos, que exaltavam a “raça”, o povo português guerreiro e sua coragem. Na revista *Colônia Portuguesa*, de 1925, a famosa frase do poeta “por mares nunca d’antes navegados” é reproduzida na capa, acompanhada de alguns elementos

que se remetem ao “passado heróico” de Portugal, como o desenho de uma grande embarcação e a Cruz de Malta, um símbolo do guerreiro cristão que lutara durante o movimento das Cruzadas contra os mouros. A cruz, que possui oito pontas, representava, segundo os estudiosos, as forças centrípetas do espírito e da regeneração.



Imagem 17 - *Colônia Portuguesa*, ano I, n. 1, janeiro de 1925.

Além disso, os “heróis” portugueses ganhavam expressivo espaço nas páginas dos periódicos, principalmente aqueles que haviam participado das grandes navegações, das Cruzadas e das batalhas de formação de Portugal. Seus personagens históricos estavam sempre muito bem representados através de ilustrações, contos e poemas, com destaque para Pedro Álvares Cabral, Vasco da Gama e o infante Dom Henrique de Avis. No periódico *Portugal* (1926-1928), suplemento da revista *Portugal*, por exemplo, a referência histórica estava presente inclusive no cabeçalho, pela representação de um guerreiro, com sua armadura, espada e escudo, tendo atrás a imagem de um castelo. Tanto o cabeçalho como as capas do suplemento eram assinados pelo artista Abílio

Guimarães, o mesmo que assina na revista *Lusitania*, resultando daí a semelhança dos dois periódicos no que diz respeito às ilustrações, em sua qualidade e temática.

Esse periódico, que circulou por três anos antes da *Lusitania*, possuía como diretor literário Rui Chianca e como diretor gerente, Oliveira Guimarães. Segundo seus redatores, o suplemento fora criado a pedidos dos próprios leitores, que reclamavam por ficar quinze dias sem ler a revista *Portugal*. Dessa forma, o suplemento passou a sair às quintas-feiras alternando com a revista. Era ainda mais diversificado que *Portugal*, apostando na variedade temática como fórmula de sucesso. Um exemplo disso era a presença da seção infantil “Portugal dos Pequeninos”. Ocupando aproximadamente quatro páginas do suplemento, a seção apresentava charadas, historinhas, brincadeiras, publicava desenhos enviados pelos filhos dos colonos, entre outros. Além disso, possuía também uma seção feminina intitulada “Beleza Científica”, onde eram dadas dicas de moda, de beleza e cuidado para uma mulher “moderna”, apontando para diferentes estratégias de venda.

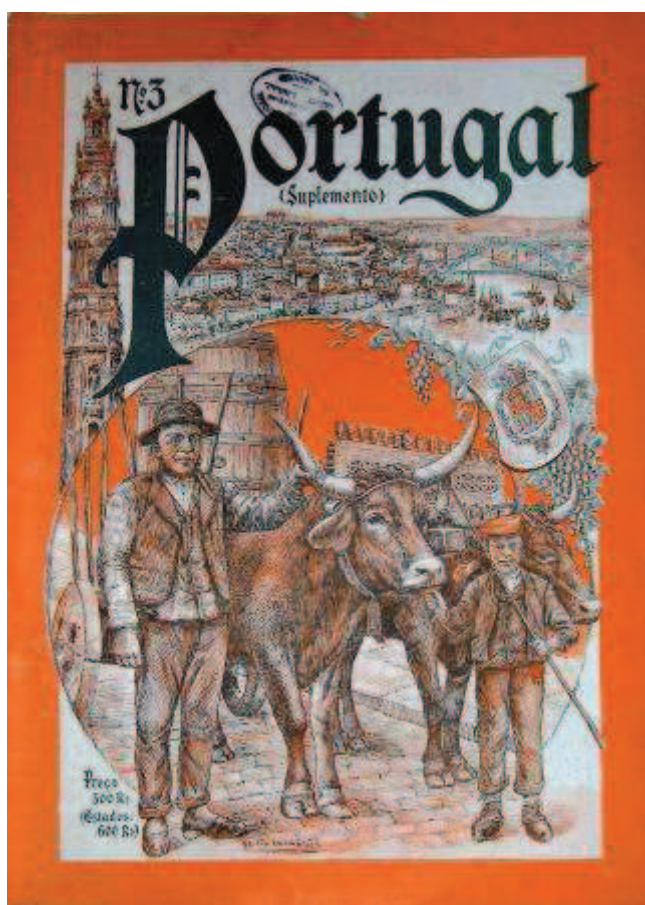


Imagem 18 - *Portugal*, ano I, n. 3, 20 de maio de 1926.



Imagem 19 - *Portugal*, ano I, n. 1, 22 de abril de 1926.

A maioria desses periódicos, como vimos, possuía como mote a defesa das tradições portuguesas, a exaltação do “Portugal Grande”, “Imperial”, e a temática ultramarina como uma forma de afirmação de Portugal no presente. Não é a toa que grande parte deles circulava também em Portugal e nas colônias portuguesas da África. Essa é uma tendência que também vai ser verificada na produção de periódicos realizada em Portugal nesse mesmo período. Aliás, muitos periódicos produzidos pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro faziam questão de afirmar sua aproximação e sua afinidade com a produção portuguesa.

Hélio Serpa em “Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos” vai abordar as polêmicas travadas entre os intelectuais portugueses e brasileiros, durante a chamada Primeira República portuguesa, através da análise de algumas revistas portuguesas produzidas nesse período, trabalho que deixa claro algumas semelhanças existentes entre as revistas produzidas por portugueses no Brasil e as produzidas em Portugal.¹⁴² De acordo com o autor, nesse período Portugal debatia-se em torno de sua afirmação enquanto uma nação forte e imperialista, principalmente por entender que seus interesses coloniais estavam ameaçados. Nesse sentido, através da publicação de uma série de revistas

[...] os intelectuais portugueses, formados na cultura política nacionalista, objetivavam internamente padronizar tradições, criar projetos educacionais unificadores, propor formas unificadas de ler o passado e criar valores e

¹⁴² SERPA, Hélio. “Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos”. In: *Revista Brasileira de História*. Vol. 20, n. 39, associação Nacional de História, São Paulo, 2000.

tradições, como forma de constituir cidadãos de um país territorial e linguisticamente definidos. Esses intelectuais investiram na possibilidade de intervir na política cultural encetada pelo Estado. Havia com esta prática de produção de revistas uma política de aproximação entre a população e o Estado, de tal forma que não fosse perceptível a separação. Estado, Nação e Sociedade deveriam ser convergentes. A partir do pressuposto que todos deveriam convergir para um único sentido idealizava-se o bom cidadão e a pátria grandiosa por seus feitos no passado serviria como exemplo no presente.¹⁴³

No plano externo, especialmente dentro das colônias portuguesas, essas revistas funcionariam como propagadoras da cultura intelectual portuguesa, além de veículos de difusão de ideias, auxiliando no processo de criação de uma memória coletiva sobre suas tradições e mostrando para os outros países o seu papel de “criador de nacionalidades”. Nesse discurso, o Brasil era representado como o maior símbolo da positividade de sua política colonialista, a sua obra mais bem acabada, sendo inúmeros os artigos escritos por intelectuais portugueses enfatizando o orgulho que todos deveriam ter dos feitos realizados no Brasil, dos benefícios levados à sua mais bela construção.

Desse processo resultou uma escrita da história baseada no apelo à tradição, na ênfase aos grandes eventos e na exaltação de grandes homens. As revistas, nesse sentido, constituíram-se em veículos de propagação de ideias nacionalistas expressas, segundo o autor, na chamada “lusitanidade”, tendo o Brasil como principal alvo. Este aparecia nos periódicos de diferentes formas: através de seções específicas; em resenhas e textos de intelectuais brasileiros; ou mesmo em artigos de intelectuais portugueses, discutindo a relação entre os dois países, dentre várias outras estratégias. Nesse sentido, o Brasil era representado como “o filho que deu certo”, exemplificado através da manutenção de uma língua comum, da literatura e do catolicismo.

Através, portanto, da publicação de algumas revistas os intelectuais portugueses buscariam afirmar a grandiosidade e notoriedade da nação portuguesa, procurando recuperar um espaço no cenário político e cultural da Europa que um dia Portugal já ocupara com grande destaque. Nesse sentido, a representação do passado de Portugal nas revistas passava por questões e preocupações do presente. Hélio Serpa apresenta, como um dos exemplos, a revista *Águia*, publicada no Porto entre 1910 e 1932, que possuía como projeto a criação de um “Novo Portugal”: “Ressuscitar a Pátria Portuguesa”, tirar “Portugal do Túmulo”, como bem mesmo afirmava a própria revista.

¹⁴³ Ibid. p.2.

Na mesma linha, uma outra revista *Lusitania*, criada em 1924, que se afirmava enquanto um órgão de recriação do espírito nacional, onde o Brasil era apresentado como uma possibilidade de Portugal se ver nele, mediante o reconhecimento de sua contribuição na formação da nacionalidade brasileira.

Trabalhando com periódicos portugueses de temática ultramarina, produzidos durante o Estado Novo português, Sérgio Neto mostra que a maioria deles era norteado por um certo “messianismo redentor”.¹⁴⁴ Direcionados especificamente às colônias portuguesas na África e ao Brasil, esses periódicos seriam marcados, segundo o autor, pela mitificação do império português, através da evocação de um passado expansionista e de um futuro de ressurgimento. As semelhanças com as revistas produzidas aqui no Brasil eram, portanto, muitas, não se esgotando nas questões temáticas, mas também seguindo as próprias características físicas e materiais das mesmas, apelando constantemente para uma dimensão visual, através do uso de ilustrações e de fotografias. Além disso, algumas capas das revistas eram muito semelhantes, tanto no que diz respeito à evocação ao passado histórico de Portugal, quanto em relação à qualidade e características visuais.

A capa da revista portuguesa *Alma Nova*, reproduzida abaixo, revela bem essas semelhanças com as revistas publicadas pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro, tanto no que diz respeito ao tipo de ilustração, como ao tema abordado. Nessa ilustração podemos observar o resgate realizado pelo artista do período das grandes navegações, mesclando a imagem de um passado grandioso, a partir da representação da embarcação portuguesa que aporta nas terras brasileiras em 1500, com um presente e futuro promissor, a partir da representação da aeronave pilotada pelos aviadores portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral, que ficaram internacionalmente conhecidos por terem realizado, em 1922, a primeira viagem aérea ligando a Europa à América do Sul. Nesse sentido, a revista, que era publicada mensalmente em Lisboa e apresentava como programa “Contribuir para o ressurgimento nacional, despertando o culto das virtudes pátrias e o amor das coisas portuguesas”, cumpria uma dupla função: a de exaltar a história e o passado heróico de Portugal, e a de atestar o ressurgimento da nação portuguesa a partir de exemplos concretos do presente.

¹⁴⁴ NETO, Sérgio. “Periódicos de temática ultramarina: cultura, propaganda e informação na antecâmara do Estado Novo. O caso do *Jornal da Europa* (1927-1931). In: *Estudos do Século XX*. Cultura, imagens e representações. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, n.8, 2008, p. 317-328.

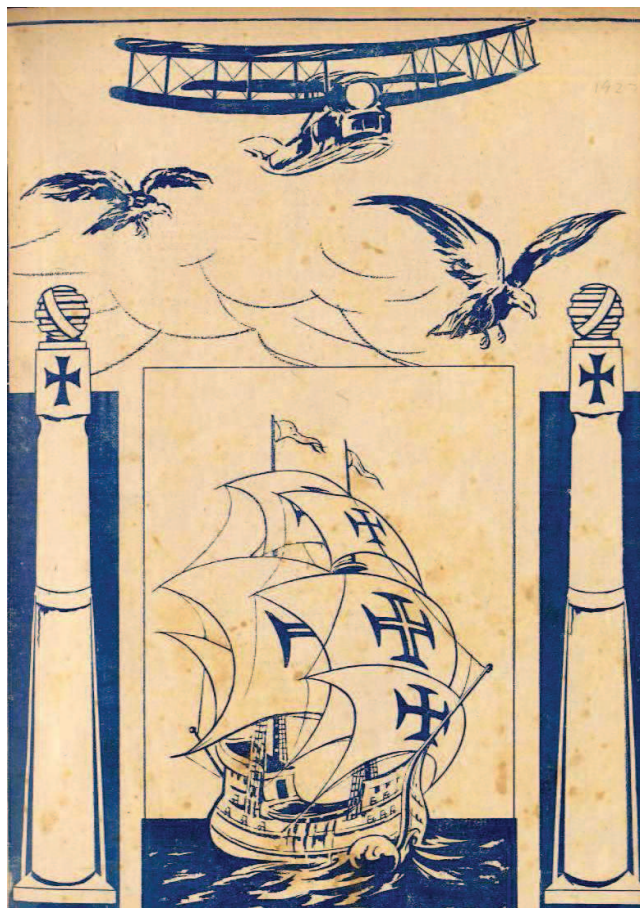


Imagem 20 - *Alma Nova*, 3ª Série, n. 2, maio-junho de 1922.



Imagem 21 - *Alma Nova*, 3ª Série, n. 2, maio-junho de 1922.

Mais do que perceber essas semelhanças físicas e temáticas com a produção realizada aqui no Brasil pelos imigrantes portugueses, é importante atentarmos para o intercâmbio que ocorria entre elas. Muitas revistas faziam referência à produção portuguesa ou mesmo reproduziam artigos e trechos dessas revistas. Além disso, os periódicos portugueses circulavam pela colônia do Rio de Janeiro e seus integrantes tinham a possibilidade de entrar em contato com o que estava sendo publicado em Portugal. Isso pode ser percebido, por exemplo, através de uma pesquisa nas bibliotecas

das principais associações portuguesas do Rio de Janeiro, onde são encontrados diversos exemplares dessa produção.

Esse intercâmbio pode ser notado, principalmente, no que diz respeito às discussões sobre as relações luso-brasileiras, em que, muitas vezes, os periódicos portugueses são utilizados como exemplos para comprovar determinado argumento defendido pelos periódicos produzidos aqui no Brasil. No que diz respeito a esse tema, uma infinidade de assuntos serve de motivo para dar início a debates e discussões. Para além das relações históricas entre Brasil e Portugal, a temática das relações luso-brasileiras era abordada também para falar sobre as questões comerciais e políticas entre as duas nações. No primeiro caso, são muito recorrentes os artigos que enfatizam a necessidade de uma maior aproximação econômica entre os dois países, principalmente através da realização de acordos comerciais. Muitos periódicos, ainda que sutilmente, chegam a reclamar do fato de o Brasil estar mais próximo da Inglaterra, no que dizia respeito às transações econômicas, do que de Portugal, o seu “verdadeiro irmão”.

A revista *Portugal Ilustrado*, por exemplo, no seu primeiro número, faz um apelo para que os brasileiros dessem mais atenção aos produtos produzidos por Portugal, chamando a atenção dos leitores para os vários séculos de relações de amizade entre as duas nações a fim de convencê-los da necessidade de se estabelecerem novos tratados comerciais, uma vez que essa seria uma ação que beneficiaria os dois países. Esse periódico, que se intitulava “Revista Mensal de Propaganda portuguesa e intercâmbio luso-brasileiro”, foi fundado em 1928 por Theóphilo Carinhas, tendo como diretor literário Rui Chianca, J. Soares como secretário de administração e Hermenegildo Antonio Pereira como secretário de redação. Era uma revista mensal de variedades, composta por várias seções e muitas propagandas, mas muito mais informativa que as suas congêneres. Suas capas, que eram assinadas por Mupe (Manoel Móca), geralmente reproduziam, a cores, os tipos regionais portugueses, como no exemplo que se segue abaixo.



Imagem 22 - *Portugal Ilustrado*, ano I, n. 1, setembro de 1928.

No que diz respeito às relações políticas entre Brasil e Portugal, o discurso que predominava na maioria dos periódicos era o da necessidade de não intromissão nos assuntos alheios, garantindo dessa forma uma postura de neutralidade e preservando a integridade e a independência das nações. Um dos exemplos que poderiam ser mencionados é o da *A Monarchia Portuguesa*, folha publicada em 8 outubro de 1910 no Rio de Janeiro para fazer a propaganda da monarquia portuguesa e servir como uma voz dissonante em meio ao processo revolucionário em Portugal, que levou à instalação da República no país. Como se pode ver, o periódico é uma exceção em meio à vasta produção da colônia portuguesa do Rio de Janeiro, pois assumia explicitamente ter um projeto político e serem políticas as razões de sua existência.

De qualquer forma, e independente de seu programa de fundação, importa percebermos o tipo de discurso usado pelo periódico a fim de criticar a intromissão de brasileiros nos assuntos internos de Portugal. Em seu único número, *A Monarchia Portuguesa* teceu duras críticas ao jornal carioca *O Paiz*, acusando-o de publicar

caricaturas “revolucionárias”, em defesa da implantação da República em Portugal. Para os diretores da revista, esse seria o maior exemplo de violação das normas de educação e de cortesia que o povo brasileiro poderia cometer. Além disso, publica um artigo criticando a postura de Quintino Bocaiúva, republicano e vice-presidente do Senado brasileiro, que teria feito um discurso no Senado em homenagem à instauração da República em Portugal, antes mesmo que o processo tivesse chegado ao fim, afirmando, de forma irônica, que

O estrangeiro há de ficar muito bem impressionado a respeito do Brasil, quando souber que a sua maior corporação legislativa, dando exemplo de uma brilhante compostura, reconheceu um governo de vinte e quatro horas, antes que os poderes executivos entrassem em relações com ele, e quando esse governo tratava ainda de tornar efetiva a sua estabilidade.¹⁴⁵

Para o periódico, o Brasil não poderia nunca ter perdido a sua boa linha diplomática, festejando o sucesso quando ainda não se podia imaginar o resultado do movimento. A postura do senador teria sido prematura, sem justificativa, indo de encontro a todas as normas de convivência internacional. De uma maneira geral esses periódicos buscaram manter-se afastados desse tipo de discussão, afirmando a independência política entre as duas nações, prevenindo assim qualquer problema diplomático. Mesmo quando a imprensa era usada para fazer uma crítica ou uma reivindicação, os diretores procuram afastar o tom “político” de suas palavras. Em 1º de setembro de 1938, por exemplo, o jornal *Correio Português* faz uma crítica às associações portuguesas que, por conta das leis de nacionalização aprovadas pelo presidente Getúlio Vargas, estariam deixando de ser portuguesas. Em um discurso inflamado intitulado “Saber ser português”, o jornal procura retirar a culpa do governo brasileiro afirmando que ele não estaria exigindo que as associações deixassem de ser portuguesas, elas é que estariam interpretando mal as leis.

Ou seja, o *Correio Português* chamava a atenção para o fato de que as associações deveriam, como “recomendado”, abrir suas portas a outras nacionalidades, mas sem se descaracterizar. Entretanto, tanto cuidado ao mencionar a política do presidente Getúlio Vargas não vai livrar o periódico de ser perseguido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) durante o Estado Novo (1937-1945) brasileiro. O diário, que fora criado em 1936, tendo como diretores Mário Moreira

¹⁴⁵ *A Monarchia Portuguesa*, ano I, n.1, 8 de outubro de 1910, p.3.

Fabião e Henrique Ferreira Lopes, e que fazia propaganda positiva sobre o governo de Salazar, vai deixar de circular em 1942 por pressão do DIP.

Os periódicos portugueses também serviam de espaço para a troca de experiências entre os imigrantes e como uma forma de conhecer os outros portugueses que se encontravam espalhados por terras brasileiras. A maioria deles possuía uma seção especializada em contar a história de algum integrante da colônia portuguesa do Brasil, desde o momento em que ele aportara em terras brasileiras até os dias em que o periódico entra em circulação. É claro que não era qualquer português que tinha a sua história escolhida para ser narrada, mas sim aquele que poderia servir de exemplo para os outros colonos, um exemplo de perseverança, “um sinônimo de trabalho e coragem”, e que, portanto, deveria ter a admiração do restante dos imigrantes.

Na maioria das vezes a figura escolhida para ser retratada era a de um grande comerciante e/ou industrial, que tinha a sua trajetória de vida romanceada pelos periódicos, servindo para legitimar a imagem da colônia portuguesa perante a sociedade brasileira, ganhando dessa forma respeito pela obra empreendida no Brasil, mas, muitas vezes, funcionando também como uma forma de conseguir patrocínios e ajuda financeira desses “exemplos de imigrantes”. É interessante notar que, em 1937, foi criada uma revista especializada na caracterização das figuras importantes da colônia portuguesa no Rio, além dos diferentes personagens envolvidos nas relações luso-brasileiras. Intitulada *Revista Biográfica Portuguesa*, ela foi fundada por Francisco Lemos e dirigida por Leôncio Correio. Em seu número inaugural afirmava que a sua função era a de divulgar biografias de comerciantes, industriais, estadistas portugueses e homens importantes da colônia portuguesa do Rio de Janeiro, narrando também a história de cada associação portuguesa presente no Brasil. Em sua capa era publicada uma fotografia de algum desses figurões importantes; seria aquele, portanto, que ganharia maior destaque dentro da revista e teria a sua vida contada. Ao longo de suas páginas, muitas outras fotografias eram publicadas, principalmente de diretores de associações e donos de firmas.



Imagem 23 - *Revista Biográfica Portuguesa*, ano II, n. 18, outubro de 1938.

Uma outra característica que nos chama atenção nessa revista, além é claro de seu projeto de exaltação da figura do imigrante português bem sucedido no Brasil, é o fato dela promover a sua auto-valorização. Essa era uma prática também utilizada por outros periódicos na tentativa de encontrar um espaço sólido dentro desse amplo ramo de publicações da colônia portuguesa do Rio de Janeiro. Dessa forma, muitos periódicos recorriam a números fantasiosos de tiragem, exaltavam o apelo que estavam conseguindo ter entre a população imigrante, não só da capital como também dos outros estados do país, publicavam cartas de leitores parabenizando o periódico como uma forma de atestar a qualidade e os “belos ideais” do mesmo, e, dessa forma, angariar não só leitores, mas principalmente anunciantes, que eram a principal fonte de renda desse tipo de publicação. Nesse sentido a *Revista Biográfica Portuguesa* afirmava:

A Revista Biográfica Portuguesa, embora sem espalhafatos, nem alardes, conseguiu ir a todos os recantos do Brasil onde há portugueses, sendo por esse motivo a sua tiragem de muitos milhares de exemplares. Assim representa esta publicação um magnífico veículo de propaganda para

qualquer produto. Temos muito prazer, neste caso, em pôr à disposição de todos os senhores anunciantes, o nosso registro de expedição com o que se comprova a divulgação alcançada por esta Revista, a única que no gênero se publica em todo o Brasil.¹⁴⁶

Diversas outras estratégias de publicidade do periódico eram criadas pelos impressos. A revista *Alma Lusitana*, de 1919, intitulada “Revista semanal, literária, política e noticiosa”, apresentava em seu próprio cabeçalho os números de sua tiragem, que era “surpreendentemente”, de 8.000 exemplares.



Imagem 24 - *Alma Lusitana*, ano I, n. 3, 1 de março de 1919.

Além dessa “auto-promoção”, a revista adotava uma estratégia para conseguir um número razoável de assinaturas: ela enviava um exemplar para a casa das pessoas, não só de imigrantes como também de brasileiros, e a quem ela entendesse poder interessar uma revista com aqueles seus propósitos, como ela mesmo afirmava, e, caso a mesma não fosse devolvida, entendia-se que a partir daquele momento a pessoa seria uma assinante do periódico. Para isso, apelava sempre para um discurso patriótico,

¹⁴⁶ *Revista Biográfica Portuguesa*, ano II, n.20, dezembro de 1938, p.38.

mexendo com os sentimentos nacionalistas dos imigrantes, afirmando, mesmo que sutilmente, que era um dever de todo “bom português” apoiar projetos como o da revista, de “engrandecimento e promoção da nação”. Em suas palavras:

[...] e com o resultado dos nossos sacrifícios, aliás dignificantes, caminha também o grande desejo que possuímos para que a nossa missão tenha de todos os nossos estimados amigos e compatriotas o acatamento que esperamos. Todavia, se houver alguém que não se conforme com a distinção do exemplar recebido, como produto efetivo da nossa consideração e deferência, desde já rogamos a devolução do primeiro número, para não ilustrar de futuro as colunas de inscrição dos nossos assinantes.¹⁴⁷

Como já falamos anteriormente, cada periódico possuía uma estrutura própria. Alguns contavam com assinaturas; outros eram distribuídos gratuitamente e financiados pelo próprio dono; outros estavam atrelados a alguma associação, entidade ou órgão oficial, como embaixadas e consulados; outros viviam somente dos anúncios e, ainda que mais raro nesse tipo de publicação, havia ainda alguns que contavam com as chamadas “matérias pagas”. Para aqueles que não possuíam dinheiro para fazer a assinatura de um periódico ou mesmo comprar alguns de seus números, havia, no Rio de Janeiro, alguns espaços de leitura à disposição dos imigrantes, como no caso o Real Gabinete Português de Leitura, e uma série de associações que, além de disporem de exemplares para leitura e consulta, chegavam a possuir bibliotecas montadas com obras de referência sobre Portugal e com o que estava sendo publicado naquele momento.

Além disso, não podemos perder de vista o papel dos periódicos como veículos de sociabilidade para parte da colônia portuguesa do Rio de Janeiro. Através deles os imigrantes reforçavam seus laços, exteriorizavam suas afinidades e desentendimentos, trocavam experiências, se informavam sobre as principais notícias de Portugal e do Brasil, organizavam eventos, elaboravam propostas político-culturais, desenvolviam métodos de intervenção no espaço público, se comunicavam com autoridades e personalidades públicas e contribuíam para criar uma determinada “cara” para a colônia portuguesa, ainda que esta fosse heterogênea e marcada por conflitos internos. Além disso, funcionavam também como um canal de comunicação com a sociedade brasileira, pois essa produção não estava restrita aos imigrantes e aos portugueses; era fundamental que a colônia convencesse os brasileiros dos seus verdadeiros propósitos, da bela obra que estariam construindo no Brasil e do “valor” de seus projetos para o futuro das duas nações. Não é a toa que vários de seus colaboradores eram brasileiros, além do fato dos

¹⁴⁷ *Alma Lusitana*, ano I, n.1, 1919, s/p.

periódicos receberem cartas de brasileiros comentando os números passados e dando sugestões sobre possíveis matérias e temáticas a serem abordadas pelos impressos.

Seja como for, essas rápidas observações conseguem mostrar que havia nos anos 1930, de certa forma, um mercado consolidado e forte de produção e consumo dos periódicos portugueses no Rio de Janeiro. Além do ganho financeiro que a publicação de periódicos proporcionava a esses imigrantes, já que muitos grupos chegaram mesmo a enriquecer por conta dessas iniciativas, o ato de se editar um periódico conferia aos jornalistas portugueses um capital simbólico muito grande, que os faziam ganhar respeito e admiração tanto dentro da colônia portuguesa do Rio de Janeiro, quanto na sociedade carioca como um todo, além, é claro, da sociedade portuguesa. O maior exemplo disso talvez seja o do próprio diretor da revista que é aqui o nosso objeto de estudo, João Chrysóstomo Cruz, pois a partir do sucesso de sua empresa editora e dos benefícios conferidos à colônia portuguesa o jornalista vai receber uma comenda do Estado Português, um símbolo de prestígio e reconhecimento. Qual seria então o “lugar” da revista *Lusitania* nesse projeto de legitimação de seus diretores, tanto internamente quanto externamente? O que levou à criação de uma revista com as suas características por aquele grupo e naquele contexto? Qual o espaço conquistado por essa publicação dentro do vasto universo da produção de periódicos feita pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro? Nos próximos capítulos buscaremos responder a essas questões ao mesmo tempo em que analisaremos a revista *Lusitania* enquanto um objeto material.

Tabela 4 - Anexo ao Capítulo III

Periódicos publicados pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro (1906-1940)

Título	Período de publicação	Grupo responsável	Características gerais	Informações técnicas
<i>O Lusitano: órgão da colônia portuguesa no Brasil*</i> (jornal)	1906 a ?		Publicava atos oficiais.	Formato tablóide.
<i>A Monarchia Portuguesa: Portugal jamais será republicano!</i> (jornal)	1910	Propriedade de um grupo de portugueses monarquistas. O grupo não possuía sede nem oficinas gráficas próprias.	Possuía como programa a defesa da monarquia em Portugal, apelando para os valores morais, da tradição e para a história da nação portuguesa. Colocava-se contra o movimento republicano que acabara de tomar o poder em Portugal.	Folha de 4 páginas que não passou do primeiro número. Com baixa qualidade de impressão, não possuía ilustrações e sua última página era só de propagandas. Como não havia indicações de preço, possivelmente o jornal foi distribuído gratuitamente. Formato: Comprimento: 31,50 cm Largura: 47,5 cm
<i>O Social</i> (jornal)	1917 a ?	Redator Chefe: Souza Laurindo Diretor: Chrysóstomo Cruz.	Jornal semanal informativo, repleto de artigos.	Possui poucas ilustrações e só a capa é colorida. Preço avulso na capital: \$300. Formato: Comprimento: 23 cm Largura: 30,5 cm
<i>Lusitania: Semanário Ilustrado Luso-Brasileiro</i> (revista)	06/1916 a 12/1916	Diretor: Antonio Joaquim Maciel	Revista semanal de variedades. Afirmava-se como informativa e apolítica. Circulava em outros estados do país.	Em formato de livro; possuía 70 páginas. Repleta de fotografias e propagandas, contava com os desenhos do ilustrador Madeira de Freitas. Formato: Comprimento: 15,5 cm Largura: 22 cm.

***Esse periódico, apesar de constar nos acervos pesquisados, está indisponível para consulta.**

Título	Período de publicação	Grupo responsável	Características gerais	Informações técnicas
<i>Jornal Português: defensor dos interesses portugueses no Brasil*</i> (jornal)	07/1918 a 09/1934	Fundador: Corrêa Varella	Era o mais antigo periódico em circulação no ano de 1930. Em 1928 foi dirigido por Eugênio Martins. A partir de 1932 passa a publicar, no final do ano, o <i>Almanaque Português</i> .	
<i>Alma Lusitana: revista semanal, literária, política e noticiosa. Pela Pátria e pela República!</i> (revista)	1919 a ?	Propriedade de um grupo de republicanos. Diretor gerente: J. J. Alves Hyppolito Diretor Administrativo: Theóphilo Carinhas.	A revista não possui periodicidade regular, sendo, às vezes, semanal, outras vezes quinzenal. Possui um cunho mais político, sendo repleta de artigos.	Com poucas folhas, impressa em papel de jornal, preto e branco e sem ilustrações, a revista parece mais um jornal. Preço avulso na capital: \$300. Formato: Comprimento: 23 cm Largura: 31 cm
<i>Portugal</i> (revista)	1923 a 1928	Diretor Literário: Rui Chianca; Diretor Gerente: Oliveira Guimarães	Revista quinzenal ilustrada. Se afirmava como responsável pela propaganda de Portugal no Brasil. Circula em todo o país, além da América do Norte, Portugal e colônias africanas.	Com muitas ilustrações, propagandas e boa qualidade de impressão. Possuía oficinas próprias. Preço avulso na capital: 1\$500. Formato: Comprimento: 22 cm Largura: 30,5 cm

***Esse periódico, apesar de constar nos acervos pesquisados, está indisponível para consulta.**

Título	Período de publicação	Grupo responsável	Características gerais	Informações técnicas
<i>Semana Portuguesa: Revista Ilustrada de propaganda de Portugal</i> (revista)	12/1924 a 1925	No RJ: Diretor: Angenor P. da Fonseca Gerente: Carlos Pinto Direção Literária: Gil Pereira e Ruben Gil. Em São Paulo: Diretor: Carlos Pinto Redator: Simões Coelho Diretor Artístico: Paim	Revista semanal carioca que, a partir de junho de 1925, passa a ser editada e publicada em São Paulo. Segundo a revista, a mudança foi resultado da grande procura do público. A partir daí se transforma em quinzenal. É uma revista de variedades, com seções diversas, contando com a contribuição de intelectuais portugueses importantes, como Antônio Ferro.	Capas coloridas e de qualidade representando figuras populares de Portugal. Possui muitas fotografias, ilustrações e aproximadamente 30 páginas. O grupo é dono de uma empresa editora, a Semana Portuguesa. Preço avulso na capital: 1\$000. Após a mudança para São Paulo passa a ser vendida por 1\$500. Formato: Comprimento: 22,5 cm Largura: 30 cm
<i>Colônia Portuguesa: Revista Ilustrada</i> (revista)	1925 a ?	Órgão da Liga Patriótica Portuguesa do Brasil. Fundador e diretor gerente: V. Correia Valle Diretor Secretário: F. de Souza Brito	Fundada para ser a porta voz da Liga Patriótica Portuguesa, órgão empenhado em concorrer às eleições em Portugal. Destinava-se aos portugueses de todo o Brasil, afirmando sua missão de estreitar os laços dos portugueses no Brasil com Portugal.	Apesar de se intitular ilustrada, quase não possuía desenhos e fotografias, não tendo passado do primeiro número. Impressa na tipografia Castro Alves. Preço da assinatura na capital: 30\$000. Formato: Comprimento: 24 cm Largura: 32 cm

Título	Período de publicação	Grupo responsável	Características gerais	Informações técnicas
<i>Pátria Portuguesa: pela pátria, pela tradição, pela raça</i> (jornal)	1925 a 1934	Diretor: Chrysóstomo Cruz Redator Chefe: Corrêa Varella Diretor Tesoureiro: Lourenço Teixeira Diretor Gerente: Batista Gonçalves Secretários: Vaz de Almada e Joaquim Campos	Jornal semanal que apresentava como programa a defesa dos interesses portugueses no Brasil e a união entre Brasil e Portugal. Dentre os periódicos portugueses produzidos no Brasil era o que mais se aproximava do ideário salazarista. Seu conteúdo era diversificado, possuindo seções de esporte, crônicas, notícias de Portugal e colônias portuguesas na África, informações sobre as associações e atividades culturais da colônia. Circulava no Brasil, em Portugal e na África.	Capas coloridas e com boa qualidade de impressão, assinadas por Abílio Guimarães. Internamente quase não havia ilustrações e as folhas eram preto e branco. Possuía muitas propagandas e aproximadamente 24 páginas. Era impresso na Empresa Editora Teixeira e Companhia. Preço da assinatura na capital: 15\$000. Formato: Comprimento: 32 cm Largura: 48,5 cm
<i>Portugal</i> (suplemento de revista)	1926 a 1928	Diretor Literário: Rui Chianca Diretor Gerente: Oliveira Guimarães	Suplemento da revista <i>Portugal</i> . Saía quinzenalmente às quintas-feiras, alternado com a revista. Circula também fora do Brasil. É composto por diversas seções, inclusive uma infantil, onde eram publicados desenhos e textos dos filhos de imigrantes.	Capas coloridas assinadas por Abílio Guimarães. Possuía aproximadamente 25 páginas. Preço na capital: 500 réis. Impresso na Sociedade Editora Portugal. Formato: Comprimento: 24 cm Largura: 32 cm

Título	Período de publicação	Grupo responsável	Características gerais	Informações técnicas
<i>Portugal Ilustrado: revista mensal de propaganda portuguesa e intercâmbio luso-brasileiro</i> (revista)	09/1928 a ?	Fundador: Theóphilo Carinhas Diretor Literário: Rui Chianca Secretário de Administração: J. Soares Secretário de Redação: Hermenegildo Antonio Pereira	Revista mensal que dá prosseguimento à revista <i>Portugal</i> e está ligada ao <i>Jornal Português</i> . Revista de variedades, com diferentes seções, mas muito mais informativa que as suas congêneres.	Possuía belas capas assinadas por Mupe (Manoel Móca). Composta por muitas fotografias e propagandas. Com aproximadamente 65 páginas. Preço na capital: 2\$000. Formato: Comprimento: 23,5 cm Largura: 32 cm
<i>Lusitania: revista ilustrada de atualidades portuguesas e de aproximação luso-brasileira</i> (revista)	02/1929 a 12/1934	Direção: Chrysóstomo Cruz e Corrêa Varella Diretor artístico: Abílio Guimarães Redator chefe: Joaquim Campos Secretário: Vaz de Almada Tesoureiro: Lourenço Teixeira	Revista quinzenal publicada pelo mesmo grupo do jornal <i>Pátria Portuguesa</i> . Circula também em Portugal, na África, América do Norte e em alguns países da América Latina.	Capas assinadas por Abílio Guimarães. Fartamente ilustrada e com muitas fotografias e propagandas. Com aproximadamente 60 páginas. Preço na capital: 1\$500. Formato: Comprimento: 22 cm Largura: 31,5 cm.
<i>Brasil-Portugal: Anuário da Academia Charadística Luso-Brasileira</i> (almanaque)	1930 a 1939	Edição e propriedade da Academia Charadística Luso-Brasileira. Direção: José Gonçalves de Magalhães	Anuário composto por charadas, enigmas, anedotas e palavras cruzadas.	Composto por aproximadamente 252 páginas. É impressa nas oficinas gráficas do <i>Jornal do Brasil</i> . Formato: Comprimento: 11,5 cm Largura: 15 cm
<i>África Portuguesa: mensário estatístico, econômico e literário</i> (revista)	1932 a 1933	Diretor: Tito Souza e Melo	Revista mensal que buscava, de acordo com o seu programa, promover o “ressurgimento colonial”. Circulava no Brasil, em Portugal e na África.	Revista impressa em papel de jornal, com textos e ilustrações em preto e branco. Possuía aproximadamente 32 páginas. Preço na capital: 1\$000. Formato: Comprimento: 18,5 cm Largura: 27 cm

Título	Período de publicação	Grupo responsável	Características gerais	Informações técnicas
<i>Almanaque Português</i> (almanaque)	1932 a 1941	Fundador: Francisco Lemos Diretor responsável: Leôncio Correia	Anuário que acompanha, mês a mês, os principais acontecimentos em Portugal e da colônia portuguesa no Brasil.	Repleto de fotografias e propagandas. Formato: Comprimento: 18,5 cm Largura: 27 cm
<i>Diário Português</i> (jornal)	1932 a 1936	Fundado pelo mesmo grupo da <i>Pátria Portuguesa</i> e da revista <i>Lusitania</i> .	Jornal diário de informações sobre Portugal. Vai ser substituído pelo <i>Correio Português</i> . Circulava em todo o Brasil, Portugal e em vários países do continente americano.	Jornal composto por 8 páginas. Preço avulso na capital: \$200. Formato: Comprimento: 43 cm Largura: 61 cm
<i>Portugal Republicano**</i> (jornal)	1932 a 1934	Fundado e dirigido por Eugênio Martins.	De tendência republicana, o jornal fazia oposição a Salazar. Em 1933 vai ser retirado de circulação pela censura, reaparecendo em 1934, mas de forma esporádica.	Preço na capital: \$500.
<i>Portugal Diário: continente, ilhas adjacentes e províncias ultramarinas*</i> (jornal)	1933 a ?	Fundado pelo mesmo grupo do <i>Jornal Português</i> .	Jornal diário fundado em comemoração ao 15º ano de existência do <i>Jornal Português</i> . Circulava no Brasil, em Portugal e nas colônias africanas e asiáticas.	

*Esse periódico, apesar de constar nos acervos pesquisados, está indisponível para consulta.

**Esse periódico não foi encontrado nos acervos pesquisados. Entretanto, foi mencionado pela bibliografia consultada.

Título	Período de publicação	Grupo responsável	Características gerais	Informações técnicas
<i>Portugal Novo</i> ** (jornal)	1933 a 1934	Fundado por Flamínio de Azevedo.	O periódico fazia a propaganda do salazarismo no Brasil e intensa campanha contra o jornal <i>Portugal Republicano</i> . Em 1934 desaparece, mas em 1938 retorna incorporado, em formato de suplemento, no jornal <i>Correio Português</i> .	
<i>Voz de Portugal</i> (jornal)	04/1936 a 2010	Fundador e Diretor: Chrysóstomo Cruz Diretor Responsável: Mário de Sá Freire Gerente: A. Ramalho	Semanário fundado devido a uma cisão entre os diretores do <i>Diário Português</i> , Henrique Ferreira Lopes e Mário Moreira Fabião, e seu fundador, Chrysóstomo Cruz, que funda então esse novo jornal.	Composto aproximadamente de 12 páginas. Preço na capital: \$200. Formato: Comprimento: 43 cm Largura: 60 cm
<i>Correio Português: Pela Pátria, Pela Tradição, Pela Raça. Em tudo servindo a Pátria!</i> (jornal)	1936 a 07/1942	Diretor: Mário Moreira Fabião Gerente: Henrique Ferreira Lopes	Jornal diário que circulava em vários estados do Brasil e em Lisboa. Surge devido a uma cisão entre os diretores do <i>Diário Português</i> . Formado por diversas seções como esportes, notícias de Portugal, vida associativa da colônia, notas sociais, comércio, teatro, além de uma seção judiciária onde se respondiam a perguntas de leitores. Vai sofrer com as pressões do DIP durante o Estado Novo brasileiro.	Começa a circular com 16 páginas e vendido a \$200 na capital, mas depois passa a ter 8 páginas ao preço de \$300. O jornal possuía redação e oficinas próprias, sendo editado na Editora Luso-brasileira. A partir de 1938 passa a vir acompanhado, aos domingos, do suplemento <i>Portugal Novo</i> . Formato: Comprimento: 32 cm Largura: 48 cm

****Esse periódico não foi encontrado nos acervos pesquisados. Entretanto, foi mencionado pela bibliografia consultada.**

Título	Período de publicação	Grupo responsável	Características gerais	Informações técnicas
<i>Revista Biográfica Portuguesa</i> (revista)	1937 a ? Obs: até 1941 estava circulando, pois foi indicada pelo <i>Almanaque Português</i>	Fundador: Francisco Lemos Diretor responsável: Leôncio Correia	A revista se propõe a divulgar biografias como a de grandes comerciantes e industriais, estadistas portugueses, homens importantes da colônia do Rio de Janeiro, além de contar a história de cada associação portuguesa presente no Brasil.	Impressão em preto e branco, com a utilização de fotografias e ilustrações, possuindo, aproximadamente, 56 páginas. Preço na capital: 2\$000. Formato: Comprimento: 18 cm Largura: 27 cm
<i>Legião Portuguesa**</i> (jornal)	1938	Diretor: Mário Monteiro	Jornal que surge e desaparece em 1938 sob a tutela do embaixador português no Brasil, Martinho Nobre de Melo.	
<i>Revista Portuguesa: mensário de crítica, sociologia, arte, literatura e atualidades</i> (revista)	1938 a ?	Diretor-redator: Simão de Laboreiro	É uma revista mais literária, que poderíamos classificar como de alta cultura. Seu objetivo maior é divulgar as artes e a ciências portuguesas. Circulava também em Portugal.	Repleta de fotografias. Formato: Comprimento: 23,5 cm Largura: 32 cm

****Esse periódico não foi encontrado nos acervos pesquisados. Entretanto, foi mencionado pela bibliografia consultada.**

Capítulo IV: Por trás da *Lusitania*: produtores, colaboradores e distribuidores

Em verdade, nunca uma revista, bem portuguesa, profundamente portuguesa, como esta, conseguiu no Brasil manter-se por tanto tempo, em constante atividade, satisfazendo todos os desejos dos seus inúmeros leitores. [...] A revista dos portugueses, que cada vez mais será dos portugueses, irá por este ano em fora vendo aumentar o número dos seus amigos, dos que lhe reconhecem o mérito e a utilidade, porque “*Lusitania*” é como a lâmpada votiva, ardendo junto do altar da Pátria, e que nunca se apaga, nem amesquinha. [...] O que poderemos afirmar é que nos anima um grande desejo de elevar “*Lusitania*” à altura em que merece estar, entre as publicações ilustradas do Brasil, para corresponder aos leitores a quem especialmente se destina. Novas seções, assuntos de alto interesse público, maior número de páginas, uma feição mais literária e patriótica, tudo isso e muito mais procuraremos fazer, para tornar “*Lusitania*” bem estimada dos portugueses no Brasil.

(*Lusitania*, ano V, n. 92, 31 de janeiro de 1933, p. 17)

O texto acima é parte do editorial do número 92 da revista *Lusitania*, que estava entrando, naquele momento, em seu quinto ano de existência. Nele podemos perceber não só a exaltação dessa longa duração da revista, que seria o testemunho do sucesso de seu programa entre os leitores, como também propostas de mudança na sua estrutura interna e, principalmente, um projeto de continuidade. De fato, a revista seria publicada até dezembro de 1934, completando assim seis anos de duração, um dado que não pode ser desconsiderado, especialmente se comparado ao universo das publicações de imigrantes no Brasil. Cabe então apresentarmos uma narração densa da revista, atentando para os diversos aspectos materiais e editoriais que presidiram a *Lusitania*, buscando compreender as possíveis razões dessa sua longevidade.

O periódico possuía as dimensões de uma revista ilustrada normal da época, 22 por 31,5 cm, e apresentava um número razoável de páginas, oscilando entre 50 e 60. Esse volume só era aumentado em edições especiais, como, por exemplo, na edição comemorativa do número 100, em que a revista foi publicada com um total de exatas 100 páginas. Apresentava um *design* “moderno”, compatível com os padrões estéticos do momento. Inicialmente era toda impressa em papel *couché*, sendo que as capas apresentavam um tipo de *couché* de melhor qualidade. Mas em alguns momentos, ao longo dos seis anos de publicação da revista, a qualidade do papel ficou comprometida, e alguns números chegaram a sair em um tipo de papel bem inferior, semelhante ao papel de jornal. Essas mudanças apontam não só para a própria dinâmica de funcionamento da empresa editora, como também para as características do mercado editorial daquele contexto, assunto que abordaremos mais à frente.

A revista foi criada enquanto uma publicação quinzenal. Era lançada sempre no primeiro e no décimo sexto dia de cada mês, independente do dia da semana, totalizando assim 24 números ao ano. Alguns esforços foram feitos no sentido de transformar a *Lusitania* em uma revista semanal. No número 30, de 16 de abril de 1930, o editorial “A projeção de um ideal” narra, por exemplo, uma viagem a Portugal feita pelo diretor da revista, João Chrysóstomo Cruz, juntamente com um dos sócios da empresa, Albino Dias Gonçalves, na tentativa de conseguir apoio para transformar a revista em semanal e o jornal *Pátria Portuguesa*, jornal semanal pertencente também à empresa Chrysóstomo Cruz, em um jornal diário. A viagem parece não ter sido, a curto prazo, muito bem sucedida, pois revista e jornal (ambos os periódicos) mantiveram a sua periodicidade. Mas, possivelmente ela contribuiu para que, em dezembro de 1932, a empresa editora lançasse o *Diário Português*, que, como o próprio título indica, se tratava de um jornal diário.

A publicação quinzenal da revista *Lusitania* se repetiu desde o seu primeiro número, de 1º de fevereiro de 1929, até o número 87, de 16 agosto de 1932. A partir daí, passou a ser publicada mensalmente, lançada sempre no dia 30 de cada mês. A mudança é explicada da seguinte forma:

[...] Até que se restabeleçam em definitivo as comunicações com o Estado de São Paulo, a *Lusitania* só circulará nos dias 30 de cada mês. A empresa editora é forçada a tomar essa medida, para não prejudicar uma grande parte dos seus leitores, os quais há aproximadamente três meses que não podem receber nem obter a revista. [...] A Empresa Editora não tem medido sacrifícios para dotar a colônia portuguesa de uma revista à altura do seu desenvolvimento e das suas necessidades. No momento, entretanto, reconhece a inutilidade de quaisquer esforços tendentes à permanência da sua circulação quinzenal.¹⁴⁸

A mudança, portanto, seria em razão das consequências da Revolução Constitucionalista de São Paulo, dada à dificuldade de comunicação com o estado de São Paulo e, dessa forma, com os seus representantes e leitores. A revolução ocorrera entre 9 de julho e 1º de outubro de 1932, tendo como líder o general Isidoro Dias Lopes, além de contar com o apoio de diversos segmentos das camadas médias paulistas. Seu objetivo era a derrubada do Governo Provisório de Getúlio Vargas e a promulgação de uma nova Constituição para o país. Durante o conflito, o estado de São Paulo ficou submetido a um duro isolamento, tanto por parte do Governo Central quanto por outros

¹⁴⁸ *Lusitania*, ano IV, n. 89, 30 de outubro de 1932.

estados da federação, o que abalou profundamente a sua economia e contribuiu para a derrota militar da Revolução. Nesse sentido, a empresa editora viu-se na necessidade de aumentar o espaço de tempo entre uma publicação e outra, o que demonstra a importância do estado de São Paulo no circuito de circulação e consumo da revista *Lusitania*.

Terminada a revolução, a revista manteria, porém, sua circulação mensal. Isso se deve a um novo fato: o lançamento do *Diário Português*. Em 1º de dezembro de 1932 entraria em circulação o terceiro periódico publicado pela editora Chrysóstomo Cruz e o primeiro a ter circulação diária. Segundo o próprio diretor da revista, o lançamento desse jornal iria absorver toda a atividade do pessoal da redação e administração da empresa, esgotando assim a capacidade das suas oficinas.¹⁴⁹ Dessa forma, tornava-se impossível a publicação quinzenal da revista *Lusitania*, que continuou a ter periodicidade mensal até dezembro de 1933.

A partir de janeiro de 1934, quando a revista passa por uma profunda reformulação interna, da qual trataremos mais à frente, a *Lusitania* volta a ser publicada quinzenalmente, saindo agora nos dias 15 e 30 de cada mês. Essa nova fase não dura muito tempo, pois a partir do número 112, de 30 de junho de 1934, ela volta a ser uma publicação mensal, o que é mantido até o seu último número, em dezembro de 1934. Essa última mudança é explicada em razão de problemas financeiros, advindos não da falta de assinaturas e de leitores, “posto que sua tiragem esteja em posição invejável em relação com as grandes revistas brasileiras”¹⁵⁰, mas da falta de publicidade, de anunciantes. Dessa forma, segundo os seus próprios produtores, apesar da revista não ser mantida com “intuitos meramente mercantis”, já não se tratava mais de evitar despesas supérfluas, mas de “diminuir prejuízos”.

Enfim, após passar por várias mudanças, a revista termina como uma publicação mensal, totalizando 118 números. Mas essas modificações relativas à periodicidade da revista não se encerram em si mesmas, sendo responsáveis por alterar outras características da *Lusitania*. Isso ocorre, por exemplo, com relação aos seus valores de venda. Observando a tabela 3.1 a seguir, podemos perceber algumas dessas imbricações.

¹⁴⁹ *Lusitania*, ano IV, n.90, 30 de novembro de 1932.

¹⁵⁰ *Lusitania*, ano VI, n.111, 30 de maio de 1934.

Tabela 5 - Valores de venda da revista *Lusitania* (1929-1934)

Data de publicação	Preço do número avulso (capital)	Preço do número avulso (interior)	Assinatura anual (capital)	Assinatura anual (interior)	Assinatura anual (exterior)
Fevereiro de 1929	1\$500	1\$800	35\$000	40\$000	60\$00
Junho de 1931	2\$000	2\$000	40\$000	40\$000	60\$000
Novembro de 1932	2\$000	2\$000	25\$000	25\$000	30\$000
Janeiro de 1934	1\$500	1\$500	30\$000	30\$000	50\$000
Junho de 1934	1\$500	1\$500	20\$000	20\$000	25\$000

Inicialmente, o número avulso da revista no Rio de Janeiro era vendido a 1\$500 (mil e quinhentos réis), havendo uma pequena diferença (\$300) em relação aos outros estados do país, e o valor da assinatura anual era de 35\$000 (trinta e cinco mil réis), compreendendo assim 24 volumes da revista. Comparando com o valor de outros produtos e periódicos da época, podemos ter uma noção do que representava o preço da revista, já que as conversões de moeda são ineficientes, uma vez que não se consegue levar em conta as tachas de inflação, entre outros fatores econômicos.

Em 1933, por exemplo, o livro de Gilberto Freyre, *Casa grande e senzala*, editado pela Livraria Schmidt Editora, foi vendido a 10\$000 (dez mil réis). As principais revistas ilustradas da época, *Careta*, *O Malho* e *Fon-Fon*, eram vendidas, em 1929, respectivamente por \$600, 1\$000 e 1\$000, sendo que eram revistas semanais. Fazendo uma comparação, duas revistas *O Malho*, por exemplo, correspondiam quase ao valor de uma revista *Lusitania*, sendo que cada número do *O Malho* possuía um total de páginas superior ao da *Lusitania*. Ou seja, apesar da revista estar dentro do preço de mercado, ela não conseguia ser competitiva, quando comparada à produção de revistas ilustradas cariocas, possivelmente pelo fato dessas possuírem uma tiragem maior e um

maior número de anunciantes. Mas, se comparada a outras publicações da colônia portuguesa do Rio de Janeiro (ver Quadro Anexo ao capítulo III), *Lusitania* estava de fato dentro dos valores cobrados.

Como podemos perceber, pelo próprio anúncio dos preços, a revista *Lusitania* tinha uma circulação ampla: era vendida no Rio de Janeiro, nos outros estados do país, e fora do Brasil também, principalmente em alguns países da América (Argentina, Uruguai e EUA), em Portugal e nas colônias portuguesas, apresentando, nesse caso, um valor de venda bem mais alto (sessenta mil réis a assinatura anual).

A partir do número 57, de 1º de junho de 1931, os preços da revista são aumentados, tanto o do número avulso, que passa a ser o mesmo para a capital e outros estados do país (2\$000), como o da assinatura anual na capital (40\$000). Os editores da revista publicam então, em primeira página, uma carta direcionada aos leitores, onde explicam a mudança de preço. Segundo os mesmos, tal medida foi tomada em razão das consequências da crise econômica que ora eram sentidas pela Europa e América, tendo como principal efeito para a empresa o aumento do preço das matérias primas e dos serviços realizados fora do Brasil.

[...] A venda geralmente não dá lucro, sendo que, no momento atual, dá mesmo prejuízo, em face do encarecimento espantoso das matérias-primas, pagas em moeda estrangeira, como sejam o papel, a tinta, o zinco, os tipos e todo o material de composição. Tudo que é importado sofre a agravação decorrente da baixa cambial, subindo o custo de muitos artigos, quase o dobro do que custava há pouco tempo. E não foi só a matéria prima que subiu de preço. Subiram também a luz, a força, o gás, os telefones. Subiu tudo. No nosso caso, tratando-se de uma publicação estrangeira, essa agravação se torna ainda mais sensível, com os encargos de representação, serviços fotográficos e colaborações que temos em Portugal, e que estão igualmente sujeitos ao aumento proveniente da depressão cambial, pesando desequilibradamente sobre o nosso orçamento, já profundamente agravado. Diante dessa situação [...] as próprias revistas nacionais e alguns jornais diários foram obrigados a elevar os preços da sua venda. E agora chegou também o momento de nós nos valermos desse recurso, sem o qual será difícil, senão mesmo impossível, a sustentação dessa revista, cujo programa de patriotismo tem sido tão bem compreendido pela colônia, que a ampara com sua simpatia e dedicação, lendo-a e propagando-a em todos os meios.¹⁵¹

O interessante é perceber o desenvolvimento, pelos editores da revista, de algumas estratégias de convencimento do público leitor. A carta que reproduzimos acima, por exemplo, foi publicada nos quatro números que se seguiram ao número 57. Além disso, no número anterior à carta de 16 de maio de 1931, foi publicada uma

¹⁵¹ *Lusitania*, ano III, n. 57, 1º de junho de 1931.

reportagem bem grande, na página 6, a respeito da “profunda crise econômica” por que passava Portugal, como consequência do que também se vivia nos EUA e Europa, apontando o crescimento das taxas de desemprego e o aumento da pobreza como os principais resultados da crise. Dessa forma, justificava-se o aumento de seu preço.

A partir do número 90, de 30 de novembro de 1932, a revista sofre mais uma alteração de preço. Como vimos, é a partir dessa data que ela passa a ser publicada mensalmente, em razão da Revolução Constitucionalista e da criação de um novo periódico pela empresa, fazendo com que o preço das assinaturas anuais caia, já que passam a ser somente 12 revistas ao ano, embora mantendo os valores do seu número avulso. Em janeiro de 1934 ocorre o processo inverso: a empresa editora investe novamente na sua publicação quinzenal, fazendo com que o preço dos exemplares diminua, mas aumentando, consequentemente, o valor das assinaturas anuais.

Ainda no ano de 1934, a revista sofre sua última alteração, dado que a partir de junho, em razão de problemas financeiros, a *Lusitania* volta a ser publicada mensalmente. Os valores do número avulso se mantêm, mas os da assinatura anual, tanto no Brasil quanto no exterior, tornam a cair. Essas mudanças por que passou a revista, descritas até esse momento, são fundamentais para entendermos as características materiais do suporte da *Lusitania*.

4.1 – Impressão e iconografia

A revista *Lusitania* era impressa através da tipografia, um dos métodos mais antigos de impressão direta, que utiliza o conceito de impressão em alto relevo, onde a imagem é gerada em uma superfície e depois transferida para o papel. As capas eram coloridas em policromia e, em sua maioria, representavam algum aspecto da história e cultura portuguesa.¹⁵² O autor das capas era o artista português Abílio Guimarães, responsável também por algumas ilustrações reproduzidas no miolo do periódico e pelos seus diversos elementos gráficos.

Abílio Guimarães iniciou a sua participação na revista em fevereiro de 1929, como diretor artístico da mesma, mas saiu do posto em abril de 1930, alegando falta de tempo, já que colaborava com outros vários periódicos portugueses da época. Apesar de afastado do quadro administrativo da empresa, ele continuou, a pedidos dos próprios diretores, publicando os seus desenhos e ilustrando textos e seções da revista. Seus

¹⁵² As capas da revista *Lusitania* serão tema de análise do próximo capítulo.

desenhos eram vivos e muito coloridos, e suas capas serviam para dar o “tom” à revista *Lusitania*.



Imagem 25 – *Lusitania*, ano II, n., 45, 1º de dezembro de 1930.

Todas as gravuras, segundo a revista, eram impressas na Casa Viana, pertencente ao português Antônio Sepúlveda, estabelecimento que se localizava na Rua Ledo, no Rio de Janeiro. Com o afastamento de Abílio Guimarães, as capas da revista passaram então a ser assinadas pelo artista brasileiro Henrique Sálvio, que, segundo *Lusitania*, apesar de não ser português e nunca ter ido a Portugal, “sente-lhe o eflúvio magnífico”¹⁵³. Seja como for, Henrique Sálvio também consegue impor a sua marca à revista, talvez porque apresentasse uma temática muito parecida com a de Abílio Guimarães, embora com aspectos próprios.

¹⁵³ *Lusitania*, ano VI, n.107, 30 de março de 1934.



Imagem 26 - *Lusitania*, ano III, n.52, 16 de março de 1931.

Internamente, a revista era impressa em monocromia, geralmente em tons de azul, verde ou vermelho, uma estratégia usada para baratear a impressão sem que o periódico fosse preto e branco. Ao final do ano, a empresa oferecia aos leitores que renovassem as suas assinaturas uma capa para encadernar a coleção. Era belíssima: toda em percaline, um tipo de couro sintético que possui longa durabilidade, com “douração a fogo”. Quem não fosse assinante, mas se interessasse pela capa, também poderia adquiri-la na redação da revista.

A partir de janeiro de 1934, a revista passou a ser impressa através da rotogravura, um método mais moderno de impressão direta, em que o substrato entra em contato com a fôrma de impressão, onde a imagem é gravada em baixo relevo, em um cilindro metálico, e a transferência se dá através da pressão entre os cilindros e o substrato. Em geral, a rotogravura era utilizada para a impressão de grandes tiragens, em alta velocidade, e era justamente nisso que a empresa estava apostando. A virada do ano de 1933 para 1934 seria de fato um momento de renovação. Além de voltar a ser impressa quinzenalmente, como vimos, a revista ganha uma nova roupagem, com novas seções, maior número de páginas, colaboração de novos escritores, maior

número de ilustrações e fotografias, maior número de reportagens e anúncios publicitários, entre outras que abordaremos mais a frente.

Dessa forma, a mudança na técnica de impressão seria mais um elemento para “arte-finalizar” essas transformações e acentuá-las, de forma que a revista parecesse ainda mais moderna aos olhos dos leitores. Mas o investimento não teve o resultado esperado: o processo acabou saindo muito caro, pois a revista precisava ser impressa em outras oficinas, já que as da empresa Chrysóstomo Cruz não possuíam esse tipo de tecnologia. Além disso, o que pudemos perceber através da nota explicativa dos diretores é que as mudanças não resultaram no aumento da vendagem da revista, obrigando-os assim a voltar a produzi-la através da tipografia.

A revista era ricamente ilustrada, principalmente com fotografias, desenhos e reproduções de pinturas. As fotografias se destacavam do restante do conjunto em razão do seu grande número. Impressas em preto e branco, elas serviam como um instrumento para os diretores da revista, que apostavam nesse tipo de linguagem com objetivos diversos. Um deles era justamente reforçar o caráter moderno da revista, uma vez que a maioria delas tinha um forte cunho de fotojornalismo, ou seja, serviam para noticiar e divulgar os últimos acontecimentos políticos, sociais e/ou culturais, especialmente os de Portugal e de suas colônias (incluindo-se aí o Brasil, ainda que este já fosse há muito um país livre), estando, portanto, afinada com o desenvolvimento das novas tecnologias e linguagens da época.

De acordo com Ana Maria Mauad, o fotojornalismo se consolidou no Brasil a partir dos anos 1930, sendo a revista *O Cruzeiro* um dos seus principais marcos.¹⁵⁴ Na perspectiva da autora, o fotojornalismo seria uma nova forma de representação, que associava texto e imagem, nascendo a partir daí a concepção do papel do fotógrafo enquanto “testemunha ocular”, associada à idéia de que a imagem fotográfica é capaz de elaborar uma narrativa sobre os fatos. Dessa forma, o texto escrito simplesmente acompanhava a imagem como um apoio, “que no mais das vezes, amplificava o caráter ideológico da mensagem fotográfica”. Daí, segundo a autora, o fato das reportagens serem sempre feitas por um jornalista, responsável pelo texto escrito, e por um repórter fotográfico, encarregado das imagens, ambos trabalhando em conjunto. Entretanto, de

¹⁵⁴ MAUAD, Ana Maria. “O olho da história: fotojornalismo e história contemporânea”. In: *Com Ciência*: revista eletrônica de jornalismo científico. São Paulo: Unicamp, 2004.

acordo com Mauad, é somente a partir dos anos 1940 que o crédito fotográfico começa a ser atribuído com regularidade nas páginas dos periódicos.¹⁵⁵

A partir das ideias da autora, iremos tecer algumas considerações a respeito da grande presença de fotografias na revista *Lusitania*. Primeiramente, podemos afirmar que o uso de fotografias servia como uma estratégia de atualização dos imigrantes portugueses, especialmente a respeito da sua terra natal. Dessa forma, a maioria das fotografias tinha como tema: as novidades no mundo da arte em Portugal (pintores, atores, cantores, cineastas, etc), os últimos acontecimentos sociais (bailes, casamentos, festas religiosas, campeonatos esportivos), as novas medidas econômicas adotadas pelo governo, a atuação das instituições culturais, o desenvolvimento das colônias portuguesas em África, entre outros. Apesar de documentarem para os leitores um determinado evento, usando o jargão utilizado na época para afirmar o que se postulava como objetividade na imprensa, precisamos levar em consideração que essas fotografias são, na verdade, sofisticadas construções. Elas passam, não só pelo crivo do fotógrafo e do jornalista produtor da matéria, como também pelo do editor da revista, e, na maioria das vezes, servem para confirmar um discurso já anunciado pelo periódico.

Essa questão é muito importante, porque através das fotografias também conseguimos perceber as preferências político-ideológicas do grupo produtor do periódico em questão. No caso da revista *Lusitania*, por exemplo, a fotografia é utilizada como um importante instrumento de exaltação da política desenvolvida por Oliveira Salazar, ou seja, atua com o objetivo de difundir o salazarismo entre os portugueses que se encontram fora de Portugal. Nesse sentido, a revista possuía, inclusive, uma seção especializada em narrar “os últimos passos dos homens do momento”, em Portugal, intitulada “Atualidades de Portugal”. Nela, as fotografias eram publicadas ao lado de pequenos textos explicativos, que, na maioria das vezes, só ofereciam dados complementares, como data do evento, nome das autoridades, circunstância em que se deu determinado fato, podendo ser incluída na concepção de fotojornalismo, segundo Ana Mauad.

A maioria das fotografias, como a que se segue abaixo, representavam as visitas diplomáticas dos grandes políticos portugueses a outras nações; as festas e homenagens que eram feitas, por diferentes organizações, a Salazar e ao General Carmona; a inauguração de obras e instituições culturais pelo governo português; as conferências

¹⁵⁵ Ibid. p.3.

realizadas pelas autoridades portuguesas; as comemorações oficiais do governo, como a da “Revolução de 28 de Maio”; as obras sociais feitas por grandes figuras portuguesas, entre outras.



Imagem 27 - *Lusitania*, ano VI, n. 110, 15 de Maio de 1934.

Nesse conjunto de fotografias, por exemplo, que ocupou uma página inteira da revista, e cuja chamada era “O Governo Português interessa-se pelos desprotegidos da sorte”, Salazar e a esposa do general Carmona visitam, segundo a própria revista, o “Refeitório Econômico dos pobrezinhos”, uma instituição que amparava crianças pobres em Portugal. No total, foram cinco fotos representando momentos distintos dessa visita. Em primeiro plano está a foto principal, onde estão presentes Salazar, Madame Carmona e as senhoras que dirigem o estabelecimento. Abaixo, as outras fotos e uma pequena legenda para cada uma delas.

Ao lado da foto principal está uma menor, onde a esposa do general Carmona aparece tomando uma sopa, e cuja legenda diz “M.me Carmona achou deliciosa a sopa dos pobres”. Abaixo, mais uma foto de Salazar, com um livro nas mãos e observando as crianças que fazem parte da instituição, com a seguinte legenda “O primeiro sorriso

que até hoje surpreendemos ao grande Ministro”. A seguir, outro momento de Madame Carmona entre as senhoras e, por ultimo, o flagrante da saída de Salazar.

Como se vê, as imagens constroem uma narrativa bem expressiva. O texto é menos importante; ele serve para confirmar a mensagem transmitida pelas fotografias, e, nesse caso, para atestar o interesse do governo português pelos menos favorecidos. Interessante é perceber que, já em 1929, todas as fotografias publicadas na *Lusitania* vinham com o nome do fotógrafo, antecipando assim uma característica que, segundo Mauad, só vai se firmar no Brasil nos anos 1940. A empresa possuía em seus quadros três repórteres-fotográficos, responsáveis por documentar os principais acontecimentos: Vasco Serra Ribeiro, Gaspar Brandão e João de Seixas. O primeiro deles, que assinou as fotografias reproduzidas acima, atuava em Portugal, e os outros dois no Brasil.

Para além desses fotógrafos fixos, uma estratégia muito usada pela *Lusitania* era estimular os seus leitores a enviar fotografias para a revista, as quais eram publicadas gratuitamente. Essa prática recorrente servia especialmente para aproximar o leitor do periódico, estimulando assim a compra e/ou assinatura do mesmo. Funcionava também no sentido de reforçar a sociabilidade da colônia portuguesa, sendo publicadas fotografias de crianças, de pais de família, de idosos, de donas de casa, ou seja, de diferentes tipos sociais da colônia. Havia, inclusive, seções específicas para isso. Uma delas intitulava-se “Os filhos dos nossos amigos, nossos amigos são”, onde eram publicadas fotos dos filhos de imigrantes portugueses de vários estados do país, sempre acompanhadas de um pequeno texto, onde os seus respectivos pais eram identificados e descritos. Havia ainda a seção “Amigos da *Lusitania*”, onde também eram publicadas fotografias enviadas pelos leitores da revista. Dessa forma, os portugueses davam-se a ver e a conhecer.



Imagem 28 - *Lusitania*, ano V, n.92, 31 de janeiro de 1933.

A fotografia também era, para a revista, um instrumento importante de consolidação e de difusão de uma determinada imagem do imigrante português: a daquele que foi bem sucedido. No primeiro capítulo, nós já havíamos apontado essa questão, onde ressaltamos que, apesar da maioria dos imigrantes portugueses não terem conseguido realizar seus sonhos no Brasil, ou seja, de se estabelecerem enquanto empresários e melhorar significativamente de vida, uma das principais imagens que se consolidaram no imaginário da imigração para o Brasil (e não só a portuguesa) foi a do país das “grandes possibilidades”. No caso da imigração portuguesa, a imagem construída do imigrante, sobretudo no Rio de Janeiro, a maior colônia, era como que partida: em uma face, o português de tamancos, caixeiro ou estivador, mas um pobre; na outra face, o português rico, dono dos estabelecimentos atacadistas ou das casas para alugar, que não era bem visto, sendo responsabilizado pela carestia dos alimentos ou pelos altos aluguéis. Nos dois casos, figuras que não contribuíam para a sociedade brasileira. Portanto, o esforço do periódico era se confrontar com ambas as imagens, já muito difundidas e consolidadas, para fixar uma outra: a do português bem sucedido, um grande empreendedor, que trabalhava para o progresso da colônia, da cidade e do país.

Através da publicação de fotografias de inaugurações de estabelecimentos comerciais, de retratos de grandes industriais e comerciantes portugueses no Brasil, a

revista *Lusitania* promovia o que Carla Oliveira chamou de “elogio ao bom empreendedor”,¹⁵⁶ ou seja, o apelo para a dignificação do trabalho e da honestidade como características intrínsecas ao português, atributos que teriam permitido a esses imigrantes progredir profissionalmente no Brasil. As reportagens sobre esses portugueses seguiam geralmente um mesmo padrão: como título, vinha estampado o nome do estabelecimento ou da firma; abaixo, uma fotografia do português a frente de seu negócio; e ao lado, algumas informações a respeito do negócio e uma breve biografia do imigrante, onde sua história era narrada como um exemplo de quem venceu as dificuldades através do suor do trabalho e da perseverança.

Mas a publicação dessas fotografias poderia ter outro objetivo, e muitas vezes o tinha: conseguir o apoio financeiro desses portugueses. Ainda que a *Lusitania* afirmasse que só publicaria fotografias que não possuísem cunho comercial, o que percebemos é que grande parte desses portugueses que apareciam nas páginas desse tipo de matéria era anunciante da revista ou viria a ser mais à frente.

Por último, podemos identificar outro papel do uso da fotografia: a exaltação de Portugal através das suas belezas naturais. Foram muitas as fotos representando as diversas regiões de Portugal, suas pequenas vilas, praias e campos. As imagens dos monumentos portugueses também foram recorrentes, em especial aqueles relacionados à história da formação de Portugal. Através dessas imagens, a revista buscava não só aliviar a saudade dos imigrantes da “santa terrinha”, como também confirmar um discurso da grandiosidade de Portugal, mantido ao longo de toda a publicação e que estava sendo reforçado pelo salazarismo, então investindo no patrimônio de Portugal e em sua ruralidade.

Como podemos ver, as imagens na revista têm um papel tão importante quanto os textos. Elas não só conformam narrativas, como também são mitificadoras de personagens, lugares e eventos. E, como construções, as fotografias também nos indicam aquilo que ficou de fora da revista, ou seja, aquilo que não virou notícia. Nesse sentido, há uma série de questões que não foram abordadas através da linguagem imagética, e tampouco através de textos e artigos. Podemos citar, como exemplo, algumas manifestações sociais que ocorreram tanto no Brasil como em Portugal. Esse foi o caso das diversas greves de padeiros que aconteceram no início dos anos 1930 no Brasil, e que contaram com a participação de muitos imigrantes portugueses. Em 1932,

¹⁵⁶ OLIVEIRA, Carla Mary da Silva. *Saudades D'Além Mar*: Um estudo sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro através da revista *Lusitânia*. Tese de Doutorado. João Pessoa: UFPB/CCHLA, 2003.

por exemplo, o Sindicato dos Manipuladores de Pão, Confeiteiros e Similares de São Paulo deu início a uma greve que durou um mês inteiro. As reivindicações, nesse caso, se concentravam, segundo Maria Izilda Matos, em aumento salarial, nos horários das atividades, no trabalho noturno e nas folgas semanais.¹⁵⁷

A repercussão dessa greve foi grande, inclusive nos jornais diários de São Paulo, e alguns portugueses chegaram a ser presos e outros tiveram que prestar depoimento sobre o ocorrido. Mas nenhuma foto ou linha sequer foi escrita a respeito desse movimento e da participação desses imigrantes. O mesmo acontecia com relação aos problemas enfrentados pelos portugueses de baixa renda no Brasil. Nada se comentava sobre as péssimas condições de trabalho no comércio da cidade, como as de carregadores, leiteiros, sapateiros, entre outras atividades com pequena remuneração e longas jornadas de trabalho.

Também não aparecia na revista imagens de portugueses envolvidos, no Rio de Janeiro, com falcatruas, roubos e contravenção, tendo sido alguns expulsos do país em razão disso. Essas notícias poderiam funcionar como uma mácula sobre a boa imagem da colônia portuguesa do Rio de Janeiro e dos portugueses, em geral, que a revista se esforçava para construir. Essas ausências, que não são nada ingênuas ou casuais, nos indicam um processo de escolhas, e servem como um bom indício para começarmos a pensar a respeito do tipo de público a que *Lusitania* estava direcionada, bem como o projeto político-cultural que defendia.

Além das fotografias, que eram maioria, a revista contava também com a presença de algumas ilustrações, na maior parte dos casos assinadas por Abílio Guimarães. Algumas seções como, por exemplo, “Pantheon” e “Noites do Avozinho”, eram ricamente ilustradas com imagens de figuras históricas e *portraits* de grandes personagens portugueses. Folhetins e contos também eram geralmente acompanhados de desenhos ilustrativos. Além disso, eram publicados pequenos *cartuns*, assinados por D. Fuas, que não conseguimos identificar, provavelmente por se tratar de um pseudônimo, como era comum aos artistas da época. Esses desenhos eram de puro entretenimento, não possuindo qualquer tipo de crítica política ou social mais evidente; eram piadas e não obedeciam a um critério rígido de aparição, às vezes permeando as matérias, outras vezes concentrando-se no final da revista. Somente quando foi lançada

¹⁵⁷ MATOS, Maria Izilda Santos de. “Portugueses e experiências políticas: a luta e o pão. São Paulo, 1870-1945”. In: *Revista História*, São Paulo, vol.28, n.1, 2009.

a seção “Humor” é que os *cartuns* de D. Fuas passaram a ocupar um local específico na *Lusitania*.

Para além dos desenhos, *cartuns* e fotografias, os elementos gráficos da revista funcionavam como uma ilustração à parte, e também carregavam a assinatura do artista Abílio Guimarães. Títulos de artigos, chamadas de reportagens, nome de seções, tudo era cuidadosamente elaborado, contribuindo para a beleza do periódico. As letras eram como desenhos que apelavam para a sensibilidade visual dos leitores. Juntos, todos esses elementos contribuíam para a consolidação do projeto político-cultural da revista *Lusitania*.



Imagem 29 – *Lusitania*, ano II, n.43, 1º de novembro de 1930.

O título dos artigos e as chamadas de seções vinham sempre em tamanho maior que o restante do texto, e era geralmente neles que o artista empregava toda a sua criatividade: uso de diferentes tipos de letras, especialmente aquelas que representavam um estilo de escrita antiga, com o uso de cores mais escuras para destacá-los, contornos e sublinhados, e elementos gráficos afinados ao projeto editorial da revista, como a Cruz de Malta, armaduras de guerreiros, naus, entre outros. Dessa forma, como afirma Ana Luíza Martins, literatura, arte e técnica conjugavam-se, descobrindo novas linguagens e transformando a criação gráfica em texto.¹⁵⁸

¹⁵⁸ MARTINS, Ana Luíza. op. cit. p. 243.



Imagem 30 – *Lusitania*, ano I, n.1, 1º de fevereiro de 1929.

Outra característica que se destaca na *Lusitania* é a grande presença de anúncios publicitários. Inicialmente, as propagandas apareciam concentradas somente nas duas últimas páginas da revista, como num “caderno de anúncios”; depois, passaram a ser distribuídas entre os artigos e reportagens. Onde havia um espaço, ele era ocupado com anúncios, o que maximizava o aproveitamento do espaço para fins de arrecadação. O que percebemos é que o número dessas propagandas aumentou consideravelmente ao longo dos anos, passando a ocupar, inclusive, as primeiras páginas da revista, o que aponta para a importância que os anunciantes ganham na revista. Muitas vezes usava-se, como estratégia, colocar um anúncio ao lado ou o mais próximo possível de artigos e reportagens que tivessem relação com o produto anunciado. Um dos melhores exemplos, talvez seja o dos anúncios de produtos femininos, como chapéus, roupas e utensílios domésticos, que geralmente eram publicados ao lado de textos que tratavam do universo feminino, que eram escritos por mulheres e/ou para mulheres.

Alguns anunciantes estiveram presentes desde os primeiros números da revista e mantiveram-se fiéis até o seu fim, em dezembro de 1934. Esse foi o caso da Casa Nunes, uma loja de móveis finos e de decoração pertencente ao português Alfredo Rebello Nunes. Localizada na Rua da Carioca, no Rio de Janeiro, seus reclames chegavam a ocupar páginas inteiras da revista, anunciando desde “móveis de estilo Luís XV e Luís XVI laqueadas ou douradas”¹⁵⁹, até “móveis modernos de acabamento esmerado”¹⁶⁰.

¹⁵⁹ *Lusitania*, ano IV, n.75, 1º de março de 1932, p.1.

¹⁶⁰ *Lusitania*, ano IV, n. 82, 16 de junho de 1932, p.6.

Observando o quadro abaixo, referente aos principais anunciantes da revista *Lusitania*, percebemos que havia entre eles uma grande quantidade de firmas portuguesas estabelecidas no Brasil, e especialmente no Rio de Janeiro, tais como a firma comercial L. Bessa, que vendia chapéus femininos, a loja Calçados Robalinho, e as Lojas União Comercial, especializadas em utensílios domésticos. Mas também identificamos uma série de anúncios de lojas brasileiras, tais como a Camisaria Progresso, de roupa masculina, a água mineral Salutaris e o Palácio das Noivas, que, naturalmente, só vendia roupas para casamentos. Como se vê, essas firmas brasileiras apostavam em um diálogo com a colônia portuguesa e com a *Lusitania*, ainda que esta se afirmasse enquanto uma revista voltada para os “portugueses do Brasil”. Isso demonstra que as relações econômicas e sociais são muito mais fluidas do que simples questões étnicas, pois, com certeza, a parte rica da colônia portuguesa devia ser uma faixa desejável do público a ser conquistado pelos comerciantes brasileiros.

Tabela 6 - Principais anunciantes da revista *Lusitania*.

Tipos de produtos	Anunciantes
Mobiliário	Casa Nunes; A. F. Costa; Souza Baptista.
Vestuário e calçados	Camisaria Progresso; Calçados Robalinho; Firma L. Bessa; Ferreira Souto & Cia; Palácio das Noivas; Casa Tavares; A. Perez e Cia.; Chapéus Botafogo; Casa Sedas Sidorio; Casa Leblon; Riobom; Margarida Branco Cerqueira; Gravatas Formosinho; Casa Dib; A Régia.
Serviços	Hotel Keffer; Leonidio Gomes e Cia.; Grande Hotel Aliança; Sul America; Companhia Nacional de Seguros de Vida; Fonseca, Almeida e Cia.; Companhia Nacional de Navegação; Lavanderia Parisiense; Companhia de seguros: União Comercial Varejista; Banco Português do Brasil; Casa Pratt; Fonseca, Almeida e Cia; Sul América Capitalização; Tinturaria do Povo; Serviço Aéreo Condor; Equitativa, sociedade de seguros de vida; A.F.Alves & Cia; Banco Boavista; Banco Nacional Ultramarino; Escola Automobilística Feminina; Moura Fontes.
Higiene e beleza	Sabonete Dorly; Pasta Odol; Esmalte Palma; Lady; Água de colônia Regina; Leite de Beleza Oriental; Perfumarias Lopes.
Alimentação e bebida	Salutaris; Cerveja Luzitania; Café Paulista; Conservas Brandão e Calda; Champagne Monte Carlo; Companhia Hanseática; Vinhos de Adriano Ramos Pinto; Borges, vinhos do Porto; Azeite Galo;

	Restaurante Brasil-Portugal; Padaria e Confeitaria Viriato.
Outros	Casa Edison; Joalheria Mascote; Máquinas de Costura Gritzner; Livros de Alípio Rama; Casa Odeon; Joalheria Tesouro do Castelo; Pianos Essenfelder; Rádio Philips; Cine Teatro República.

Além disso, a análise do quadro também nos permite identificar uma variedade muito grande de tipos de produtos anunciados: móveis, roupas, sapatos, comidas, bebidas, chapéus, instrumentos musicais, produtos de beleza, remédios, jóias, livros, tapetes, seguros de vida. Essa variedade é reveladora também de um público diverso: mulheres, homens, jovens, adultos, idosos... Não podemos afirmar que a revista atingia necessariamente esses diferentes grupos sociais, mas podemos inferir que havia uma expectativa nesse sentido por parte do periódico, e os anunciantes sabiam disso, daí investirem seu dinheiro numa publicação com as características da *Lusitania*. E não investiam pouco, pois os valores pagos pelos anunciantes eram altos, especialmente naqueles casos de anúncios de página inteira, como o da Casa Nunes: um anúncio desse tipo, preto e branco e na parte interna da revista, custava ao anunciante, no mínimo, 700\$000 (setecentos mil réis)¹⁶¹.

Observando os tipos de produtos oferecidos, também podemos perceber que eles eram direcionados a um público mais seletivo, com um poder aquisitivo bem razoável, pois afinal de contas, que imigrante poderia se dar o luxo de possuir um seguro de vida da Sul América Companhia Nacional; comprar um piano na Benjamin Rocha & Cia; decorar sua casa com os tapetes ingleses da Linoleum Barry's; possuir uma máquina de costura Gritzner; se enfeitar com as jóias da Joalheria Mascote ou comprar um bom casaco de peles na Riobom? Esses eram produtos caros e que não poderiam ser consumidos por grande parte da colônia portuguesa.

Ao que parece, esses anúncios publicitários eram uma das principais fontes de renda da empresa, sendo mais importantes do que as assinaturas. Chegamos a essa conclusão a partir de alguns indícios revelados através da análise da própria *Lusitania*. Um deles é o fato da empresa possuir um departamento de propaganda, tendo

¹⁶¹ Conseguimos essa informação a partir da própria revista, que publicava, em alguns números, um quadro com as tarifas de anúncios: página de capa externa a cores – 1:000\$000; página de capa interna ou texto – 700\$000; meia página de capa interna ou texto – 350\$000; quarto de página de capa interna ou texto – 180\$000; oitavo de página de capa interna ou texto – 100\$000. Para pequenos anúncios, o preço era calculado na base de 10\$000 por centímetro de cada coluna. Os pagamentos só eram feitos após a publicação dos anúncios.

inicialmente como diretor o Sr. Francisco Lemos, que depois foi substituído pelo português Antonio Maciel. O Departamento, segundo consta, era responsável por entrar em contato com possíveis anunciantes, dar início às negociações e fazer as cobranças dos mesmos, após a publicação na revista.

Outra questão são os recorrentes apelos feitos pela revista, onde se invocavam anunciantes recorrendo a números altos, e provavelmente fantasiosos, da tiragem da *Lusitania*, o que garantiria aos anunciantes uma ampla divulgação de seus produtos, tanto no Rio de Janeiro como nos outros estados do país.

A Revista *Lusitania* é irradiada por todas as cidades, vilas e pequenas localidades do Brasil. Possuindo um número de leitores superior a sessenta mil, assegura ao seu assinante a mais ampla e útil propaganda dos seus produtos. Anuncie na *Lusitania*, a maior e a melhor revista portuguesa que já se fez no Brasil.¹⁶²

Esse número, sessenta mil leitores, é repetido por várias vezes na revista, sempre enfatizando que o cálculo está baseado nos números de tiragem da *Lusitania*. Mas, além disso, podemos citar também como uma evidência da importância dos anúncios para a manutenção da revista, o fato dela, em alguns momentos, quando há redução na quantidade de propagandas, perder nitidamente qualidade, passando a ter um tipo de papel inferior, reduzindo o número de ilustrações e de páginas. E, principalmente, o fato da revista parar de ser publicada, em dezembro de 1934, sob a alegação de problemas econômicos e de necessidade de reformulação, sendo que em seus últimos números foram publicados somente cinco ou seis pequenos anúncios.

Isso demonstra bem a importância da venda dos espaços publicitários para a sobrevivência do periódico. É por isso que alguns anunciantes, principalmente os mais assíduos, eram mencionados na revista através de várias estratégias, além do simples anúncio. Eram lembrados quando de suas datas de aniversário e casamento; reportagens fotográficas eram feitas, caracterizando os seus estabelecimentos comerciais; notícias sobre parentes e amigos mais próximos; homenagens em forma de biografias, entre outros. É por isso que, como nos alerta Tânia de Luca, não podemos olhar para a organização e distribuição interna das matérias presentes na revista naturalizando-as; elas são fruto de tensões, negociações e interesses¹⁶³.

¹⁶² *Lusitania*, ano I. n.21, 1º de dezembro de 1929, p. 20.

¹⁶³ LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

4.2 - Organização interna da revista: seções e colunas

A revista *Lusitania* geralmente abria os seus números com notícias e informações sobre Portugal. Nas primeiras páginas, pequenos artigos não assinados e curiosidades sobre a terra natal eram acompanhados, muitas vezes, por *cartuns* e pela ficha técnica da revista, onde era identificado o corpo administrativo da empresa e a localização de suas gráficas e editora. Além disso, algumas vezes, a primeira página era utilizada para fazer a propaganda dos imigrantes portugueses no Brasil, mostrando o crescente desenvolvimento do comércio português no Rio de Janeiro, em reportagens que, como descrevemos anteriormente, eram compostas pela fotografia do comerciante junto ao seu estabelecimento e por um texto biográfico sobre o mesmo.

Interessante é que, em alguns momentos, a revista apostou na utilização de diferentes linguagens e formas para tratar de um “mesmo” conteúdo. Isso aconteceu, inclusive, nessas reportagens iniciais sobre os empreendimentos portugueses: algumas vezes a narrativa sobre a história de vida do português vinha em forma de poema, e o imigrante, ao invés de ser representado através de uma fotografia, tinha a sua caricatura publicada pelas mãos de Abílio Guimarães.

Nas primeiras páginas eram comuns os anúncios publicitários, especialmente a partir de 1930, quando o número de propagandas começa a aumentar dentro da revista. Nas páginas que se seguiam, eram apresentadas as seções fixas da *Lusitania*, sendo que a maioria delas não era assinada. Quando uma nova seção era criada, ela não ganhava um destaque especial, sendo normalmente publicada no meio das outras, dando uma idéia de continuidade. Os artigos, alguns assinados, também eram distribuídos entre as seções permanentes e ao longo de toda a revista.

Observando o quadro, que identifica e caracteriza as principais seções que compunham a revista *Lusitania*, podemos perceber que havia uma aposta do grupo na diversidade temática, o que aponta para a tentativa de conquista de um público amplo e diverso. Futebol, teatro, culinária, moda, literatura, humor, pintura, história, religião, economia, atualidades, festas, política (ainda que não explícita), cinema, entre outros, foram os principais temas mobilizados pela revista através de suas seções e artigos.

Dentre esses temas, um em especial se destaca: a história. O que vamos ver, no próximo capítulo, é que a história é um elemento fundamental para a consolidação do projeto editorial da *Lusitania*, uma vez que, na revista, a aproximação entre Brasil e Portugal é fortemente construída através dos laços histórico-culturais. Essa importância

fica nítida até mesmo a partir dos próprios títulos das seções: “Anedotas Históricas”, “Datas Históricas”, “Os portugueses na história do Brasil”, “Figuras e fatos históricos”, “Notas históricas”, “Histórias de Portugal no Brasil”.

Tabela 7 - Principais seções da revista *Lusitania*.

Seção	Características
Pantheon	Assinada por Eça de Queental. Conta a história de alguma figura importante de Portugal, sempre acompanhada do seu <i>portrait</i> , assinado por Abílio Guimarães.
Os filhos dos nossos amigos, nossos amigos são	Fotografias dos filhos de imigrantes portugueses de vários estados do Brasil.
Pelo Mundo	Notícias e fotografias de acontecimentos em várias partes do mundo.
Mundanismo	Informações a respeito dos colonos portugueses no Brasil, como aniversários, casamentos, falecimentos, viagens a Portugal, entre outros.
Atualidades de Portugal	Notícias de Portugal, acompanhadas de muitas fotografias.
Os portugueses na História do Brasil	Narra a participação de alguns portugueses na história do Brasil, como vice-reis, escritores, políticos, entre outros. Outra seção biográfica.
Moda	Informações sobre as novidades da moda feminina. Sempre acompanhada por fotografias de mulheres e propagandas de lojas de roupa feminina.
Sociedades Recreativas	Notícias sobre as principais sociedades recreativas portuguesas do Rio de Janeiro, com a realização de festas, palestras, mudanças de diretoria, visitas portuguesas importantes, entre outras. Sempre acompanhada por fotografias.
Artistas Portugueses	Fala sobre os principais artistas portugueses da época, englobando pintores, escultores e atores. Geralmente acompanhada pela fotografia do artista e de sua obra. Mais uma seção biográfica.
Terras de Portugal	Informações sobre algumas regiões de Portugal, acompanhadas de muitas fotografias.
Praias de Portugal	Informações elogiosas sobre as principais praias de Portugal, acompanhadas de muitas fotografias.
Figuras Portuguesas	Narra a história de uma figura importante da colônia portuguesa do Rio de Janeiro, logo sua biografia, desde sua saída de Portugal, destacando-se sua trajetória profissional no Rio de Janeiro. O escolhido é sempre um português que entra no país pobre e vai crescendo profissionalmente através de muito trabalho, alcançando uma posição de destaque na cidade do Rio de Janeiro e na colônia.
Esportes	Notícias sobre as mais variadas modalidades de

	esporte em Portugal e no Rio de Janeiro, acompanhadas de muitas fotografias.
Portugal Colonial	Informações sobre as colônias portuguesas no continente africano, acompanhadas de fotografias.
Amigos da <i>Lusitania</i>	Fotografias enviadas pelos leitores.
Monumentos de Portugal	Fotografias dos principais monumentos históricos.
Crônica Literária	Comentários sobre algumas obras literárias, assinada por Joaquim Campos.
Paisagens portuguesas	Fotografias de lugares diversos de Portugal.
Os portugueses no comércio carioca	Notícias sobre a inauguração de bares e estabelecimentos comerciais de portugueses no Rio de Janeiro.
Pensamentos	Frases de alguns personagens importantes, especialmente de filósofos.
Homens do momento	Fotografias de homens portugueses ilustres.
Anedotas Históricas	Curiosidades históricas.
Os nossos artistas	Narra a história/biografia de alguns dos maiores artistas portugueses.
Curiosidades	Curiosidades sobre várias partes do mundo e a vida diferentes povos.
Pintores portugueses	Informações sobre pintores reconhecidos em Portugal.
Como progredem os portugueses no Brasil	Notícias sobre a inauguração de estabelecimentos comerciais de portugueses no Brasil.
Correio da <i>Lusitania</i>	Assinada por Dr. Severo, comenta os poemas e textos de leitores enviados para a redação da revista para serem publicados.
Atualidades Brasileiras	Fotos de acontecimentos no Brasil envolvendo a colônia portuguesa.
Pelas províncias portuguesas	Fotografias de diversas regiões de Portugal.
Notas várias	Notícias sobre os portugueses do Brasil.
Apontamentos Literários	Fala sobre alguma obra literária, assinada por Alípio Rama.
De tudo um pouco	Curiosidades.
Tem graça, e não ofende	Historinhas e piadas engraçadas.
Crônica da Quinzena	Judith Maggiolly comenta alguns assuntos relativos a Portugal da atualidade.
Datas Históricas	Cada dia do mês é relacionado com algum acontecimento histórico importante, como realizações de tratados, nascimentos, etc, assinada por Mendonça Cortez.
Figuras e fatos históricos	Não é necessariamente sobre os portugueses, mas sobre homens e acontecimentos que se destacaram na história.
As grandes datas portuguesas	Informações sobre as datas históricas de Portugal.
Lisboa através da <i>Lusitania</i>	Fotografias de Lisboa.
Escritores de hoje	Assinada por Mário Portocarrero Casimiro, fala

	sobre algum escritor português importante.
As noites do Avozinho: contos da história de Portugal para crianças e adultos	Assinada pelo escritor português José Agostinho, é composta pelos textos do educador, em que um avô, na hora de dormir, conta para o seu netinho as passagens da história de Portugal.
Romarias	Informações e fotografias sobre as festas religiosas em Portugal.
Seção feminina	Informações várias sobre o universo feminino, assinada por Elvira Paes dos Santos.
Reportagem fotográfica	Acontecimentos da atualidade.
Relances pelos livros da nossa estante	Comentários sobre alguns livros, por Gastão de Bittencourt.
A cozinha portuguesa: receitas culinárias	Uma série de receitas de comidas típicas portuguesas.
Figuras de ontem e de hoje	Narra a história de alguns personagens portugueses, assinada por Maria Madalena.
Histórias de Portugal no Brasil	Assinada por Antônio Guimarães, narra alguns fatos históricos relacionados ao Brasil e a Portugal, à época em que ainda eram Metrópole e Colônia.
A <i>Lusitania</i> em Portugal	Fotografias de acontecimentos em Portugal.
A semana portuguesa	Notícias sobre a semana em Portugal.
Crônicas de Viagem	Contos assinados por Jorge Ramos.
Comentários da Quinzena	Fala sobre os fatos mais importantes que aconteceram na quinzena que se passou entre um número e outro.
Revista dos Miúdos	Seção infantil, assinada por Rosa Silvestre. Além de publicar fotografias de crianças, dá algumas dicas para as mães cuidarem bem de seus filhos.
Página do Lar	Ensina a confeccionar peças de renda, bordados, ponto cruz.
Humor	Pequenos <i>cartuns</i> e piadas.
Bric-À-Brec	Seção que abre os números a partir de 1934 e que está repleta de curiosidades.
Lírica Portuguesa	Seleção de poemas de vários autores.

Algumas dessas seções foram mantidas ao longo de todos os números da revista. Esse foi o caso das seções “Esportes” e “Sociedades Recreativas”. Na primeira, eram publicadas notícias e fotografias dos principais eventos esportivos de Portugal e do Brasil, como competições de futebol, remo, vôlei e atletismo. Na maioria das vezes, eram dispostas em duas páginas, lado a lado, em que à esquerda ficavam as reportagens sobre os esportes em Portugal, e à direita sobre os esportes no Brasil e, principalmente, no Rio de Janeiro, numa clara tentativa de aproximar as duas nações. Interessante notar que, a respeito das competições esportivas no Rio de Janeiro, a maioria das notícias e fotografias se referiam ao Clube de Regatas Vasco da Gama, criado no final do século

XIX por um grupo formado, em sua maioria, por imigrantes portugueses. Era uma seção especificamente de entretenimento e muito voltada para o público masculino, tanto que eram raríssimas as notícias sobre mulheres esportistas.

A seção “Sociedades Recreativas” era muito importante para o conjunto da revista, e ganhava um destaque especial nas páginas da *Lusitania*. Através dela, eram apresentadas as principais associações portuguesas do Rio de Janeiro, e, apesar do título, não se limitava às associações de cunho recreativo. Sempre acompanhada por muitas fotografias, essa seção geralmente se dedicava a falar sobre as festividades nas associações (casamentos, datas comemorativas, bailes de carnaval, festas religiosas etc.), a realização de cursos e palestras, as mudanças de diretoria, prêmios ganhos no Brasil, visitas de personalidades ilustres, as atividades (culturais, filantrópicas, políticas etc.) desenvolvidas dentro da colônia, e a atuação de seus diretores e dirigentes enquanto grandes beneméritos da colônia e em Portugal.

Localizando-se, geralmente, nas primeiras páginas da revista, a seção “Sociedades Recreativas” chegava a ocupar seis páginas no total. Fazia um balanço dos principais acontecimentos nas diversas associações portuguesas do Rio de Janeiro, sendo, portanto, um instrumento de representação da sociabilidade dos imigrantes portugueses e auxiliando na construção de uma identidade portuguesa no Brasil.

Outras seções só apareceram na revista após a publicação de alguns de seus números, e muitas são uma clara tentativa de se adaptar às mudanças verificadas no mercado de periódicos e às preferências de seu público leitor. Podemos citar, como exemplo, o aumento do número de seções que estavam direcionadas especificamente ao universo feminino, sabidamente um grande público consumidor de revistas. Em seu primeiro número, de fevereiro de 1929, *Lusitania* já possuía uma seção intitulada “Moda”, onde eram apresentadas as últimas tendências da moda feminina, no que diz respeito a vestidos, chapéus, sapatos e jóias. Uma série de desenhos e fotografias era publicada, representando essas novidades e apresentando às leitoras as suas vantagens e desvantagens.

Mas além dessa, outras seções foram sendo criadas. A partir de março de 1932, por exemplo, a revista passou a publicar a “Seção Feminina”, assinada pela escritora, jornalista e professora Elvira Paes dos Santos. Nela, a autora portuguesa publicava um conjunto de artigos e curiosidades sobre a mulher, incluindo temas diversos, como saúde, educação, trabalho e vida familiar. Em janeiro de 1933, foi lançada também a seção “A Cozinha portuguesa: receitas culinárias”, em que, como o próprio título indica,

eram publicadas receitas de comidas tipicamente portuguesas. Temos ainda, em janeiro de 1934, o lançamento da “Página do Lar”, seção onde se ensinavam às mulheres a arte de bordar, de costurar, de pintar sobre tecidos, entre outras habilidades consideradas, à época, exclusivamente femininas.

Poderíamos citar ainda, dentro desse universo feminino, a seção “Revista dos Miúdos”, que, apesar de aparentemente estar direcionada somente às crianças, buscava se dirigir às mães. Assinada pela escritora portuguesa Rosa Silvestre, a seção continha não só fotografias e desenhos de crianças, como historinhas infantis e dicas de como as mães deveriam proceder com seus filhos em casos de acidente, doenças, em relação à educação e aos cuidados diários. A criação dessas várias seções, publicadas, muitas vezes, juntas em um mesmo número, aponta para a importância da mulher no universo dos leitores da revista *Lusitânia*, bem como para seu papel de mãe na sociedade dos anos 30.

Um caso diferente foi o daquelas seções que começaram a ser publicadas já nos primeiros números da revista e, aos poucos, foram ganhando ou perdendo espaço dentro do periódico, levando algumas ao desaparecimento e outras para suas primeiras páginas. Podemos citar dois exemplos: a seção “Mundanismo” e a “As Noites do Avozinho: contos da história de Portugal para crianças e adultos”. No caso da primeira, ela esteve presente desde o primeiro número da revista. Tratava-se quase de uma “coluna social” da colônia portuguesa do Rio de Janeiro, onde eram publicadas as datas de aniversários, casamentos, falecimentos, festas dadas por famílias portuguesas importantes, viagens realizadas a Portugal, entre outros eventos desse tipo. Publicada sempre na primeira página, a seção “Mundanismo” começa, a partir dos primeiros números de 1930, a dar lugar a outras matérias que, tudo indica, seriam mais comerciais, como informações sobre acontecimentos em outras partes do mundo e pequenos *cartuns* e anedotas. Ela vai acabar sendo realocada nas últimas páginas da revista, até desaparecer completamente, no final de 1932.

Com “As Noites do Avozinho” acontece justamente o inverso. Publicada a partir de março de 1932, constituía-se, na verdade, num conjunto de textos produzidos em Portugal em formato de fascículos, escrito pelo escritor e educador português José Agostinho Oliveira. Nele, um avô narra a seu netinho, na hora de dormir, as principais passagens da história de Portugal, cobrindo desde as batalhas de formação de Portugal até a implantação do regime republicano, totalizando assim 16 volumes. Publicado na *Lusitania* em formato de folhetim, “As Noites do Avozinho” começam ocupando um

lugar bem desprezioso na revista, entre a 35ª e 40ª página, mas vai ganhando espaço, e a partir dos primeiros números de 1933, passa a ser publicado bem no começo da revista, chegando até mesmo à primeira página, o que aponta para sua boa recepção junto aos leitores.

Esses exemplos demonstram a existência de uma hierarquia na organização das seções e das temáticas na revista *Lusitania*. Mostram também que a recepção do periódico pelo público leitor influía diretamente na sua organização e que, portanto, era conhecida dos editores. No caso de “As Noites do Avozinho”, o próprio formato de folhetim contribuía para a criação de um vínculo maior entre leitor e revista, pois as historinhas fragmentadas em capítulos criavam um certo suspense e curiosidade, que só seriam abrandados no próximo número, quando o avô daria continuidade às passagens da história de Portugal.

Outro aspecto que nos chama a atenção são as seções que tratam da cultura portuguesa e que são, na maioria dos casos, de exaltação de Portugal, através do elogio biográfico a uma grande figura de sua cultura. Seções como “Artistas Portugueses”, “Os nossos artistas”, “Pintores portugueses” e “Escritores de hoje” são, na verdade, uma ode à cultura portuguesa contemporânea. Através delas busca-se reafirmar um papel de importância de Portugal no cenário cultural europeu, contrariando aqueles que “acham que a literatura portuguesa ficou em Camões e Eça de Queirós”¹⁶⁴. A literatura e as artes, portanto, eram acionadas pela revista na tentativa de se combater o “pensamento decadentista” que se abateu sobre Portugal a partir do século XIX. Para reforçar esse discurso, poemas e obras eram publicados ao lado das matérias elogiosas aos artistas portugueses, autênticos heróis sem armas, a batalhar pela grandeza da pátria.

Além dessas seções temáticas, a revista contava também com uma espécie de editorial, publicado sempre na terceira página e abaixo do cabeçalho da revista. Os editoriais abordavam assuntos relativos a Portugal e aos imigrantes portugueses no Brasil, e possuíam sempre um tom de exaltação à nação portuguesa. Na maioria das vezes, escolhia-se um dos assuntos mais marcantes da quinzena e versava-se sobre ele, sendo que o mesmo acontecimento seria ainda abordado detalhadamente ao longo da revista, com direito a fotografias e ilustrações. Outras vezes, o editorial era simplesmente um instrumento de valorização de algum personagem português importante ou, principalmente, da história de Portugal e de suas relações com o Brasil.

¹⁶⁴ *Lusitania*, ano I, n.1, 1º de fevereiro de 1929, p. 30.

Nenhum dos editoriais foi assinado e, portanto, apesar da autoria recair sobre Joaquim Campos, o redator-chefe da revista *Lusitania*, não podemos afirmar quem era de fato o responsável por eles. De qualquer forma, importa salientar que os editoriais tinham um papel importante na revista, especialmente o de buscar nortear a leitura de todo o restante das matérias de *Lusitania*.

Além das seções e dos editoriais, a revista contava também com a presença de artigos e reportagens. Geralmente compunham o chamado “miolo” da revista, ou seja, a sua parte central, e variavam de quantidade de um número para outro. Os temas mais recorrentes dos artigos são os já mencionados para as seções: cultura portuguesa, esportes, atuação dos portugueses no comércio do Rio de Janeiro, literatura, história de Portugal, as associações portuguesas no Brasil, curiosidades sobre outras partes do mundo, atualidades de Portugal, notícias sobre as colônias portuguesas, moda feminina, costumes portugueses, religião, educação, entre outros.

Grande parte dos artigos não era assinada, o que dificulta em muito o nosso trabalho de pesquisador. No caso das reportagens fotográficas, inclusive, o mais comum era mencionar o nome do fotógrafo, mas não do autor do texto, quase em uma inversão da prática corrente. Mesmo assim, a partir dos nomes que conseguimos identificar, e que serão caracterizados mais a frente, conclui-se que a maioria dos colaboradores eram, de fato, portugueses, muitos dos quais ainda permaneciam em Portugal.

Contos, poemas e crônicas eram também elementos constantes na *Lusitania*. Os contos e poemas, matéria literária e não jornalística, eram normalmente assinados, e, na maioria das vezes, ocupavam sozinhos as páginas da revista. Já as crônicas não; eram publicadas sem assinatura e nunca ocupavam página inteira, sendo muitas vezes confundidas com os artigos. No caso dos contos, era também comum que viessem acompanhados de várias ilustrações, o que os valorizava muito.

A revista também estimulava os seus leitores a enviar textos próprios, a fim de serem avaliados e, se possível, publicados, uma estratégia importante para aproximar o leitor do periódico. Havia, inclusive, uma seção específica na *Lusitania* para comentar esses textos enviados pelos leitores, chamada de “Correio da *Lusitania*”, assinada por Dr. Severo, que não conseguimos identificar. Ainda assim, o que percebemos é que a maioria dos poemas e contos publicados na revista era de escritores portugueses que já gozavam de algum reconhecimento no mundo das letras e do jornalismo.

A partir de 1934, quando a revista passa por uma grande reestruturação interna, buscando, nas próprias palavras de seu editor, se adequar às novidades do mercado

editorial, inclusive adotando um novo método de impressão, a literatura ganha um espaço ainda maior na *Lusitania*. Contos e poemas tornam-se mais numerosos e passam a ser sempre assinados. As seções fixas, ao contrário, diminuem, dando lugar às reportagens fotográficas. As propagandas, como vimos, também aumentam e passam a se utilizar das novas linguagens, como os *cartuns*. Tais mudanças, no entanto, não vão impedir que no final do ano de 1934 a revista deixe de ser publicada.

4.3 – A empresa C. Cruz e Cia.

Como afirmamos no capítulo anterior, a revista *Lusitania* foi criada por um grupo de imigrantes portugueses que chegaram ao Brasil em princípios do século XX e que, após se estabelecerem no Rio de Janeiro, vão encontrar na imprensa e no jornalismo a forma de sobreviver e ganhar dinheiro no novo país. Não fora a primeira iniciativa do grupo e sim o resultado do sucesso de um projeto inicial, o jornal *Pátria Portuguesa*, o qual lhes havia proporcionado não só um relativo acúmulo de capital, como também de experiência, dado que alguns desses imigrantes, quando ainda em Portugal, pareciam não sonhar com a possibilidade de se tornarem jornalistas. Esse foi o caso do grande articulador do grupo da *Lusitania*, João Chrysóstomo Cruz.

A partir de algumas conversas que tivemos com a Sra. Almira Sobral da Cruz e Vasconcelos, a “dona Mirinha”, e seu esposo, o Sr. Joaquim Vasconcelos, um casal de portugueses muito simpático e disposto a ajudar na pesquisa, conseguimos obter algumas informações sobre a trajetória de vida de Chrysóstomo Cruz, que não teriam sido reveladas somente através da leitura da revista.¹⁶⁵ Dona Mirinha é filha de um sobrinho de Chrysóstomo, João Crisóstomo da Cruz, já falecido, e afilhada dele e de sua esposa, a Sra. Almira Mota Cruz. Sua história é bem característica das famílias de imigrantes portugueses: filha de um português com uma brasileira de pais portugueses, a Sra. Ilídia Sobral da Cruz.

Dona Mirinha, também brasileira, casou-se com um português da região do Porto, o Sr. Joaquim, sendo que os dois se conheceram em um baile na Casa de Trás os Montes, a associação portuguesa que fora criada por João Chrysóstomo Cruz, e que, segundo o Sr. Joaquim, era “uma casa casamenteira”. Essa fala confirma a idéia defendida nessa dissertação, das associações funcionarem como importantes espaços de sociabilidade para a colônia portuguesa do Rio de Janeiro. Segundo dona Mirinha, seu

¹⁶⁵ Conversa com a autora, que não pôde ser gravada, mas apenas anotada, ocorrida em 1º de setembro de 2010 na casa da depoente, situada na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro.

pai fora levado pelo padrinho ao antigo Centro Transmontano, hoje Casa de Trás os Montes, e se tornou diretor do mesmo por duas vezes.

Como já afirmamos anteriormente, João Chrysóstomo Cruz nascera em 1890 numa zona rural de Portugal, na Freguesia de Avidagos, no Concelho de Mirandella, Distrito de Bragança. Era filho de Antônio do Nascimento Cruz e Sancha Augusta Sobrinho. Nascera em família de agricultores. Segundo conta Dona Mirinha, sua família possuía uma quinta, ou seja, um terreno de sementeira com horta e árvores, além da casa onde habitavam. Ela a descreve como sendo um espaço bem grande, onde a família produzia diversos cereais para vender. Em suas palavras: “a família do meu padrinho vivia bem, mas não tinha nenhum conforto”. Nas fotografias reproduzidas abaixo, vemos João Chrysóstomo Cruz com a família, em frente à casa onde nascera, em Portugal, em uma das muitas viagens feitas em visita à família, após o seu estabelecimento definitivo no Brasil.



Imagem 31 - João Chrysóstomo Cruz.

Fotografia cedida por Almira Sobral da Cruz e Vasconcelos.



Imagem 32 - João Chrysóstomo Cruz com a família, na escada da casa onde nasceu em Portugal.

Fotografia cedida por Almira Sobral da Cruz e Vasconcelos.

Chrysóstomo veio para o Brasil na primeira década do século XX, sozinho, deixando toda a sua família em Portugal. Segundo Dona Mirinha, tinha em torno de 13 ou 15 anos, e veio com destino certo: o Rio de Janeiro. Pelo o que ouvia seus pais e tios contarem, ele fora trabalhar em um armazém, entregando alguns produtos nas casas das pessoas, e teria sido durante essas entregas que ele conheceu sua futura esposa, a Sra. Almira Mota Cruz, uma brasileira. Há então um intervalo muito grande na obtenção de informações sobre sua trajetória de vida. O que sabemos é que após o casamento, ele e sua esposa foram morar no Centro do Rio de Janeiro, na região dos Arcos da Lapa, e que não tiveram filhos.



Imagem 33 - João Chrysóstomo Cruz e Almira Mota Cruz. Rio de Janeiro, 1949.
Fotografia cedida por Almira Sobral da Cruz e Vasconcelos.



Imagem 34 - O casal João Chrysóstomo Cruz e Almira Mota Cruz com a afilhada no colo, Almira Sobral da Cruz, uma homenagem à esposa de Chrysóstomo.
Fotografia cedida por Almira Sobral da Cruz e Vasconcelos.

Ou seja, o que aconteceu entre o período decorrido desde a sua chegada e o momento em que ele se torna responsável pela criação do Centro Transmontano, em 1923, não é lembrado, nem registrado. Não sabemos o seu grau de instrução, se fizera algum curso em Portugal ou no Brasil, ou sobre outras atividades econômicas desenvolvidas no Rio de Janeiro. Só sabemos que, em 1923, quando da fundação desse novo centro regional, ele se identificou, no livro de sócios, como jornalista. O que pudemos perceber, através da leitura da própria revista *Lusitânia*, é que ele se tornara jornalista por experiência, e não por formação. Chegamos a essa conclusão a partir de alguns artigos que foram publicados na revista, em que se exaltava a qualidade do trabalho de Chrysóstomo, “ainda que ele não tivesse formação para tal”. Nesse sentido, a trajetória heróica desse homem, na memória que é dela construída, assinala suas origens humildes, a solidão de seu deslocamento para o Brasil, as dificuldades porque passou e, com destaque, suas vitórias: o casamento e o sucesso econômico, social e cultural, traduzidos pela formação do grupo editorial e do Centro Transmontano, nos quais era a figura referencial. De fato, ele não se fez somente jornalista, mas se tornou dono de uma empresa, que chegou a produzir, ao mesmo tempo, um jornal diário, um jornal semanal e uma revista quinzenal. O fato é que, em 1923, Chrysóstomo já se apresentava como uma liderança dentro da colônia portuguesa do Rio de Janeiro, tanto que consegue apoio suficiente para a fundação de uma nova associação, o Centro Transmontano.

O primeiro projeto do grupo ligado à imprensa foi o jornal *Pátria Portuguesa*, criado em 1925. A *Lusitânia* viria quatro anos depois, em 1929. Assim como o jornal, a revista fora criada a partir do capital fornecido pelo comerciante português Lourenço Júlio Teixeira, que também fora um dos responsáveis pela criação do Centro Transmontano. A amizade entre os dois, portanto, era anterior à criação dos periódicos. A editora, responsável pela publicação tanto do jornal como da revista, pertencia, portanto, a esse comerciante, que também ocupava a função de tesoureiro da empresa. Mas fica nítido, pela leitura da *Lusitânia*, que a concepção intelectual projeto fora de Chrysóstomo, e que Lourenço Teixeira encarregou-se de ser seu financiador. Um tipo de parceria muito praticada: um sócio entra com a idéia e o trabalho, enquanto o outro entra com o capital, o que nos permite concluir que Chrysóstomo não era, ainda, um homem rico ao ponto de bancar tal empreendimento.

Porém, era ele o responsável pela direção da revista, juntamente com o jornalista José Augusto Corrêa Varella, que, como vimos, também foi um dos sócios fundadores do Centro Transmontano e já possuía experiência na imprensa portuguesa da capital, uma vez que em 1918 foi responsável por fundar o *Jornal Português*, que circulou no Brasil até 1934, ainda que não mais sob sua direção (Ver anexo ao Capítulo III). Joaquim Campos era o redator chefe, Abílio Guimarães era diretor artístico, depois substituído por Alípio Rama, e havia ainda um secretário, Vaz d'Almada, que era também crítico teatral e tradutor, e um fotógrafo, Gaspar Brandão. Na fotografia que reproduzimos abaixo, retirada do *Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil*, de 1929, aparece o grupo de diretores, redatores e auxiliares da empresa.



Imagem 35 - A partir das pesquisas que realizamos, conseguimos identificar alguns desses homens. Sentados, da esquerda para a direita, estão Joaquim Campos, José Augusto Corrêa Varella, João Chrysóstomo Cruz, ao lado dele um senhor não identificado e, por último, Vaz d'Almada. O primeiro em pé, da esquerda para a direita, é o fotógrafo Gaspar Brandão, e o terceiro é o comerciante Lourenço Teixeira. Os outros não conseguimos identificar. *Álbum da colônia portuguesa do Rio de Janeiro*, 1929.

A partir de 1º de junho de 1929, o Sr. Lourenço Júlio Teixeira deixa a empresa editora, que é comprada por Chrysóstomo Cruz, nesse momento já capaz de mobilizar capital para tanto, passando a funcionar sob a razão social de C. Cruz & Cia. Ltda. Segundo o próprio diretor da revista, o desligamento do comerciante se deu na “mais plena harmonia”, mas nenhum motivo concreto é apresentado para tal mudança. De fato, as relações entre ambos parecem não ter sido rompidas, pois Lourenço Teixeira é mencionado pela revista em vários momentos posteriores à sua saída, como no dia de seu aniversário. Talvez, digamos assim, seu papel já tivesse sido cumprido: financiar o investimento inicial do negócio do amigo e sem ter prejuízo.

Com a mudança de propriedade, João Chrysóstomo Cruz se torna dono da Editora, que estava localizada na Praça Tiradentes, na época também responsável pela

publicação do jornal *Pátria Portuguesa*, além das oficinas gráficas, localizadas na Avenida Gomes Freire, número 138, também no Rio de Janeiro. Apesar da mudança, o quadro administrativo da revista continua o mesmo; a única alteração é que Lourenço Teixeira deixa de ser o tesoureiro da empresa, mas não se menciona em momento algum o seu substituto, e Vaz d'Almada é promovido, pois deixa de ser secretário e passa a ser um redator secretário, constando na ficha técnica da empresa, impressa sempre nas primeiras páginas da *Lusitânia*.

Com a mudança, a empresa ganha também sócios de peso: os Srs. Albino Dias Gonçalves, Nicolau Luiz Cardoso Guimarães, Alfredo Rebelo Nunes, José Gomes Lopes, José Luiz Monteiro, Antônio Vaz Teixeira e Abílio Pereira. A partir da pesquisa que fizemos, incluindo a leitura de outros periódicos, conseguimos identificar alguns desses homens, na maioria grandes empresários, o que exemplifica o que havíamos apontado no capítulo anterior, ou seja, o de se tornar comum, ao longo dos anos 1920 e 1930, empresários do ramo industrial e comercial buscarem diversificar seus investimentos, escolhendo, para isso, alguns projetos culturais, como a produção de periódicos. Dessa forma, eles não só ampliavam as suas fontes de renda, pois revistas como a *Lusitânia*, de fato, davam um retorno financeiro, como, principalmente, utilizavam-se do periódico para fazer propaganda de seus negócios; a revista, assim, aumentava seu capital econômico e propiciava um retorno em termos de “capital simbólico”¹⁶⁶, tornando-os homens respeitados e mesmo admirados dentro da colônia portuguesa do Brasil.

O primeiro deles, por exemplo, o Sr. Albino Dias Gonçalves, era, à época, diretor-presidente da Companhia Paulista de Papéis e Artes Gráficas (Copag). A empresa fora criada por ele mesmo, em 1908, quando era ainda um gráfico, e produzia itens de papelaria como envelopes e blocos de papel. A partir de 1918, a empresa iniciou a produção de baralhos e, em 1930, já era líder na produção nacional de baralhos. Possivelmente, a sua empresa era uma das fornecedoras da editora C. Cruz, sendo que a Copag existe até hoje, o que mostra o quanto ela era consolidada.

Outra figura importante é Alfredo Rebelo Nunes, um empresário português dono da Casa Nunes, loja de móveis finos localizada no Rio de Janeiro, que era uma das principais anunciantes da revista *Lusitania*. Além de empresário e sócio da Editora C. Cruz, Alfredo Rebelo Nunes fazia parte da diretoria do Gabinete Português de Leitura e

¹⁶⁶ Adotamos aqui o conceito de “capital simbólico” desenvolvido por Pierre Bourdieu em: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

do Conselho Diretor da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria, ou seja, estava completamente inserido nos mais importantes e respeitados lugares de sociabilidade da colônia portuguesa do Rio de Janeiro, nos quais ocupava posição de destaque, o que em muito contribuía para o sucesso da revista *Lusitania*.

O que podemos ver, a partir do que já foi exposto, é que estamos falando, na verdade, de uma empresa administrada por “empresários do jornalismo”, organizada para produzir lucros materiais, além é claro de servir como um projeto de afirmação simbólica desses homens dentro da colônia portuguesa e da sociedade carioca como um todo. Chegamos a essa conclusão a partir de alguns indícios. Um deles é a grande especialização interna, característica de periódicos mais sólidos e empresas bem estruturadas. Para começar, ela possuía oficinas gráficas próprias, que estavam separadas fisicamente da redação e administração da revista.

Além disso, havia uma grande especialização das funções e divisão do trabalho dentro da empresa, característica que só começa a ser observada com o avançar do século XX no Brasil. Como já mencionado, além das funções de diretor, editor, redator, tesoureiro e secretário, a editora possuía um Departamento de Propaganda, cujo diretor, até 1931, era o Sr. Francisco Lemos, sendo substituído a partir daí pelo Sr. Antônio Maciel. Havia também um chefe de publicidade, o português Barros Júnior, e uma equipe de fotógrafos, com Gaspar Brandão e João de Seixas cobrindo os acontecimentos no Brasil, e Vasco Serra Ribeiro documentando os acontecimentos em Portugal. Além da publicação da revista *Lusitania* e do jornal *Pátria Portuguesa*, as oficinas gráficas de C. Cruz também executavam “quaisquer trabalhos de impressão, como relatórios, faturas, cartões de visita ou convites e toda a qualidade de trabalhos comerciais, revistas e folhetos, etc.”¹⁶⁷

Para além dessas questões, entendemos também o grupo produtor da revista *Lusitania* como sendo formado por “empresários da imprensa”, uma vez que eles sobreviviam dela. Essa é uma hipótese que começamos a elaborar a partir do momento em que nos debruçamos mais profundamente sobre a revista *Lusitania*, e as conversas com Dona Mirinha só nos fizeram amadurecê-la. Segundo essa informante, “meu padrinho era jornalista e vivia da imprensa. Não tinha mais nenhum outro trabalho. Só quando ele largou o jornalismo, é que foi trabalhar em outra coisa, e abriu a Agência Cruz”. Ela está se referindo à Agência de Viagens Cruz, criada por Chrysóstomo, depois

¹⁶⁷ *Lusitania*, ano III, n.55, 1º de maio de 1931.

que ele abandonou a direção do jornal *Voz de Portugal*, em 1938, após a Lei de Nacionalizações decretada durante o Estado Novo, que proibia estrangeiros de possuírem e dirigirem periódicos no Brasil. Mas não só ele vivia da imprensa. Corrêa Varella e Joaquim Campos também eram categóricos em afirmar a sua profissão: jornalistas.

Dessa forma, estamos trabalhando com um grupo que vive do seu trabalho na imprensa. Um grupo de imigrantes que conseguiu produzir no Brasil quatro periódicos: *Pátria Portuguesa*, *Lusitania*, *Diário Português* e *Voz de Portugal*, sendo que os três primeiros foram, durante um bom tempo, produzidos concomitantemente. Não eram, portanto, projetos amadores e/ou aleatórios, mas resultado de uma estrutura muito bem montada a partir da organização de um grupo. E o grande articulador desse grupo foi, sem dúvida alguma, João Chrysóstomo Cruz.

Atuando como diretor e editor responsável pela revista, Chrysóstomo era o responsável maior pelo projeto coletivo, pela seleção de conteúdos e pelo processo de produção material da *Lusitania*. Era ele que entrava em contato com os colaboradores e sócios, selecionava os temas a serem abordados, supervisionava os originais para publicação e fazia o contato com as instituições culturais. Mesmo quando, em janeiro de 1933, Chrysóstomo sai da direção da revista – uma vez que passa a se ocupar do novo periódico criado pelo grupo, o *Diário Português*, e a *Lusitania* passa a ser então dirigida por Antônio Guimarães –, ele continua a ser o grande responsável pela criação artística e editorial da mesma.

Seguindo as indicações de Heloísa Pontes, podemos caracterizá-lo como um produtor cultural que atuava no sistema de produção de bens simbólicos, onde lucro e prestígio andavam lado a lado.¹⁶⁸ Apesar do lucro ser um dos principais objetivos na montagem de uma empresa como a da revista *Lusitania*, o prestígio de se editar um periódico fazia com que esses editores se diferenciasssem dos demais empresários. É acreditando nesse reconhecimento do meio intelectual, literário e editorial da época que, em 16 de abril de 1930, por exemplo, João Chrysóstomo Cruz, junto ao sócio Albino Dias Gonçalves, viajou a Portugal a fim de conseguir apoio para transformar a revista *Lusitania* em semanal e o jornal *Pátria Portuguesa* em diário. E, nesse caso, havia ainda um ponto muito importante a favor da revista: o fato dela funcionar como um

¹⁶⁸ PONTES, Heloísa. “Retratos do Brasil: editores, editoras e ‘Coleções Brasileira’ nas décadas de 30, 40 e 50”. In: MICELI, Sérgio. (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*, v. 1. São Paulo: Editora Sumaré, 2001, p.419-476.

instrumento de difusão no Brasil das ideias e políticas desenvolvidas pelo governo português.

Não podemos afirmar que a revista recebia alguma subvenção ou qualquer outro tipo de auxílio por parte do governo de Portugal, mas podemos inferir que João Chrysóstomo Cruz era um importante elo de ligação entre o governo português e a colônia do Rio de Janeiro. Nessa fotografia que reproduzimos abaixo, por exemplo, que nos foi apresentada por Dona Mirinha, o diretor da *Lusitania* aparece ao lado do General Carmona, do “amigo Carmona”, para ser mais fiel à descrição que estava presente no verso da fotografia. Como sabemos, Antonio Oscar de Fragoso Carmona foi um dos grandes líderes do movimento de 28 de maio de 1926, que pôs fim à Primeira República Portuguesa, levando à implantação da auto-denominada Ditadura Nacional, transformada, após a aprovação da Constituição de 1933, no chamado Estado Novo português. O general Carmona, portanto, era uma figura de extrema importância no cenário político português, tendo sido presidente do governo no período de 1926 a 1951, só saindo do cargo em razão de sua própria morte.



Imagem 36 - João Chrysóstomo Cruz e o General Antonio Oscar de Fragoso Carmona.

Fotografia cedida por Almira Sobral da Cruz e Vasconcelos.

Perguntada por mim a respeito da ligação entre João Chrysóstomo Cruz e Oliveira Salazar, Dona Mirinha foi enfática: “eram muito próximos, e se falavam muito por cartas. Meu padrinho entrava no Palácio em Portugal pela cozinha, sem se apresentar!” Levando em consideração que as palavras de Dona Mirinha podem estar marcadas por um sentimento de orgulho pessoal, ou seja, do fato do padrinho ser próximo a alguém da importância como Salazar, é muito sintomático dessa ligação entre os dois o fato de se comunicarem através de cartas. Buscamos informações a respeito dessa correspondência, mas infelizmente elas não foram preservadas, pois tudo o que era relativo a Chrysóstomo e sua esposa fora deixado, após a sua morte, com uma moça que trabalhou durante anos na casa do casal, que também já faleceu, e sua família não conservou nada relativo a esse tempo.

Outra figura pública importante de Portugal, e que possuía uma ligação mais próxima com o grupo da revista *Lusitania*, era Antônio José de Almeida, médico e estadista português. Foi um dos mais populares dirigentes do Partido Republicano e o sexto presidente da República Portuguesa, cujo mandato foi de 5 de outubro de 1919 a 5 de outubro de 1923. Além da carreira política, era diretor dos jornais *Alma Nacional* e *República*. Antonio José de Almeida chegou a enviar colaborações para a revista em seu primeiro ano de existência, geralmente textos que versavam sobre as relações entre Brasil e Portugal, além de cartas comentando o sucesso do periódico e parabenizando a iniciativa de João Chrysóstomo Cruz.

Com certeza, a revista era enviada com frequência para o estadista, assim como acontecia com outras figuras importantes da política portuguesa. O interessante é que, neste caso, tratava-se de um político de origem republicana, cujas ideias políticas não compatibilizavam muito com as do grupo da *Lusitania*. Não é a toa que sempre quando a revista fazia menção à sua figura, geralmente para caracterizá-lo como um grande homem, uma “alma boa”, fazia-se uma ressalva do tipo “independente das suas posturas políticas”. Ainda assim, a presença de Antonio José de Almeida mostra que a *Lusitania* estava circulando por entre diferentes grupos e que João Chrysóstomo era conhecido e mesmo respeitado por essas pessoas.

Além de estabelecer essa ligação com autoridades portuguesas, João Chrysóstomo Cruz era também o grande articulador das redes de sociabilidade existentes na revista. Dentro da redação da *Lusitania* eram estabelecidas não só relações profissionais, mas de amizades, de compadrio, de amor, de fidelidade e era Chrysóstomo quem contribuía para isso, contratando pessoas, convidando

colaboradores, selecionando temas, distribuindo funções. O grupo produtor da *Lusitania* frequentava a casa de Chrysóstomo, ia a festas, cerimônias, encontros, ou seja, fazia parte do círculo de amizades do casal Cruz. Além disso, era muito comum que ele e sua esposa fossem convidados para ser padrinhos de casamento dos funcionários da empresa, para batizar os filhos dos mesmos, e esses acontecimentos eram sempre registrados na revista, mostrando que essas relações eram geradas dentro da editora, mas ultrapassavam os seus limites.

Para além de se relacionar diretamente com o quadro administrativo da empresa, Chrysóstomo Cruz também se encarregava, muitas vezes, de fazer os convites a possíveis colaboradores. Isso fica nítido a partir da leitura da própria revista, pois alguns autores agradecem ao diretor o convite recebido.¹⁶⁹ Observando o quadro abaixo, produzido a partir de algumas informações sobre os colaboradores mais assíduos da *Lusitania*, podemos identificar algumas de suas características.¹⁷⁰ A mais explícita, talvez, seja a questão da nacionalidade: a maioria dos colaboradores era de portugueses. Na verdade, no quadro só aparecem autores portugueses, porque sobre os poucos autores brasileiros que escreveram na revista não encontramos nenhuma informação ou elas eram insuficientes. Isso ocorre porque os brasileiros, que geralmente participavam da *Lusitânia*, eram autores desconhecidos, que estavam entrando ainda no “mundo das letras”. No caso dos colaboradores portugueses, a maioria deles permanecia em Portugal, enviando para o Brasil os seus textos. Poucos foram os casos de portugueses que escreveram para a revista somente quando de sua passagem pelo Rio de Janeiro.

Outra característica que podemos observar é a presença de mulheres nesse grupo, inclusive de integrantes do movimento feminista, como Maria Fernanda Sara Beirão. Ela fora presidente da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, onde desenvolveu intensa campanha a favor do sufrágio universal feminino. Esse, entretanto, só será alcançado após a Revolução dos Cravos, que pôs fim ao Estado Novo português em 1974, pois antes só

¹⁶⁹ Estamos adotando nesse trabalho a noção de “autor” defendida por Foucault. Para ele, a categoria autor, que é o proprietário de sua escrita, vincula-se à categoria de sujeito, o qual se constitui através da linguagem. O nome do autor não é, portanto, um nome próprio qualquer, e sim um instrumento de classificação de textos, necessário para se estabelecer a relação entre os autores. Ele “serve para caracterizar um certo modo de ser discurso” e diferenciá-lo dos demais. Cf. FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* 3ª ed. Lisboa: Veja, 1992.

¹⁷⁰ O quadro dos colaboradores da revista *Lusitania* foi feito tomando como modelo o quadro produzido por Cíntia Mayumi de Carli Silva, em sua dissertação de mestrado, intitulada *Revista do Patrimônio: Editor, autores e temas*, em que a autora apresentou a trajetória dos principais colaboradores da *Revista do Patrimônio*. Cf. SILVA, Cíntia Mayumi de Carli. *Revista do Patrimônio: Editor, autores e temas*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FGV, 2010. (MIMEO)

poderiam votar mulheres que fossem legalmente consideradas chefes de família e tivessem completado o ensino secundário. Na *Lusitania*, Sara Beirão publicou principalmente contos e crônicas. Além dela, identificamos como colaboradoras assíduas Judite Maggioly, Maria Lamas e Elvira Paes dos Santos, um conjunto, portanto, de quatro mulheres que possuíam uma atividade jornalística intensa em Portugal e que na revista, além de publicarem textos, eram responsáveis por algumas seções.

Além disso, grande parte dos autores possuía algum curso superior, com destaque para o curso de Letras e de Direito. Pelo que pudemos perceber, fora comum, nas primeiras décadas do século XX, homens portugueses e também brasileiros, formados em Direito, acabar se dedicando à imprensa e se tornar, como eles mesmo se intitulavam, jornalistas. Esse foi o caso de Adolfo Norberto Lopes, João Ameal, João de Barros, Mário Monteiro, entre outros. No caso dos autores formados em Letras, essa foi uma tendência verificada também no Brasil, pois a imprensa, muitas vezes, servia como porta de entrada para esses intelectuais, através da qual eles não só divulgavam seus trabalhos e se tornavam conhecidos publicamente, como também encontravam uma forma de ganhar dinheiro.

Dentre as universidades mais percorridas por esse grupo de intelectuais, destacam-se a Universidade de Lisboa e a Universidade de Coimbra. Esses espaços foram, com certeza, locais onde as trajetórias individuais desses autores se esbarraram. Nessas Universidades, entendidas aqui como espaços de sociabilidade, muitas amizades, afinidades – literárias, políticas e ideológicas – e mesmo rixas devem ter surgido.

Certamente, as Universidades foram também palcos do nascimento de pequenos projetos em forma de revistas e jornais. Se dermos uma olhada na trajetória de jornalistas desses autores, perceberemos que a maioria deles começou escrevendo para pequenos periódicos, principalmente para jornais locais, mas aos poucos passaram a contribuir com publicações de destaque, e às vezes com várias ao mesmo tempo, onde mais uma vez as suas trajetórias de vida entrecruzavam-se com a de outros intelectuais nas redações dos periódicos. Dentre os jornais portugueses para os quais mais contribuíram os colaboradores da *Lusitania* estão o *Diário de Lisboa*, *Diário de Notícias*, *A Manhã* e *A Pátria*. Através deles, conseguiram, muitas vezes, viver das letras e construir um nome dentro do jornalismo português.

Outro espaço social em que os autores da *Lusitania* construíram suas redes relacionais foram as academias, institutos e associações. Grande parte deles, por exemplo, foi membro da Academia das Ciências de Lisboa, órgão de excelência e consagração de muitos literatos e cientistas. As academias de história e os institutos de arqueologia também se destacavam como locais onde eram estabelecidas intensas trocas intelectuais.

Chama a atenção também a grande quantidade de autores que tiveram a experiência do magistério. Muitos passaram pelos Liceus de Lisboa, do Porto e de Coimbra, e outros chegaram mesmo a ser professores universitários. Essa questão da educação é interessante, pois a própria revista dava espaço para esse tema, e muitos autores publicaram na *Lusitania* textos relativos à educação em Portugal e no Brasil. Nas páginas da revista havia uma clara valorização da educação, entendida como instrumento de transformação da sociedade. Esse papel da educação era ainda mais exaltado no caso dos imigrantes portugueses no Brasil, pois seria uma forma deles se diferenciarem do trabalhador “comum” nacional e “ganhar um lugar ao sol”, afastando-se também da imagem do imigrante português “burro-de-carga”.

João de Barros, por exemplo, foi um dos colaboradores da revista que mais publicou textos com a temática da educação. Ele próprio, um republicano militante, havia dedicado a maior parte da sua vida ao magistério e a cargos ligados a essa questão, tendo sido inclusive secretário-geral do Ministério da Instrução. Em Portugal, empenhou-se em diversas campanhas contra o analfabetismo, a favor de reformas no sistema educacional português e da democratização da educação, inclusive durante o seu mandato de deputado. Na revista, essa sua preocupação fica também nítida, pois seus artigos falam sempre sobre a necessidade da prática de leitura, especialmente entre as crianças. Exemplar disso é o fato dele ter produzido várias adaptações dos clássicos da literatura para crianças e para o povo em geral, tais como *Os Lusíadas contados às crianças e lembrados ao povo* (1930).

Para além de educadores, havia também a participação de figuras públicas e “homens da política” de Portugal, ainda que com colaborações esparsas. Na maioria das vezes, eram embaixadores e ministros, que publicavam textos falando, especialmente, de política internacional, da relação entre Portugal e suas colônias, da política portuguesa e da relação entre Brasil e Portugal, temática que perpassou quase todos os textos publicados na *Lusitania*.

Uma dessas personalidades que colaboraram para a revista foi Júlio Dantas, médico, professor, escritor e político, reconhecido como um dos principais intelectuais portugueses das primeiras décadas do século XX. Esse autor, além de colaborar para quase todos os periódicos portugueses, foi presidente por vários anos da Academia das Ciências de Lisboa (1922-1962) e diretor do Conservatório Nacional. Foi também, por quatro vezes, deputado e ministro, tendo terminado a sua vida política como embaixador português no Brasil. Na *Lusitania*, publicou, principalmente, poemas, contos e críticas teatrais, sendo constantemente elogiado por outros autores pela qualidade de seu trabalho literário.

Por último, cabe dizer que, em relação à colaboração desses autores na revista *Lusitânia*, havia alguma especialização temática. Isso não quer dizer que os autores não pudessem percorrer diferentes assuntos e colaborar para mais de uma seção, mas o que percebemos é que, ao longo dos seis anos de duração da revista, seus colaboradores foram criando certas “identidades” dentro do periódico. Já citamos aqui, por exemplo, o caso de João de Barros. Sempre que a temática se relacionava à prática de ensino ou a alguma questão relativa à educação, era ele quem assinava os textos. No caso dos textos e seções relativas ao mundo feminino, tais como moda, culinária, cuidados com os filhos e beleza, eram sempre uma das quatro autoras citadas que se encarregavam. Artigos sobre literatura e sobre lançamentos de livros, eram da responsabilidade de Alípio Rama. Ou seja, havia de fato uma dada distribuição de temas entre os autores.

Tabela 8 - Trajetória dos autores mais assíduos da *Lusitania*

Nome/Nacionalidade	Família e estudos	Ocupação	Jornalismo	Academias, institutos e associações	Trajetória profissional	Trajetória política	Obras destacadas
ABÍLIO ADRIANO DE CAMPOS MONTEIRO (1876-1933) Português, natural de Torre de Moncorvo.	Filho de José Carlos Monteiro e Maria Joaquina de Campos. Estudou na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, onde concluiu o curso de Medicina (1902).	Escritor, jornalista, político e médico.	Colaborou para o <i>Jornal de Notícias</i> , <i>Moncorvense</i> e foi diretor de <i>A Pátria</i> . Fundou, com Ferreira de Castro, a revista <i>Civilização</i> (1928-1937).			Monárquico convicto, foi nomeado administrador do Concelho da Maia e eleito, em 1918, deputado pelo distrito do Porto.	<i>Saúde e fraternidade</i> (1923); <i>Camilo Alcoforado</i> (1925); <i>As duas paixões de Sabino Arruda</i> (1929).
ADOLFO NORBERTO LOPES (1900-1989) Português, natural de Trás os Montes.	Formou-se em Direito pela Universidade de Lisboa.	Jornalista, advogado e escritor.	Foi redator de <i>O Século</i> , <i>A Pátria</i> e do <i>Diário de Notícias</i> . Fundou, em 1921, o vespertino <i>Última Hora</i> .		Foi presidente da direção do Sindicato dos Profissionais da Imprensa (1926) e membro da comissão organizadora da Caixa de Reformas e Pensões dos Jornalistas.		<i>Cruzeiro do Sul</i> (1923); <i>Cruz de Brilhantes</i> (1923); <i>Viagem Maravilhosa</i> (1929).
AFONSO AUGUSTO FALCÃO COTTA DE BOURBON E MENEZES (1890-1948) Português, natural de Lisboa.	Filho de Gaspar Augusto Cotta de Bourbon de Azevedo e Menezes e Elvira Garcia.	Escritor e jornalista.	Colaborou nos jornais <i>A Manhã</i> , <i>Diário de Notícias</i> , <i>Primeiro de Janeiro</i> e <i>Voz de Operário</i> . Além disso, foi secretário de redação da revista <i>Atlântida</i> , cujos editores eram João de Barros e João do Rio, e redator do jornal <i>O Mundo</i> .			Participou ativamente do movimento republicano e, em 1931, filiou-se ao Partido Socialista Português, sendo expulso de Portugal em 1933.	<i>A paisagem na obra de Camilo e de Eça</i> (1926); <i>Almas deste mundo</i> (1934).
ALFREDO CAETANO OLIVEIRA DE CARVALHO (1893-?) Português, natural de Leiria.	Estudou na Universidade de Lisboa, onde concluiu os cursos de Filologia Românica, Normal Superior e Direito.	Professor e escritor.	Colaborou na imprensa periódica portuguesa e brasileira, muitas vezes sob o pseudónimo de Carlos Modesto.	Pertenceu à direção da Federação Académica de Lisboa e à direção da Associação dos Professores de Ensino Secundário (1930). Foi sócio correspondente do Instituto de Arqueologia.	Foi professor do Liceu de Leiria, diretor da Biblioteca Erudita e do Arquivo Distrital de Leiria.		<i>A cultura portuguesa em Bordéus</i> (1936); <i>Dois poetas do Algarve</i> (1937).
ALFREDO DIAS PINHEIRO (1874-1943) Português, natural de Vila Real.	Depois de ser ordenado, estudou na Universidade de Lisboa, onde concluiu o curso de Letras.	Sacerdote, professor e escritor.	Foi correspondente do jornal da colónia <i>Pátria Portuguesa</i> e dos jornais portugueses <i>Ecoss de Guimarães</i> e <i>Ordem Nova</i> .	Foi provedor do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Guimarães (1920-1929).	Foi professor do Liceu de Rodrigues de Freitas (Porto), do Liceu de Guimarães e de Horta.		<i>Os Celtas e povos com eles relacionados</i> (1928); <i>Memória sobre a batalha de S. Mamede</i> (1929).

ALÍPIO RAMA (1895-1947) Português.	Formou-se professor pela Escola Normal de Coimbra (1915).	Poeta, jornalista e professor.	No Brasil, contribuiu para os jornais <i>Pátria Portuguesa</i> e <i>Voz de Portugal</i> e para a revista <i>Lusitania</i> .	Eleito, em 1956, o primeiro presidente da Associação Portuguesa de Escritores.	Veio para o Brasil em 1928, onde trabalhou como professor de línguas. Além disso, foi secretário de Redação e diretor artístico da revista <i>Lusitania</i> . Em 1938, voltou para Portugal. Nos anos 1940, foi Delegado do Governo na Junta de Exportação de Moçambique, depois promovido a Inspetor de Serviços.	<i>Estátuas de Espuma</i> (1923); <i>Argila</i> (1940); <i>Verbo Humilde</i> (1926).
AQUILINO RIBEIRO (1885-1963) Português, natural de Semancelhe.	Filho de Joaquim Francisco Ribeiro e Mariana do Rosário Gomes. Fez os preparatórios em Lamego, depois foi para Viseu onde se formou em Filosofia. Após participar ativamente do movimento republicano, foi preso e fugiu para Paris, onde frequentou o curso de Letras da Sorbonne.	Escritor e professor.	Colaborou, entre outros periódicos, com <i>Jornal do Comércio</i> , <i>O Século</i> , <i>A Pátria</i> , <i>Ilustração Portuguesa</i> e <i>República</i> . Além disso, participou do grupo que, em 1921, fundou a revista <i>Séara Nova</i> , marco do modernismo em Portugal.		Foi professor do Liceu de Camões e conservador da Biblioteca Nacional de Lisboa.	<i>A via sinuosa</i> (1918); <i>Andam Faunos pelos Bosques</i> (1926); <i>O Malhadinhas</i> (1946).
ARTUR PORTELLA (1901-1959) Português, natural de Leiria.		Escritor e jornalista.	Fez parte da redação do <i>Diário de Lisboa</i> e do <i>Diário de Notícias</i> . Colaborou com <i>A Pátria</i> , <i>Mundo</i> , <i>Domingo Ilustrado</i> e <i>Século Ilustrado</i> . Além disso, dirigiu a revista <i>Mundo Gráfico</i> .		Foi secretário da Caixa de Previdência dos Profissionais da Imprensa e correspondente de guerra na Espanha, durante a Guerra Civil. Possui a Ordem da Liberdade, concedida pelo Jorge VI de Inglaterra.	<i>A Divina</i> (1923); <i>Tudo amor</i> .
ELVIRA PAES DOS SANTOS (1880-?) Portuguesa		Professora e jornalista.	Em 1928 assumiu a direção da “seção feminina” no semanário <i>Voz de Arouca</i> , continuada depois na <i>Gazeta de Arouca</i> . Colaborou para <i>Pátria Portuguesa</i> , <i>Diário Português</i> , <i>Gazeta de Coimbra</i> e <i>Jornal da mulher</i> .		Dedicou-se, entre 1905 e 1916, ao ensino da instrução primária e secundária.	

FÉLIX CORREIA (1901-?) Português, natural de Amadora.	Jornalista e escritor.	Em 1918, entrou para a redação do diário integralista <i>A Monarquia</i> , onde se conservou até 1922. Em seguida, integrou a redação do <i>Diário de Lisboa</i> , foi chefe de redação do <i>Jornal do Comércio e das Colónias</i> (1934-1937) e, em 1940, assumiu a direção da revista ilustrada <i>A Esfera</i> .	Em 1918, entrou para a redação do diário integralista <i>A Monarquia</i> , onde se conservou até 1922. Em seguida, integrou a redação do <i>Diário de Lisboa</i> , foi chefe de redação do <i>Jornal do Comércio e das Colónias</i> (1934-1937) e, em 1940, assumiu a direção da revista ilustrada <i>A Esfera</i> .	Era sócio da Academia de Ciências.	Trabalhou, inicialmente, no comércio. Foi, por várias vezes, diretor do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa e da sua Caixa de Previdência. Foi sócio-fundador e membro da primeira direção do Sindicato Nacional dos Jornalistas.	Militou sempre nas fileiras do Integralismo Lusitano e tomou parte ativa em numerosos movimentos de caráter nacionalista e monárquico. É condecorado com a Cruz de Mérito da Águia Imperial Alemã.	<i>A voz do Trabalho</i> (1919); <i>A Última Quimera</i> (1919).
FRANCISCO JOSÉ ROCHA MARTINS (1879-1952) Português.	Escritor, jornalista e político.	Colaborou para o <i>Diário Popular</i> , <i>A Vanguarda</i> , <i>República</i> . Dirigiu a <i>Ilustração Portuguesa</i> e o <i>Jornal da Noite</i> .	Colaborou para o <i>Diário Popular</i> , <i>A Vanguarda</i> , <i>República</i> . Dirigiu a <i>Ilustração Portuguesa</i> e o <i>Jornal da Noite</i> .	Era sócio da Academia de Ciências.	Era condecorado com o grau de comendador da Ordem de Santiago e com o Leão Branco da Tchecoslováquia.	Foi deputado e vereador em Lisboa.	<i>Maria da Fonte</i> ; <i>Madre Paula</i> (1928); <i>Bocage</i> .
FRANCISCO NOGUEIRA DE BRITO (1883-1946) Português, natural de Lisboa.	Crítico de Arte.	Colaborou para vários periódicos, como <i>Ilustração Portuguesa</i> , <i>Brasil-Portugal</i> , <i>Vida Artística</i> e <i>Revista de História</i> . Pertenceu à redação do <i>Diário de Notícias</i> .	Colaborou para vários periódicos, como <i>Ilustração Portuguesa</i> , <i>Brasil-Portugal</i> , <i>Vida Artística</i> e <i>Revista de História</i> . Pertenceu à redação do <i>Diário de Notícias</i> .	Pertencia à Associação dos Arqueólogos Portugueses.	Foi funcionário da Torre do Tombo e da Biblioteca Nacional.		<i>A ordem de Calatrava</i> (1911); <i>Um Códice Iluminado</i> (1915).
GASTÃO FARIA DE BETTENCOURT (1894-1962) Português, natural de Lisboa.	Escritor e jornalista.	Viveu oito anos no Brasil, onde percorreu os principais estados recolhendo elementos para o <i>Álbum da Colônia Portuguesa do Brasil</i> , de que foi o organizador.	Viveu oito anos no Brasil, onde percorreu os principais estados recolhendo elementos para o <i>Álbum da Colônia Portuguesa do Brasil</i> , de que foi o organizador.	Foi sócio correspondente da Academia Internacional de Ciências e Letras de Nápoles. Pertenceu à Associação Brasileira de Imprensa e Associação dos Arqueólogos Portugueses.	Foi diretor do Departamento de Turismo e Propaganda de Portugal, no Rio de Janeiro.		<i>A melancolia na arte</i> (1920); <i>Epifânia do Silêncio</i> (1918).
JOÃO FRANCISCO DE SANDE BARBOSA DE AZEVEDO E BOURBON AIRES DE CAMPOS (1902-1982) Português, natural de Coimbra.	Historiador, escritor e político.	Foi o 2º Visconde e o 3º Conde de Ameal. Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa.	Colaborou assiduamente em revistas e jornais, entre eles a revista <i>Integralismo Lusitano</i> – <i>Estudos Portugueses</i> . Dirigiu a <i>Ilustração Portuguesa e Ação Realista</i> . Assinava com o pseudónimo de João Ameal.	Foi membro da Academia Portuguesa de História, da Academia das Ciências e do Instituto de Coimbra.	Em 1935, foi empossado no cargo de secretário-geral adjunto da Liga de Ação Universal Corporativa. Em 1978, foi empossado no cargo de conselheiro, no Conselho Privado do duque de Bragança.	Em 1923, foi um dos fundadores da Ação Realista Portuguesa. Em 1934, sob o impulso de Oliveira Salazar, contribuiu para a criação da Ação Escolar Vanguarda. Foi Deputado da Assembleia Nacional (1942-	<i>Panorama do Nacionalismo Português</i> (1932); <i>Aparições</i> (1932); <i>História de Portugal</i> (1939); <i>Europa e seus fantasmas</i> (1945).

JOÃO DE BARROS (1881-1960) Português, natural de Figueira da Foz.	Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra (1904). Possuía várias condecorações, nacionais e estrangeiras.	Escritor, professor e político.	Dirigiu, com João do Rio, a revista <i>Atlântida</i> .	Foi membro da Academia das Ciências de Lisboa e sócio da Academia Brasileira de Letras.	Foi professor do Liceu de Coimbra, do Porto e de Lisboa. Foi diretor do Ensino Secundário e secretário geral do Ministério da Instrução. Em 1922, fez parte da comissão que acompanhou ao Brasil o Presidente da República, Dr. Antonio José de Almeida. Em 1925, abraçou a pasta dos Negócios Estrangeiros.	1957) e procurador da Câmara.	Além das obras consagradas, fez várias adaptações dos clássicos da literatura para crianças, como <i>Os Lusíadas</i> , <i>Contados às Crianças</i> e <i>Lembrados ao Povo</i> (1930), <i>Viriato Trágico</i> (1940) e <i>A Eneida de Virgílio</i> (1947).
JOÃO JOSÉ GRAVE (1872-1934) Português, natural de Vagos.	Fez o curso de Farmácia na Escola Médico-Cirúrgica do Porto.	Poeta, escritor e jornalista.	Participou da <i>Provincia</i> , chefiou a redação do <i>Diário da Tarde</i> e colaborou no <i>Diário de Notícias</i> , no <i>O Século</i> e em vários jornais brasileiros.	Foi sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa.	Foi diretor da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Possuía várias condecorações.		<i>Livro de Sonhos; O Mutilado</i> (1919); <i>Macieiras em flor</i> .
JOÃO SALAZAR CARREIRA (1894-1974) Português, natural de Lisboa.	Formado em Medicina pela Faculdade de Medicina de Lisboa.	Médico, desportista e professor.	Escreveu para o jornal <i>Os Esports</i> e <i>Mundo Desportivo</i> .		Prestou serviços no Corpo Expedicionário de Niassa, em Moçambique. Fez parte do corpo docente da Escola Superior de Educação Física da Sociedade de Geografia. Criou e dirigiu os Cursos Populares de Ginástica Infantil e foi presidente da Federação de Futebol e Atletismo.		
JOSÉ AGOSTINHO DE OLIVEIRA (1866-1938) Português, natural de Lamego.		Professor, escritor e crítico literário.	Escreveu para a imprensa portuguesa e brasileira.				<i>História da República; A mulher em Portugal</i> (1907); <i>Teófilo Braga</i> .
JÚLIO DANTAS (1876-1962) Português, natural de Lagos.	Frequentou a Escola Politécnica e a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, formando-se médico em 1899.	Médico, escritor, diplomata, político e professor.	Colaborou em quase todos os jornais portugueses do período, tais como <i>Diário Ilustrado</i> , <i>Correio da Manhã</i> e <i>Ilustração Portuguesa</i> .	Foi sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e eleito Presidente da Academia de Letras. Pertenceu à Academia Espanhola e à Academia de História de Madrid.	Foi nomeado, em 1902, oficial-médico do Exército. Foi professor e diretor da seção dramática do Conservatório (depois Escola da Arte de Representar). Em 1912 tornou-se inspetor das Bibliotecas Eruditas e Arquivos. Possuía uma série de condecorações.	Foi parlamentar em quatro legislaturas e quatro vezes ministro. Foi presidente do Diretório do Partido Nacionalista e embaixador no Brasil.	<i>A Severa</i> (1901); <i>O primeiro Beijo</i> (1911); <i>Carlota Joaquina</i> (1919);

JUDITE MAGGIOLLY SERRA RIBEIRO (1898-?) Portuguesa, natural de Lisboa.	Fez o curso do Liceu de Maria Pia e do Conservatório Nacional de Música. Foi casada com o repórter-fotográfico Vasco Serra Ribeiro.	Jornalista e publicista.	Foi redatora de <i>Eva</i> e de <i>Modas e Bordados</i> . Colaborou e foi correspondente dos jornais brasileiros <i>Diário Português</i> e <i>Pátria Portuguesa</i> . Foi diretora da <i>Semana Ilustrada</i> a colaboradora assídua de <i>Diário de Lisboa</i> , <i>Nossos Filhos</i> , <i>Século Ilustrado</i> e <i>Vida Mundial</i> .		Foi presidente da Comissão de Turismo de Albarraque e do Ginásio Feminino de Portugal. Realizou várias conferências com a aparelhagem e patrocínio do Secretariado Nacional de Informação e Cultura.	Ainda na Monarquia, empenhou-se na propaganda republicana, sendo militante na Liga Republicana das Mulheres Portuguesas.	<i>Raul</i> ; <i>Serões da Beira</i> .
MARIA FERNANDA SARA BEIRÃO (1884-1974) Portuguesa, natural de Tábua.		Escritora e jornalista.	Colaborou com o <i>Tabuense</i> , <i>Primeiro de Janeiro</i> , <i>Diário de Notícias</i> e diversas revistas literárias. Além disso, foi responsável por vários periódicos feministas, como <i>Alma Feminina</i> .		Foi presidente do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1927), participando na luta pelo sufrágio feminino.		
MARIA LAMAS (1893-1983) Portuguesa, natural de Torres Novas.		Escritora e jornalista.	Foi diretora das páginas infantis de <i>A Voz</i> e do <i>Correio da Manhã</i> , dirigiu o suplemento feminino do jornal <i>O Século</i> , <i>Modas e Bordados</i> . Assinava com o pseudônimo de Rosa Silvestre.		Foi agraciada com o grau de oficial da Ordem de Santiago.		<i>Humildes</i> (1923); <i>A Maria Cotovia</i> (1929).
MÁRIO MONTEIRO (1885-?) Português, natural de Midos da Beira.	Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra.	Advogado e escritor.	Foi redator do semanário <i>A Alvorada</i> , em razão do qual precisou se exilar no Brasil. Quando regressou a Portugal, passou a colaborar com o <i>Diário de Lisboa</i> . Depois, voltou e se fixou definitivamente no Brasil, contribuindo aqui com a imprensa periódica.	Era membro do Instituto de Coimbra.	Possuía a Cruz de oficial da Academia Francesa.		<i>Do Crime</i> (1928); <i>A Loura do Chiado</i> (1933).
SEVERO PORTELA (1875-1945) Português, natural do porto.			Republicano desde cedo, colaborou em vários jornais, propagando as suas ideias no <i>Alvorada de 31 de Janeiro</i> .		Foi funcionário do Ministério das Finanças, mas foi exonerado do cargo por motivos políticos. Foi condecorado com a comenda de Santiago.		<i>A crença de Antero</i> (1899); <i>Bocas do Mundo</i> (1907).

Como vimos, o quadro apresentado engloba somente os colaboradores mais assíduos. Muitos outros nomes apareceram na revista, mas de forma esporádica, sem criar um vínculo maior com o periódico, e, portanto, não foram computados. Esse foi o caso do escritor Ernesto de Queiroz Ribeiro, que só publicou três artigos na revista. Mas esses textos foram de grande importância para o projeto editorial da *Lusitania*, uma vez que versavam sobre as colônias portuguesas na África, exaltando-se a ação dos portugueses no continente.

Muitos outros artigos não eram assinados e ainda havia o caso dos que assinavam com pseudônimos, dos quais alguns não foram encontrados, mesmo depois de consultarmos o *Dicionário de Pseudônimos e Iniciais de escritores portugueses*¹. Por último, houve ainda o caso daqueles autores que, mesmo sendo assíduos e assinando os seus textos, nós não encontramos nenhuma informação além das que, por vezes, foram dadas pela própria revista. A maioria das informações sobre os autores nós conseguimos a partir da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*², uma obra que foi originalmente editada entre 1936 e 1960, constituída por 56 volumes e englobando as principais personalidades (artísticas, políticas, etc) portuguesas. Reconhecemos assim as faltas desse quadro e a necessidade de uma pesquisa mais aprofundada a respeito desses colaboradores, a qual poderá ser feita em trabalho futuro, que privilegie especialmente esse grupo de intelectuais que estava não só produzindo em Portugal como também contribuindo ativamente para os periódicos da colônia portuguesa no Brasil.

4.4 – Espaços de circulação e estratégias de venda

A revista *Lusitânia* possuía uma ampla circulação dentro do Brasil (capitais e interior) e fora do país, em especial em Portugal, Argentina, Estados Unidos e colônias portuguesas na África. Afirmamos isso não pelos números de tiragem, pois esses nós não temos, mas pela grande quantidade de representantes da empresa em vários estados e países e pelas diversas sucursais e agências, onde era realizada tanto a venda avulsa quanto as assinaturas do periódico.

Para termos uma idéia, já no primeiro ano de existência da revista, a empresa possuía uma sucursal em São Paulo e outra em Belo Horizonte, além de representantes em Montevideu, Buenos Aires e Portugal. Em São Paulo, a sucursal da empresa era o

¹ ANDRADE, Adriano da Guerra. *Dicionário de Pseudônimos e Iniciais de escritores portugueses*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999.

² *Grande enciclopédia portuguesa brasileira*. Lisboa: Editorial Enciclopédia Limitada, 1978.

Hotel Aliança que, como vimos, era um dos principais anunciantes da revista. Além de hotéis, os principais espaços de venda do periódico eram as charutarias, livrarias, associações portuguesas, ou seja, espaços onde o seu “público alvo” podia ser encontrado com maior frequência.

Interessante foi perceber, ao longo da análise da revista, o “olhar comercial” do grupo. Quando percebiam uma possibilidade de mercado para a revista, eles investiam. Esse foi o caso da abertura de uma sucursal na região de Campo Grande, em setembro de 1934. Ao longo de todo o ano de 1933, e nos primeiros meses de 1934, a revista publicou uma série de reportagens sobre o crescimento do número de estabelecimentos portugueses naquela região, elogiando sempre a atuação dos imigrantes no comércio carioca. Dá-se que, em 30 de setembro de 1934, no número 115, a revista anuncia a inauguração da nova sucursal em Campo Grande, que ficou a cargo dos portugueses Renato Pereira e Martins de Castro. Ou seja, pelo crescimento econômico da região e a presença de um grupo de comerciantes portugueses expressivo, valia a pena investir em um novo mercado consumidor.

Esse fato, além de confirmar o nosso argumento, de que estamos trabalhando com um grupo empresarial, demonstra também que as assinaturas e a venda avulsa da revista eram importantes para o sucesso e manutenção do projeto, para além da presença dos anunciantes. Isso fica claro também quando nos deparamos com uma série de estratégias criadas pelo periódico a fim de manter o interesse do leitor, ou simplesmente estimular nesse leitor o desejo pela compra da revista e/ou renovação das assinaturas.

Todo final de ano, por exemplo, a revista oferecia como brinde, para quem renovasse a sua assinatura, belas capas para encadernação e conservação dos volumes. Além disso, publicava vários pedidos, em nome da direção, para que seus leitores divulgassem a revista e estimulassem a sua assinatura entre os lusos, sempre acompanhados de um cupom, no qual o interessado descartava, assinava e enviava novamente para a redação da revista, tornando-se assim assinante do periódico. Muitas vezes, a revista chegava a usar um tom de apelo, como quando do lançamento do *Diário Português*, em dezembro de 1932, em que na primeira página do número 90 da *Lusitânia* apareceu a ilustração de um português com o dedo apontado para o leitor e uma mensagem, onde se dizia: “O seu dever de português é ler e recomendar aos seus amigos e a todos os compatriotas o *Diário Português*, que aparecerá amanhã e custará somente 200rs”. A revista seguia assim o modelo clássico de cartaz de convocação para

a guerra, possivelmente influenciada pelo contexto da Revolução Constitucionalista de São Paulo.

Além disso, a incidência de cobranças das prestações atrasadas de anunciantes, publicadas no interior da revista, mostra que a empresa, de fato, também dependia de assinaturas para a sua sobrevivência:

Aos assinantes em débito - a empresa editora da *Lusitana* previne aos Srs. Assinantes em débito, que lhes será suspensa a remessa desta revista a partir do próximo número, se até a véspera não tiverem feito os respectivos pagamentos.³

Para atrair a atenção dos leitores e manter um vínculo com os mesmos, a revista usava de diversas estratégias, como a realização de concursos, publicação de álbuns comemorativos, concessão de descontos em livros, entre outras. Em relação aos concursos, grande destaque teve o da rainha da colônia portuguesa do Brasil, que envolveu não só todos os periódicos da empresa C. Cruz, como também as diversas associações portuguesas, que ficaram incumbidas de definir as normas do concurso, e os leitores desses periódicos, que eram responsáveis por eleger a rainha.

Desde o dia em que o concurso foi lançado, em 1º de maio de 1931, todo o número da *Lusitania* passou a conter as normas do concurso, a fotografia das participantes, acompanhadas de uma pequena biografia, e, ao final, um cupom, para que o leitor votasse na sua candidata e o remetesse ou entregasse na redação da revista. O concurso durou até dezembro do mesmo ano, quando finalmente foi eleita a rainha da colônia portuguesa, a senhorita Leopoldina Belo, que ganhou da empresa uma viagem a Portugal, uma quantia em dinheiro e vários minutos de publicidade, pois foram muitas as capas, fotografias e notícias a respeito da rainha eleita, como na que reproduzimos abaixo:

³ *Lusitânia*, ano V, n.92, 31 de janeiro de 1933, p.8.



Imagem 37 - *Lusitania*, ano IV, n. 71, 1 de janeiro de 1932.

Além desse, outros concursos foram realizados, como o da mais bonita fantasia feminina do carnaval, e diferentes estratégias foram desenvolvidas para atrair os leitores. Dentre essas, a publicação de textos inéditos, inclusive de autores brasileiros, como Paulo Barreto (João do Rio), intelectual conhecido por seu apreço aos portugueses, que teve uma crônica publicada na revista, em 31 de janeiro de 1933. Além disso, havia a publicação de folhetins, que, como afirmou Ana Luiza Martins, possibilitava uma certa dependência do leitor, através do suspense e da fragmentação da história, ficando o mesmo aguardando sempre pelo próximo número, a fim de solucionar os mistérios.⁴ Por último, destacaríamos ainda o fato da revista disponibilizar, a partir do ano de 1934, em todos os seus números, um cupom que dava direito, “só para senhoras e senhoritas”, como dizia o anúncio, a aprender a confeccionar seus próprios chapéus com uma modista, Mlle. Laurinda Armino, “proprietária e diretora de um dos melhores ateliers do Rio de Janeiro”, que daria três aulas gratuitas em troca do cupom.

Essa última prática, além de apontar para uma estratégia incisiva de vendas, mostra que, de fato, as mulheres constituíam um dos principais grupos de leitores da revista. Esse é um ponto muito importante e um pouco complicado para quem trabalha

⁴ MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e práticas culturais em Tempos de República*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2008.

com imprensa, ou seja, identificar o público leitor de um determinado periódico. Nós não temos a pretensão de fazer isso para o caso da revista *Lusitania*, pois além de não termos dados precisos, não temos tempo suficiente. Todas as afirmações que fizemos relativas ao público leitor da revista, portanto, são, na verdade, resultado da leitura e análise do seu projeto editorial e gráfico. E uma das poucas certezas que temos relativas a essa questão é a de que o público feminino era muito importante para a *Lusitania*.

Chegamos a essa conclusão a partir de indícios dados pela própria revista: seções específicas sobre o mundo feminino e assinadas por mulheres; diversos anúncios de produtos femininos, como chapéus, vestidos, sapatos e maquiagem; menção na revista a cartas enviadas por portuguesas à redação da *Lusitania*; diversas matérias sobre maternidade e os cuidados que a mãe deve ter com as crianças; promoções, como a que falamos acima, destinadas às mulheres; várias capas da revista onde estão representadas figuras femininas, e, em algumas delas, as mulheres aparecem lendo a *Lusitania*, além do fato da revista se referir, constantemente, desta maneira: “às nossas leitoras”.

Ana Luiza Martins, ao falar sobre as revistas paulistas do final do século XIX e início do XX afirma:

A revista [...] foi a amiga da mulher, sua solidária na busca de espaço e representação na restritiva sociedade do tempo. Vistas até então como amáveis e gentis colaboradoras, passaram a ser solicitadas por editores que, enquanto reconheciam o apelo da escrita “feminina” naquele periodismo, já se rendiam ao talento efetivo de muitas delas. [...] A mulher escritora, que não frequentava os cafés, encontrou nas revistas o instrumento adequado e favorável para colocar-se em letra impressa. Mais do que isso, naquela página construiu seu espaço de legitimação.⁵

Ou seja, a revista se transformou também em um espaço feminino, onde as mulheres não só se colocavam como consumidoras como também como colaboradoras, construindo e consolidando um espaço sólido dentro do periodismo brasileiro, tal como ocorrera com a *Lusitania*.

Além das mulheres, sabemos que a maioria dos leitores da revista era constituída, como não poderia deixar de ser, por imigrantes portugueses. Isso, entretanto, não exclui a possibilidade de leitura por parte dos brasileiros. Pelo contrário. Nós acreditamos que a revista atingisse sim um círculo, ainda que pequeno, de brasileiros. Primeiro porque, como já falamos, havia colaboradores brasileiros dentre o grupo de autores que escrevia na revista; segundo porque a própria revista, na seção

⁵ Ibid. p.465.

Correio da Lusitania, comentava o envio de textos de leitores brasileiros para serem avaliados e publicados; e terceiro porque o próprio projeto da *Lusitania* era um projeto de afirmação da colônia portuguesa no Brasil, ou seja, um projeto de legitimação do espaço conquistado pela colônia portuguesa dentro da sociedade brasileira.

Por último, vale relembrar que o público a que se destinava a revista *Lusitania* era um público seletivo, com uma condição financeira razoável. A revista não parecia estar buscando se comunicar com os imigrantes pobres da colônia, mas com aqueles que tinham alcançado uma posição confortável no novo país. Isso ficou claro para nós, como já falamos, quando começamos a observar o tipo de propaganda feita na revista, os valores cobrados pelos seus números avulsos e assinaturas, além do tipo de notícias e textos característicos da *Lusitania*, pautando-nos também pelo o que ela deixa de noticiar. Ainda assim, não podemos afirmar que os imigrantes mais pobres da colônia não lessem a revista ou que ela não fosse lida para eles. Fica, dessa forma, a necessidade de uma pesquisa minuciosa a respeito desse público leitor/ouvinte, pois ela também poderia nos auxiliar a compreender melhor o projeto editorial da revista, sobre o qual nos debruçaremos a partir de agora.

Capítulo V: Projetos de identidade luso-brasileira e a construção de uma memória histórica pela *Lusitania*

[...] o certo é que Portugal é um país particularmente “historicista”. Isto é, perante os desaires do presente, busca-se a sua cura nas “glórias do passado”, procurando não tanto uma identidade consciente, mas uma mitologia que o entusiasme.

(*História da História em Portugal*, p.17)

Abrimos esse nosso último capítulo com uma frase do livro *História da História em Portugal*⁶, o qual se propõe analisar não só a história da historiografia portuguesa, como o título bem indica, como também a história do ensino de história e da memória em Portugal, circunscrevendo-as aos séculos XIX e XX. De acordo com os seus autores, Portugal é um “país particularmente historicista”, ou seja, o pensamento histórico é fundamental para a consolidação das suas estruturas políticas, sociais e culturais. Mas, se pensarmos bem, historicista todos os países o são, uns mais, outros menos explicitamente. O que particularizaria então a relação que Portugal mantém com a sua história?

A própria epígrafe nos dá indícios dessas particularidades, ao apontar para uma constante recuperação dos grandes feitos do passado na tentativa de se motivar a construção de um presente mais satisfatório e um futuro mais entusiasmante. Porém, isso não responde à pergunta feita acima, e nem é nosso interesse respondê-la; entretanto, mostra uma certa “intencionalidade”, à medida que indica que a forma como o passado é rememorado e celebrado passa por questões e preocupações de um presente visto, muitas vezes, como um “retorno” às glórias do passado, embora, como não podia deixar de ser, por outros caminhos. Assim, em determinados momentos, essa recuperação do passado acaba por se transformar em política de Estado.

No caso da revista *Lusitania*, esse resgate do passado é também uma prática constante e não desinteressada, pois é fundamental para a consolidação do projeto político-cultural do seu grupo produtor. Isso pode ser visto, de imediato, já em suas capas e editoriais, os quais serão analisados em seguida, onde a história é quase sempre o fio condutor/inspirador. Neste capítulo, portanto, buscamos aprofundar a análise do projeto editorial da revista *Lusitania*, dando continuidade ao plano de investigar como as relações entre Brasil e Portugal estão sendo pensadas e propostas pela revista,

⁶ TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado & CATROGA, Fernando (orgs.). *História da História em Portugal* (sécs. XIX-XX). 2ª ed. Lisboa: Temas e Debates, 1998.

acrescentando agora o debate sobre a relação entre o presente (à época da publicação da revista) e o passado de Portugal e também do Brasil, com a forma como a História está sendo acionada pela *Lusitania*.

Para isso, faremos inicialmente um rápido panorama sobre o contexto político de Portugal no momento de publicação da revista. Não nos interessa aqui caracterizar minuciosamente o processo político então vivido em Portugal - e isso nem seria possível no limite deste trabalho -, mas compreender as principais questões daquele presente que poderiam ser e foram mobilizadas pela revista.

5.1 – A instauração da Ditadura Militar em Portugal

Como já dissemos em outros capítulos, a revista *Lusitania* surgiu em um momento de grande transformação da política portuguesa, e as suas páginas vão não só refletir esse contexto de mudança como também vão ser influenciadas por ele. Na verdade, a história do início do século XX em Portugal foi marcada por grandes abalos e convulsões políticas que produziram consequências profundas para todo o século.

Como sabemos, em outubro de 1910 a monarquia constitucional foi deposta em Lisboa, e Portugal tornou-se uma das primeiras repúblicas da Europa. Esse período, que se estende de 1910 a 1926, é chamado pela historiografia de Primeira República, e foi marcado por uma forte crise econômica e política. Segundo Antônio Costa Pinto, a instabilidade governamental do período foi tão grande que Portugal teve, praticamente em uma década, um total de 45 governos, de diversas matizes políticas.⁷

A bibliografia a respeito do período da Primeira República portuguesa costuma concordar no que diz respeito às razões da sua curta duração e de sua grande instabilidade.⁸ Em geral, aponta-se para a forte crise econômica do período, especialmente nos anos 1920, marcada pela alta inflação e desvalorização da moeda portuguesa, e, principalmente, para uma ausência de projetos por parte dos republicanos, devido a suas inúmeras clivagens ideológicas e radicalismo na competição política. Carmen Chiavon, por exemplo, afirma que, antes do movimento que levou à proclamação definitiva da República, em 5 de outubro de 1910, o único projeto que unia

⁷ PINTO, Antonio Costa. “Portugal contemporâneo: uma introdução”. In: PINTO, Antonio Costa. (coord.) *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote, 2004, p.11-50.

⁸ Para saber mais a respeito do período da Primeira República portuguesa ver, entre outros: MEDINA, João. “A revolução republicana: esperanças, mitos e desilusões”. In: MEDINA, João (dir.). *História contemporânea de Portugal*. v.1. Lisboa: Multilar, 1990, p.153-198; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: a Primeira República (1910-1926)*. v.11. Lisboa: Verbo, 1989; MARQUES, A. H. de Oliveira. *A primeira república portuguesa: alguns aspectos estruturais*. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1975; PERES, Damião. *História de Portugal*. Porto: Suplemento, 1954.

os republicanos era o da derrubada da monarquia, e que, após a instauração do novo regime, passariam, em conjunto, a compartilhar somente o sentimento de patriotismo e o anticlericalismo.⁹ Antônio Costa Pinto acrescenta a esse quadro de instabilidade interna a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial, que, segundo o autor, teve um efeito desestabilizador sobre o frágil edifício político construído pela República, agravando seus problemas econômicos e sociais.¹⁰

As críticas à fraqueza do regime e um clima de caos político e social teriam assim aberto espaço para o florescimento da ideia de que somente uma ditadura poderia salvar Portugal. Segundo Costa Pinto, “o sistema político republicano não teve uma ‘oposição leal’, já que era patente para os atores políticos que a possibilidade de chegada ao poder por via eleitoral era nula”.¹¹ O resultado foi um movimento que reuniu membros das mais diferentes tendências políticas e acabou com um golpe militar em 28 de maio de 1926.

De acordo com a historiografia portuguesa, os primeiros anos do regime militar foram de grande turbulência, marcados por várias tentativas de golpe, tanto por parte da oposição pró-democrática como por parte da extrema-direita. Para Costa Pinto, a ditadura militar também não apresentara um projeto alternativo ao tão criticado liberalismo republicano, sendo o resultado de um “compromisso transitório” mediatizado pelos militares e atravessado por diferentes projetos, até a consolidação de uma proposta autoritária nos anos 1930.¹²

Fernando Rosas, por exemplo, identifica três correntes principais entre os militares: a dos “liberais-conservadores”, que entendiam a Ditadura como um regime transitório, buscando o estabelecimento da normalidade constitucional; a da “direita fascizante”, que entendia a Ditadura como a construção de uma nova ordem corporativa e autoritária, devendo ser este novo regime o melhor para Portugal; e a corrente que se agrupava em torno de Oliveira Salazar, que advogava a constitucionalização do regime,

⁹ CHIAVON, Carmen G. Burgert. *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUC, 2007.

¹⁰ PINTO. op. cit. p.21.

¹¹ Ibid. p. 28.

¹² PINTO, António Costa. “O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX”. In: MARTINHO, Francisco C. Palomanes & PINTO, António Costa. (orgs.) *O corporativismo em português*. Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ou seja, a extinção legal da Ditadura, mas não a volta ao “caos parlamentar e partidário da Primeira República”.¹³

Nas eleições presidenciais de 1928, Antonio Oscar de Fragoso Carmona foi eleito Presidente da República portuguesa. Em seguida, foi formado um novo Ministério das Finanças, tendo à frente o professor de Economia da Universidade de Coimbra, Antônio de Oliveira Salazar, que teria a difícil missão de estabilizar a economia portuguesa. A revista *Lusitania* surge justamente nesse contexto de crise política e econômica, acompanhando, portanto, todo o processo de ascensão de Salazar ao poder e de instauração do Estado Novo em Portugal.

De acordo com a literatura especializada, de que é exemplo César de Oliveira, é a partir de 1930 que se encerram as hesitações no interior da Ditadura Militar quanto à natureza do regime, tendo início a construção, sob a direção efetiva de Oliveira Salazar, dos fundamentos do Estado Novo português.¹⁴ Colocando em prática uma administração financeira baseada no rigor e na disciplina, Salazar estabiliza o escudo português e equilibra o orçamento do governo, ganhando com isso uma série de admiradores, inclusive de não-portugueses e de portugueses que se encontravam fora da “pátria querida”, tais como os produtores da *Lusitania*. O historiador Oliveira Marques descreve dessa forma os grupos que passaram a apoiar Salazar:

Atrás de Salazar, claro está, achavam-se poderosas forças: o capital e a banca, que desejavam pulso livre para se expandirem sem restrições, protegidos contra gravames de classe, movimentos grevistas e a contínua agitação social; a Igreja, proclamando vitória sobre o ateísmo republicano demoliberal e maçônico e explorando as chamadas aparições de Fátima que não tardaria a associar com a figura do futuro Presidente do Conselho; a maioria do Exército, constantemente louvado pelo próprio Salazar, respeitado, conhecedor de nova disciplina e detentor de redobrados privilégios; os intelectuais das direitas, com grande percentagem de professores de Coimbra; e a maior parte dos Monárquicos firmemente convencidos de que Salazar lhes acabaria por devolver o seu rei (o próprio D. Manuel II escreveu palavras de louvor ao estadista).¹⁵

Como se vê, o apoio a Salazar vinha de grupos distintos e, muitas vezes, antagônicos, com destaque para a Igreja Católica, que vai servir como um instrumento

¹³ ROSAS, Fernando. “As grandes linhas da evolução institucional”. In: ROSAS, Fernando. *Portugal e o Estado Novo*. (1930-1960). Lisboa: Presença, 1992, 2ª ed. coleção SERRÃO, Joel & MARQUES, A. H. de Oliveira. *Nova História de Portugal*. Vol XII p. 86-140.

¹⁴ OLIVEIRA, Cezar de. “A evolução política”. In: ROSAS, Fernando. op. cit. p. 22.

¹⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal: desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr. General Eanes*. 3ª ed. Lisboa: Palas Editores, 1986, p.372. Apud: CHIAVON, Carmen G. Burgert. op. cit. p.38.

importante de consolidação do salazarismo em Portugal. Seu prestígio cresce com o sucesso das primeiras medidas do governo, a ponto de, em 1932, ser nomeado Presidente do Conselho de Ministros. Mas a instauração, de fato, do Estado Novo português se dá somente em 1933, com a aprovação da nova Constituição, que proclamou Portugal uma República corporativa e unitária, que possibilitou a quase total autonomia do poder Executivo em Portugal, como, aliás, era comum nos anos 1930/40 de centralização e concentração de poder nos executivos federais. Mas o que difere essa experiência, internacionalmente, é seu alcance no tempo, pois o país estava entrando então num dos regimes autoritários mais duradouros, pois permaneceria até 25 de Abril de 1974, quando foi derrubado pela chamada Revolução dos Cravos que, após quarenta anos, iniciou um processo de restauração da democracia em Portugal.

Como também era prática nos anos 1930/40, a manutenção do novo regime não se deu somente através da força e da censura, características de governos autoritários. Ele contou também com a elaboração de um poderoso projeto cultural, responsável por disseminar os princípios do salazarismo¹⁶ e promover a aproximação “de todos” os portugueses ao projeto político maior do governo. Parte desse projeto baseou-se numa nova interpretação do passado de Portugal, sempre construído em uma forte contraposição à Primeira República, ainda que só no discurso, pois muitos aspectos do projeto cultural de Salazar era uma continuidade do primeiro período republicano. Nesse caso e de forma sumária, tratava-se de conclamar o país à restauração do seu passado épico, apresentando-se Salazar como a grande finalização de sua epopéia. Essa política envolvia não só os portugueses de Portugal, como também aqueles que se encontravam espalhados por outros países, os chamados “filhos de Portugal”, convocados a trabalharem juntos pelo engrandecimento da nação portuguesa.

O caso das comunidades portuguesas emigradas é, portanto, muito interessante, pois estas eram vistas pelo regime como igualmente representantes do ideal de nacionalidade, dando à emigração um conteúdo heróico, pois “o Português neste quadro é um novo herói, que trabalha e vence em terras alheias, num lugar estranho, em condições adversas, apesar da prosperidade de seu país”, como, aliás, rezava a tradição

¹⁶ Heloísa Paulo caracteriza o termo salazarismo como o conjunto de valores ideológicos que pautam a ação do Estado em Portugal nos anos da ditadura e que servem de “visão de mundo” para uma camada de portugueses, dentro e fora do país. Ver: PAULO, Heloísa. “O Emigrante e a leitura. A colônia portuguesa do Brasil e as suas publicações”. In: *Revista de História das Idéias*. Coimbra: Faculdade de Letras, vol.20, 1999, pp. 421-444.

dos descobrimentos.¹⁷ O objetivo do discurso do Estado Novo, segundo Heloísa Paulo, era difundir a idéia de um país de paz à beira mar plantado, fazendo com que o emigrante encontrasse no salazarismo as mensagens que desejava ouvir sobre a pátria distante. Nesse sentido, e como já mencionamos anteriormente, a colônia portuguesa do Brasil, uma das mais numerosas e ricas, vai merecer constante atenção por parte do Estado Novo português, na tentativa de incorporá-la ao projeto do salazarismo.

5.2 – A propaganda da “Revolução Nacional”

Todo esse processo político, portanto, foi acompanhado de perto pela revista *Lusitania*. Apesar de se afirmar constantemente como “apolítica” – uma prática que, como vimos, estava presente na imprensa da época, especialmente no caso da imprensa imigrantista, dada a necessidade de sobrevivência –, a revista vai estar crescentemente posicionada ao lado da “Revolução Nacional”, como era caracterizado o movimento de 28 de maio de 1926, e da proposta autoritária de Oliveira Salazar. Através da análise de seus 118 números, que vão de 1929 a 1934, conseguimos perceber todo o processo de transformação da figura de Salazar no “novo herói” português.

No editorial do número 14, por exemplo, de 16 de agosto de 1929, Salazar já é o grande homenageado. Nesse momento, em Portugal, ele fazia um ano no cargo de Ministro das Finanças, e a sua política econômica já dava sinais de sucesso, dada à recuperação da economia portuguesa. O texto, intitulado “Uma grande figura nacional”, começa exaltando o Movimento de 28 de Maio, para em seguida falar exclusivamente do estadista.

Em 1926, surgiu em Portugal um movimento revolucionário com caráter militar, chefiado pelos srs. General Gomes da Costa e comandante Mendes Cabeçadas, movimento que, uma vez triunfante, desfraldou, num grito imenso que percorre, como um frisson, toda a terra portuguesa, a bandeira da salvação nacional. [...] Com o advento da Ditadura surgiu, porém, em Portugal, na sua administração superior, um homem que é hoje a mais alta expressão de financista realizador no país e que deve merecer, pela obra executada, a admiração e o respeito de todos os portugueses, quaisquer que sejam os seus créditos políticos ou as suas idéias financeiras.¹⁸

Como se vê, o golpe militar de 1926 é caracterizado pela revista como um grande movimento de salvação nacional, após anos de crise econômica e política da Primeira República. Ainda assim, o que se percebe através da leitura do periódico, é que

¹⁷ Ibid. p. 23.

¹⁸ *Lusitania*, ano I, n.14, 16 de agosto de 1929.

o período inicial da ditadura em Portugal está sendo encarado como transitório, apesar de reconhecerem a sua importância, pois a consagração do “Novo Portugal” só viria com a ascensão de Salazar ao poder.

A obra do Sr. Oliveira Salazar é a maior obra administrativa da República. Tudo quanto a Ditadura possa ter feito de bom, de grande, de útil, de patriótico, desaparece diante da ação imensa, gigantesca, do ministro das Finanças, que pode ser considerado um dos maiores, senão o maior administrador financeiro da Europa atual.¹⁹

Nesse mesmo editorial, Salazar chega a ser chamado de o “Colbert moderno”, numa alusão a Jean-Baptiste Colbert, político francês que fora Ministro das Finanças no reinado de Luis XIV, tendo sido responsável pela instauração do mercantilismo na França e por transformá-la num país bastante rico, a ponto de sua política econômica ganhar o título de Colbertismo.

Para além de editoriais, nesse primeiro momento, quando Salazar ainda ocupa o posto de Ministro das Finanças, a revista buscará diversas estratégias de exaltação e de homenagem à sua figura, incluindo poemas, fotografias, reportagens sobre sua ação à frente do ministério, pesquisas de opinião a respeito de sua política econômica, reprodução de algumas de suas conferências, entre outras.

Várias pessoas públicas ligadas à imagem de Salazar também serão assunto na revista, em especial o General Carmona, Presidente da República Portuguesa. Sua figura será lembrada principalmente nos textos de abertura da revista e em suas capas, onde o Presidente aparecerá sempre com uma pose altiva, digna de um grande estadista português.

¹⁹ Ibid.



Imagem 38 – *Lusitania*, ano V, n.94, 30 de março de 1933.

Além das capas, o General Carmona também vai ser tema de alguns editoriais da revista. Nestes, o Presidente é caracterizado como um “político honesto”, que trabalha pelo crescimento e engrandecimento da nação, como um “verdadeiro português”.

[...] ilustre Presidente da República, é, acima de tudo, acima das admiráveis virtudes de homem bom e patriota, um grande caráter. A Nova República, os homens que tomaram sobre os seus ombros a tarefa ingente de colocar o país no seu verdadeiro lugar no conceito das Nações, tem-nos dado verdadeiras revelações. [...] O Sr. General Carmona figurará, nas afirmações justíssimas da História, como o modelo dos homens de Estado que se devotaram ao bem da sua Pátria e por ela sacrificaram o seu bem estar, a sua tranquilidade, a sua saúde. Que Sua Excia se convença de que os portugueses do Brasil o veneram, o admiram e o consagram como um bom cidadão português.²⁰

A partir de 1933, com Salazar já ocupando o cargo de Presidente do Conselho dos Ministros, e após a promulgação da nova constituição portuguesa que, como vimos, marcou o início do regime do Estado Novo, a imagem de Salazar torna-se ainda mais presente na revista. Agora, Salazar já apresenta características heróicas, sendo representado como o único homem capaz de devolver a Portugal a sua magnitude e o

²⁰ *Lusitania*, ano IV, n.94, 30 de março de 1933, p.9.

seu papel de destaque dentro do continente europeu, apagando definitivamente a imagem de um país decadente, que havia predominado ao longo de todo o século XIX.

O Dr. Oliveira Salazar, a quem neste número da LUSITANIA prestamos a nossa justíssima homenagem, é a nossa esperança e o nosso orgulho; a esperança no muito que pode fazer para tornar grande e feliz a nossa Pátria; de orgulho pela irradiação do seu nome através de todo o mundo financeiro, onde a sua palavra e as suas opiniões são hoje acatadas como as de um homem que tem autoridade para as expressar. A sua obra – todos o sabem – é formidável. O que Portugal lhe está devendo, pelo esforço que tem empregado em erguer a nossa terra do abatimento em que se encontrava, é qualquer coisa de grande, que nunca se viu na história de Portugal. [...] Não pensa senão em Portugal; não trabalha senão por Portugal. [...] Grande foi a felicidade da nossa Pátria ter encontrado um homem deste estofo moral, desta envergadura patriótica, deste saber incomensurável, desta energia infatigável, para que pudesse Portugal readquirir o lugar que competia a Portugal entre os povos civilizados.²¹

Nesse mesmo número em que foi publicado o texto acima, todo ele dedicado à comemoração da nova constituição portuguesa e instauração do Estado Novo em Portugal, Salazar também é homenageado na capa da revista, onde seu desenho, representando ainda um homem jovem, aparece ao lado da frase “Os homens ilustres da nossa terra”.



Imagem 39 – *Lusitania*, ano V, n.96, 31 de maio de 1933.

²¹ *Lusitania*, ano V, n.96, 31 de maio de 1933, p.9.

Em seguida, é publicada uma série de fotografias representando Salazar em eventos oficiais, proferindo conferências, fazendo visitas diplomáticas, entre outras situações. Dessa forma, a revista *Lusitania* ia construindo o seu discurso a respeito do governo de Salazar em Portugal, utilizando-se, para isso, de diferentes estratégias. Por exemplo, para falar sobre o Estado Novo em nenhuma matéria a revista utilizou palavras como “Ditadura”, “autoritarismo” ou “censura”. Ao que parece, para a revista, a Ditadura ficara restrita ao período inicial de 1926 a 1933, pois a partir daí o que se tinha era a “Regeneração”, a “República Nova”.

Apesar do Estado Novo português só ir se instaurando de fato ao longo dos anos 1930, algumas de suas estruturas basilares já estavam instaladas em 1933, e, portanto, foram vivenciadas pelos produtores da revista. Esse era o caso da polícia política portuguesa, que, segundo Antônio Costa Pinto, foi reorganizada durante o Estado Novo com uma notável racionalidade, e se transformou na “espinha dorsal” do sistema, passando a depender direta e exclusivamente de Salazar.²² Além da repressão à oposição clandestina, durante o Estado Novo a polícia política ganhou amplos poderes para prolongar as penas de prisão. Servia, portanto, como um instrumento importante de manutenção do novo regime. Entretanto, hora alguma ela mereceu comentários por parte da revista *Lusitania*, preocupada muito mais em exaltar as qualidades de “bom dirigente” de Salazar que, como se vê, não incluía a construção de um aparelho repressivo duro e violento.

Além disso, o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) era celebrado como uma das grandes ações do Estado Novo, pois estaria promovendo o desenvolvimento cultural do país. Esse órgão, criado em 1933, e dirigido pelo intelectual português Antônio Ferro²³, foi responsável por desenvolver um projeto de política cultural para o novo governo, além de coordenar a imprensa do regime, dirigir os serviços de censura, organizar as manifestações públicas e oficiais, possibilitando assim a propaganda do regime e a difusão do salazarismo. Nas palavras da revista *Lusitania*:

²² PINTO, António Costa. “O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX”. op. cit. 2007.

²³ Antônio Ferro (1895-1956) foi uma figura de grande importância no cenário intelectual/cultural português do século XX. Como jornalista, foi editor da revista *Orpheu*, dirigiu a revista *Ilustração Portuguesa* e fundou a revista *Panorama e Atlântico*, além de contribuir para diversos periódicos como *O Século* e *Diário de Notícias*. Grande admirador do fascismo italiano, foi responsável pela criação do Secretariado de Propaganda Nacional durante o Estado Novo português, sendo um verdadeiro entusiasta do salazarismo.

Verdadeiramente entusiástica a propaganda doutrinária do Estado Corporativo – fórmula social que está empolgando a flor da mocidade portuguesa. Dir-se-ia que um novo conceito de nacionalidade, mais alto e mais vibrante, há pouco abrolhou no coração, no cérebro e no sangue da nossa raça, e se abriu, mais clara e mais ampla, uma nova diretriz para o sebastianismo criador e eterno da alma portuguesa. Multiplicam-se as conferências públicas, fundam-se publicações, prega-se a nova idéia messiânica aos quatro cantos de Portugal; e vê-se, então, este milagre social, tão raro na história dos povos; não são os velhos que lançam a voz à seara verde, ensinando a guardar, como relíquia, o que se fez em oito séculos de sonho e de guerras: é a própria mocidade – essa verde seara – que se agita, se conclama, se entusiasma na criação de uma nacionalidade mais forte, mais una, mais iluminada.²⁴

Outros vários exemplos poderiam ser dados a respeito da postura mantida pela revista em relação ao governo de Salazar em Portugal. Mas, a partir do que já expomos ao longo de todo este trabalho, temos argumentos suficientes para afirmar que a revista *Lusitania*, assim como uma série de outros periódicos produzidos pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro nesse mesmo período, colocava-se ao lado da política autoritária do Estado Novo, compartilhando com ele os seus pressupostos político-sociais. Mas não só isso. O que vamos ver, a partir de agora, é que a revista vai também compartilhar com o regime o seu projeto cultural, difundindo aqui no Brasil valores como ordem e civismo, e muitas vezes antecipando um discurso que só seria assumido efetivamente pelo regime, ao longo dos anos 1930.

5.3 – O projeto político-cultural da *Lusitania*

O nosso programa? Está traçado pelo título. Lusitania diz tudo. Lusitania é a batalha da Pátria, desde os tempos mais remotos até aos nossos dias. A luta contra os romanos e contra os mouros, a defesa do Condado Portucalense, as arrancadas contra Napoleão e contra os Felippes, a Independência, as Cruzadas, as Quinas. Lusitania é Guimarães, Ourique, Aljubarrota, Alcacer-Kibir, o Bussaco, Armentíers. Lusitania é Viriato, Affonso Henriques, Egas Moniz, Nuno Álvares, o Mestre de Aviz. Vasco da Gama, o Infante de Sagres, *Os Lusíadas* e as descobertas, o Brasil. Camões e o amor. Lusitania é a epopéia gigantesca do nosso passado, o espírito, a coragem e o gênio da Raça. Lusitania é Gago Coutinho, Sacadura Cabral, Milhões; é a aventura de um povo que há 18 séculos luta pela civilização, pela crença e pela glória. Lusitania somos nós, é a nossa fé, o nosso ardor combativo. Lusitania é Portugal.²⁵

É com esse editorial que a revista *Lusitania* dá início à sua publicação em 1º de fevereiro de 1929. Nele, procura-se explicar o programa da revista que, como se pode

²⁴ *Lusitania*, ano VI, n.107, 30 de março de 1934.

²⁵ *Lusitania*, ano I, n.1, 1º de fevereiro de 1929.

ver, está todo pautado pela exaltação da história de Portugal, mais precisamente uma história épica portuguesa, construída por grandes guerreiros, navegadores e aviadores; por grandes “conquistadores”. Essa vai ser uma marca da revista, ou seja, a glorificação do passado, que, como veremos à frente, terá um papel fundamental na legitimação da colônia portuguesa e de Portugal como um todo, frente à terra de acolhimento, considerando-se a nova realidade política de Portugal e também do Brasil pós-30.

O investimento na história de Portugal começa já com a escolha do nome da revista, *Lusitânia*. Um lugar meio geográfico, meio histórico, mas certamente um lugar mítico, considerado a origem ancestral de Portugal: o território que, na Antiguidade, ficava no Oeste da Península Ibérica, onde viviam os povos lusitanos, e que depois foi conquistado pelos romanos. A evocação desse “nome”, que não é feita em vão, demonstra a tentativa da revista de associar sua imagem às origens mais remotas e genuínas de Portugal. Mas não só seu título apresenta um conteúdo histórico. Toda a revista vai sustentar um projeto de exaltação do passado heróico de Portugal, com o intuito, a nosso ver, de atestar a grandeza da nação no presente e no futuro.

É isso que se percebe nos editoriais e nas capas da *Lusitania*, antes mesmo de irmos para o “conteúdo” do periódico, seus artigos e seções. No editorial reproduzido acima, por exemplo, Portugal é associado ao que a revista entende como as principais passagens de sua história, tal como as guerras de independência do território; o movimento das Cruzadas, na luta contra os mouros; as navegações marítimas e os descobrimentos; a obra de Camões e a ação dos aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral, que, por estarem elevando o nome de Portugal no século XX, eram considerados os “heróis do momento”, naturalmente sem ofuscar Salazar. Ao evocar esse passado épico de Portugal, a revista *Lusitania* fazia um “chamado” aos portugueses, exigindo dos mesmos o amor à pátria, o orgulho pela nação e a necessidade de perpetuar essas façanhas no presente.

De acordo com a historiografia portuguesa, é no século XIX que se dá início a um investimento maciço na recuperação da história de Portugal, exemplificado pelo movimento do Romantismo. Segundo Fernando Catroga, com o fim do Antigo Regime em Portugal, surgia a necessidade de se “regenerar” ou “refundar” a nação, desejo que se traduziu em um movimento nacionalizador e em um apelo ao regresso às origens, que teria atravessado todas as formas de cultura, possuindo, segundo o autor, um pano de fundo claramente historicista:

[...] a crença de que, com a nova ordem, a *existência* de Portugal teria, finalmente, possibilidades de coincidir com a sua *essência*, consubstanciada na “alma nacional” e revelada na cultura popular, nos monumentos, nos costumes, na memória, enfim, na história. E esta invocação e evocação do passado passou a constituir uma das características essenciais do romantismo.²⁶

Dessa forma, o Romantismo português promoveu um verdadeiro “culto do passado”, investindo na construção de uma nova memória da nação, ganhando também ênfase a necessidade de se captar a “almejada” índole da “alma nacional”, conferindo importância aos “vestígios”, aos “monumentos” do passado enquanto expressões da memória popular e a necessidade de preservá-los. Essa valorização do passado pelos românticos era, como sempre é, mediada pelas preocupações do presente. Nesse momento, o que predominava em Portugal era um sentimento decadentista, originado de certo desgosto dos portugueses com relação à ineficiência dos ideais burgueses e à péssima posição que o país ocupava em relação aos demais países europeus. Essa decadência de Portugal não seria somente econômica, como também social e cultural, e muitas vezes essa imagem também era propalada pelos outros países europeus.

Nesse contexto, a recuperação da história de Portugal agia no sentido de reafirmar a grandeza do país, lutando contra um presente de atraso e incertezas. Para Catroga, “na nova balança das nações, poder-se-ia mesmo concluir que, num país pequeno e decadente como Portugal, o passado representava a mais-valia legitimadora dos direitos históricos em relação a potências mais poderosas”.²⁷ Ou seja, era através da celebração do passado que os portugueses do século XIX buscavam legitimar a presença de Portugal no continente europeu, uma estratégia memorial que foi mantida no século XX.

Nesse sentido, o discurso da elite política e intelectual do final do século XIX era o da “regeneração”, da “refundação” do país, olhando-se para o passado, e não como ocorria em outros casos na Europa “moderna”, onde o que se prometia era o “novo”, ou seja, a proposta era olhar, predominantemente, para o futuro. Tratava-se de recorrer à história para, segundo Catroga, dizer que num dado momento Portugal também foi um “povo eleito”, para afirmar que a regeneração ainda seria possível.²⁸ Explorariam, dessa forma, um mito de refundação, e não de fundação, surgindo uma série de romances e

²⁶ CATROGA, Fernando. “Alexandre Herculano e o historicismo romântico”. In: TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado & CATROGA, Fernando (orgs.). op. cit. p.46.

²⁷ Ibid. p. 47.

²⁸ CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e Rito: Religião Civil e Comemoracionismo*. Fortaleza: NUDOC/Museu do Ceará, 2005.

dramas históricos que, além de ajudarem a sociabilizar certa idealização do passado, cultivavam valores como o patriotismo e a honra, entendidos pelas novas elites como fundamentais.

É no século XIX também, que a figura do poeta Camões passa a ser ainda mais glorificada, ganhando agora o título de grande representante da “alma portuguesa”, além de mediador da “verdade histórica”.²⁹ Nas grandes comemorações públicas, por exemplo, Camões era elevado ao topo mais alto do panteão de heróis portugueses, pois através das letras teria sido responsável por revelar os sentimentos e as vocações mais profundas da alma do povo português ao mundo.³⁰

Já no século XX e após o advento da República em Portugal, um novo movimento nacionalista vai se formando. Apesar do discurso de “ruptura” com o passado, mantido pelos intelectuais e políticos republicanos, o que vai se perceber é a tentativa do novo regime de se amparar e/ou de recriar esse passado “revelado” pelo Romantismo, mantendo assim com ele muitas continuidades. A ideia de reconstrução salientava-se, cada vez mais, numa perspectiva nacionalista, só que agora com certas características ainda mais predominantes: o secularismo e o anti-clericalismo das elites políticas e culturais.

Assim, a República laica portuguesa manteria as práticas de comemoração do passado heróico, buscando divulgar e interiorizar nos portugueses princípios inspirados em uma moral social e cívica. Mas, negando os símbolos da Monarquia Constitucional, como símbolos nacionais, buscava desenvolver os seus próprios símbolos, afastando-os de qualquer conteúdo religioso de tipo sagrado/clerical. Para Fernando Catroga, os símbolos nacionais conferem uma representação quase “totêmica” ao patriotismo.³¹ Por meio deles, a Nação ganhava um novo modo de reconhecimento e de integração das contradições regionais e sociais existentes dentro de uma territorialidade agora coberta pela soberania do povo e por uma religião civil.

Dessa forma, uma das primeiras questões para a República foi a mudança da bandeira nacional. A antiga, nas cores branco e azul, era identificada pela República com um dos ramos da Casa de Bragança. Segundo Catroga, a polêmica para se escolher o novo símbolo nacional foi intensa, dada a necessidade de republicanização de todos os seus elementos. O discurso predominante era o que apontava para a necessidade de uma

²⁹ Ibid. p.122.

³⁰ Ibid. p.122.

³¹ Ibid. p.160.

bandeira que consubstanciasse a “alma nacional”, as suas encarnações históricas, e, ao mesmo tempo, sintetizasse o princípio da soberania popular, da vontade nacional, bem no espírito do movimento republicano.

Assim, rejeitou-se o azul, pois estava associado à monarquia e era sinal de pouca virilidade, de fraqueza, substituindo-o pelo vermelho, uma cor combativa, viril, que, segundo os republicanos, lembraria o sangue derramado e incitaria a vitória.³² O branco seria substituído pelo verde, simbolizando esperança e, segundo a página oficial da Presidência da República Portuguesa³³, remontando ao movimento de 31 de janeiro de 1891³⁴. O escudo de armas portuguesas, existente desde o período monárquico, foi mantido no centro da bandeira, sobreposto a uma esfera armilar, ou seja, um instrumento de astronomia que é usado na navegação, relembrando assim os tempos das grandes navegações marítimas e das descobertas portuguesas, tendo sido empregado para substituir a “velha coroa” da bandeira monárquica.

Para Catroga,

Mais importante do que criar uma bandeira nacional era popularizar e interiorizar a sua representatividade sintética, assim como os seus efeitos identitários e pedagógicos-cívicos. Sublinhe que, mesmo antes de ela estar oficializada, os novos governantes não perderam tempo em cultuá-la [...].³⁵

No sentido das palavras proferidas por Catroga é que o dia 1º de Dezembro, data em que foi apresentada a nova bandeira nacional republicana, foi proclamado como o Dia da Bandeira, sendo transformado, em seguida, em feriado nacional, juntamente com o dia 31 de janeiro de 1891 e o 5 de outubro de 1910. Todos os feriados religiosos e monárquicos foram anulados, e um novo hino nacional foi apresentado à sociedade portuguesa, num processo constante de secularização e politização dessa sociedade. Nesse mesmo movimento, a República tratou de laicizar a educação e a escola portuguesa, que passaram então a ser orientadas pelos “genuínos valores republicanos”.

Como se pode ver, pela própria análise do novo símbolo nacional português (a bandeira republicana), se por um lado a República defendia um movimento de ruptura (política, social e cultural), por outro, ela recorria igualmente a argumentos historicistas para se legitimar, os quais iam se tornando cada vez mais fortes com o ideário

³² Ibid. p. 165.

³³ www.presidencia.pt. Acessado em: 10/01/2011 às 16h.

³⁴ O movimento de 31 de janeiro de 1981 é reconhecido como o primeiro movimento revolucionário que teve como objetivo a instauração do regime republicano em Portugal, deflagrado na cidade do Porto.

³⁵ CATROGA. op. cit. p. 166.

republicano nacionalista. Segundo Catroga, o que se assistiu foi a uma “sacralização” da ideia de Nação e a elevação da História à fonte de virtudes cívicas. Para os republicanos portugueses,

[...] numa interpretação evolutiva e continuísta da idéia de Nação (embora, ao invés das leituras conservadoras, esta fosse exaltada como uma entidade de vocação democrática), o corte tinha de conciliar heranças, de simbolizar expectativas e de saber casar a proclamada dimensão universalista da epopéia portuguesa com o sentimento nacionalista, em crescimento nos primórdios de Novecentos.³⁶

Nesse sentido, procurava-se incentivar sentimentos de consenso e de solidariedades nacionais, na tentativa de se lutar contra as contradições sociais e políticas do momento. E, à medida que a Primeira República portuguesa ia entrando numa profunda crise política, maior se tornava a necessidade de cultuar os heróis nacionais e de evocar esse passado glorioso.

É nesse contexto que se assiste em Portugal à celebração de dois novos heróis, Gago Coutinho e Sacadura Cabral, cuja aventura seria comemorada como um sinal da revivescência portuguesa. Como já foi dito no capítulo 2, eles ficaram internacionalmente conhecidos por terem realizado, em 1922, a primeira viagem aérea ligando a Europa à América do Sul, a bordo do expressivo “Lusitânia”, saindo de Lisboa em 30 de março e chegando ao Rio de Janeiro em 17 de junho, reproduzindo assim, por via aérea, o que Pedro Álvares Cabral realizara em 1500. Essa saga seria difundida e popularizada através de uma série de meios, como a imprensa, a literatura, a fotografia, homenagens públicas, nomes de ruas, manifestações essas que celebravam o evento como um dos maiores exemplos de heroísmo do povo português, assim como ocorrera nos séculos XV e XVI. Os aviadores eram cantados como herdeiros diretos dos heróis quinhentistas, que estariam trazendo de volta os tempos de glória de Portugal.

A heroicização de Gago Coutinho e Sacadura Cabral permaneceria na história, mesmo após o fim da Primeira República, assim como outros mitos da epopéia portuguesa. Segundo Fernando Catroga, os mitos cívicos, apesar de serem construídos em determinadas circunstâncias e por “alguém”, possuem uma relativa vida própria, pois não estariam estritamente dependentes das condições históricas que lhes deram origem. “Ao contrário, eles denotam alguma capacidade de sobrevivência, tanto mais

³⁶ Ibid. p. 167.

que – embora em outros contextos – continuam a ser ensinados, reproduzidos e interiorizados como memória histórica”.³⁷

Dessa forma, a Primeira República, apesar de muito criticada pela Ditadura Militar e pelo Estado Novo, vai dar continuidade e conseguir efetivar, com objetivos e formas específicos, um projeto de construção de uma memória histórica. Na revista *Lusitania*, por exemplo, Gago Coutinho e Sacadura Cabral seriam igualmente elevados ao posto de heróis nacionais. Vários editoriais e capas da revista foram destinados à celebração do feito dos aviadores portugueses. Além disso, todo 17 de junho era comemorado pela revista, inclusive no Centro Transmontano, associação fundada por João Chrysóstomo Cruz no Rio de Janeiro, onde eram promovidas conferências em homenagem aos aviadores.

No editorial de 30 de junho de 1934, por exemplo, intitulado “Uma data”, a revista afirma que os nomes dos aviadores portugueses ficarão para sempre gravados na “História da Humanidade”, ao lado dos grandes guerreiros e descobridores.

Há acontecimentos na vida de um povo que são como que marcos milenários da longa estrada do seu esforço civilizador. Se Portugal foi, e tem sido nos últimos tempos, o clássico país guerreiro que se fez grande pelo heroísmo dos seus soldados, não tem sido menos um cooperador eficiente da obra da ciência, da obra da paz. É preciso que se não permita deixar esquecer que dentro do seu território nacional se fez a primeira experiência da navegação aérea. Foi nessa Lisboa formosa e gloriosa que o padre santista Bartolomeu de Gusmão deu a primeira demonstração de que ao homem era lícito dominar o espaço. Veio, séculos depois, um brasileiro dar ao mundo o espetáculo soberbo da solução do problema da dirigibilidade dos aparelhos aviatórios, o que de algum modo reflete na glória do nosso país. Finalmente, dois marinheiros portugueses, audazes e patriotas, rasgam a cortina do mistério do grande Atlântico e ligam com os seus aviões Lisboa ao Rio de Janeiro! Como não sentir orgulho desta proeza? Como não alentarmos, com este vôo arrojado, a fé nos destinos da nossa Pátria e a confiança no saber e na coragem de seus filhos? Sacadura Cabral e Gago Coutinho são duas almas que se podem e devem colocar nos frisos a que elevamos, nas catedrais do nosso amor pátrio, os grandes heróis de Portugal.³⁸

Como se vê, a obra empreendida por Gago Coutinho e Sacadura Cabral é percebida pela revista *Lusitania* como uma continuidade dos tempos imemoriais de Portugal, e não como um evento isolado do presente. Seria, na verdade, o desdobramento da “estrada civilizadora” que Portugal já realizara e continuaria

³⁷ Ibid. p.177.

³⁸ *Lusitania*, ano VI, n.112, 30 de junho de 1934.

realizando no Portugal contemporâneo. Como afirmou Luís Reis Torgal, “o moderno avião retomara o tradicional rumo das antigas caravelas e naus”.³⁹



Imagem 40 - *Lusitania*, ano II, n.32, 16 de maio de 1930.

O editorial reproduzido acima foi publicado em 1934, quando o Estado Novo já havia sido instaurado em Portugal. Mas por que estamos enfatizando isso? Para mostrar que o Estado Novo, apesar de se auto-intitular “Novo” e negar qualquer aproximação com o período do liberalismo e da Primeira República portuguesa, não vai abandonar esse grande e longo movimento de resgate do passado nacional. Pelo contrário, vai transformá-lo no maior símbolo do nacionalismo português, escolhendo os seus heróis preferidos e comemorando as datas que mais se adequassem ao projeto político-cultural do regime. A grande diferença é que, enquanto no final do século XIX e início do XX buscava-se a refundação do passado de Portugal, dado que o presente estaria marcado pelo decadentismo, pela “vergonha”, pela humilhação diante do estrangeiro e pela crise das instituições políticas, sociais e culturais portuguesas; o Estado Novo utilizaria o passado como inspiração, pois a sua grandeza continuaria sendo perpetuada no presente

³⁹ TORRAL, Luís Reis. “Sob o signo da ‘reconstrução nacional’”. In: TORRAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado & CATROGA, Fernando. (orgs.). op. cit. p. 257.

e o governo de Oliveira Salazar seria a grande finalização desse processo, que apontava o futuro.

Ainda que para o salazarismo o século XIX e a Primeira República fossem períodos odiáveis, pois significavam o decadentismo, o “liberalismo clientelista”, como a elite política e intelectual portuguesa afirmava, o Estado Novo vai se apropriar de alguns símbolos e de uma determinada narrativa histórica que, como vimos, começaram a ser construídos mais especificamente com o Romantismo, ainda na primeira metade do século XIX. No entanto, promoverá mudanças nesse modelo, em consonância com o pendor ainda mais nacionalista, católico e corporativo de sua ideologia, daí falar-se em um novo projeto cultural. Depois de séculos de decadência, o novo governo pretendia ser uma nova ordem, apresentando-se como um Estado Novo, dando início então à construção de um Novo Portugal. Nesse sentido, como afirmou Catroga, “toda a sua simbologia procurava veicular imagens tendentes a aurear o regime como se este fosse a culminação apoteótica do Império, isto é, do próprio sentido da história de Portugal”.⁴⁰

Interessante é perceber que a revista *Lusitania* vai, de certa forma, antecipar esse discurso do Estado Novo de construção de um “Novo Portugal”. Por exemplo, o editorial de 16 de fevereiro de 1929, portanto o segundo número da revista, intitulado “Portugal Novo: o Portugal glorioso de sempre” é uma crítica fortíssima ao pensamento decadentista, às pessoas que, segundo a revista, teriam o hábito de se referir a Portugal no passado: “Portugal foi um grande País”, “Portugal teve um passado glorioso”, “No presente é uma nação morta”. Afirma que a repetição dessas ideias acabaria se tornando uma verdade entre os ignorantes e entre a própria classe letrada. Contra isso, os portugueses deveriam se unir para mostrar que Portugal ainda é um grande país, na verdade, “um Novo grande país”, e isso poderia ser observado,

[...] Nas letras, nas ciências, nas artes, nas indústrias, no comércio, na política, na ação e nas idéias. [...] Portugal não vive do passado. E Portugal tem todas as primitivas energias da Raça e todas as iniciativas, aspirações e entusiasmos do espírito moderno. Devemos gritar que é mentira, que há um Portugal Novo, grande, destemido, reçumante de vida, ardente de fé. [...] A covardia e o desânimo são termos que não existem no dicionário da nossa História. [...] Tenhamos orgulho da Pátria que temos. Tenhamos orgulho do passado que nos legaram e do presente que estamos edificando, à custa de sacrifícios sem par, do sangue do povo, do ardor da mocidade.⁴¹

⁴⁰ CATROGA. op. cit. p. 128.

⁴¹ *Lusitania*, ano I, n.2, 16 de fevereiro de 1929, p.2.

Dessa forma, a revista enfatiza que os portugueses devem comemorar o seu passado, mas, do mesmo jeito, exaltar esse presente que estaria sendo construído em Portugal, através das letras, da política, do comércio. Este também deveria ser motivo de orgulho para os portugueses, uma vez que se estaria formando o “Portugal Novo”. E esse é um discurso que vai ser mantido ao longo de toda a revista, sendo ainda mais intensificado após a instauração do Estado Novo em Portugal, podendo ser percebido nas capas e textos da *Lusitania*. Na verdade, os republicanos haviam tentado também levantar o “nome de Portugal” através de um discurso patriótico e de comemoração do passado, e, nesse sentido é que, na linha da sua política em relação ao Panteão Nacional, à bandeira nacional e aos feriados nacionais, Salazar e o Estado Novo lhe deram continuidade.

De acordo com Luís Reis Torgal, ainda durante a Primeira República, observa-se o surgimento de uma concepção revisionista do passado português, que procurava valorizar conjuntamente a nação e a tradição, movimento esse que vai se projetar no Estado Novo.⁴² Assim, se esse movimento soube fazer suas as interpretações que desde o século XIX caracterizavam a história pátria como um “autêntico panteão”, se ele secundarizou algumas figuras e acontecimentos antes enaltecidos, reforçou ainda mais a importância de outras anteriormente cultuadas.⁴³ E a revista *Lusitania* nasce justamente em meio a esse movimento revisionista.

Dentre os personagens que permaneceriam sendo caracterizados como os verdadeiros representantes da alma e da “raça” portuguesa está, em primeiro lugar, Camões. O “poeta dos descobrimentos” continuaria sendo cantado e celebrado pelos intelectuais e políticos portugueses. Na Primeira República portuguesa, a data provável da morte de Camões, 10 de junho de 1580, passou a ser considerada o dia de Camões e se tornou feriado municipal em Lisboa. Durante o Estado Novo, esse dia seria ainda mais celebrado, elevando-o a feriado nacional, como sendo, conjuntamente, o Dia da Raça portuguesa, de Portugal e de Camões. No Brasil, em 1932, o 10 de junho também foi estabelecido pela Federação das Associações Portuguesas como o Dia da Colônia Portuguesa.

⁴² TORGAL, Luís Reis. “Sob o signo da reconstrução nacional”. In: TORGAL, Luís Rei; MENDES, José Maria Amado & CATROGA, Fernando. (orgs.). op. cit. p. 256.

⁴³ CATROGA. op. cit. p.183.

Ao longo do Estado Novo, o 10 de junho passou a constituir a festa anual mais importante dos portugueses. No caso da colônia do Rio de Janeiro, a data era comemorada com todas as homenagens possíveis, celebrando o “maior gênio da raça”. A revista *Lusitania* também estaria empenhada em transformar Camões no principal símbolo da nacionalidade portuguesa. A sua figura estava presente em todos os números da revista, fosse através de artigos sobre o poeta, ilustrações, trechos de seus poemas ou mesmo aparecendo nas capas e sendo tema de muitos editoriais, atestando, assim, a grandeza de Portugal no que se refere às Letras. O dia 10 de junho serviria sempre como pretexto para se fazer a necessária heroicização de Camões.

Dentro de dez dias unir-se-ão todos os corações em veneração ao homem que é a síntese admirável dum patriotismo sem mancha, dum patriotismo argamassado em sacrifícios, em sofrimentos, em dores atrozes, que não conseguiram nunca abafar no seu grande coração o amor à Pátria gloriosa e forte; [...] A Pátria foi para Camões a dona dos seus pensares, a imagem que lhe andou sempre dentro dalma, superior às amarguras da sua vida, Sant’elmo que o guiou sempre nos temporais que agitaram a sua existência. Por isso justo é que o dia do seu aniversário seja, principalmente, um dia de civismo, o dia em que, cada um de nós, deve meter a mão na consciência e perguntar-lhe se na verdade temos tido, no cumprimento dos nossos deveres cívicos aquilo que Portugal exige, com pleno direito, que sejamos. Enaltecer Camões é principalmente seguir-lhe o exemplo.⁴⁴

No editorial reproduzido acima, dedicado a celebrar o “10 de junho”, conseguimos perceber claramente elementos que estavam presentes no discurso do Estado Novo, ou seja, um apelo para o civismo dos portugueses, para o cultivo de valores como obediência, disciplina e ordem, os quais, portanto, estavam sendo incorporados pelo projeto político-cultural da revista. Nas capas da *Lusitania*, Camões era representado sempre ao lado de outros símbolos nacionais, como as naus portuguesas, a Cruz de Malta e o escudo presente na bandeira nacional, que relembra os tempos das guerras de formação de Portugal e o movimento de Reconquista. Sua obra mais importante, *Os Lusíadas*, entre outros elementos, é peça fundamental para transformar uma simples capa de revista em uma ode ao poeta e, especialmente, à história de Portugal.

⁴⁴ *Lusitania*, ano VI, n.111, 30 de maio de 1934.



Imagem 41- *Lusitania*, ano IV, n.81, 1º de junho de 1932.

Além de Camões, uma outra figura também muito celebrada pelo Estado Novo foi a de D. Afonso Henriques, chamado de “O Conquistador”, “O Fundador”. Ele fora o responsável pela independência do reino de Portugal, tendo sido proclamado o seu primeiro rei em 1139, após a vitória de suas tropas contra um contingente mouro na Batalha de Ourique. A história dessa batalha e de D. Afonso Henriques está envolta em uma narrativa mítica, a do Milagre de Ourique, que, em última instância, justificaria a independência do Reino de Portugal e seu vínculo com a providência divina. A lenda, que começaria a ser difundida somente no século XIV, narra que no dia da vitória sobre os mouros, Afonso Henriques teria recebido a visita de Jesus Cristo, o qual teria lhe garantido a vitória. Dessa forma, a independência de Portugal passara a ser vista como resultado de um dom divino na luta contra os infiéis. Segundo Fernando Catroga, o Estado Novo não somente manteve o mito de D. Afonso Henriques e o discurso da veracidade do Milagre de Ourique, como também intensificou a campanha tendente a santificar o fundador.⁴⁵ De acordo com o autor, Afonso Henriques era então comparado

⁴⁵ CATROGA. op. cit. p.150.

a Salazar, como um verdadeiro “Chefe”, cuja luta contra os infiéis o tornava merecedor da beatificação. Mas, ainda assim, o seu mito nunca ultrapassaria o de Camões.

A revista *Lusitania* também promoverá a propaganda da imagem de D. Afonso Henriques como o “iniciador” de tudo. Na primeira capa da revista, de 1º de fevereiro de 1929, aparece em primeiro plano a figura do “heróico guerreiro”, Afonso Henriques, com suas armas e indumentária de guerra. Segundo a própria revista, a capa, assinada pelo artista Abílio Guimarães, era uma invocação aos tempos do início histórico da pátria portuguesa, pois contava ainda com outros elementos do passado de Portugal. Atrás da figura de Afonso Henriques podemos identificar mais duas passagens da epopéia da independência portuguesa: o Castelo de Guimarães e a tomada de Santarém. O primeiro, chamado de o “berço da nacionalidade”, teria sido o local de nascimento de D. Afonso Henriques e onde ele teria resistido aos ataques das forças do rei Afonso VII, de Leão, na sua luta pela independência de Portugal. A tomada de Santarém fora um conflito travado entre as forças de D. Afonso Henriques e os mouros de Santarém, na qual aquele teria saído vitorioso e recuperado a região. Por último, virado para o mar, ainda se vê a figura de D. Henrique de Avis, o Infante de Sagres, outro mito da história de Portugal, uma das figuras mais importantes do início da era das descobertas portuguesas.



Imagem 42 – *Lusitania*, ano I, n.1, 1º de fevereiro de 1929.

Como se vê, desde o início a revista mobilizava e investia em uma sistemática narrativa da história, que envolvia fatos “reais” e lendários, através da qual se promovia a “elevação da pátria”. Ao longo de sua publicação, outros personagens da história de Portugal foram elevados ao posto de herói nacional. Esse foi o caso de D. Nunes Álvares Pereira, considerado o grande herói da batalha contra os castelhanos em Aljubarrota (1385). Ainda segundo Fernando Catroga, o Estado Novo vai investir muito nas comemorações à sua figura, inclusive escolhendo-o como padroeiro da Mocidade Portuguesa e da Legião Portuguesa.⁴⁶

Além disso, o novo regime iria incentivar o mito da batalha de Aljubarrota através de homenagens e comemorações públicas. Nuno Álvares Pereira fora um guerreiro português do século XIV, que após a morte de sua mulher entrou para a vida religiosa, chegando a ser beatificado nos primórdios do século XX. Seu nome ficara para sempre associado à chamada Batalha de Aljubarrota, ocorrida em 14 de agosto de

⁴⁶ A Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa são agrupamentos paramilitares e nacionalistas, criados na década de 1930, segundo os modelos nazifascistas. Ibid. p.153.

1385. Nesta, tropas portuguesas, comandadas pelo rei D. João I de Portugal e D. Nuno Álvares Pereira venceram o exército castelhano liderado por D. Juan I de Castela. Através da Batalha de Aljubarrota Portugal se tornava, efetivamente, um Reino independente.

Nesse sentido, o “14 de agosto” era mais uma data heróica a ser comemorada. No editorial de 30 de julho de 1934, no qual a figura do “condestável” Nuno Álvares Pereira é lembrada, a batalha é celebrada como a “verdadeira libertação” de Portugal.

Marco miliário da estrada de Portugal! Monumento grandioso de patriotismo que nos orgulha! Cântico sublime de heroicidade, que firmou o edifício da nacionalidade! [...] O povo tinha já dois séculos de vida livre, mas nunca conseguira, até então, desprender-se dos alvoroços políticos em que se agitava a península. Aljubarrota foi a libertação. [...] Do seu calor e da sua luz, recebemos o alento indispensável para praticar a religião da Pátria, cultuando-a no ardente civismo de seus filhos, que participaram dessa hora memorável, amparando as justas pretensões do Mestre de Avis. [...] Nas hostes de D. João I o povo aliava-se à burguesia e à pouca nobreza que em Portugal ficara, sem que o coração se lhe tomasse de ambições materiais, tanto mais que as esperanças de vencer eram vagas, com o poder formidável que então representava Castela. [...] Espanha e Portugal são presentemente dois países amigos, as duas colunas, como afirmou há pouco um grande jornalista, em que se firma o edifício do mundo civilizado. [...] Comemoremos a data com toda a gratidão que devemos aos heróicos batalhadores desse dia memorável de 14 de Agosto.⁴⁷

Em outro número da revista, a batalha liderada por Nuno Álvares Pereira torna-se o tema da capa. Nela, o herói é representado como “a encarnação viva da Pátria, do sentimento de unidade, do direito de independência”. Para *Lusitania*, o guerreiro tornara Portugal respeitado pelas demais potências européias, pois fora a maior demonstração da vitalidade nacional, do heroísmo do povo português.

⁴⁷ *Lusitania*, ano VI, n.113, 30 de julho de 1934.

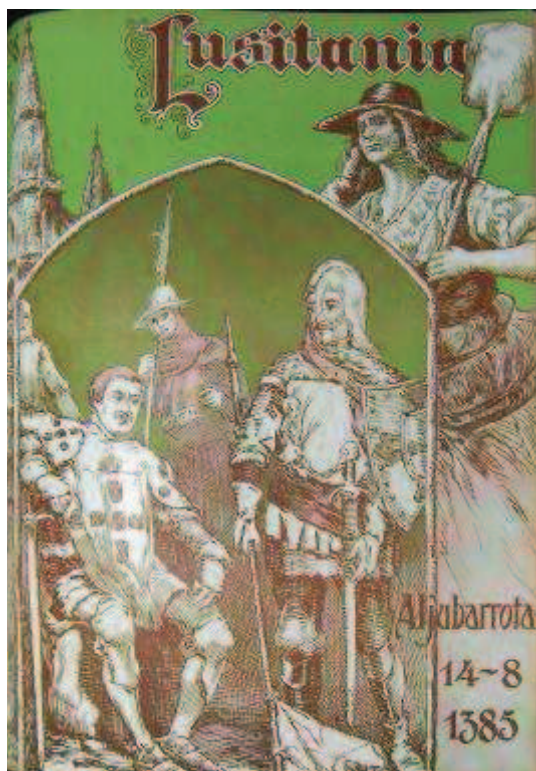


Imagem 43 – *Lusitania*, ano V, n.98, 31 de julho de 1933.

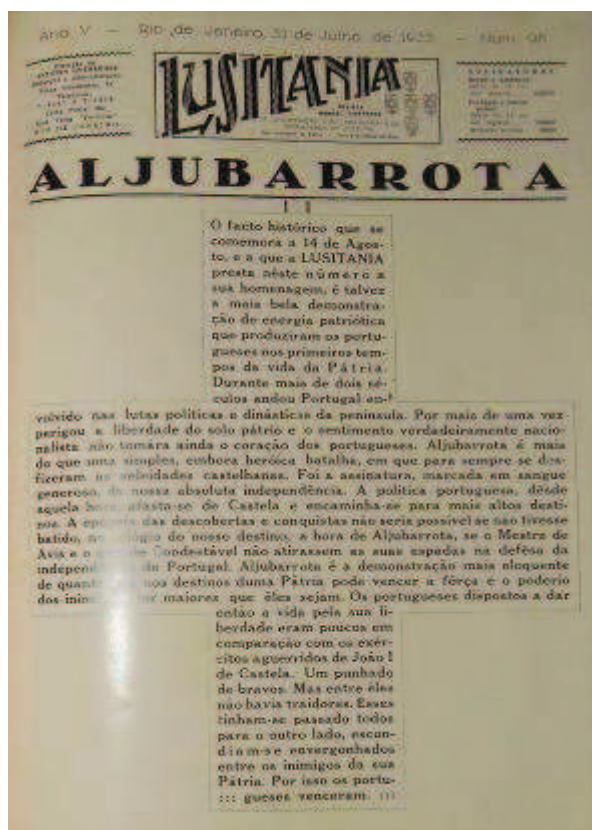


Imagem 44 – *Lusitania*, ano V, n.98, 31 de julho de 1933.

Poderíamos mencionar outras passagens da história de Portugal que ganharam igualmente narrativas míticas nas páginas da revista *Lusitania*, tal como a reconquista da independência em 1640, com o fim da chamada União Ibérica. No entanto, importa salientar que essa prática era toda ela fundamentada pela ideia da “reconstrução nacional”, processo que estaria sendo encaminhado no presente, tanto pelo governo de Oliveira Salazar como pela a ação dos colonos portugueses no Brasil. A História, portanto, é resgatada pela revista para servir de instrumento de legitimação de Portugal no mundo e dos portugueses no Brasil. Por isso, é interessante examinar mais de perto essa História.

Se atentarmos para as capas, os editoriais e os artigos até agora citados podemos perceber que a revista estava pautada por uma visão de História “memória da nação”, segundo um paradigma tradicionalista (também chamado historicista), dominante no século XIX, ou seja, antes da divulgação e impacto trazidos pela proposta da Escola dos Annales francesa. Todas as narrativas históricas produzidas pela *Lusitania* referem-se à figura de um herói, à biografia de um grande português, a um evento, a uma data marcante, enfim, toda ela assume uma concepção de tempo linear que “evolui” em direção ao progresso. Não há, nem se está cobrando que houvesse, qualquer tipo de problematização de fatos, personagens ou símbolos; pelo contrário, eles são dados como “prontos e verdadeiros”, sobretudo porque se trata de uma história dirigida a um grande público, ou seja, uma narrativa de divulgação do conhecimento, potencializada ainda mais pela situação de seus leitores privilegiados, que estavam “fora” dessa pátria portuguesa. Porém, também eles eram “bons portugueses”, capazes de cultivar e disseminar essa memória histórica aos quatro cantos do mundo, pois, eram tidos indistintamente como a base da própria nacionalidade portuguesa.

Toda a revista sustentaria esse discurso da monumentalidade de Portugal. Além de capas e editoriais, algumas seções da *Lusitania* também serviriam de espaço para a exaltação desse passado épico. Seções como “Pantheon”, “Datas Históricas”, “Monumentos de Portugal”, iam divulgando uma “história pátria” feita por grandes homens e com grandes marcos, dos quais deveriam sentir orgulho todos os portugueses e contribuir para a sua perpetuação no presente. Na seção “As noites do Avozinho: contos da história de Portugal para crianças e adultos”, o autor José Agostinho ia ensinando aos pequenos portugueses, de forma bem didática e segundo o modelo canônico do ensinar e divertir, oferecendo modelos cívicos e morais, que passado tão grandioso era esse, exaltando, mais uma vez, figuras como Camões e D. Afonso

Henriques. Capítulo por capítulo, o narrador – um avozinho – contava passagens como a Reconquista portuguesa, as navegações marítimas, a descoberta do Brasil e a conseqüente “contribuição portuguesa para o progresso da civilização”, ajudando a construir, portanto, uma memória histórica sobre esse passado, e ensinando aos portugueses “lições de nacionalismo”.



Imagem 45 – *Lusitania*, ano IV, n.75, 1º de março de 1932.

Essa concepção tradicionalista da História também foi aquela compartilhada pelo Estado Novo português. Segundo Luís Reis Torgal, a História era para Salazar e para os salazaristas algo a se retomar, mas partindo de pressupostos que não poderiam ser postos em causa. Essa história do passado estaria pronta e acabada, não comportando dúvidas e debates, devendo assim ser lembrada e narrada, pois seria feita, sobretudo, de manifestações de nacionalismo, de sacrifícios heróicos, os quais, quando lembrados, prolongariam esse passado. Mas estariam também virados para o futuro,

para o “novo mundo”, o “novo Portugal”, que já estava sendo construído pelo novo regime.⁴⁸ Assim:

A história teria, pois, de ser, durante o Estado Novo, sobretudo na imagética da Política e da Escola [...], entendida como um passado glorioso, retomado e superado por um presente e por um futuro ainda mais gloriosos, em que sobressaem novos heróis, à frente dos quais está Salazar.⁴⁹

Dessa forma, não é de se estranhar o fato de Salazar ser, constantemente, comparado a figuras como o Infante D. Henrique, pois ele seria a continuação desse processo de engrandecimento e elevação do “nome” de Portugal, além de compartilhar com esses heróis do passado virtudes como o patriotismo, a obediência, a coragem e a disciplina, exatamente o que esperava da população portuguesa. Da mesma forma que reescrevia a história de Portugal, a elite política e intelectual do Estado Novo português propunha e interpretava a ascensão de Salazar ao poder, como um fato dotado de um sentido épico, positivo e incontornável; enfim, praticamente miraculoso.

Segundo Luís Reis Torgal, essa visão tradicionalista, quase positivista da História, era perpetuada nos estabelecimentos de ensino em Portugal, inclusive nas Universidades, onde se passou a produzir uma História “factual”, “narrativa”, “documentalista” e “acrítica”.⁵⁰ Sob o peso da ditadura, e com os seus chavões fundamentais, como “Deus, Pátria e Família”, a educação escolar passou a ser concebida como uma mera “reprodutora” desse discurso salazarista, incorporando toda essa visão nacionalista e tradicionalista da história.

Além disso, o projeto cultural do Estado Novo procurou promover uma verdadeira restauração dos valores da “tradição”, entendida como o Portugal profundo e verdadeira alma portuguesa. Através, principalmente, do seu órgão de propaganda, o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), o novo regime vai investir, sobretudo, num movimento etnográfico-cultural, dando atenção e mesmo apoio a grupos folclóricos locais, costumes regionais, festas religiosas, entre outras manifestações e símbolos que o Estado Novo vai retomar, transformar ou inventar como “tradição”.

Esse apelo às tradições também é verificado nas páginas da revista *Lusitania*. Nela, costumes portugueses como a “Vindima”⁵¹, as “Desfolhadas”⁵² e as

⁴⁸ TORGAL, Luís Reis. “A história em tempo de ‘ditadura’”. op. cit. p. 274.

⁴⁹ Ibid. p. 275.

⁵⁰ Ibid. p. 293.

⁵¹ Época de colheita da uva em Portugal, geralmente realizada em ambiente familiar. Todo o período da Vindima era comemorado com festas, pois a partir daí seria produzido o vinho do ano.

“Espadeladas⁵³”, por exemplo, são constantemente caracterizados como representantes da “alma portuguesa”. Além de muitas fotografias e artigos, que buscavam exaltar as especificidades desses costumes, as capas da revista serviam também de importante painel para a celebração dessas tradições. Mulheres rendeiras, danças típicas, gaiateiros, costumes agrícolas, festas religiosas, todos serviram de tema para a revista, predominando sempre um discurso regionalista, uma valorização das aldeias de Portugal e de seu caráter rural.



Imagem 46 - *Lusitania*, ano I, n.21,
1º de dezembro de 1929.



Imagem 47 - *Lusitania*, ano III, n.62,
16 de agosto de 1931.

⁵² Trabalho agrícola de retirada da espiga de milho da planta. Esse processo era realizado nas aldeias portuguesas por vizinhos e amigos e sempre em clima de festa. Conta-se que o rapaz que achasse o “milho rei”, ou seja, uma espiga de milho vermelha, ganharia o direito de dar um beijo na namorada ou na rapariga por quem estivesse interessado.

⁵³ Uma das fases de preparo do linho, que em Portugal é marcada por um ritual: enquanto as mulheres trabalham os homens as observam, cantando e tocando instrumentos. Ao final, todos dançam e comem para celebrar.



Imagem 48 - *Lusitania*, ano IV, n.90,
30 de novembro de 1932.



Imagem 49 - *Lusitania*, ano IV, n.83,
1º de julho de 1932.

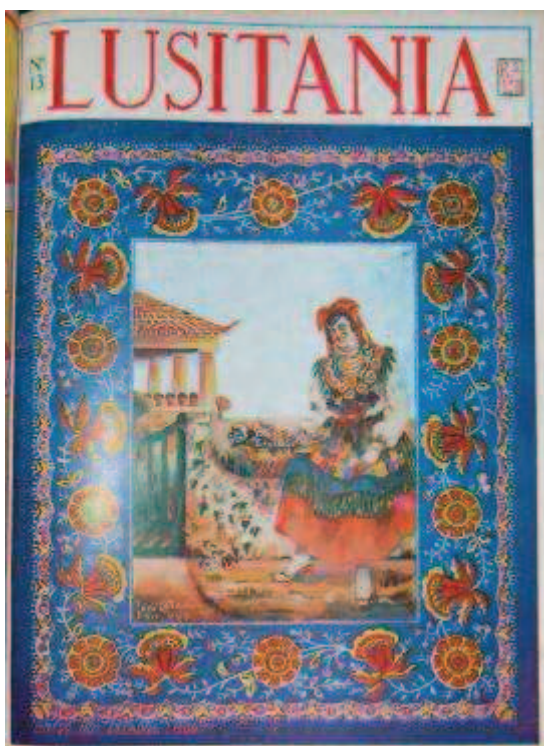


Imagem 50 - *Lusitania*, ano I, n.13,
1º de agosto de 1929.

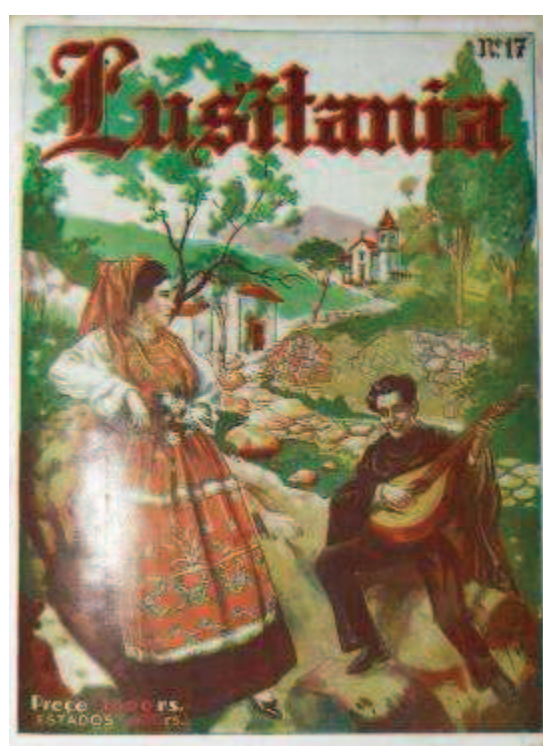


Imagem 51 - *Lusitania*, ano I, n.17,
1º de outubro de 1929.

O que podemos concluir até aqui é que a revista *Lusitania*, seguindo um movimento que se concretizará ao longo do Estado Novo, vai investir numa narrativa histórica sobre Portugal, em que este é exaltado como um grande “formador de civilizações”, um “produtor de heróis e guerreiros”, possuidor de um povo virtuoso. Dessa narrativa depreende-se uma concepção de história tradicional, erudita e factual, que buscará forjar uma memória histórica do país a partir da glorificação da ação de grandes homens, de grandes feitos e de grandes datas, embora também abrindo espaço às tradições populares e às narrativas lendárias, que igualmente compunham o panorama dessa história memória nacional. É nesse sentido que o Estado Novo se propõe a ser a continuação dessa gloriosa história, após um longo período de decadência.

Mas nenhum outro tema seria mais explorado pela revista do que o movimento de expansão marítima e os descobrimentos portugueses, o qual estaria presente também no discurso de Salazar, principalmente com o avançar dos anos 1930. Em relação à revista, fica fácil de compreendermos esse investimento, pois vai ser principalmente através da epopéia das navegações que os colonos portugueses e suas publicações buscarão promover os laços históricos entre Brasil e Portugal. No caso do Estado Novo, a exploração da saga dos descobrimentos teria um propósito ainda mais imediato, como veremos a seguir: a manutenção do Império Colonial português.

5.4 – A construção do Império e dos laços Brasil-Portugal

De acordo com a historiografia portuguesa, o moderno nacionalismo português foi consolidado em fins do século XIX, mais precisamente após o episódio do *Ultimatum* inglês de 1890, quando a Inglaterra forçou Portugal a abandonar as suas intenções de unir Angola e Moçambique, ao ameaçar invadir Portugal.⁵⁴ Este evento, segundo Antônio Costa Pinto, marcaria simbolicamente o que se transformou na principal característica da política externa portuguesa, ou seja, a defesa de sua herança

⁵⁴ Cf. PINTO, Antonio Costa (coord.). *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote, 2004; CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e Rito: Religião Civil e Comemoracionismo*. Fortaleza: NUDOC/Museu do Ceará, 2005; TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado & CATROGA, Fernando. (orgs.). *História da História em Portugal* (sécs. XIX-XX). 2ª ed. Lisboa: Temas e Debates, 1998.

colonial.⁵⁵ A partir daí, o discurso do “Grande Império Colonial” português estaria presente em todos os governos e regimes.

Os republicanos conseguiram capitalizar o descontentamento e a mobilização nacionalista anti-inglesa verificada em 1890, tendo chegado a desencadear uma tentativa de golpe em 1891. A sublevação falhou. Mas a cultura política dominante, que impregnava a quase totalidade das correntes políticas, seria doravante marcada por um nacionalismo de feição imperial, que os republicanos tinham, mais do que ninguém, ajudado a produzir.⁵⁶

A identificação do império colonial como uma das faces do nacionalismo em Portugal passou a ser tão forte, que Costa Pinto afirma ser equivalente às questões relativas às divisas do Estado Nação, existentes em outras sociedades europeias da época. Dessa forma, os vários nacionalismos em Portugal, incluindo o republicano, como foi dito acima, teriam crescido numa relação direta com a campanha em defesa da manutenção do império colonial em África e na Índia, ameaçado cada vez mais pelas pretensões da Inglaterra, Alemanha e Bélgica.

Nesse sentido é que o governo português – quer o monárquico, quer o republicano – vai desenvolver toda uma propaganda a respeito da aventura dos descobrimentos, enaltecendo sua empresa colonial, a fim de proteger suas colônias dos novos imperialismos, afirmando os seus direitos históricos sobre aqueles territórios. A epopéia dos descobrimentos passaria então a ser intensamente comemorada, bem como as principais figuras envolvidas nesse empreendimento, como Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral. A partir da última década do século XIX, e principalmente com o avançar do século XX, era importante mostrar ao mundo que a construção do Império Português fora fruto de um trabalho intenso e dedicado, pelo qual Portugal estava contribuindo para o avanço da civilização.

Nesse processo, o Brasil ganharia um lugar especial e muito estratégico no discurso legitimador de Portugal: ele seria o maior exemplo do sucesso de sua política colonial. É nesse sentido que, segundo Catroga, ainda que possa parecer contraditório, o momento de maior explicitação do lugar do Brasil na retórica do patriotismo português tenha sido o das comemorações do Primeiro Centenário de Independência do Brasil, em 1922.⁵⁷ Essa comemoração serviu como uma ótima oportunidade para a afirmação positiva da obra colonizadora portuguesa, ao mesmo tempo em que oferecia uma boa

⁵⁵ PINTO, Antonio Costa. “Portugal contemporâneo: uma introdução”. op. cit. p.12.

⁵⁶ Ibid. p.58-59.

⁵⁷ CATROGA. op. cit. p. 131.

razão para o aprofundamento das relações entre Brasil e Portugal, sendo nosso país ora chamado de “velho irmão”, ora intitulado de “filho querido”.

Contudo, vai ser durante o Estado novo português que essa política de comemoração dos descobrimentos, associada à maior aproximação entre Brasil e Portugal, se realizará de forma mais efetiva. Nesse período, segundo Carmen Chiavon, o governo português chamaria para si a condição de “líder da civilização lusíada”, composta pela união de Portugal, suas colônias na Ásia e na África e também o Brasil.⁵⁸ A aproximação com o Brasil, nesse contexto, seria fundamental para a política de preservação do Império Colonial, pois ele seria uma prova da eficiência portuguesa no que diz respeito à administração das suas colônias, pois “Portugal seria um fabricante de Brasis: um grande país, filho de Portugal e onde todas as raças, em permanente processo de miscigenação, coexistem harmonicamente”⁵⁹.

Dessa forma, podemos afirmar que a fusão entre nacionalismo e colonialismo já estava em curso em Portugal desde fins do XIX, acentuando-se com a Primeira República, e que o Estado Novo vai se apropriar dessa herança, transformando-a num dos elementos mais importantes de sua política. Na revista *Lusitania*, a ideia do Grande Império Português também estava presente, e ele incluiria o Brasil, ainda que este já fosse independente. Isso fica nítido inclusive no circuito de circulação da revista, que incluía as colônias portuguesas na África e na Ásia. Para além disso, diversos artigos publicados na *Lusitania* eram de exaltação dessa política colonial portuguesa, enfatizando sempre o bom relacionamento mantido entre os administradores coloniais e a população local, além dos supostos exemplos de desenvolvimento que Portugal estaria promovendo nessas regiões.

No editorial “O Nosso Império Ultramarino”, de 30 de junho de 1933, por exemplo, a revista defende a nova política colonial do governo português, aproveitando para fazer elogio ao Estado Novo. De acordo com o texto:

Os homens que presentemente governam o país têm-se esforçado por desenvolver o vasto patrimônio ultramarino, que ao nosso país ficou do grande empório do passado. Por esta forma realizam com propósito firme o progresso do Império Colonial e dão ao mundo a prova provada de que, representantes de uma nação de grandes tradições civilizadoras, estão de pleno direito nos seus domínios porque tratam de os transformar em outros tantos elementos de felicidade e de progresso da humanidade. Não obstante, a nossa política colonial apresentar sempre nome de um alto valor em todos os

⁵⁸ CHIAVON, op. cit. p. 14.

⁵⁹ GONÇALVES, Williams da Silva. *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003, p.89. Apud: CHIAVON, op. cit. p. 15.

tempos, as individualidades que empregaram o seu esforço inteligente no estudo dos problemas de ultramar constituíam uma “elite” brilhante, mas circunscrita na sua ação aos poucos homens que por ela se interessavam. O país só se preocupava com a África ou com a Índia quando por lá relampejava a lamina de uma espada, em rasgos heróicos. [...] A Metrópole, para que entrem no conhecimento do valor da nação a que pertencem, tem trazido o Governo soldados e elementos indígenas outros, servindo-se assim ao princípio fundamental em que assentará o pleno desenvolvimento daquelas terras e daquela gente, qual seja a íntima aliança entre os dois elementos, o europeu e o africano. Se várias obras realizadas pelo atual Governo têm bem merecido do país, esta é das que maiores louvores despertam. É o seu esforço pelo progresso das terras de ultramar a melhor reposta que Portugal pode dar aos seus caluniadores contumazes, que vêem assim desfeitos os seus criminosos intentos.⁶⁰

O texto acima é um exemplo claro da defesa feita pela revista da manutenção do Grande Império Português, frente às ameaças e críticas de outros países europeus. Os argumentos usados são os mesmos já mencionados, ou seja, a boa relação mantida entre Colônia e Metrópole e, principalmente, o fato de Portugal estar possibilitando às suas colônias um crescimento e desenvolvimento que, sem a presença dos portugueses, não seria possível. Especialmente naquele momento, com o Estado Novo, pois o novo regime estaria aperfeiçoando ainda mais a sua política colonial.

Para além de editoriais, algumas seções da revista também estavam direcionadas para a questão do ultramar, especialmente para as colônias portuguesas na África. Esse era o caso da seção intitulada “Portugal Colonial”, onde eram publicadas diversas informações sobre as colônias portuguesas no continente africano sempre acompanhadas de muitas fotografias, uma vez que elas comprovavam e davam a ver o desenvolvimento promovido pelos portugueses na região.

Nesse sentido, o Brasil também era tomado como um exemplo dos belos propósitos de Portugal, sendo o fruto do trabalho dedicado e da perseverança dos portugueses. Tanto o momento da “descoberta” do Brasil, como o processo de colonização e mesmo a Independência eram comemorados pela revista como sendo resultado do investimento do governo português em terras brasileiras e da relação de amizade que, segundo a *Lusitania*, sempre fora mantida entre as duas nações. No editorial “A ação portuguesa no Brasil”, de 1º de maio de 1929, podemos perceber esse processo de exaltação da política colonial portuguesa no Brasil, a qual é atestada pelo crescente desenvolvimento do país independente.

⁶⁰ *Lusitania*, ano V, n.97, 30 de junho de 1933, p.9.

A descoberta do Brasil figura entre os mais notáveis feitos da nossa História. A inveja, a cobiça, um mal justificado despeito, mesmo, tem procurado desmerecer aos olhos do mundo e desaprimorar no espírito das gerações novas do Brasil essa conquista brilhante e incontestável dos portugueses. [...] O maior feito dos portugueses no Brasil não está, entretanto, na descoberta: está na Colonização, na obra formidável do desbravamento da terra, da abertura de portos, da construção de cidades [...] Da Independência para cá e, notadamente nos últimos 50 anos, o Brasil tem progredido assombrosamente, a ponto de se tornar uma das grandes Nações da Terra. Mas essa obra seria impossível se nós não lhe legássemos, à custa de torrentes de sangue e torrentes de lágrimas, [...] a unidade da Pátria e a unidade da Língua; se nós não tivéssemos desenvolvido pela vastidão infinita do seu solo, a coesão organizadora da civilização e do trabalho.⁶¹

Esse texto, que foi escrito em comemoração ao aniversário do Descobrimento do Brasil, reafirma ainda que, de fato, o Brasil fora descoberto por Pedro Álvares Cabral, cuja figura está representada no centro da página através de um desenho, e que essa descoberta não fora por acaso, mas baseada nos intensos estudos dos navegadores portugueses. Além disso, após exaltar a ação dos portugueses no Brasil, durante o período em que este era colônia de Portugal, afirma que está proferindo essas palavras

[...] não para diminuir o valor grandioso dos brasileiros na obra de edificação desta Pátria, que nós amamos como se fosse nossa, e muito menos ainda para nos jactarmos de glórias que ninguém, de boa fé, nos pode contestar. Lembramo-nas para, mais uma vez, fazer sentir aos portugueses e aos brasileiros a necessidade que há de caminhar juntos na história do futuro, sem divergências e sem ressentimentos [...].⁶²

Esse será o discurso predominante da revista, ou seja, a ideia de que Brasil e Portugal deveriam andar cada vez mais juntos, pois seriam fruto de uma mesma história. Nesse sentido, a união (cultural, econômica e social) entre as duas nações e os dois povos, que deveria ser intensificada no presente, era justificada pela história em comum dos dois países. E um dos eventos que mais suscitava esse tipo de discurso pela revista era o processo de expansão marítima portuguesa e os Descobrimentos, através dos quais a revista *Lusitania* ia construindo os laços históricos entre Brasil e Portugal. Essa idéia, mais uma vez, ficava explícita em diversas partes da revista. A capa, por exemplo, foi um espaço escolhido para representar todo esse simbolismo das Grandes Navegações e do encontro entre portugueses e brasileiros. Nas que se seguem abaixo, o personagem principal é, sem dúvida, o navegador português, responsável por promover o “maravilhoso encontro” entre “dois povos irmãos”, os quais “não deveriam nunca mais se separar”.

⁶¹ *Lusitania*, ano I, n.7, 1º de maio de 1929, p.5.

⁶² *Ibid.* p.5.



Imagem 52 - *Lusitania*, ano I, n.3,
1º de março de 1929.



Imagem 53 - *Lusitania*, ano II, n.31,
1º de maio de 1930.

Essa proposta de união entre os dois povos era externada inclusive na organização gráfica da revista. Era muito comum, por exemplo, ocorrer de duas páginas da revista que se localizavam lado a lado dividirem entre si assuntos relativos a Portugal e ao Brasil. Por exemplo, do lado esquerdo vinha, em página inteira, “A Política em Portugal” ou “Os esportes em Portugal”, e do lado direito o seu correspondente, “A Política no Brasil” ou “Os esportes no Brasil”, dando uma ideia de simultaneidade e complementaridade, ou seja, de aproximação entre os dois países, que se encontravam somente espacialmente distantes.

Essa é uma questão interessante, pois o que fica nítido pela leitura da revista é a ideia de que para os seus autores a única coisa que, de fato, separava as duas nações era a geografia, pois de resto tudo aproximaria esses dois povos irmãos: a língua, a religião, a “raça”, a “moral”, as letras e, principalmente, a história. O editorial “Portugal-Brasil” resume bem essa proposta:

O mundo inteiro conhece e admira a amizade sincera que liga Portugal ao Brasil e o Brasil a Portugal. E nós, portugueses e brasileiros, devemos tornar essa amizade cada vez mais sólida e profunda, por conveniência étnica, por

necessidade econômica, por um princípio santo de respeito e de cordialidade. Somos filhos da mesma História, falamos a mesma língua – a língua maravilhosa em que escreveram Camões e Bernardin, Gonçalves Dias e Castro Alves, Antonio Nobre e Raymundo Correa, Junqueiro e Bilac - temos os mesmos costumes e a mesma religião, participamos das mesmas glórias, adotamos a mesma moral, pertencemos à mesma família. Nada nos pode separar portanto. [...] Entre nós não há dúvidas, nunca poderão haver ódios. Qual o pai que odeia o filho? Qual o filho que odeia o pai? Quem pode arrancar do peito um afeto que vem do sangue, a amizade que se funda na família, o amor que nasce no berço, ao embalar das primeiras esperanças? [...] Há coisas na vida que são indestrutíveis. E a amizade luso-brasileira pertence ao número dessas coisas. O Atlântico não é mais do que um acidente geográfico a separar o território das duas Pátrias. [...] Temos que marchar juntos na História, alargando o nosso predomínio econômico e linguístico pela América e pela Europa, pela África e pela Índia. [...] O Atlântico é nosso. Façamos dele a cadeia dos nossos interesses, o correio dos nossos pensamentos e dos nossos corações!⁶³

Era assim que a revista *Lusitania* ia justificando o seu discurso de “irmandade” entre as duas nações. Muitas vezes os aspectos históricos existentes entre Brasil e Portugal eram acionados a fim de se fazer uma campanha a favor de uma maior aproximação econômica entre os dois países, através da assinatura de acordos comerciais, por exemplo. Esse era um tema muito recorrente, a necessidade de Brasil e Portugal se ajudarem mutuamente no que diz respeito ao desenvolvimento de seus negócios, pois seria uma forma de se tornarem “ainda mais fortes” frente a outros países concorrentes.

O editorial “O sentido do Atlântico”, de 16 de dezembro de 1929, que inclusive serviu de título para essa dissertação, sai em defesa dessa aproximação entre os “dois povos irmãos”. Após exaltar a cordialidade e a amizade existente entre Brasil e Portugal, o texto fala de uma entrevista concedida pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil, Dr. Otávio Mangabeira, onde ele também enfatiza a importância do estabelecimento de acordos comerciais entre as duas nações. Mas por que a insistência nesse assunto? O que justificaria a assinatura de tais acordos? A revista mesmo se encarrega de responder:

Precisamos trabalhar, precisamos vencer, precisamos compreender o sentido do Atlântico, que nos chama, que nos impulsiona, que agita em ondas de luz os nossos pensamentos. Portugal e Brasil são duas pátrias reunidas num só coração e que devem reunir também os seus destinos e os seus interesses, para a maior vitória das suas forças e do seu prestígio no mundo, para a maior refulgência da História, da Língua e da Raça, que são comuns.⁶⁴

⁶³ *Lusitania*, ano I, n.3, 1º de março de 1929.

⁶⁴ *Lusitania*, ano I, n.22, 16 de dezembro de 1929, p.3.

Mais uma vez o passado é usado como argumento para justificar possíveis ações que envolvessem Brasil e Portugal no presente. Nesse sentido, o Atlântico serviria para unir, e não separar, pois ele “é o caminho de dois povos que nasceram da mesma história e falam a mesma língua: é o sentido da vida, do amor e da glória da Raça”.⁶⁵ O Atlântico, portanto, é usado pela revista *Lusitania* como uma metáfora, pois representa a história dos dois países, as origens de sua amizade, o passado em comum, o qual deveria ser sempre lembrado e, por que não, revivido, refundado.

O que podemos perceber, após tudo o que já foi apontado e discutido nesse trabalho, é que a revista *Lusitania* está o tempo todo dialogando com a representação que se tem de Portugal e dos portugueses no Brasil. Dessa forma, há uma grande preocupação por parte de seus produtores de se afastar das duas imagens predominantes no imaginário sobre a imigração portuguesa no país: a do português pobre e ignorante, que vem para o Brasil somente para concorrer com a mão de obra nacional, e a do português “colonizador”, que enriquece no Brasil às custas da exploração da população local, como donos de armazéns, de casas de aluguel e de padarias, por exemplo.

Para fazer essa diferenciação, um dos instrumentos mais usados pela revista foi a história, ou melhor, os usos do passado para a construção de uma memória histórica orientada pelas questões desse agitado início de século XX. Na *Lusitania*, a história foi acionada constantemente e de duas formas distintas. A primeira, através do resgate do passado glorioso de Portugal, ou seja, do seu passado épico, edificado por grandes homens, verdadeiros heróis. A segunda, por meio da exaltação da chamada história imediata, da história mais recente e em curso de Portugal, como sendo um período de regeneração do país e do seu povo, exemplificado tanto a partir da nova política instaurada por Oliveira Salazar como, e com destaque, com os exemplos da atuação dos portugueses bem sucedidos no Brasil. Dessa forma, os imigrantes portugueses acreditavam estar conseguindo se legitimar no país, ganhando a aceitação e o respeito dos brasileiros, pois estariam contribuindo para o crescimento do país e, ao mesmo tempo, resgatando uma imagem positiva de Portugal no Brasil, cumprindo a revista o seu maior projeto político e cultural.

⁶⁵ *Lusitania*, ano III, n.51, 1º de março de 1931.

Considerações Finais

A revista *Lusitania* deve ser pensada e analisada dentro de um movimento maior que é o da produção de periódicos por parte da colônia portuguesa do Rio de Janeiro, o qual se intensificou ao longo das primeiras décadas do século XX. Vimos que essa imprensa funcionou como um canal importantíssimo de sociabilidade e de re-significação da experiência imigratória, podendo-se imaginar que, em especial para o grupo de portugueses, em função do uso da mesma língua e o compartilhamento de uma história comum, ela também alcançasse um público de brasileiros, o que era muito mais difícil para os italianos, espanhóis etc. Geralmente mantidos pelos portugueses mais enriquecidos, esses periódicos atuavam divulgando notícias sobre o país de origem e o funcionamento da vida local, difundindo valores, ajudando a criar um sentimento de coesão e identidade na colônia, e, principalmente, tendo um papel estratégico na afirmação social desses imigrantes.

No caso da colônia portuguesa do Rio de Janeiro, vimos, através do mapeamento realizado e da montagem de duas linhas do tempo – uma representando a produção de jornais pela colônia, entre 1906 e 1940, e a outra, a produção de revistas e almanaques publicados entre 1910 e 1940 –, que a produção de revistas e almanaques foi muita mais intensa nos anos 1920, enquanto a de jornais esteve muito mais concentrada nos anos 1930. Além disso, constatamos que os periódicos produzidos ao longo dos anos 1930 tiveram uma duração maior do que os que foram criados nas décadas anteriores, principalmente em razão do desenvolvimento do parque gráfico do país, e, em muitos casos, do apoio oferecido pelo governo de Salazar em Portugal.

O mapeamento dessa produção possibilitou-nos mostrar que, de certa forma, já havia, nos anos, 1930 um mercado consolidado e forte de produção e consumo dos periódicos portugueses no Rio de Janeiro, então a maior colônia do Brasil. Muitos imigrantes, inclusive, viviam desse trabalho na imprensa. E, juntamente com o ganho financeiro, a publicação desses periódicos possibilitava a esses portugueses um capital simbólico muito grande, que os tornava jornalistas respeitados e admirados dentro, mas igualmente fora, da colônia portuguesa do Rio de Janeiro.

Ao optarmos por trabalhar com a revista *Lusitania*, enquanto fonte e objeto de análise, desejávamos perceber como um determinado grupo da colônia estava se organizando e se mobilizando no novo país. No caso da revista, um grupo que chega ao Brasil em princípios do século XX, vindo de uma região rural de Portugal, e que vai

desenvolver o seu primeiro projeto em conjunto em 1923, com a fundação do Centro Transmontano, hoje Casa de Trás os Montes e Alto Douro, espaço onde, possivelmente, tenha surgido o projeto de criação de um periódico. Além disso, buscávamos analisar como este grupo estava pensando as relações luso-brasileiras no final dos anos 1920 e início dos anos 1930, momento de grandes transformações políticas, sociais e econômicas em Portugal e no Brasil, devido à ascensão de duas das maiores lideranças do século XX nos dois países, Oliveira Salazar e Getulio Vargas.

Após a pesquisa pudemos perceber que, na verdade, estávamos trabalhando com um grupo empresarial, a Chrysóstomo Cruz & Cia., administrada por “empresários do jornalismo” e organizada com objetivos claramente econômicos, além de servir como um projeto de afirmação simbólica de seus produtores dentro da colônia, da sociedade portuguesa e da sociedade carioca e brasileira como um todo. Trata-se, portanto, de um grupo muito bem estruturado, com oficinas gráficas próprias (que estavam inclusive separadas fisicamente da redação e administração da revista), com divisão interna de funções, departamento de propaganda, equipe de fotógrafos, correspondentes em outros países, entre outras características, que indicam se tratar de um empreendimento de grande porte comercial, ilustrando uma tendência que se afirmava no circuito da imprensa brasileira: a da formação de cadeias na área da informação, que abarcavam jornais, revistas e também o rádio.

Além disso, mostramos que o grupo produtor da revista *Lusitania* vivia do seu trabalho na imprensa, e dessa forma conseguiu produzir no Brasil quatro periódicos distintos, com uma duração relativamente expressiva se comparado a outros periódicos produzidos por essa e outras colônias de imigrantes, sendo que três deles foram publicados, durante um bom tempo, concomitantemente. A revista *Lusitania*, portanto, assim como os outros periódicos do grupo, não foram iniciativas casuais ou amadoras, mas sim o resultado de uma estrutura muito bem montada, que envolvia também articulações de caráter associativo.

O grande articulador desse grupo foi o imigrante João Chrysóstomo Cruz, que era o principal responsável pelo projeto editorial da revista. Além de dono da editora e editor da *Lusitania*, era ele quem selecionava os temas a serem abordados, fazia os convites aos colaboradores, travava contato com as instituições culturais e com possíveis anunciantes, fazia as viagens de negócio, supervisionava os originais para publicação, enfim, cuidava tanto da parte da criação quanto da execução do projeto. Além disso, congregava em torno de si diversas redes de sociabilidade, constituídas por

peças envolvidas direta ou indiretamente com o projeto coletivo da revista *Lusitânia*, sendo, nesse sentido, um excelente exemplo do que a literatura chama de um “intelectual referencial”, por sua centralidade e capacidade de aglutinação no grupo.

Dentro dessas redes, enfatizamos que João Chrysóstomo Cruz funcionava também como um importante elo de ligação entre o governo português e a colônia portuguesa do Rio de Janeiro, estabelecendo, inclusive, contatos pessoais com figuras públicas importantes, tais como o Presidente da República portuguesa, o General Carmona, e o próprio Oliveira Salazar. Nesse sentido, concluímos que a *Lusitania* serviu como um importante instrumento de divulgação da política portuguesa no Brasil, principalmente após a instauração do Estado Novo português, uma vez que a revista compartilhou com o novo regime os mesmos pressupostos político-sociais.

Um dos aspectos que também nos chamou a atenção na revista *Lusitania* foi a sua diversidade temática, o que, se não era algo inusitado, alcança, nesse exemplo, uma grande e significativa gama de assuntos. Em seus números foram publicados textos sobre teatro, esportes, religião, economia, música, política, cinema, moda, culinária, humor, entre outros assuntos. Mas, sem dúvida alguma, um dos que mais se destacou e que predominou em todos os seus volumes foi o trabalho feito com a história (de Portugal e do Brasil) ou os “usos do passado” mobilizados pela revista. Através das suas páginas, construía-se uma narrativa histórica sobre Portugal e sobre suas relações com o Brasil, onde “o país descobridor” era lembrado a partir de seu passado glorioso, sendo caracterizado como uma terra produtora de heróis, de guerreiros, uma “formadora de civilizações”. Nessa narrativa, o Brasil ocupava ora o lugar de “filho”, da criação mais bem acabada de Portugal, ora o lugar de “irmão”, quando a relação entre os dois países era pensada no presente, ou seja, uma convivência de amizade, de colaboração, de fraternidade.

Nesse sentido, procuramos mostrar que a revista *Lusitania* buscou forjar uma memória histórica sobre Portugal, exaltar o seu passado na tentativa de promover a sua propaganda no presente, representado pela figura de Salazar, e projetar o seu futuro. Foi também através dessa narrativa histórica que a revista procurou reconstruir os laços entre Brasil e Portugal. E é por entendermos a imprensa como uma prática social que acreditamos que esse investimento na história não era casual, mas uma resposta às necessidades do presente. Ou seja, fazendo uso do passado, os produtores da revista *Lusitania* acreditavam estar conseguindo promover uma imagem mais positiva de Portugal e justificando a presença dos imigrantes portugueses no Brasil, principalmente

ao se falar na construção de uma identidade luso-brasileira. Isso se evidencia desde as capas da revista, permeando suas seções, artigos e se desdobrando em diversos tipos de abordagens, que vão permanecer até o último número da *Lusitania*. Dessa forma, a interpretação do passado era orientada pelo presente, um movimento muito eficiente, sobretudo naquele contexto, em que Portugal buscava falar também aos imigrantes.

Mas esta pesquisa não se esgota no escopo dessa dissertação. Algumas questões precisam ser ainda mais bem exploradas, tais como a do público leitor da *Lusitania*. Ao longo desse trabalho conseguimos afirmar a importância das mulheres entre esse público leitor, o interesse da revista pelo público infantil, como no caso da seção “As noites do avozinho”, apontar que a revista estava direcionada a um grupo da colônia com um poder aquisitivo um pouco mais alto, mas ainda assim não pudemos delimitar ao certo quem lia a revista, principalmente por não termos tido acesso a essa recepção do público, ou seja, a cartas, comentários ou qualquer outro tipo de documento que nos servisse de fonte de pesquisa e que inclusive nos possibilitasse analisar melhor o projeto editorial da revista *Lusitania*.

Além disso, caberia uma análise a respeito dos anúncios publicados na revista, pois eles mostram as atividades econômicas desenvolvidas pela colônia e apontam para os vínculos existentes entre os diferentes grupos da mesma. Seria interessante também uma análise minuciosa dos outros periódicos publicados pela editora Chrysóstomo Cruz, pois dessa forma poderíamos compreender melhor a organização do grupo como um todo bem como os seus vários projetos desenvolvidos no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Martha, SOIHET, Rachel & GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura Política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- ANDRADE, Adriano da Guerra. *Dicionário de Pseudônimos e Iniciais de escritores portugueses*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999.
- BANN, Stephen. *As invenções da História: ensaios sobre a representação do passado*. Tradução de Flávia Villas-Boas. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.
- BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 1996.
- BESSONE, Tânia Maria. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: UNESP, 1997.
- BOMENY, Helena. “Infidelidades eletivas: intelectuais e política”. In: BOMENY, Helena. (org.) *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CANDIDO, Antonio. “A Revolução de 1930 e a cultura”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.2, n. 4.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARINHAS, Theófilo (dir. e org.). *Álbum da colônia portuguesa*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas de Carinhas e Cia., 1929.
- CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e Rito: Religião Civil e Comemoracionismo*. Fortaleza: NUDOC/Museu do Ceará, 2005.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, 2001.
- CHIAVON, Carmen G. Burgert. *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUC, 2007.

- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- CRUZ, Heloísa de Faria & PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: EDUC, n.35, 2007, p. 255-272.
- DANTAS, Carolina Vianna. *Brasil “café com leite”: história, folclore, mestiçagem e identidade nacional em periódicos (Rio de Janeiro, 1903-1914)*. Niterói: Tese de Doutorado, Uff, 2007. (MIMEO)
- DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. “Imigração e educação: os portugueses em São Paulo no início do século XX” (paper apresentado no XV World Congress of Sociology, Brisbane, Australia, July 2002).
- DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes Literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1957.
- ESCUDEIRO, Camila. *Imprensa de comunidades imigrantes de São Paulo e Identidade: estudo dos jornais ibéricos Mundo Lusíada e Alborada*. Dissertação de Mestrado. São Bernardo do Campo: UMESP, 2007.
- FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2000.
- FILIPPE, Alda Mourão. “A Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro: um empresariado entre dois continentes”. Texto apresentado no VIII Congresso Brasileiro de História Econômica da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE); Campinas, 2009.
- FREIRE, Maria Martha de Luna. “Ser mãe é uma ciência: mulheres, médicos e a construção da maternidade”. In: *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, v.15, suplemento, jun. 2008, p. 153-171.
- GOMES, Ângela de Castro. (org.) *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

- _____. *Essa gente do Rio...* Modernismo e Nacionalismo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- Grande enciclopédia portuguesa brasileira*. Lisboa: Editorial Enciclopédia Limitada, 1978.
- LESSA, Carlos (org.). *Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.
- LIMA, Herman. *História da Caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- LOPES, Antonio Herculano, VELLOSO, Mônica Pimenta & PESAVENTO, Sandra Jatahy. (orgs.) *História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- LUCA, Tânia Regina de. *Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Assis-UNESP, Tese de Livre Docência, 2009.
- _____. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MACIEL, Laura Antunes. “Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa (1880-1920)”. In: FENELON, Déa et ali. (org.) *Muitas memórias: outras histórias*. São Paulo: Olho d’água, 2004.
- MAIA, Maria Manuela Alves. *Imigração e Identidade: um estudo sobre famílias portuguesas no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2008.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. *Sociologia da Cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes & PINTO, Antonio Costa. *O corporativismo em português*. Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e práticas culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2008.
- MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tânia Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

- MARTINS, Ismênia de Lima & SOUZA, Fernando. (orgs) *Portugueses no Brasil: Migrantes em Dois Atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2006.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. “Portugueses e experiências políticas: a luta e o pão. São Paulo, 1870-1945”. In: *Revista História*, São Paulo, vol.28, n.1, 2009.
- MAUAD, Ana Maria. “O olho da história: fotojornalismo e história contemporânea”. In: *Com Ciência*: revista eletrônica de jornalismo científico. São Paulo: Unicamp, 2004.
- MENEZES, Lená Medeiros de. “Atraso x Modernidade/; representações em contraste. Portugueses e franceses na cidade do Rio de Janeiro”. Comunicação apresentada durante o XII Encontro regional de História: Usos do Passado (Anpuh), Niterói, 2006.
- _____. *Os indesejáveis*: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930). Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1996.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e a Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1979.
- NERY, Laura Moutinho. *Cenas da vida carioca*: Raul Pederneiras e a belle époque do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, PUC, 2000.
- NOGUEIRA, Ana Maria de Moura. *Como nossos pais*: uma História da Memória da Imigração Portuguesa em Niterói (1900-1950). Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1998. (MIMEO)
- OLIVEIRA, Carla Mary da Silva. *Saudades D’Além Mar*: Um estudo sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro através da revista *Lusitânia*. Tese de Doutorado. João Pessoa: UFPB/CCHLA, 2003.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PAULO, Heloísa. *Aqui também é Portugal*: a colônia portuguesa do Brasil e o Salazarismo. Coimbra: Quarteto, 2000.
- _____. “O Emigrante e a leitura. A colônia portuguesa do Brasil e as suas publicações”. In: *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Faculdade de Letras, vol.20, 1999, p. 421-444.
- _____. “Os insubmissos da colônia. A recusa da imagem oficial do regime pela oposição no Brasil (1928-1945). In: *Penélope*; fazer e desfazer a história. Portugal no Exílio (século XX). Lisboa, n.16, p.13, 1995.

- PENNA, Lincoln de Abreu. *O Progresso da Ordem: o Florianismo e a construção da República*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.
- PEREIRA, Miriam Halpern. *A Política portuguesa de emigração (1850-1930)*. São Paulo: EDUSC; Portugal: Instituto Camões, 2002.
- PINTO, Antonio Costa. (coord.) *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote, 2004.
- PONTES, Heloísa. “Retratos do Brasil: editores, editoras e ‘Coleções Brasileira’ nas décadas de 30, 40 e 50”. In: MICELI, Sérgio. (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*, v. 1. São Paulo: Editora Sumaré, 2001, p.419-476.
- POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*. Campinas: UNICAMP, 2007.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. Jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897). São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: EdUfrj / Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. “*Cabras*” e “*pés-de-chumbo*”: os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930). Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1987. (MIMEO)
- ROSAS, Fernando. “As grandes linhas da evolução institucional”. In: ROSAS, Fernando. *Portugal e o Estado Novo*. (1930-1960). Lisboa: Presença, 1992, 2ª ed. coleção SERRÃO, Joel & MARQUES, A. H. de Oliveira. *Nova História de Portugal*. Vol XII, p. 86-140.
- SCHWARCZ, Lilia. “Dando nome às diferenças”. *Cursos e Eventos*. Nova série, n. 21, 2001, p. 9-43.
- _____. “Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX”. *Afro-Ásia*. n. 18, 1996, p. 77-101.
- SCOTT, Ana Silvia Volpi. “As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930)”. Congresso de História Econômica de Zaragoza, Universidad San Pablo-CEU, 2001.
- SERPA, Hélio. “Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos”. In: *Revista Brasileira de História*. Vol. 20, n. 39, associação Nacional de História, São Paulo, 2000.
- SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

- SIMAS, Luiz Antônio. *O Evangelho segundo os jacobinos: Floriano Peixoto e o mito do Salvador da República Brasileira*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, UFRJ, 1994, (MIMEO).
- SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado & CATROGA, Fernando (orgs.). *História da História em Portugal (sécs. XIX-XX)*. 2ª ed. Lisboa: Temas e Debates, 1998.
- TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel/ Istituto Italiano di Cultura di San Paolo/ Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1989.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.